

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DOUTORADO**

**NÁGILA DE MOURA BRANDÃO**

**EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SEGURANÇA:  
entre o educar e o proteger**

**São Leopoldo**

**2019**

NÁGILA DE MOURA BRANDÃO

**EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SEGURANÇA:  
entre o educar e o proteger**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora em Educação,  
pelo Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Telmo Adams

Revisão ortográfica e revisão geral: Leonardo Camargo Lodi

São Leopoldo  
2019

B817e Brandão, Nágila de Moura.  
Educação, ambiente e segurança : entre o educar e o  
proteger / por Nágila de Moura Brandão. – 2019.  
217 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São  
Leopoldo, RS, 2019.  
“Orientador: Dr. Telmo Adams”.

1. Educação ambiental. 2. Meio ambiente. 3. Polícia  
Militar Ambiental. I. Título.

CDU: 37:504

Catálogo na Publicação (CIP):  
Bibliotecário Alessandro Dietrich - CRB 10/2338

NÁGILA DE MOURA BRANDÃO

**EDUCAÇÃO, AMBIENTE E SEGURANÇA:  
entre o educar e o proteger**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora em Educação,  
pelo Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos - UNISINOS

Aprovado em 25 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

---

Telmo Adams (Orientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Edla Eggert – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Isabel Aparecida Bilhão - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Danilo Romeu Streck - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

Cheron Zanini Moretti – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Ao Tiago e às crianças, por terem me dado suporte.  
A todos e todas que lutaram e lutam pelo meio ambiente, mesmo  
sob riscos e ameaças.  
A todas as pessoas e os animais não-humanos mortos, feridos e  
desamparados nos crimes ambientais de Mariana e Brumadinho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao querido Professor Telmo, que me emociona a cada encontro por sua verdade, sabedoria e serenidade.

Às Professoras Edla e Isabel, aos Professores Danilo e Loureiro, que forneceram novos caminhos e apoio ao trabalho durante a qualificação.

À Professora Cheron, que aceitou prontamente o convite para participar da banca.

Aos meus amigos Úrsula, Sérgio e D. Ute, por nos estenderem a mão no momento em que mais precisávamos.

Aos colegas policiais militares que estiveram comigo nessa jornada.

Aos meus tios, tias, primas, primos, amigos e amigas que me abraçaram e cuidaram de mim quando estive longe de casa.

À minha mãe e ao meu pai, que acreditaram sempre na minha capacidade e me incentivaram para além de suas possibilidades materiais.

À Viviane, João Pedro e Henrique, pela casa, comida e roupa lavada, em Cuiabá.

Aos amigos Willer e Carlão, pelas fotos e prontidão em ajudar.

À Ranyelle e à Joelma, pelos choros e risadas que o doutorado nos deu.

À Dra. Cibelia Maria Lente e ao Dr. Diogo Peixoto Botelho, pelo auxílio.

Coma arroz tenha fé nas mulheres  
O que eu não sei  
Eu ainda posso aprender  
Se estou sozinha agora  
Estarei com elas mais tarde  
Se estou fraca agora  
Posso me tornar forte  
Lentamente, lentamente  
Se aprender, posso ensinar as outras  
Se as outras aprenderem antes  
Eu devo acreditar  
Que elas voltarão e me ensinarão  
Elas não vão embora do país com seu conhecimento  
E me enviarão uma carta em algum momento  
Devemos estudar todas as nossas vidas  
Mulheres vindas de mulheres  
Indo para mulheres  
Tentando fazer tudo que pudermos  
Com as palavras  
Em seguida, tentar trabalhar com ferramentas  
Ou com nossos corpos  
Tentando ficar o tempo que for preciso  
Lendo livros quando não há professores  
Ou quando eles estão muito distantes  
Ensinando a nós mesmas  
Imaginando outras lutando  
Devo acreditar que nós estaremos juntas  
E construir confiança o suficiente  
Para que quando eu precise lutar sozinha  
Eu saiba que há irmãs que  
Ajudariam se soubessem  
Irmãs que viriam  
Para me apoiar mais tarde  
Mulheres exigindo liberdade  
Cada uma com suas necessidades  
Nossa vida completamente dilacerada  
Pela velha sociedade  
Nunca nos dando o amor ou o trabalho  
Ou a força ou a segurança ou a informação  
Que nos poderia ser útil  
Nunca ajudadas pelas Instituições  
Que nos aprisionam  
Quando precisamos de cuidados médicos  
Somos abatidas  
Quando precisamos da polícia  
Somos insultadas e ignoradas  
Quando precisamos de pais e mães  
Encontramos robôs  
Treinados para nos manter em nossos lugares  
Quando precisamos de trabalho  
Nos dizem para nos tornarmos parte do sistema que nos destrói  
Alimento que nutre  
Medicina que cura  
Canções que nos lembram de nós mesmas  
E nos fazem querer continuar com o que importa para nós  
Vamos sair de novo  
Encontrando as mulheres que saem pela primeira vez  
Sabendo que esse amor faz uma boa diferença em nós  
Afirmando uma vida contínua com mulheres  
Devemos ser amantes médicas soldadas

Artistas mecânicas agricultoras  
Todas em nossas vidas  
Ondas de mulheres  
Tremendo de amor e raiva  
Cantando, nós devemos enfiar  
Beijando, virar e quebrar a velha sociedade  
Sem nos tornarmos os nomes que elogiam  
As mentes que pagam  
Coma arroz tenha fé nas mulheres  
O que eu não sei agora  
Ainda posso aprender  
Lentamente, lentamente  
Seu eu aprender posso ensinar as outras  
Se as outras aprendem antes  
Eu devo acreditar  
Que elas voltarão e me ensinarão

Fran Winant.

## RESUMO

A presente tese visou pesquisar as práticas de trabalho de policiais militares lotados no Batalhão de Proteção Ambiental da Polícia Militar do estado de Mato Grosso. Buscou-se verificar quais as contradições entre a natureza institucional e o papel historicamente definido para a Polícia Militar de Mato Grosso no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental. Além disso, a pesquisa problematizou a natureza institucional e o papel historicamente definido no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental. O estudo teve por base o método materialista histórico-dialético, assumindo epistemologias do campo da teoria descolonial, feminista e vegetariana. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise discursiva, sob os conceitos de semiótica, alteridade, dialogismo, exotopia, polifonia, discurso, enunciado e autoria com base em Bakhtin. Também foi assumido o conceito de ‘referente ausente’ como estratégia metodológica para lidar com os constrangimentos e os impedimentos no uso da fala como elemento informativo; além do ser social de acordo com Lukács. Entre os resultados obtidos foi possível verificar que, em meio a contradições, as ligações solidárias entre os sujeitos permitem que haja uma troca dialógica no campo ambiental entre policiais e sujeitos fiscalizados. Ainda, foi possível verificar que o papel da instituição pesquisada é limitado, diante da necessidade anterior e maior de questionar os sistemas que atravessam nossas sociedades e impedem a devida compreensão de nós mesmos enquanto sujeitos e dos demais componentes humanos e não humanos, que dividem conosco o espaço que chamamos meio ambiente.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Meio Ambiente. Polícia Militar Ambiental.

## ABSTRACT

The present dissertation aimed to investigate the work practices of military police officers crowded in the Battalion of Environmental Protection of the Military Police of the state of Mato Grosso. The research verified the contradictions of the institutional nature and the historically defined role for the Military Police of Mato Grosso in the work of environmental protection and the possibilities of an articulation between inspection and environmental education. The study was based on the historical-dialectical materialist method, assuming epistemologies in the field of decolonial, feminist and vegetarian theory. The research methodology used was the discursive analysis, considering the concepts of semiotics, alterity, dialogism, exotopia, polyphony, discourse, enunciation and authorship based on the author Bakhtin. The concept of 'absentee referent' was also used as a methodological strategy to deal with constraints and impediments in the use of speech as an information element; besides the social being according to Lukács. Among the results obtained it was possible to verify that, in the midst of contradictions, the solidarity bonds between the participants allow a dialogical exchange in the environmental field between police and controlled subjects. Moreover, it was possible to verify that the role of the institution studied is limited, given the previous and greater need to question the systems that cross our societies and prevent the proper understanding of ourselves as subjects and of the other human and nonhuman components that share with us the space we call the environment.

**Keywords:** Environmental Education. Environment. Environmental Military Police.

## RESUMEN

La presente tesis tuvo como objetivo investigar las prácticas laborales de los oficiales de la policía militar reunidos en el Batallón de Protección Ambiental de la Policía Militar del estado de Mato Grosso. La investigación verificó las contradicciones de la naturaleza institucional y el papel históricamente definido de la Policía Militar de Mato Grosso en el trabajo de protección ambiental y las posibilidades de una articulación entre la inspección y la educación ambiental. El estudio se basó en el método materialista histórico-dialéctico, asumiendo epistemologías en el campo de la teoría decolonial, feminista y vegetariana. La metodología de investigación utilizada fue el análisis discursivo, considerando los conceptos de semiótica, alteridad, dialogismo, exitopía, polifonía, discurso, enunciación y autoría basada en el autor Bakhtin. El concepto de “referente ausente” también se usó como una estrategia metodológica para enfrentar las restricciones e impedimentos en el uso del habla como un elemento de información; además del ser social según Lukács. Entre los resultados obtenidos se pudo verificar que, en medio de contradicciones, los vínculos de solidaridad entre los participantes permiten un intercambio dialógico en el campo ambiental entre la policía y los sujetos controlados. Además, fue posible verificar que el rol de la institución estudiada es limitado, dada la necesidad anterior y mayor de cuestionar los sistemas que cruzan nuestras sociedades e impedir la comprensión adecuada de nosotros mismos como sujetos y de los otros componentes humanos y no humanos que comparten con nosotros el espacio que llamamos medio ambiente.

**Palabras clave:** Educación Ambiental. Medio ambiente. Policía Militar Ambiental.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa político de Mato Grosso. ....	56
Figura 2: Mapa dos biomas do Brasil. ....	59
Figura 3: Estátua plasmada na Avenida Coronel Escolástico. ....	62
Figura 4: Educação como formação e educação como Cultura. ....	88
Figura 5: Conceito de meio ambiente.....	123
Figura 6: Policiais militares patrulhando o Pantanal em seus cavalos na década de 1980. ....	149
Figura 7: Fluxo de demandas e práticas. ....	178

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Fardamento do Batalhão Ambiental.....	75
Fotografia 2: Fardamento ordinário (4º B) da PMMT.....	76
Fotografia 3: Caminhão caçamba apreendido na década de 1980.....	81

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Gráfico que demonstra a subordinação hierárquica da PM. ....50

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultado de questionário aplicado em 2014 aos policiais militares da 2ª Cia PMPA, em Rondonópolis-MT.....	38
Quadro 2: Resumo da pesquisa realizada junto aos educadores ambientais no V Fórum brasileiro de Educação Ambiental.....	100

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPPAS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
BMPMA	Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental
CETAS	Centros de Triagem de Animais Silvestres
CONSEMMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT*	lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis
MT	Mato Grosso
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
ONG'S	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIX	Parque Indígena do Xingu
PMMT	Polícia Militar de Mato Grosso
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
2ª Cia PMPA	Segunda Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental

## SUMÁRIO

<b>1 A TESE</b> .....	<b>17</b>
<b>1.1 Compreendendo a estrutura da tese</b> .....	<b>23</b>
<b>1.2 Método</b> .....	<b>26</b>
<b>1.3 Metodologia</b> .....	<b>34</b>
1.3.1 Análise discursiva: semiótica alteridade, dialogismo, exotopia, polifonia, discurso, enunciado e autoria em Mikhail Bakhtin .....	40
1.3.2 O referente ausente .....	45
<b>1.4 O Livro</b> .....	<b>48</b>
<b>1.5 Sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>49</b>
<b>1.6 Sujeito: ser social</b> .....	<b>53</b>
<b>1.7 Local da pesquisa</b> .....	<b>55</b>
1.7.1 O estado de Mato Grosso .....	55
<b>2 EDUCAÇÃO</b> .....	<b>66</b>
<b>2.1 Educação: o que é?</b> .....	<b>66</b>
2.1.1 Educação como formação .....	67
2.1.2 Educação como cultura .....	83
2.1.3 Pedagogia(s), mediações pedagógicas e os não-lugares da Educação .....	91
2.1.4 Educação ambiental .....	97
<b>2.2 Legislação</b> .....	<b>104</b>
<b>2.3 Sujeitos (educadores ambientais) e seu trabalho</b> .....	<b>110</b>
<b>2.4 Estruturas impeditivas ou sistemas que dificultam</b> .....	<b>112</b>
<b>2.5 Utopia</b> .....	<b>114</b>
<b>3 AMBIENTE</b> .....	<b>120</b>
<b>3.1 Ambiente: o que é?</b> .....	<b>120</b>
3.1.1 Natureza .....	120
3.1.2 Meio Ambiente .....	123
3.1.3 Ecologia .....	125
3.1.4 Preservação .....	128
3.1.5 Conservação .....	128
3.1.6 Proteção .....	130
<b>3.2 Ideologia, consciência e discurso científico</b> .....	<b>130</b>
3.2.1 Discurso Científico .....	136
<b>3.3 Apropriação e lavagem</b> .....	<b>139</b>
<b>3.4 Sujeito e trabalho</b> .....	<b>143</b>
<b>3.5 Estruturas ou sistemas impeditivos</b> .....	<b>150</b>
3.5.1 Desenvolvimentismo .....	151

3.5.2 Machismo .....	153
3.5.3 Especismo .....	158
<b>3.6 Utopia.....</b>	<b>161</b>
<b>4 SEGURANÇA.....</b>	<b>169</b>
<b>4.1 O que faz a Polícia? A metáfora do martelo de Dominique Monjardet.....</b>	<b>169</b>
<b>4.2 Polícia Militar, a instituição e suas transformações .....</b>	<b>170</b>
4.2.1 A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.....	176
4.2.2 O Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental .....	177
<b>4.3 Como se constituem os policiamentos especializados? O exemplo de Maria da Penha, a transformação do espaço privado e da propriedade do homem .....</b>	<b>178</b>
<b>4.4 A cidade e os cidadãos: espaço público?.....</b>	<b>183</b>
<b>4.5 Violência e criminalidade: quando foi que mudamos o foco e invertemos o olhar? .....</b>	<b>186</b>
<b>4.6 Sujeitos.....</b>	<b>191</b>
<b>4.7 Estruturas impeditivas ou sistemas que dificultam.....</b>	<b>192</b>
4.7.1 Colonialidade.....	192
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>198</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>205</b>

## 1 A TESE

Eu sou uma *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000), eu sou uma caipira (RIBEIRO, 1995). Eu sou uma mulher, negra, vegana, feminista e policial militar. Frequento o quartel e a Academia: em ambos, carregar a bandeira do outro nem sempre é uma missão suave. Este é o caminho que entendo coerente como investigadora que não quer seguir as evidências imediatas, mas sim realizar novas aproximações que possibilitem algum ineditismo no modo de compreensão de uma temática que se coloca como uma tentativa de autoentendimento de uma prática banhada em escolhas de vida.

Durante o período de 2008 até início de 2012 trabalhei em unidades da Polícia Militar de Mato Grosso, chamadas Companhias de Polícia Comunitária. Neste período, tornei-me mãe de uma menina e entrei no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. A vivência no trabalho de Polícia Comunitária me fez querer escrever minha dissertação sobre as crianças que não podiam brincar pelas ruas, sem que sua presença no espaço público fosse considerada pela comunidade um problema de polícia. Foi aí que conheci, através de minha orientadora, um viés de pesquisa para lidar com discrepâncias de poder entre sujeitos no campo de pesquisa, a análise discursiva. Assim, minha realidade me fez realizar um trabalho com crianças, sob a perspectiva delas, no campo da cidadania, de ser e estar na cidade com os outros cidadãos.

Fazer o mestrado me trouxe muitos problemas institucionais. Estudar não foi uma vantagem dentro da instituição. Logo após o término do mestrado, fui transferida para o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental. Entre os anos de 2012 até início de 2015, não mais havia roubos, furtos, homicídios, tráfico doméstico de drogas e violência contra a mulher para atender. Havia, agora, pesca predatória, desmatamentos ilegais, maus tratos contra animais e caça. Além disso, havia uma nova gama de conhecimentos e de lugares diferentes com os quais aprendi a lidar. *A priori*, parecia que havia tirado férias permanentes de toda aquela violência e desespero dos crimes comuns contra a pessoa e contra o patrimônio, mas, com o tempo, pude perceber que eu nada sabia daquele mundo, o mundo do *ambiental*. Ali os criminosos não se escondiam, inclusive, na maioria das vezes, enfrentavam a guarnição da polícia ambiental, dizendo que eram trabalhadores em suas atividades cotidianas, justificando que eram *pais de família*, e que suas atividades empregavam outros *pais de família*. Eles eram donos de hotéis-fazenda, grandes agricultores, pescadores e turistas. Pessoas, que na maioria das vezes, argumentavam no sentido de não compreenderem o motivo de estarem sendo interpelados pela fiscalização. Um mundo ainda mais masculino

que o mundo anterior. Era mais rústico, mais forte. Enquanto comandante de unidade, havia ainda menos mulheres trabalhando comigo, e menos ainda no trabalho operacional.

Muitos relatórios, fiscalizações, apreensões, infrações aplicadas e, depois, veio a oportunidade de participar de uma grande operação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), na Amazônia mato-grossense. E com essa experiência, veio uma grande transformação pessoal. O choque ao permanecer por cinco dias em um gigantesco desmatamento (que agora já era uma enorme lavoura de arroz, encravada no meio da Floresta Amazônica fechada) fez de todo o trabalho que eu já havia realizado uma verdadeira piada, algo insignificante, pois a situação era muito pior. E 30 dias depois de muito trabalho, pouco sono, pouca comida e vários sustos, comecei a informar-me acerca das coisas que havia presenciado e descobri: grande parte dos problemas ambientais do mundo estão relacionados à alimentação humana (FAO, 2013). Estaria eu, com meu modo de viver, ser, me alimentar e consumir, sendo conivente e, de alguma forma, responsável por toda aquela destruição? A resposta era óbvia: sim!

Diante da constatação restava uma única postura: mudança. Mudança na forma de trabalhar, mudança na postura intelectual, mudança nos discursos e a mais difícil e necessária: mudança na forma de ser e estar no mundo. Tornei-me vegetariana, depois vegana. Não fazia mais sentido prender uma pessoa que mata um papagaio, joga água quente em um cachorro e continuar comendo carne de porco, comprando sapato feito com pele de vaca. Fui procurar aporte teórico, dentro de uma já iniciada vida acadêmica, para lidar e pensar com as questões que se colocavam na minha rotina de manter um trabalho diário de administrar um efetivo de cerca de 30 e 2 mulheres para proteger de crimes ambientais 21 municípios do Sul de Mato Grosso. Um autor do campo da Educação Ambiental me foi apresentado por uma professora, e muitas coisas, as quais eu já pensava, somaram-se a uma construção amplamente problematizadora e crítica:

Não é suficiente nos alimentarmos com produtos oriundos da agricultura orgânica e ecológica, se a nossa atitude cotidiana e esse tipo de produção não fizerem parte de um amplo processo de discussão sobre o solo como mantenedor da vida, de defesa da reforma agrária efetiva e da justiça social, de mudança radical nas relações de produção, de reflexão ética sobre o que somos e o que nos nutre. Não basta fazermos meditação para alcançarmos níveis profundos de percepção da natureza se reproduzirmos relações sociais de opressão e dominação; protegermos a ararinha azul e deixarmos o caatingueiro morrer de fome, condenando-o se este mata um animal em extinção, sem estabelecer nenhum processo econômico, social e cultural que crie outras possibilidades de modos de vida e de percepção do natural;

entendermos as grandes transformações ecossistêmicas e ignorar a dinâmica societária (LOUREIRO, 2012, p. 117-118)<sup>1</sup>.

As leituras aprofundaram-se, variaram-se e me auxiliaram na participação mais incisiva nos espaços onde circulava, como o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), o Conselho da Bacia hidrográfica da região e o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Segurança Pública. Não sem com isso conseguir reunir muitos desafetos pela nova postura ambientalista e combativa das injustiças sociais. Porém, o combate estava sendo perdido. Seria eu uma incompreendida ou uma lunática?

O projeto de Educação Ambiental que executava, com poucas possibilidades materiais com crianças das classes populares, também me obrigava a estudar mais sobre o assunto. Então, veio a ideia de meu companheiro de vida de que eu tentasse o doutorado na área da Educação Ambiental.

A premissa da dialética, de mudança do quantitativo para o qualitativo (que também está presente, em outra configuração, no documento da **Conferência de Estocolmo**, “agir localmente e pensar globalmente”), é uma base muito salutar para uma ambientalista neófito não entrar em colapso mental e se tornar uma grande desiludida. Porém, observando a história dos(as) ativistas, são notáveis as lutas no interior do campo ambiental, quando os grandes crimes<sup>2</sup> são cometidos com o escopo de estarem sendo feitos em prol da produção e do desenvolvimento, e que seus cometedores, na verdade, consideram-se grandes benfeitores da agropecuária, da indústria, do serviço e da política. Um modelo fadado ao fracasso.

Assim, agarrei-me ao que pareceu ser a única arma viável para combater a ideologia presente no campo ambiental, a Educação. O doutorado iria me proporcionar recolher um arsenal à altura do inimigo que eu havia criado; e não eram moinhos de vento, eram mesmo gigantes. Os trabalhos de proteção ambiental realizados em Mato Grosso pelos órgãos de fiscalização e proteção deveriam ser conhecidos, bem como as estratégias daqueles(as) que enriquecem com as práticas de crime ambientais (com a pressão política sobre os entes que realizam as prisões e apreensões, com o desmantelamento dos órgãos fiscalizadores), e as ações que de cada um de nós, que colabora de alguma forma com a degradação ambiental, como elo de uma corrente. Durante a pesquisa de doutorado entrei em contato com uma das

---

<sup>1</sup> Enquanto escrevia esta tese o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) declarou a ararinha-azul extinta na natureza. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9673-ararinhas-azuis-ganham-unidades-de-conservacao>>. Acesso em 10 de jan. de 2019.

<sup>2</sup> O problema é muito maior quando tomamos conta da dimensão e do poder da bancada ruralista no Brasil, que tem o poder de propor e alterar as leis ambientais, inclusive, fazendo com que certos crimes ambientais deixem de ser crimes ambientais. Afrouxando limites que já são gigantescos, em prol do modelo desenvolvimentista agroexportador.

mais importantes e desmistificadoras linhas de pensamento teórico, que me fizeram entender, por outras bases, de que se tratava comercializar vida, cultura e meio ambiente, sob o discurso de estar fazendo bem ao Brasil: o pensamento descolonialista, em uma perspectiva crítica.

Desta maneira, o trabalho justifica-se sob diversos pontos. Para a academia é necessário ouvir e ver (mesmo que apenas de um único ponto de vista) o que se passa dentro de uma instituição militar. Fatidicamente, a história recente do Brasil está marcada pelo regime ditatorial (1964/1985) que colocou o termo *militar* de forma igualitária no discurso público<sup>3</sup> e fez com que estereótipos fossem e sejam cotidianamente reforçados. As ações diárias, realizadas pelas polícias militares, não são totalmente iguais àquelas que permanecem rodeando a lembrança e também o imaginário daqueles que viveram momentos de violência física e psicológica dentro do espaço acadêmico. Considero ainda que a ausência de diálogo, aberto e não-revanchista, entre a Academia e as Polícias, nestes 30 anos de democracia que se seguiram, fez surgir um fenômeno que se mostrou temeroso em nossa sociedade: discurso de ódio de determinadas camadas da sociedade foi recebido e acolhido dentro dos quartéis por alguns profissionais de Segurança Pública que não se viram incluídos e nem tampouco protegidos e lembrados por outros setores da sociedade. Creio que essa ausência de diálogo fez parecer a estes trabalhadores e a trabalhadoras que seus medos e seus problemas não eram dignos de serem discutidos. Por mais que saibamos do poder dos discursos demagógicos ante às pessoas que se sentem abandonadas e desprotegidas pelo Estado, os que procuram asilo, não percebem que se trata de uma grande emboscada, que seus medos só estão sendo utilizados para manobrá-los, e serão utilizados contra eles. Assim, acredito que a falta de abertura sincera e ininterrupta da Academia, nestes 30 anos de democracia ante aos órgãos policiais, seja uma das responsáveis pelo ressurgimento e fortalecimento dos discursos de ódio que se sublevaram em 2018.

Para a Polícia Militar é importante olhar para todos os seus próprios cantos, suas especialidades e suas especificidades, para sair dos tais estereótipos já mencionados. Tendo em vista que podemos nos olhar de novas maneiras e sob novos pontos de vista. Será que, em nossa cotidianidade de ação decorrente do papel institucional atribuído, estamos sempre coagindo as pessoas a agirem de forma correta através de nossa presença (e da farda, das viaturas, das armas)? Ou será que também conseguimos nos colocar, durante o trabalho, como mais um membro da comunidade, corresponsável por educar e dar exemplo aos mais novos, de aprender com os mais velhos, de resolver pequenos conflitos conversando com as partes?

---

<sup>3</sup> A respeito da diferenciação do papel das Forças Armadas e da Polícia Militar, vide capítulo 4.

Nossas imagens, literalmente, vendidas, são mais próximas de um capitão Nascimento (TROPA de Elite, 2007), mas creio que, na maior parte do tempo, sejamos menos *Robocop* (ROBOCOP, 1987) do que a população imagina. A própria instituição parece tratar de forma distinta os tipos de policiamento. Um *instantâneo* a respeito do policiamento de proteção ambiental seria uma boa oportunidade para a própria Polícia Militar (re)conhecer-se.

Para a Educação, a pesquisa justifica-se por se localizar no âmbito das práticas que ocorrem no além-espço institucional da Educação, isto é, da Escola. Esses locais, também chamados marginais (EGGERT, 2012), oferecem a possibilidade de renovar as experiências e de ouvir o que não pode ser dito no discurso oficial, o que não foi contemplado pelo currículo. Em tempos como os atuais, onde reformas profundas e importantes estão sendo levadas a cabo, a consolidação das normativas e das práticas na área da educação, do meio ambiente e, por conseguinte, da educação ambiental (cuja política nacional é gerida por ambos os ministérios, Meio Ambiente e Educação) podem acabar sendo contempladas apenas as vontades de pequenos grupos. Como será mais explicitado no segundo capítulo, a educação ambiental no Brasil teve sua gênese na Educação Popular, que sofreu diversas agruras no período de cerceamento das liberdades civis durante a ditadura de 1964/1985, mas que, no entanto, manteve-se viva e atuante através das práticas cotidianas de sujeitos nos mais diversos âmbitos, tais como: igrejas, fábricas, movimentos populares, ruas, clubes, feiras e campos. E agora, persistimos em dizer que o diálogo deve se ampliar, que a educação deve ouvir e ver os espaços e os sujeitos educativos não-escolares.

Grandes mestres e mestras, do pensamento nacional e latino-americano, já denunciaram a ausência do pensamento original e a impossibilidade de nos desenvolvermos enquanto não alterarmos o padrão de cópia: “inventamos, o erramos” (RODRÍGUEZ, 2004). O que nos fora posto até o momento é que o ápice da civilização e da criação tecnológica-cultural humana deu-se e dá-se noutras paragens: estão guardadas no *Louvre* e em outros museus da Europa afora. A educação brasileira precisa manter diálogo honesto com a realidade nacional, pois não é possível ser humano através da humanidade de outro (HEGEL, 2011; FREIRE, 2005; FANON, 1968).

A melhoria de nossas relações com o meio ambiente, a melhoria de nossas instituições (como escola, Polícia Militar, entre outras) não se dará de outra forma que não seja num processo autônomo de levar a crítica (proponho a baseada nos preceitos marxistas de apropriação, negação e superação) a todos os campos. Assim, os sujeitos que trabalham na proteção ambiental (e consideramos que também são muito importantes aqueles que de forma não institucionalizada realizam o mesmo trabalho) merecem e precisam ser ouvidos; e da

mesma forma ouvirem e receberem aporte para que sua prática esteja para além do dever funcional de proteção, ou mesmo, para além de uma prática apaixonada. E será uma prática capaz de alterar a realidade, que colabore com a inovação desta relação (humanidade/meio ambiente), que colabore com a inovação das instituições (que foram desenhadas tendo por base modelos coloniais), e assim, esses agentes educativos (?) colaborem também para a transformação do país e do desenvolvimento nacional e humano dos brasileiros enquanto povo.

Para o Meio Ambiente este trabalho justifica-se como uma tentativa de trazer à tona questões que não são contempladas pelo discurso midiático e nem mesmo pelo discurso oficial, tais como o quão danoso é vermos o meio ambiente como mera fonte de matéria prima, e não percebermos que estamos nele e vivemos nele. Tal discurso persevera, como lendas, coisas que aconteciam antigamente, em locais distantes dos centros de poder (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro) como uma evidente reprodução das heranças coloniais, a colonialidade. Infelizmente, a proteção ambiental no Brasil é relegada a segundo plano devido ao modelo de economia ainda vigente (colonialista), onde impera a ideologia da Carta de Pero Vaz de Caminha ao afirmar que as terras do Brasil são infinitas, que nossas águas são infinitas, que nossas matas são infinitas, que se plantando, tudo dá. Esta ideologia contrasta com os relatórios das agências internacionais e Organizações Não Governamentais (ONG's) que denunciam o desaparecimento de espécies (animais e vegetais), o aumento da “desertificação” (arenização) dos solos e colaboração crescente na emissão de gases que colaboram para o efeito estufa.

Os chamados ambientalistas, cientistas (ou não) são taxados como aqueles alarmistas que estariam contra o desenvolvimento do país ao dificultar a liberdade do investimento produtivo. A violência contra estas pessoas não se dá apenas na esfera simbólica: não é mais possível trabalhar na proteção ambiental sem forte aparato de segurança no Brasil! Chico Mendes e Doroty Stang foram mortos, mas outros tantos, como o coronel da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, Ângelo Rabello, sobreviveram para nos contar que proteger o meio ambiente no Brasil é muito perigoso. Assim, enquanto não conseguirmos nos humanizar e perceber nossa pertença à natureza e tomarmos consciência de que não basta escrever leis, decretos, instruções normativas; enquanto não alterarmos nossa concepção rasa de que, desde o início da colonização europeia no Brasil, estamos sendo lesados com a expropriação de nossos minérios, nossa biodiversidade, arcando com os passivos ambientais de um modelo de economia baseado na exportação de produtos de baixa tecnologia; enquanto isso ocorre,

veremos nossas leis, nossas instituições e nossos sujeitos numa espécie de teatro mambembe, capenga, em que todo o resto é faz de conta.

Mas as mortes, a exploração e a violência são reais. É necessário também demonstrar ao ambientalismo que as causas da libertação animal (veganismo), a causa das mulheres, a causa da soberania alimentar, a causa dos(as) negros(as) e dos(as) indígenas estão completamente entrelaçados e que nenhuma dessas deve prescindir das demais, sob o risco de todas estas sucumbirem através da apropriação.

### 1.1 Compreendendo a estrutura da tese

Quais as contradições entre a natureza institucional e o papel historicamente definido para a Polícia Militar de Mato Grosso no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental? Em que medida ocorrem práticas educativas nos trabalhos de fiscalização ambiental realizados pelos policiais do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental? São duas as questões que o presente trabalho buscou responder. A experiência sensível que o trabalho nos forneceu deixou uma hipótese, apresentada em seguida.

Esta tese é circular. As estruturas quase idênticas entre os capítulos foram construídas para demonstrar e reforçar as interdependências e correlações entre os assuntos. A circularidade é a lógica sobre a qual eu construo meus raciocínios e é a forma como enxergo as possibilidades de resolução dos problemas e das construções de caminhos melhores para a nossa caminhada coletiva.

A construção do **problema** principal da pesquisa tem como base teórico-metodológica leituras do materialismo histórico-dialético, bem como está relacionada ao movimento de descolonialidade e feminismo ambientalista e vegano, tendo como síntese as seguintes questões: a) *Quais as contradições entre a natureza institucional e o papel historicamente definido para a Polícia Militar de Mato Grosso no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental?* b) *Em que medida ocorrem práticas educativas nos trabalhos de fiscalização ambiental realizados pelos policiais do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental?*

Quanto aos **objetivos**, propusemos um **geral** que foi *analisar as atividades de fiscalização ambiental realizadas pelo Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental do Mato Grosso com o intuito de identificar práticas e/ou possíveis indícios de educação ambiental*, acompanhado de mais quatro **objetivos específicos** suplementares: a) *construir um*

*retrospecto do significado de Meio Ambiente e acioná-lo frente à necessidade de ressignificação ou desmistificação/desideologização do próprio termo e também de outros que o movem, como o desenvolvimento; b) construir uma contextualização histórica da institucionalização e forma de trabalho da Polícia Militar no Brasil; c) identificar as possibilidades de existência de uma prática de Educação Ambiental considerando o tensionamento entre o exercício de fiscalização e proteção ambiental realizadas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; d) analisar o processo de formação da Polícia Militar e indicar possibilidades de integração de práticas fiscalizadoras e educativas.* Em seguida é apresentada a estrutura do trabalho, anunciando o que será trabalhado em cada capítulo.

No primeiro capítulo estão contidas as propostas do trabalho, o método, que retorna nos demais capítulos, às vezes com o nome de epistemologia ou *lógica*. Esta lógica é o materialismo histórico-dialético, à qual foram somadas outras epistemologias como a feminista, a vegetariana e a descolonial. Muitas preocupações no campo das Ciências Humanas estão em comprovar que nossas pesquisas também são ciências. É uma velha discussão e, infelizmente, está se tornando atual. O marxismo, em especial, está novamente sendo questionado como simples sistema ideológico [como se as outras teorias não o fossem] e não como forma de fazer ciência, como um conjunto de procedimentos para resolver um problema. A metodologia do trabalho é a análise discursiva com a base teórica de Mikhail Bakhtin, sendo os discursos não só dos sujeitos de pesquisa, mas todos os discursos dos documentos e da bibliografia foram questionados com base nos conceitos de semiótica, alteridade, dialogismo, exotopia, polifonia, discurso, enunciado e autoria.

A respeito dos sujeitos e do local da pesquisa, foi necessário acionar o conceito de referente ausente de Carol J. Adams, em virtude da fala para os sujeitos pesquisados ser uma interdição institucional. Desta forma, foi resolvida a questão: como lidar com a fala de quem não pode falar? Algumas estratégias foram pensadas, entre elas a escrita e impressão de um livro, onde os sujeitos da pesquisa são coautores, tendo um capítulo para cada qual. O livro foi citado apenas com as normas técnicas que lhe são exigidas, mas com a prevalência e o valor equivalentes aos demais autores e autoras que constam nas referências, aliás, como a maior referência em fiscalização e educação ambiental, já que os sujeitos somam ao todo 259 anos de experiência no trabalho de policiamento e de educação ambiental. Em virtude da inserção dos sujeitos em uma instituição, poderíamos concluir que não há possibilidade de ação para além das amarras institucionais, o que seria um determinismo, portanto, o conceito de ser social de György Lukács também é acionado. Por último, para compreendermos os movimentos dos sujeitos, consideramos necessário estabelecer um levantamento sobre o local

de pesquisa, o estado de Mato Grosso, através de aspectos que mais influenciam nas questões iniciais, tais como sua geografia política, hidrografia, biomas, fauna, flora, dados da proteção ambiental e história.

O segundo capítulo, dedica-se exclusivamente como espaço para a discussão direta sobre Educação, iniciando com uma definição e prosseguindo nos campos da formação e da cultura. O campo da formação esteve relacionado ao último dos objetivos da pesquisa, que era analisar o processo de formação da Polícia Militar e indicar possibilidades de integração de práticas fiscalizadoras e educativas, sendo necessário somar aos discursos dos sujeitos as atuais políticas de formação presentes na Matriz Nacional Curricular para profissionais de Segurança Pública. As questões como lugar da educação e do sujeito da educação formaram uma arena de discussões, haja vista o aumento cada vez maior da hiperespecialização dos sujeitos e dos espaços. A Educação Ambiental entra em foco através da análise de seu surgimento oficial e de sua implementação nas normativas nacionais e internacionais, bem como da necessidade de sua defesa e de seu posicionamento no campo crítico. Como estrutura impeditiva de maior preponderância no tema Educação, inserimos o sistema capitalista como principal fator que proporciona um desalinhamento entre o desejado e a realidade. Por último, apresentamos uma utopia de educação no que tange ao nosso problema de pesquisa.

O terceiro capítulo inicia-se como um glossário de termos vastamente utilizados nos trabalhos acadêmicos de Educação Ambiental, mas extremamente complexos, no sentido de serem espaços de luta pela significação destes termos. Diante disso, apresentamos os termos natureza, meio ambiente, ecologia, preservação, conservação e proteção sob uma ótica de leitura banhada pelas epistemologias assumidas. Ainda neste capítulo, é realizada uma discussão sobre ideologia e consciência de discurso científico, na tentativa de apreensão da complexidade de assumirmos um compromisso diante do campo ambiental, mas traçando um delineamento histórico de como este campo foi invadido pelas ideologias opressoras [de classe, de gênero, de raça ou etnia e de espécie] para que tenhamos com o tal discurso científico a mesma criticidade que temos com os demais discursos. Em seguida, tratamos dos aparatos de apropriação que as ideias do campo revolucionário passam pelo campo opressor, em diversas demonstrações de movimentos dialéticos.

No terceiro capítulo, que trata mais especificamente do Meio Ambiente, trazemos ainda a situação vivida pelos sujeitos que se dedicam ao campo da proteção, e as atuais condições do Brasil. As estruturas ou sistemas trazidas como impeditivas a adequada relação de equilíbrio ambiental no terceiro capítulo são o desenvolvimentismo, o machismo e o especismo. E, em se tratando de uma utopia no campo ambiental, trazemos as ideias do

crescimento negativo, do ecossocialismo, do *bienvivir* e do veganismo como alternativas viáveis à construção de um mundo onde haja uma relação menos opressiva e mais harmônica entre todos os terráqueos.

O quarto e último capítulo é dedicado a Segurança, com os esclarecimentos teóricos do campo da filosofia e da sociologia do que é a polícia e para que ela foi criada. Em seguida, é realizado um retrospecto histórico de modo a demonstrar como e para que a polícia militar foi transladada como ideia ao Brasil. Após estas apresentações, realizamos alguns questionamentos sobre o espaço da cidade, como o meio ambiente do cidadão e uma análise filosófica sobre a violência e a criminalidade no Brasil, com o intuito de verificar se é possível que haja uma relação dialógica e pedagógica entre a polícia e os cidadãos dentro do espaço de violência. Além disso, são apresentados os sujeitos da segurança pública, em sua atual situação de vida e de trabalho; e a colonialidade, como sistema impeditivo preponderante ao adequado desenvolvimento do campo da segurança pública no Brasil.

Os três capítulos dos temas (educação, ambiente e segurança) são apresentados sempre da seguinte forma: definição, o que é?; legislação; sujeitos; estruturas impeditivas ou sistemas que dificultam; e utopia, excetuando o último capítulo.

Os tópicos “as estruturas impeditivas e os sistemas que dificultam” contém estas estruturas ou sistemas que considero serem as mais preponderantes dentro do problema de pesquisa levantado, sendo: especismo, capitalismo/desenvolvimentismo, colonialismo, machismo e racismo/xenofobia. Eles estão presentes nos três tópicos da tese (educação, ambiente e segurança), de forma entrelaçada, porém, tem mais preponderância em um ou noutro dos três aspectos, sendo trazido naquele momento, e não se repetindo em cada um.

Todos os chamados *sistemas impeditivos* atravessam os três temas da tese [educação, ambiente e segurança], porém, foram divididos espacialmente, com o que considerávamos mais preponderante dentro daquele tema.

## 1.2 Método

Lógica é a forma como compomos nossos raciocínios, como aprendemos a montar nossos quebra-cabeças. A forma aprendida de aprender e de ensinar. De maneira simplória, aprendemos, ao nascer, a maneira mais fácil de ligar as coisas em nosso consciente. A lógica dominante, ou hegemônica, no Ocidente é a que foi construída na Europa durante a modernidade, sendo um dos seus mais aclamados teóricos, o alemão Hegel.

A lógica hegeliana é binária. Ela também é uma lógica que assume como ponto de excelência do raciocínio e construção humana *deus*. Mas não qualquer deus. O deus de Hegel é o deus do cristão alemão médio do período em que Hegel teorizou acerca de lógica, um deus monoteísta, uniciente, uniponte e unipresente. Hegel teorizou acerca do Direito, das Artes, do Estado, tendo como base a lógica de que a perfeição seria chegar a este deus. Hegel também resgatou a dialética grega, e este resgate foi usado como ponto base dos materialistas, como alicerce, não só como uma forma de enxergar o divino e de construir a consciência do si-parasi através da alteridade, mas como uma regra geral de pesquisar a natureza até nas obras básicas do mundo material, como no estudo da eletricidade, ou na explicação de como se formam os deltas dos rios.

A historicidade entra com uma força total quando os materialistas conseguem construir, com base na dialética hegeliana, uma maneira de pesquisar e de pensar os fenômenos sempre considerando as contradições, as transformações e o percurso que determinado fenômeno apresenta ao ser analisado em sua trajetória temporal. Assim, foi desenvolvido o método materialista histórico-dialético. Esta lógica, esta forma de pensar, de pesquisar, foi duramente combatida, pois seus principais desenvolvedores, Karl Marx e Friedrich Engels, o conceberam como a forma teórica de realizar a revolução do proletariado. Não cabe neste trabalho uma extensa explicação das enormes dificuldades que pesquisadores ao longo da história sofreram por utilizarem este método em suas pesquisas. No entanto, vale a lembrança de que, ao assumir pensar sob este raciocínio, a pesquisadora visa, também, ser instrumento de aporte para uma transformação histórico-social no sentido pensado pelos autores acima citados: que os trabalhadores e trabalhadoras sejam libertos da exploração, e que sejam eles e elas os autores e as autoras de sua própria liberdade.

O materialismo histórico dialético compreende a produção do conhecimento científico em Ciências Sociais como a análise do fenômeno estudado de maneira sincrônica, na sua historicidade de forma concomitante de maneira anacrônica (NETTO (2011, 2016a, 2016b)). A utilização de ambos permite que notemos a linearidade de determinada situação, mas que consigamos notar e valorizar as anomalias que modificaram a linha de alguma forma:

não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence (dentro da totalidade dinâmica de que ele faz parte), também não podemos avaliar nenhuma mudança concreta se não a reconhecermos como mudança de um ser (quer dizer, de uma realidade articulada e provida de certa capacidade de durar). (KONDER, 2008, p. 53).

Esta lógica (somada ao conceito de ser social, trabalhada mais abaixo) nos permite verificar as estruturas materiais e a história como amarras aos movimentos de mudança em concomitância a possibilidade de alteração constante dos fenômenos causadas pelas pessoas, enquanto seres capazes de mudança. Com base também no método materialista histórico-dialético, analisaremos as atividades de proteção/fiscalização ambiental com o intuito de responder ao problema de pesquisa.

Resta ainda como necessidade, ao tomarmos o materialismo histórico-dialético como pressuposto teórico-metodológico, realizar esclarecimentos em relação aos conceitos principais que compõe o problema: “na investigação científica da realidade, começamos trabalhando com conceitos que são, ainda, sínteses muito abstratas” (KONDER, 2008, p. 42). Ou seja, trajetória que busca responder ao problema de pesquisa requer que entendamos que o trabalho de fiscalização ambiental dá-se com sujeitos inseridos em uma instituição (de origem colonial, militar, hierarquizada, normatizada e normalizadora, etc.), porém, que esses sujeitos são seres sociais (que têm condições de alterar a realidade, em certa medida) que realizam um tipo específico de trabalho (pago, assalariado, normatizado, com uma formação específica e fornecida pelo Estado) junto ao meio ambiente (que é tratado pelo Estado e pela sociedade como bem de consumo, externo à humanidade, passível de apropriação privada, etc.). É necessário, portanto, determinar cada qual dos elementos para compreendermos nossa totalidade que é o problema de pesquisa.

Para Engels (S/D) a dialética é a ciência das relações. A dialética materialista nasceu da dialética idealista de Hegel, que já é historicamente resgatada da filosofia clássica grega: Zênão, Sócrates, Heráclito e Aristóteles (KONDER, 2008). As três leis gerais da dialética são: a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a lei da interpenetração dos contrários; e a lei da negação da negação. Sendo que as três leis já existiam em Hegel (2011), a grande transformação que Marx e Engels realizaram foi aplicar as leis da dialética não só ao campo das ideias, mas à toda a natureza e à sociedade. Enfatizamos a grande evolução trazida pelos autores do Manifesto do Partido Comunista ao uso da dialética, porém, concordamos com a afirmação do filósofo brasileiro Leandro Konder:

As leis da dialética não se deixam reduzir a três e essa redução, tal como Engels a realizou, tem algo de arbitrário. Os princípios da dialética se prestam mal a qualquer codificação. Um código, por definição, articula as leis, fixa as leis em artigos (artigo primeiro, artigo segundo etc.). Como poderiam, porém, ser fixadas em artigos as leis de uma filosofia da mudança, de uma concepção do mundo segundo a qual existe sempre alguma coisa de novo sob o sol? (KONDER, 2008, p. 57 e 58).

Ao utilizarmos a dialética histórica-materialista, com a ressalva agora apontada, para analisarmos a ação de sujeitos que trabalham em uma instituição que visa preservar a ordem pública através da fiscalização e ação presença, devemos considerar que as ações institucionais, além de serem orientadas por legislações pertinentes, servem a um tipo de sociedade (a atual sociedade capitalista) e Estado. Porém, há um movimento nos idos dos anos 1990 junto às polícias brasileiras (incluindo aí a Polícia Militar), no intuito de torná-la mais próxima da população: a adoção da filosofia de polícia comunitária. A criação de políticas públicas na área da segurança brasileira foi um movimento (ele mesmo contraditório<sup>4</sup>) no sentido de uma formação policial para o diálogo e resolução de problemas locais. Tal postura é contrária à origem colonial das polícias no Brasil e ao recente processo histórico do período ditatorial, onde são vastos os casos narrados de violência policial contra a população.

Vendo através do materialismo histórico-dialético, podemos perceber que a instituição e, portanto, o trabalho por ela prestado, tem alguns movimentos em direções opostas: a criação enquanto instituição colonial, o período de recrudescimento durante a ditadura e a adoção da filosofia de polícia comunitária. A segunda lei da dialética (da interpenetração dos contrários) nos coloca a pensar que a polícia militar não deve estar exatamente como prima a doutrina de polícia comunitária, mas já não é a mesma de quando foi criada; e nem a mesma polícia militar dos tempos da ditadura: “Quando dois corpos atuam um sobre o outro, de maneira que a consequência é uma mudança de respectivo lugar pode consistir apenas em aproximação ou distanciamento”. (ENGELS, S/D, p. 47). É óbvio que mais forças existiram no sentido de transformar a situação da Polícia Militar no Brasil (Anistia Internacional, movimentos populares, mídia, construção de legislações acerca do abuso de autoridade, etc.), porém, faz-se necessário observarmos, dentro de nosso problema de pesquisa, quais dessas forças se mostram mais prevalentes.

No outro ponto, é importante notarmos que uma instituição não é um ente independente e isolado da sociedade e de seus movimentos; e que afirmações simplistas tais como *a polícia é violenta, a polícia é boa, a polícia será a salvação para este bairro* não passam de falácias, que além de perigosas, servem para corroborar diagnósticos sociais rasos junto à população. Aqui reforçamos que a dialética histórica-materialista nos fornece

---

<sup>4</sup> A respeito da construção da política pública que levou à adoção da filosofia de polícia comunitária no Brasil escrevi o Artigo Científico *A apostila do curso nacional de promotor de polícia comunitária: uma análise discursiva*, como Trabalho de Conclusão de Curso na pós-graduação em Gestão de Segurança Pública junto à Polícia Militar de Mato Grosso (BRANDÃO, 2016).

ferramentas para percebermos a capacidade ou a força que os sujeitos, em suas práticas sociais diárias, têm de modificar o movimento da tal instituição.

Por fim, pensar a dialética materialista na construção teórica é concatenar as linhas e ter a certeza de que os conceitos que movimentamos para construir esta teoria são datados (MARX, 2001; LUKÁCS, 2010) e socialmente construídos: eles nascem, crescem, desenvolvem-se, envelhecem e morrem, para então reencarnarem de outras formas.

Karl Marx e Friedrich Engels não escreveram uma obra dedicada exclusivamente aos métodos, estes são delineados durante suas exposições teóricas, por isso, a maioria dos trabalhos construídos sobre esta base filosófica colocam método e teoria como um componente único. Porém, alguns autores nos oferecem pistas que podem organizar as leituras das obras marxianas, como este trecho do Professor Leandro Konder:

O materialismo histórico de Marx e Engels é constatativo e não normativo: ele reconhece que, nas condições de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas humanas e de divisão da sociedade em classes, a economia tem imposto, em última análise, opções estreitas aos homens que fazem a história. (KONDER, 2008, p. 66).

Algumas reflexões são importantes acerca deste trecho. Em primeiro lugar, a constatação. Constatar é apurar e verificar determinada coisa, dentro do exame do material, é pura e simplesmente a realização de levantamento dos fatos ocorridos envolvendo determinado objeto. A este respeito, cabe aqui a anotação acerca da obra *O 18 de brumário* de Luís Bonaparte (MARX, 2011). Neste livro, Marx narra todos os acontecimentos que levaram ao golpe de Napoleão III. As movimentações, as forças e as condições que proporcionaram o golpe, em suma, quem foram os realizadores daquele momento histórico. O percurso através deste exame material proporciona a possibilidade de enxergar o objeto: “a apreensão das dinâmicas essenciais de cada fenômeno. Captar a contradição passa a ser sintoma da apreensão do movimento real dos fenômenos”. (Emir Sader na apresentação da d’A ideologia alemã).

O segundo ponto importante é a produção dos bens materiais. Não é possível que haja uma operação humana que não esteja adequada a um determinado estágio da produção dos bens materiais. Na obra *Miséria da Filosofia* (MARX, 2001), o autor nos mostra que os modos de produção nos oferecem as relações sociais, o que de modo algum é uma amarra, do ponto de vista filosófico, haja vista que Marx também considera o ser humano como capaz de transformar os meios de produção, e, por conseguinte, as relações sociais:

A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *antiphisis*: ela não sofre passivamente a presença da natureza, ela a toma em suas mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na práxis. (BEAUVOIR, 2016, p. 83)<sup>5</sup>.

Assim como pesquisar usando o raciocínio do materialismo histórico-dialético é apurar determinado fenômeno dentro do material; bem como ao vivermos em uma sociedade normatizada e normalizada, pesquisando sujeitos inseridos em uma instituição altamente hierarquizada, analisaremos os modos de produção desses sujeitos, sendo que o material a ser analisado é a linguagem. A linguagem oficial transmitida pelas instituições e a linguagem obtida através do diálogo, ou seja, a linguagem como produto ideológico. Para tanto, utilizaremos a base filosófica presente nos trabalhos do pensador russo marxista Mikhail Bakhtin, não apenas porque este considera a linguagem algo material, mas por sua busca na localização dos símbolos através da ideologia a qual pertencem ou estão permeadas<sup>6</sup>:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. (BAKHTIN, 2010a, p. 31, grifos do autor).

Avançando, ainda percebemos que as mudanças (alterações) vividas no período de Bakhtin (1895-1975) – da busca de uma valoração, justificativa externa para uma justificativa interna das obras romanescas, literárias, em geral, talvez encontre sua atual relação com os nossos discursos. Vivemos em um momento de transição (nas atividades humanas tanto estéticas quanto éticas) em que se busca não uma coerência externa ou interna da “obra” (ou atividade), mas sua reverberação e impacto no coletivo. Não havemos mais de julgar se determinado objeto apraz a si mesmo como arte (por estar enquadrada nas características padrões de determinada classe de arte) ou como atividade prática. Não havemos mais de julgar se tal objeto (ou atividade) encontra lastro em certa tradição, cultura ou hábito. Tratemos de analisar como tal objeto (ou atividade) impacta o coletivo, sendo este coletivo não apenas a espécie humana e suas *necessidades*.

<sup>5</sup> A respeito desta citação de Simone de Beauvoir, diríamos que a humanidade não é *somente* uma espécie animal. Em consonância com nossa postura já referida que somos sim, uma espécie animal, que se diferencia das demais espécies por algumas características próprias. Este é um exemplo onde a teoria marxista e a teoria feminista se encontram crivadas de ideologia especista.

<sup>6</sup> Ideologia de classe, ideologia de gênero, ideologia de etnia (ou raça). Estas ideologias serão trabalhadas no 3º capítulo e dentro das análises discursivas. Consideramos, como Davis (2016), que estas ideologias [gênero, raça e classe] não se isolam, elas agem concomitantemente nas opressões.

Na história da construção literária ou discursiva Bakhtin encontra-se como uma forte referência por ter se mantido ativo em seus posicionamentos em um momento de quebras. São duas: em se tratando de discurso, polemizava-se à época de Bakhtin (e em seu espaço de vivência) o que era arte e o que não era arte; em se tratando de conteúdo, a mudança de eixo do idealismo para o humanismo, ou seja, a centralidade do divino passava para o sujeito. Tzevetan Todorov, prefaciando a edição francesa de *Estética da Criação Verbal*, nos diz que

Essas opções estéticas, por sua vez, estão relacionadas com grandes mutações ideológicas da época. A substituição da busca de uma transcendência pela afirmação do direito de cada indivíduo de julgar-se de acordo com seus próprios critérios concerne tanto à ética e à política quanto à estética: os tempos modernos serão marcados pelo advento do individualismo e pelo relativismo. Dizer que a obra é regida apenas pela coerência interna, e sem a referência a absolutos exteriores, que seus sentidos são infinitos e não hierarquizados, é também participar dessa ideologia moderna. (TODOROV, 2010, p. XVI).

Assim, no que diz respeito ao discurso, os formalistas careciam de encontrar neste as regras e os processos. A linha bakhtiniana vai de encontro a este raciocínio, buscando avançar no sentido de enfatizar o conteúdo. E vemos a premência de hoje ajustar nossos sentidos pelos impactos coletivos, ou seja, ao político. Se tiver forma, tiver conteúdo e esta forma e conteúdo impactarem negativamente à coletividade, não pode ser estético nem ético (a obra ou a atividade) - pesca, caça, pecuária, carro novo, prédio novo, uma nova droga. Havemos de não só buscar o divino ou o sujeito nos discursos e atividades, busquemos o político.

É necessário vislumbrarmos que na atual conjuntura não podemos pensar em tal rompimento pelo simples “não”. O julgamento do ético e do estético das obras e das atividades do coletivo não haverão de ser feitas através de representação ou ação indireta. Há um “quê” de devaneio presente na afirmação de que *ética e estética* devem estar presentes e anteceder as decisões de cada sujeito. Bem como na afirmação de que cada sujeito deve ser livre, esclarecido e autônomo para ter condições de criticamente analisar, antes mesmo dos critérios éticos e estéticos, os impactos políticos de suas ações. Já não há que se falar em termos de nos localizarmos em um Estado de capitalismo dependente, que criminaliza e legaliza atividades e obras ao balanço das necessidades do capital e do infortúnio de espírito daqueles que lucram com as desgraças dos irmãos e irmãs (humanos e não-humanos). O capitalismo é *apenas* mais uma estrutura que inferioriza com o intuito de explorar e de destruir.

Esta análise do impacto coletivo das obras e das atividades deve preceder a beleza ou a serventia de algo, e é obra de consciências libertas. Não alçaria, após quatro anos de leitura e

análise sobre *meio ambiente*, a ideia de que a aberração da atual democracia brasileira seria capaz de discernir o certo do errado, levando em conta a quebra de machismo, racismo, classismo, especismo, intolerância religiosa. No outro polo, sirvo-me da experiência, bem como de pensamentos filosóficos como os de Hegel (2014), Fanon (1968) e Freire (2005) para também desacreditar que a simples entrega de poder decisório na mão dos oprimidos e oprimidas possa servir de solução ao impasse: quem vai decidir o que é um impacto negativo ao coletivo? Havemos de começar pela famigerada base de discurso político demagógico, mas real: havemos de começar pela Educação.

Compreendemos que a dialética se caracteriza pelo pressuposto da complexidade do real e aquela não pode ser reduzida ao antagonismo de classe. Esse possivelmente seja o sentido da reconstrução da perspectiva crítica não binária, com Mariátegui e, recentemente, com as/os intelectuais da descolonialidade (ADAMS et al., 2017; STRECK; ADAMS, 2014) e interculturalidade crítica. O pensamento complexo em si é parte da forma de conceber a realidade da maioria dos povos originários brasileiros. A lógica binária (do ser ou não ser), que utilizamos e no qual até mesmo somos ensinados a construir nosso raciocínio, é decorrente do pensamento da modernidade eurocêntrica que, pela via da filosofia grega, desviou-se da visão cristã de origem semita (DUSSEL, 2017). Na visão dos povos originários, através de uma breve passagem por algumas lendas, é possível notar que, por exemplo, uma árvore é uma árvore, mas não apenas uma árvore: ela também é a encarnação de um antepassado (que está protegendo a família); e para alguns povos, ainda um deus. Aqui as coisas não se negam, coexistem. Outro exemplo pode ser a adolescência, que além de momento das mudanças corpóreas (menarca), são também mudanças do papel daquele sujeito dentro da comunidade, e mudanças espirituais.

Como percebemos nas teorias de Adams (2018) e Davis (2016), está claro que não é possível pensar classe e não observar que dentro delas há sujeitos ainda mais oprimidos pela sua condição de gênero e etnia. Como veremos mais adiante, os dados dos Anuários de Segurança Pública do Brasil, bem como os dados de violência no trânsito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), explicitam o que já sabemos: o Brasil é um país violento. Ao analisar com mais atenção os números e estatísticas, percebemos a discrepância: para quem o Brasil é um país violento?

Do mesmo modo, nas questões ambientais há dados demonstrando que os problemas causados por desastres e desequilíbrios ambientais afetam de maneira bastante distinta os sujeitos. São pobres, mulheres e crianças os que mais sofrem com a falta de saneamento básico, por exemplo, que afeta diretamente na saúde dessa população. Toda a construção

clássica do primeiro marxismo foi gerada com problemas que a teoria de Marx e Engels procurou responder, problemas que seus pensadores principais viriam a observar e inteligir a respeito, construindo este vasto arcabouço que até hoje não se encontra completo e disponível. Marx e Engels sempre realizam comparações da Alemanha com a França e a Inglaterra, no período de seus escritos, colocando a Alemanha, na maioria das vezes, em condição de atraso devido aos seus filósofos (MARX; ENGELS, 2007), enquanto, o que no Brasil havia? Uma colônia de um país europeu que vivia basicamente de escravidão, saque e morte. Como utilizar somente esta lógica e este ponto de vista para montar este quebra-cabeças?<sup>7</sup>

Então, não devemos de esperar construir respostas que deem conta da realidade brasileira sem pensar a partir da própria história brasileira, com sua colonização, com seus 300 anos de escravagismo [como sistema econômico dominante], com a população [de 200 milhões de brasileiros] miscigenada, grande parte através do estupro de mulheres negras e índias (RIBEIRO, 1995), com o extermínio em massa da população nativa e suas respectivas culturas [ágrafas], com políticas de organização territorial baseadas na exploração do povo e do meio ambiente. Neste ponto, precisamos do auxílio de outras bases lógicas-epistemológicas para o pensamento e a formulação da resposta ao problema de pesquisa colocado. Assim sendo, as formas de pensar do feminismo [negro, vegetariano e rural], do ambientalismo e do movimento descolonial, foram somadas ao método de construção de pensamento do materialismo histórico-dialético.

### 1.3 Metodologia

Foram realizadas *análises documentais* nas diversas legislações que atravessam o âmbito da Educação, do Meio Ambiente e da Segurança Pública; *observação* dos trabalhos dos sujeitos entrevistados; uma *entrevista coletiva* com os policiais que estavam de serviço juntos e que eram sujeitos da pesquisa; *entrevistas individuais* com os policiais militares que trabalham na fiscalização/proteção ambiental (que foram capturadas através de gravação de áudio, fotografias e em caderno de campo); e *pesquisa bibliográfica*.

---

<sup>7</sup> Marx e Engels narrando os impactos da entrada de ouro das colônias na Europa usam o termo importação [quando esta palavra significa um processo comercial e fiscal entre países] para falar do saque de metais preciosos na América Latina. Percebemos o ponto de vista de quem considerou ali a normalidade do processo [colonização, do saque de ouro, uso de mão de obra escrava] e considerou os impactos na economia e nos trabalhadores europeus: “os novos produtos importados desses lugares, especialmente grandes quantidades de ouro e prata que entraram em circulação, alteraram totalmente a posição das classes umas em relação às outras e aplicaram um duro golpe na propriedade feudal da terra e nos trabalhadores, enquanto as expedições de aventureiros, a colonização e sobretudo a expansão dos mercados até a formação de um mercado mundial” (MARX; ENGELS, 2007, p. 57).

Para a realização da pesquisa de campo e das análises foram utilizadas as premissas da metodologia em Ciências Humanas obtidas através da teoria de Mikhail Bakhtin e outros comentadores do autor no Brasil. Os princípios bakhtinianos que orientaram a preparação do material, a construção do roteiro de entrevista, a efetivação das observações e entrevistas, a transcrição do material obtido e a análise discursiva do texto resultante, foram alteridade, autoria, dialogismo, exotopia, polifonia, discurso e enunciado, princípios estes que são abaixo esclarecidos.

O uso da linguagem, como elemento informativo em Ciências Humanas, é uma pauta em Bakhtin, que considera a linguagem como elemento construtor e constitutivo da sociedade. Para Jobim e Souza (2005) o autor [Bakhtin] realiza um movimento de rompimento com a forma como as metodologias em Ciências Humanas buscam seus elementos de informação:

um redirecionamento do pensamento no interior das ciências humanas do ponto de vista metodológico. Este direcionamento realiza-se, por um lado, explicitando um rompimento com as abordagens positivistas no interior das ciências humanas e, por outro, pela urgência de pensar as questões contemporâneas a partir de formulações teóricas que considerem a linguagem como *ponto de partida* e *desvio* para a apreensão da complexidade, cada dia maior, da experiência do homem num mundo em permanente transformação. (JOBIM E SOUZA, 2005, p. 317, grifos da autora).

Quando buscam na linguagem seu elemento informativo, as Ciências Humanas também assumem um “[...] compromisso e a responsabilidade com outro conceito de verdade, resgatando a dignidade da linguagem para transitar e revelar a tensão permanente entre conhecimento verdade na esfera do saber humano e social”. (*ibidem*, 2005, p. 320).

Trata-se de outra perspectiva do ponto de vista sob o qual foram criadas e desenvolvidas as ciências humanas, não seguindo a lógica tradicional de imitar as ciências biológicas e médicas, na tentativa de obter reconhecimento e *status* de ciência, esquadrinhando e higienizando as condições de pesquisa, afirmando pontos de vista, tais como: a possibilidade de neutralidade do pesquisador/a.

Foram realizadas 14 **entrevistas individuais** com policiais militares que realizam trabalho de fiscalização e de proteção ambiental. A busca pelos sujeitos deu-se através de um questionamento entre os próprios policiais de quem seriam aqueles que há mais tempo trabalhassem no Batalhão. As entrevistas individuais foram feitas com o auxílio de um roteiro de entrevistas (que está posto mais abaixo), após a leitura, o diálogo e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os nomes dos policiais que participaram das entrevistas individuais estão mantidos em sigilo.

Além disso, houve uma *entrevista coletiva*, em virtude de apenas em uma ocasião haver policiais militares que se enquadravam nos quesitos de tempo de serviço no policiamento ambiental estarem de serviço juntos, na mesma viatura. Os objetivos da realização de entrevistas coletivas eram: “[...] identificar os pontos de vista dos entrevistados; reconhecer aspectos polêmicos (a respeito do que não há concordância); provocar o debate entre os participantes, estimular as pessoas a tomarem consciência de sua situação e condição e pensarem criticamente sobre elas”. (*ibidem*, p. 66).

O período de trabalho na fiscalização e na proteção ambiental na Polícia Militar do Estado do Mato Grosso (PMMT) certamente facilitou/viabilizou o diálogo com os policiais, e isso é essencial diante do tipo de pesquisa que buscamos: “para haver compreensão é preciso existir experiência compartilhada”. (KRAMER, 2003, p. 60).

As *imagens técnicas*, utilizadas na pesquisa, contêm duas funções distintas. As primeiras foram as geradas por mim durante as observações e entrevistas. As imagens que contêm o rosto dos sujeitos da pesquisa foram inseridas *no livro* que foi construído com o material de pesquisa (a transcrição, as anotações e as imagens) e não serão expostas no trabalho. Neste sentido, percebemos que minha necessidade por fotografar os sujeitos, e olhar as fotografias dos sujeitos [mesmo não as expondo] enquanto escrevia o trabalho, dá-se em virtude de uma das funções que a imagem assumiu na atualidade.

Pesquisar utilizando imagens, segundo Jobim e Souza (*ibidem*), é uma estratégia de investigação que condiz com a atual condição do sujeito contemporâneo de ver e ser visto. As demais imagens técnicas são consideradas textos, pois “admitimos ser possível ler as imagens técnicas como enunciados que carregam, também, sentidos tensos, expressos sob a conjugação de sons, falas, movimentos e imagens”. (*ibidem*, p. 82). Há, entre as imagens técnicas, uma fotografia encontrada no lixo, a fotografia de uma estátua na capital de Mato Grosso e fotos contidas nas redes sociais oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso e mapas. Todas me servem de textos, sobre os quais é necessário um aprofundamento no campo da semiótica: “refletir sobre as questões suscitadas pela imagem técnica é também procurar uma ampla e profunda compreensão sobre a nossa história, nossa cultura e nossos modos de subjetivação”. (JOBIM E SOUZA, 2003, p. 78).

Deste modo, a metodologia é baseada em análise discursiva, sendo a imagem, dentro do conceito bakhtiniano (BAKHTIN, 2010a), um texto, muitas vezes, contendo tantas interpretações possíveis da imagem, que é necessário sempre questioná-la dentro do campo conceitual mais amplo e crítico possível. Nossos olhos também podem ser disciplinados, podemos olhar as coisas sem vê-las de fato, deixando passar significações de processos que

nos (des)educam ou oprimem, que nos chocaram num primeiro momento, e depois foram se normalizando dentro de um conjunto que se tornou cotidiano ou rotineiro. E para tanto, propusemos trazer alguns textos neste formato de imagem técnica:

Compreender a imagem é poder percorrer, no sentido inverso, o caminho de seu processo de criação. Uma imagem técnica esconde conceitos e sentidos que lhe deram origem; portanto, decifrá-la é procurar reconstruir o texto ou os textos que tal imagem contém. Estes textos são o modo como inventamos o mundo como abstração conceitual, melhor dizendo, o mundo revelado à nós através de conceitos. (JOBIM E SOUZA, 2003, p. 79).

As *transcrições* das entrevistas, tanto individuais quanto coletivas, foram realizadas com as palavras e as expressões que foram, de fato, ditas nos diálogos [discurso primário], não sendo realizadas correções gramaticais de qualquer espécie na fala dos sujeitos (inclusive na da pesquisadora). Consideramos a linguagem, sob a perspectiva bakhtiniana, como uma superestrutura que remete aos desequilíbrios de poder existentes na sociedade. Da mesma forma, há preconceitos linguísticos que deformam sob a forma de erro, as construções estéticas que provém das classes populares (GERALDI, 2003), fazendo com que o que seja oriundo de “lá” seja menos, seja errado, e, portanto, passível de correção e higienização.

Somando-se a isso, temos o aspecto da invisibilidade do trabalho de proteção ambiental realizado pelas polícias militares, que não aparece nas pesquisas buscadas nos anais da ANPED e da ANPPAS durante a década da Educação Para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (UNESCO/PNUMA). Porém, o segundo texto [composto pelas falas dos sujeitos e somados dos comentários e imagens] que compõe o texto final informativo para a análise, foi devidamente construído, do ponto de vista da gramática vigente, pois trata-se de um texto científico [discurso secundário]. Este campo de trabalho [policimento ambiental] contém seus termos técnicos, seus jargões, dialetos e vocabulário próprios que, não necessariamente, coincidirão com a chamada norma culta da língua portuguesa. Por isso, não higienizamos as falas dos sujeitos:

enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. (BAKHTIN, 2010b, p. 261-262).

As transcrições dos diálogos das entrevistas compuseram um segundo texto, acompanhado das anotações do caderno de campo, das imagens técnicas e de suas respectivas explicações, ou seja, a análise será feita em um texto de maior complexidade, do ponto de vista discursivo, que a do gênero primário:

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios: por exemplo, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta no romance, ao manterem sua forma e o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico-literário e não na vida cotidiana. No seu conjunto o romance é um enunciado, como a réplica do enunciado, como réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas a diferença deles é um enunciado secundário (complexo). (BAKHTIN, 2010b, p. 263-264).

Vejamos a importância de questionarmos a linguagem. Durante o período de preparação do projeto para o processo de seleção do PPGEdU da UNISINOS, eu ainda trabalhava como comandante da 2ª Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental, que se localiza no município de Rondonópolis-MT. No mês de outubro de 2014, apliquei um questionário aos policiais militares que ali trabalhavam, em que 40% do efetivo, 13 policiais militares, responderam ao questionário, que continha 12 questões. Abaixo, estão os questionamentos que mais nos interessam:

Quadro 1: Resultado de questionário aplicado em 2014 aos policiais militares da 2ª Cia PMPA, em Rondonópolis-MT.

Sexo	84% masculino	16% feminino
Tempo de serviço na Polícia Militar (média aritmética)	13,9 anos	
Tempo de serviço no Batalhão de Proteção Ambiental (média aritmética)	6,3 anos	
Por que trabalha no BPMPA	53% por convite	
Possui formação em proteção ambiental	92% sim	
Costuma explicar os crimes e infrações durante as abordagens	74,92% sim	23,07% não
Considera que nas abordagens e atendimentos realiza EA	100% sim	
Pertença de classe. Com que sujeito se considera economicamente parecido	53% pescador	38% pequeno empresário

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos notar, todos os policiais militares que responderam ao questionário consideram realizar educação ambiental. Uma das possíveis razões para tais afirmativas (eu faço, eu estou fazendo educação ambiental) é o fato de a educação ser considerada uma ação positiva, bem vista, benquista. Bem como a falácia que é reinante em nossa sociedade de que *a educação é a salvação do Brasil* [qual educação?]. Todos queremos aprovação do outro, assim, nada melhor do que dizermos que estamos a realizar a ação que salvará o país. A resposta à pergunta acerca de “você considera realizar educação ambiental”, provavelmente sempre será positiva, em virtude, justamente, de estarmos diante de um assunto apelativo, do ponto de vista emocional. Alguém confessaria a um estranho que não se preocupa com a educação? Com o meio ambiente? Certamente que não. Da mesma forma, que não diria que não gosta de crianças, ou de idosos, ou que não respeita a faixa de pedestres.

Assim, ao realizar uma pesquisa e referir-me ao objeto, os sujeitos da pesquisa já sabem que aquele é meu objeto de interesse. Bem como através da entonação (emocional-volutivo) já é possível que o outro conceba minha relação (positiva ou negativa) com este objeto, mesmo sem um adjetivo que o acompanhe. E esta é, também, uma face que foi trabalhada durante a pesquisa de campo, a não tentativa de dissimulação das afetividades relacionadas ao assunto. Eu, enquanto ouvinte da resposta do sujeito pesquisado, não sou passiva, sou a própria causadora da resposta, de cada palavra do entrevistado, de cada expressão sua, e ele o mesmo [co-autoria].

Esta hipótese, por assim dizer, deve ser contraposta a uma outra: em uma sociedade classista, machista e racista o que sai, em termos de criação, destes sujeitos alijados do poder, da fala e do ser [policiais militares], sempre é visto como o *não*, como a *ausência*. Poderíamos pensar que estes sujeitos, de fato, já realizam educação ambiental, porém, seu trabalho não é visto e nem considerado. A este respeito é válida e exemplar a afirmação de Geraldi (2003):

[...] quando o olhar para as construções estéticas deixarem de lado as classificações que tornam desigual tudo o que é diferente – a escultura deles é ‘artesanato’; o poema deles é literatura de cordel; as artes plásticas são ingênuas; a crítica deles é ideologia – talvez reencontremos na experiência estética o que de comum compartilhamos como homens – a capacidade de criar. (GERALDI, 2003, p. 52).

Saindo então com as experiências dos anos de trabalho no campo do policiamento de proteção ambiental e com os preceitos da análise discursiva, construímos um roteiro de entrevistas básico para o campo:

### Roteiro de Entrevistas

Para colegas policiais:

- a) Apresentar-se (contar a própria história e ir sempre dialogando quando surgir assunto vivido de forma semelhante ou muito díspar); (tal postura (alteridade) permite que limitações ao diálogo, tais como disparidade de poder, preconceitos, timidez, medo, desconfiança, sejam minimizados, e, em alguns casos, desapareçam);
- b) Perguntar a história na instituição e a entrada na fiscalização ambiental;
- c) Perguntar como se dá o relacionamento com o cidadão fiscalizado [atenção a indicadores como: se considera que educa/ que ensina, se suas falas geralmente saem da coerção e conseguem avançar para a compreensão (do que afeta a comunidade/ ou o Meio Ambiente)];
- d) Perguntar se se permite aprender, se já aprendeu e o que aprendeu;
- e) Perguntar sobre suas práticas no sentido de se orgulhar ou se envergonhar do trabalho que realiza;
- f) Perguntar que tipos de riscos existem (e se já vivenciou algum) no trabalho de proteção ambiental;
- g) Perguntar se já foi cerceado institucional/socialmente pelo trabalho feito;
- h) Perguntar se considera que esta atividade é vista/reconhecida pela comunidade/ sociedade/ instituição;
- i) Perguntar se considera que este trabalho tem potencial de transformar a sociedade e o Meio Ambiente;

Já nas primeiras entrevistas, em virtude dos diálogos, foram inseridas questões sobre a formação dos policiais militares e sobre o meio ambiente enquanto produto com valor e preço.

#### 1.3.1 Análise discursiva: semiótica alteridade, dialogismo, exotopia, polifonia, discurso, enunciado e autoria em Mikhail Bakhtin

Os diálogos obtidos com os policiais tornaram-se pontos de partida do trabalho, sob a perspectiva bakhtiniana, que considera a linguagem como algo amplo e como uma possibilidade rica e capaz de ser objeto informativo em Ciências Humanas. Para tanto, é necessário esclarecimento de alguns conceitos fundamentais nesta metodologia: *semiótica, alteridade, dialogismo, exotopia, polifonia, discurso, enunciado e autoria*.

Para Bakhtin (2010a; 2010b) o diálogo vai além da expressão verbal. Isso nos remete aos cuidados especiais tomados durante a realização das entrevistas, de não recebermos uma

fala crua como algo pronto, dado e acabado. Assim, entra em jogo o conceito da **alteridade**. Falar, expressar-se, dirigir-se ao outro, mesmo que em pensamento, é dizer para alguém localizado temporalmente, em estruturas que lhes conferem desigualdades de poder, “o quê e o como do que se diz supõem sempre o ‘outro’ em sua fundamental diversidade”. (AMORIM, 2003, p. 11, grifo da autora). Para o uso do discurso como elemento informativo, o/a pesquisador(a) em Ciências Humanas deve atentar-se a constituição total da linguagem, que não se constitui apenas de traços verbais: “ao se observar um evento depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos. São discursos que refletem e refratam a realidade da qual fazem parte construindo uma verdadeira tessitura da vida social” (FREITAS, 2003, p. 32). Desta forma, lidar com a alteridade, utilizando a linguagem como objeto informativo da pesquisa significa lidar com a seguinte informação:

A complexidade do ato bilateral de conhecimento-penetração. O ativismo do cognocente e o ativismo do que se abre (configuração dialógica). A capacidade de conhecer e a capacidade de exprimir a si mesmo. Aqui estamos diante da expressão e do conhecimento (compreensão) da expressão. A complexa dialética do interior e do exterior. O indivíduo não tem apenas meio e ambiente, tem também horizonte próprio. A interação do horizonte do cognocente com o horizonte do cognoscível. Os elementos de expressão (o corpo não como materialidade morta, o rosto, os olhos, etc.); neles se cruzam e se combinam duas consciências (a do eu e a do outro); aqui eu existo para o outro com o auxílio do outro. A história da autoconsciência concreta e o papel nela desempenhado pelo outro (amante). O reflexo de mim mesmo no outro. A morte para mim e a morte para o outro. A memória. (BAKHTIN, 2010b, p. 394).

Assim, durante as entrevistas foi necessária a anotação no caderno de campo das minúcias não ditas, dos olhares e dos silêncios, e quando não foi possível no momento da entrevista, a consecutiva anotação ao findar a entrevista. Da mesma forma, a possibilidade de retornos posteriores ao diálogo para anotação de detalhes trazidos pela memória. Aqui o discurso de outrem é completado, complementado pelos reflexos causados em mim, como forma de conjugação de significações, sendo que o discurso, *a posteriori*, será tomado “não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, entrelaçamentos de discursos que, vinculados socialmente se realizam na e pelas interações entre sujeitos”. (BRAIT, 2005, p. 95). No que diz respeito à soma das anotações às palavras do entrevistado, podemos encontrar em Jobim e Souza (2005) uma importante pista da postura bakhtiniana na construção de uma pesquisa em Ciências Humanas quando tratamos do elemento da **autoria** da fala em consideração e/ou contraponto com a **alteridade**:

No que se refere à autoria das produções de linguagem na vida cotidiana, Bakhtin admite que a palavra não pertence ao falante unicamente. É certo que o autor (aquele

que fala) tem seus direitos inalienáveis em relação à palavra, mas o ouvinte também está presente de algum modo, assim como todas as vozes que antecederam aquele ato de fala ressoam na palavra do autor. Tudo que é dito é situado fora da alma do falante e não pertence somente a ele. Nenhum falante é o Adão bíblico que nomeia o mundo pela primeira vez, nenhum falante é o primeiro a falar sobre o tópico do seu discurso. Cada um de nós encontra um mundo que já foi articulado, elucidado, avaliado de muitos modos diferentes – já falado por alguém. A linguagem nunca está completa, ela é um projeto sempre caminhando e sempre inacabado. O conhecimento depende não apenas da linguagem, mas também do juízo de valor nela implicado. (*ibidem*, p. 324).

Este breve trecho da psicóloga nos é muito esclarecedor, não só para exemplificarmos como foram realizadas as transcrições e a soma das anotações às falas dos entrevistados para a criação do texto final informativo para a análise, mas também acerca de três de nossos conceitos: *autoria* (“a palavra não pertence ao falante unicamente”); *alteridade* (“o ouvinte também está presente”); e *polifonia* (“todas as vozes que antecederam aquele ato de fala ressoam na palavra do autor”). Do encontro, então, destes dois sujeitos que se interpenetram (BAKHTIN, 2010b), temos um diálogo que é um novo texto. Isso nos coloca sob o ponto de avaliarmos que “[...] entre o discurso do sujeito a ser analisado e conhecido e o discurso do próprio pesquisador que pretende analisar e conhecer, uma vasta gama de significados conflituais e mesmo paradoxais vai emergir”. (AMORIM, 2003, p. 12).

A respeito da *polifonia* na fala dos entrevistados, devemos levar em consideração que o assunto tratado, educação e meio ambiente, são máximas sustentadas nos meios midiáticos como importantes e benéficos. Como um/uma autor(a) iria afastar-se dos adjetivos já postos e, de certa forma, já consolidados sobre o tema do diálogo? Daí a importância das anotações e dos demais componentes não-textuais do diálogo.

Consideramos, com esta base bakhtiniana, que a linguagem é constituída de atos performados (constituídos pelo conteúdo semântico, pelo signo representativo e pela entonação emocional/volutiva) e pelos pensamentos abstratos (BRAIT, 2005), assim, a simples transcrição das palavras ditas como fonte de consulta, deixaria parte da linguagem de fora, perderíamos partes significativas e significantes do enunciado. Para a formação de um texto posterior, munido das palavras e dos demais componentes que estavam presentes no ato da entrevista, precisamos de “uma filosofia que possibilite a descrição de um evento em sua forma ativa”. (*ibidem*, p. 91). Assim, as transcrições acrescidas dos demais elementos foram novos textos repletos de citações. Além das próprias palavras, das emoções e das entonações dos sujeitos, estiveram também carregados (o texto final a ser analisado, *o livro*) das impressões causadas em mim: “Citações são como fragmentos coloridos de um caleidoscópio, isolados e heterogêneos, mas que ao se juntarem em novas configurações revelam, através do

impacto da imagem, a presença simultânea da beleza e da verdade”. (JOBIM E SOUZA, 2005, p. 319).

Outro tópico importante em nossa metodologia, relacionado diretamente aos conceitos de *alteridade* e ao *dialogismo*, é a localização da pesquisadora, que como já posto na justificativa, é uma mulher, negra, vegana, oficial da Polícia Militar, pesquisadora; e é para essa pessoa que os entrevistados estarão falando e escolhendo cada uma de suas palavras. Acerca disso, Brait (2005) nos oferece o seguinte panorama:

[...] o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. (BRAIT, 2005, p. 94-95).

O fato de não haver uma forma fixa de questionário, mas um roteiro de entrevista para demarcar os temas relacionando-os aos objetivos da pesquisa, forneceu uma maior possibilidade de diálogo entre pesquisadora e sujeitos, assumindo, novamente, a riqueza do dialogismo presente na linguagem como ferramenta informativa:

Diálogo é combate e jogo, jogo entre opiniões e confronto, confronto entre duas ou mais consciências, jogo que convida o público a participar do debate. Entrar na corrente do diálogo é renunciar a fala monológica, que seduz o outro de modo autoritário e impede a manifestação do caráter de acontecimento que assume o conhecimento dialógico. (JOBIM E SOUZA, p. 319).

Estabelecer uma tentativa de diálogo entre uma oficial [a mulher negra sendo a base da pirâmide social brasileira] da Polícia Militar e praças [elementos hierarquicamente subordinados na organização] em uma entrevista, cujos preceitos fundadores são a alteridade e o dialogismo bakhtinianos, é rememorar que existe um desequilíbrio de forças institucionais entre os sujeitos, que pende por vezes para o lado da pesquisadora e, por outras, para o lado dos pesquisados. Porém, o mesmo poderia dar-se entre um pesquisador homem e uma mulher participante da pesquisa; e entre uma pesquisadora adulta e uma criança que faz parte da pesquisa. Os desequilíbrios de poder são diversos em nossa sociedade e podem dar-se do ponto de vista geracional, de gênero, de classe e de etnia. Resta-nos, assim, assumir o caráter dialógico da linguagem na pesquisa e somar o elemento assimetria e tensão como constitutivos, para que estes sejam fatores de enriquecimento dos significados surgidos, e não amarras das trocas e possibilidades:

Reconhecer um discurso diverso e um sentido singular não deve impedir que se examine a relação de forças desiguais que o produziu e que o atravessa. O pluralismo do pensamento bakhtiniano, traduzido nos conceitos de dialogismo e polifonia, é lugar de conflito e tensão, e os lugares sociais de onde se produzem discursos e sentidos não são necessariamente simétricos. (AMORIM, 2003, p. 13).

O discurso é uma arena. Assumir a alteridade é estabelecer a premissa que todo discurso é conflitante do ponto de vista que virá sempre do outro. Este discurso, na confecção do texto de análise, é o resultado do ouvir este outro, tomar meu lugar exterior [*exotopia*] àquele discurso, mas ao mesmo tempo de receptor, e dali configurar o que vejo do que o outro vê (*ibidem*): “o pesquisador ao participar do evento constitui-se parte dele, mas ao mesmo tempo mantém uma posição exotópica que lhe possibilita o encontro com o outro”. (FREITAS, 2003, p. 32).

Assim, assumidos os conceitos que expomos, fixamos a forma de como foi realizada a sistematização dos “dados”: as entrevistas foram realizadas com base nos roteiros; gravadas em áudio com auxílio de gravador de voz; anotadas no caderno de campo; degravados e transcritos e em seguida somadas as anotações, as lembranças e as imagens relativas daquela entrevista, e este texto final foi analisado como o elemento informativo da pesquisa de campo.

A **semiótica** é o estudo ideológico das imagens. As imagens, com base nessa premissa bakhtiniana, são textos com uma vasta possibilidade de leitura. Elas nos oferecem sua dupla existência: a existência material, por existir enquanto objeto, e a existência ideológica, que está refletida em um outro lugar, em uma outra coisa que não está fisicamente presente:

E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e refratar, numa certa medida, outra realidade. (BAKHTIN, 2010a, p. 31).

Assim, serão acionados objetos de minha autoria e de outros(as) autores(as) para que estes próprios sejam lidos em sua ampla existência:

Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. Um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais simples gesto humano. Negar isso conduz ao racionalismo e ao simplismo mais grosseiros. Todavia, embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento musical. (BAKHTIN, 2010a, p. 38).

Portanto, para a metodologia, recorreremos ao uso da linguagem enquanto elemento informativo digno de exercer tal função em um texto científico; à oitiva do sujeito e de sua experiência como válidos para afirmarem e confirmarem uma verdade acerca do assunto tratado; ao resgate de história através da memória e das vivências destes sujeitos; à valorização do divino e do belo através da fé, dos medos e das crenças dos sujeitos; à busca da ética através da junção de procedimentos que, por vezes, fizeram a pesquisadora abrir mão de informações mais contundentes para proteger os sujeitos da pesquisa; e à observação do complexo através da forma de fazer análise e da própria configuração espacial do trabalho que gira em torno dos discursos, mas não se eximindo de criticá-los sob o ponto de vista de um sujeito oposto a eles [mulher e vegana], mas também semelhante [mato-grossense e policial militar].

### 1.3.2 O referente ausente

O termo “infantes” [militares, soldados], no francês, vem da junção do radical “fans” [fala] e do prefixo “in” [sem], os infantes são os *sem fala* (ARIÈS, 2006). Este termo militar deu origem a palavra que significa infância, a fase da vida em que não podemos/sabemos falar (*ibidem*). O mesmo autor ainda nos fornece outro ponto sobre o qual pensar, quando mostra que *meus infantes* [crianças, soldados, filhos] são aqueles que devem estar sob o jugo de alguém e sob uma tutela patriarcal, a qual se deve obedecer silenciosamente.

Através da Política Sexual da Carne de Carol J. Adams (2018) construímos uma relação entre os policiais militares e a carne para falarmos sobre o resgate da fala [do discurso] através do constructo do *referente ausente*. Vejamos como o referente ausente funciona no exemplo de Adams (*ibidem*) para os animais:

Por meio do retalhamento os animais se tornam referentes ausentes. Os animais com nome e corpo tornam-se ausentes *como animais* para que a carne exista. A vida dos animais precede e possibilita a existência da carne. Se eles estiverem vivos, não poderão ser carne. Assim o corpo morto substitui o animal vivo. Sem animais não haveria o consumo de carne, mas eles estão ausentes do ato de comer carne, por terem sido transformados em comida. (*ibidem*, p. 79).

Durante o romance satírico *A revolução dos bichos*, de George Orwell (ORWELL, 1999), o camarada Napoleão toma o poder, que até então era diluído entre os bichos [após a Revolução] ao criar escondido uma guarda, formada por cachorros treinados, que obedecem somente a ele e atacam os outros animais ao seu comando. De todos os animais da história

[cavalos, ovelhas, porcos, galinhas, patos e pássaros], os cães de guarda de Napoleão são os únicos que não dialogam ao longo da história.

O disco, que também é uma peça teatral, *Os Saltimbancos* (BUARQUE, 1996) possui quatro personagens que são animais, o único deles que possui uma profissão humana é o cachorro:

Um Dia De Cão  
Os Saltimbancos

Apanhar a bola-la  
Estender a pata-ta  
Sempre em equilíbrio-brio  
Sempre em exercício-cio  
Corre, cão de raça  
Corre, cão de caça  
Corre, cão chacal  
Sim, senhor  
Cão policial  
Sempre estou  
Às ordens, sim, senhor

Bobby, Lulu,  
Lulu, Bobby  
Snoopy, Rocky  
Rex, Rintintin

Lealdade eterna-na  
Não fazer baderna-na  
Entrar na caserna-na  
O rabo entre as pernas-nas  
Volta, cão de raça  
Volta, cão de caça  
Volta, cão chacal  
Sim, senhor  
Cão policial  
Sempre estou  
Às ordens, sim, senhor

Bobby, Lulu  
Lulu, Bobby  
Snoopy, Rocky  
Rex, Rintintin  
Bobby, Lulu  
Lulu, Bobby  
Snoopy, Rocky  
Estou às ordens  
Sempre, sim, senhor

Fidelidade  
À minha farda  
Sempre na guarda  
Do seu portão  
Fidelidade  
À minha fome  
Sempre mordomo  
E cada vez mais cão. (RUY, 1977).

A população, em algumas ocasiões, refere-se com desprezo ou jocosidade a nós, policiais militares, usando termos como *pé de porco* e *cachorro do governo*. Animalizar sujeitos, em uma sociedade especista, sempre tem o significado de diminuir sua experiência e sua capacidade de humano, que seria melhor ou superior a dos demais animais. Quando, justamente, alinhamos ainda a ideia de um animal [ou seja, desumano, irracional] que ainda por cima é cruel e raivoso, estamos diante de uma imagem [um texto] que suplanta o referente inicial. Era um ser humano [homem ou mulher] que falava, sentia, temia e estudava, agora é apenas um/uma PM [com todo o sub-texto]: “metaforicamente, o referente ausente pode ser qualquer coisa cujo significado original é solapado, ao ser absorvido numa hierarquia de significado diferente”. (ADAMS, 2018, p. 80).

As diversas obras filmicas em que as mesmas imagens retratando militares como estes seres irascíveis, de obediência cega, sem sentimentos, e, portanto, capazes de fazer qualquer tipo de desumanidade são inúmeros. Neste ponto, os policiais [enquanto seres humanos falantes, proprietários de sentimentos] são também objetificados e consumidos:

O consumo é a efetivação da opressão, a aniquilação da vontade, da identidade separada. Com a linguagem acontece o mesmo: um sujeito é, primeiro, visto como objeto, ou transformado nisso, por meio de metáfora. Por meio da fragmentação o objeto é separado do seu significado ontológico. Finalmente, consumido, ele existe apenas por meio do que representa. O consumo do referente reitera a sua aniquilação como sujeito que tem importância a si mesmo. (*ibidem*, p. 86-87).

Em verdade, na sociedade capitalista, todos nós, terráqueos, estamos aptos em maior ou menor escala a sermos objetificados e consumidos, até mesmo em nossas relações familiares ou em nossa sexualidade. Porém, aqui estamos lidando com o desaparecimento, já histórico, de uma identidade que reforça um ciclo de violência que se inicia com a entrada do sujeito na instituição e pode ir até a identificação do sujeito objetificado com o próprio referente ausente, reforçando o solapamento de significado original e reforçando o ciclo de violência.

Portanto, por meio do silenciamento, os policiais militares deixam de ser humanos. Para nossa sociedade, em geral, perdeu-se a referência do policial que pode falar, que também é terno, que pondera suas decisões e que trabalha com o intuito de mudar a comunidade utilizando da fala. E é esta referência que trazemos abaixo.

## 1.4 O Livro

Chamei de *o livro*, o resultado de um conjunto de discursos, dos mais diversos, e imagens [lembrando que toda imagem também é um discurso] reunidos, organizados e impresso. Ele foi formado da transcrição do caderno de campo, da transcrição das entrevistas, de algumas memórias sobre os momentos das entrevistas e das fotografias retiradas durante o trabalho de campo.

O caderno de campo utilizado durante a pesquisa teve o fito inicial de realizar anotações durante as falas dos entrevistados, mas, logo nas primeiras entrevistas, notei que os policiais freavam a fala todas as vezes que eu me abaixava para olhar em direção ao caderno para anotar algo, como se eu estivesse tornando aquela *conversa* algo muito formal. Outras vezes, eu mesma me comprazia demais durante a fala e esquecia do papel e da caneta, e até mesmo que o gravador estava ligado. Como será demonstrado mais abaixo, em algumas transcrições trazidas ao trabalho em que a fala perdeu seu caráter de informadora da tese, e deslanchou em direção ao mais simples discurso, com direito a interjeições, sotaques mais fortes e dialetos policiais. O caderno de campo foi usado como diário em certas ocasiões no antes e no depois das entrevistas, e, no depois, já havia em minhas falas mais de memória do que de narrativa.

As entrevistas foram transcritas na íntegra, respeitando a identificação fiel à fonética expressa nos áudios. Nos comentários que faço sobre cada entrevista, faço somatórias aos gestos, aos silêncios e aos diálogos tidos após o desligamento do gravador, onde, geralmente, ocorriam as falas mais profundas e longas. Estas últimas não foram trazidas ao trabalho, porém, encontram-se *no livro*.

A cada ida ao quartel, fui fotografando momentos. E dada a necessidade de proteção dos sujeitos pesquisados, as fotografias não serão postas no trabalho, mas estão em ordem cronológica dos acontecimentos, também *no livro*. Há fotografias dos animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), há fotografias de minha filha [que me acompanhou em uma das entrevistas no quartel], há fotografias de policiais que não estão constando como sujeitos de pesquisa, há fotografias das refeições que compartilhamos durante este período e há fotografias dos espaços.

Dividi o livro em 14 capítulos, sendo cada um deles pertencente a um dos sujeitos pesquisados. Ineri no capítulo, além do que já foi dito, como a transcrição da entrevista, minhas impressões e memórias a respeito da entrevista em si e de outras passagens que a

entrevista me fez recordar como as fotografias, bem como músicas, poesias e recortes que em mim estavam ligados aos discursos e sentimentos daquela passagem.

*Do livro* eu removi para a tese apenas o que fora autorizado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), sem a autoria da fala, conforme autorização, para a colocação no texto final da tese: as transcrições. Utilizo de suas falas através do discurso primário (conversa, diálogo semi/informal) como aparato mais contundente, sendo as demais espaçadas e trabalhadas dentro do discurso secundário (linguagem científica, metalinguagem), nos momentos em que são necessários esclarecimentos mais profundos.

*O livro* também foi uma forma de estabelecer um *status* físico, palpável, que o mundo letrado introduziu com a prensa de Gutenberg, de que os sujeitos pesquisados são autores os quais eu cito, literalmente, com uma grande preponderância dentro do trabalho. Certamente, uma das estratégias de conferir poder ao discurso de outrem.

### **1.5 Sujeitos da pesquisa**

A pesquisa foi realizada com 14 sujeitos, sendo que me somo ao grupo com minha experiência reflexiva. Foram 14 homens, policiais militares lotados no Batalhão de Proteção Ambiental da Polícia Militar de Mato Grosso. Somando-se o total de tempo de trabalho prestado por cada um deles são exatamente 318 anos de efetivo serviço na PM e 259 anos de trabalho efetivo no serviço de proteção ambiental, ou seja, 259 anos de experiência sensível, de trato rotineiro sobre o problema da proteção ao meio ambiente.

Os sujeitos são praças da PM, que estão em posição de subordinação hierárquica diante da pesquisadora, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1: Gráfico que demonstra a subordinação hierárquica da PM.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os sujeitos da pesquisa estão inseridos entre as graduações de cabo, 3º Sargento, 2º Sargento e Sub-Tenente. Além deles, há meu posto que é o de Major. As bases da Polícia Militar são a Hierarquia e a Disciplina, sendo vedado qualquer manifestação contrária aos seus superiores ou à instituição e ao Governo, mesmo em suas redes sociais particulares.

Todos os sujeitos são do sexo masculino, lhes sendo exigido grande esforço físico para a execução dos trabalhos de policiamento ambiental, tais como: carregar barcos e motores pelas encostas dos rios, ficar por períodos prolongados pilotando barcos no sol e na chuva, recolher animais silvestres de todos os tamanhos e limpar os recintos dos animais silvestres do CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres). Posteriormente, entraremos nos detalhes relacionados ao afastamento das mulheres dos ambientes em que seja necessária força *física e coragem* como pré-requisito para o trabalho.

Entre todos há em comum uma riqueza de vidas e de histórias pessoais que percorre seus atos no trabalho, bem como, atos de trabalho que lhes influenciam na vida fora do quartel. Além de policiais, eles são: chacareiros, bruxo [dono de terreiro], professor e ambientalistas, passarinheiros [criador certificado de aves]. Em suas folgas, durante o período da pesquisa, pude perceber que iam ao quartel, uns para ajudar nas reformas da unidade,

outros para cuidarem de animais que estavam em reabilitação no CETAS. Sempre de forma voluntária e aparentando prazer em seus feitos.

Quanto a mim, minha experiência reflexiva abrange desde a minha infância, passada dentro do quartel da Polícia Militar, no pequeno município de Jacira-MT, por conta de meu pai, Cabo Brandão. Até a minha própria entrada, formação e trabalho como policial militar, que se somam hoje 14 anos de efetivo serviço. O que quero acrescentar, metodologicamente, com estas informações é que estou ciente e empenhada em um objetivo prático com as descobertas das buscas teóricas e práticas em virtude desta história e desta vivência que me localizam. O meu papel nesta pesquisa é de uma mulher que nasceu, viveu e cresceu dentro de uma instituição, considerando-a aberta e familiar, mas que, ao iniciar sua vida profissional nesta mesma instituição, percebeu que o restante da sociedade não tinha a mesma visão, e mais importante, sobre os trabalhadores e trabalhadoras desta instituição. Um agravado, ainda maior, deu-se com a minha entrada no programa de Pós-graduação da Universidade Pública, quando cheguei a ser hostilizada dentro deste espaço por, simplesmente, assistir uma aula com minha roupa de trabalho, a farda. O que estou pesquisando, por que estou pesquisando, com quem estou pesquisando e a forma como estou pesquisando me localizam, existencialmente, no conhecimento que estou produzindo (ZEMELMAN, 2006).

Enquanto pessoa, estou também representando estes homens e mulheres da Polícia Militar dentro da Academia, em um outro viés, quanto os mais costumeiros, voltados à área do Direito ou da Sociologia, mas, certamente, mais voltados a ação que ao sujeito. Enriquece-me, enquanto pessoa, poder compartilhar uma visão de um ângulo que se mostrou muito particular, e quem sabe até familiar, para com a sociedade e a comunidade. A Polícia Militar é formada por homens e mulheres, brasileiros e brasileiras, com medos, com afetos, com sonhos, com necessidades materiais e do campo do psicológico, que enfrentam as mesmas dificuldades dos demais servidores do Estado, em geral, do Poder Executivo. Assim, encontram-se, sob diversos aspectos, com suas profissões precarizadas, prestando serviço direto para a grande massa da população, com o detalhe de não poderem manifestarem-se livremente, não poderem participar de sindicatos [mas em associações], e não terem direito à greve. Minha função é, também, mostrar isso, cumprindo dessa forma meu dever com o conhecimento, mas também com a minha própria subjetividade:

[a] função que cumpre o sujeito no processo de construção do conhecimento, na medida em que os obstáculos que se apresentam não podem ser simplesmente transferidos para o plano metodológico e muito menos para o plano puramente técnico. Consideramos ser uma questão central a incorporação do sujeito no próprio discurso, sendo esta questão mais relevante ainda num contexto como o actual,

caracterizado pelo predomínio de uma tecnologia de investigação que reduziu o papel do pensamento aos limites da razão instrumental. (*ibidem*, p. 457).

Os limites postos entre ciência (enquanto representante oficial da razão isolada) e a subjetividade humana têm se mostrado, na atual conjuntura, como meros blocos concretícios de classe, de gênero e de etnia que servem para construir muralhas que separam, com o fim de validar (ou invalidar) os discursos em função de sua origem. Assim como já trazido no trabalho (GERALDI, 2003), o que a classe trabalhadora produz é artesanato, o que está nos museus é arte. De forma que, dentro de um acumulado capitalista de centros de pesquisas financiados por grandes empresas, a tecnociência pesquisa o que o Capital deseja, com os métodos mais higienizados, com segredos industriais, de modo que o conhecimento gerado, e apropriado particularmente (mesmo baseado em conhecimentos humanos acumulados ao longo de gerações) sirva à própria acumulação do Capital. Os *locais de conhecimento*, centros de poder institucionalizados, que pregam a compartimentação dos sujeitos e das pesquisas necessitam que os resultados tenham a *cara* da empresa, fazendo dos pesquisadores e das pesquisadoras, não detentores da pesquisa, mas um(a) operário(a) da ciência que, com a metodologia analítica pormenorizada e pulverizada, pode ser substituído/a a qualquer momento por outro(a) operário(a) em caso de desacordo.

A posição de uma assunção de um espaço construído como pesquisadora, amarra-se ao reconhecimento do espaço dos demais sujeitos da pesquisa, que conheceram (os que já não conheciam) minha história e postura, gerando uma outra construção de discurso, que abrangia não mais a respostas objetivas a perguntas objetivas, que seriam respondidas da mesma maneira a qualquer outro(a) pesquisador(a). Foram discursos exarados a mim, a minha história, ao meu tempo de serviço, a minha postura no trabalho e, portanto, impossíveis de serem obtidas através de qualquer outro sujeito, daí a necessidade dos aportes teóricos bakhtinianos expostos acima, e da exposição dos resgates de *objetos* (discurso, sujeitos, experiência, história, divino e ética) imiscuídos através da assunção do complexo. Assumir a história de cada um de nós, em uma tentativa de organização de uma escrita aos moldes científicos, é um esforço no sentido de resistir à nova onda do posicionamento (ou discurso falseado) positivista na Educação brasileira:

O resgate do sujeito é concebido como um desafio epistêmico-metodológico que não se limita à mera argumentação sobre a riqueza deste, mas supõe formas de raciocínio capazes de abranger o sujeito com a totalidade das suas faculdades. Estamos a lidar com a totalidade uma posição racional, que procura desenvolver suas próprias determinações, a fim de potenciar a sua disposição para se situar no momento histórico, antes de proceder à sua decomposição em objetos; o que dizemos tem

como consequência, entre outras, que o sujeito não esgote a sua relação com o que lhe é externo nos conteúdos de uma explicação. Pelo contrário, o propósito é o de conformar uma posição com respeito às circunstâncias para ampliar o seu horizonte, colocando-o perante uma constelação de possibilidades, em vez de o reduzir a uma constelação de objectos particulares, próprios de teorizações distintas. Pretende-se estimular o sujeito a necessidade e a sua vontade de conhecer. (ZEMELMAN, 2006, p. 458).

Na tentativa de assumir métodos, metodologias e teorias do campo duro da ciência, assumindo ao mesmo tempo métodos, metodologias e teorias do campo contra hegemônico, faço um esforço conjunto para que estes métodos que assumem sua postura contrária ao que está posto estejam cada vez mais trabalhadas dentro da formalidade acadêmica para assumir *status* de ciência, com isso tornando menos rigorosas as barreiras que separam experiência e ciência.

### 1.6 Sujeito: ser social

Meu corpo é a natureza ‘de que eu sou parte transformada no ser de uma pessoa: eu. Refletida nas águas calmas e límpidas de um pequeno lago. A natureza devolve a ela a sua imagem. Ela se vê através de meu corpo e cabe a nós – ela e eu – sabermos distinguir o que faz inteiramente parte de alguma dimensão de seu domínio de existência no planeta Terra e no Universo, e o que já é, também, parte e partilha de uma dimensão da Vida. Pois quando os meus olhos me vêem refletido nas águas claras do lago, é ainda o mundo natural quem se revela a si mesmo através de um de seus seres. Mas nem tanto, porque, ser humano, não consigo, como os outros animais com quem comparto o mistério de “estar vivo” aqui e agora, ver sem perceber, e perceber sem pensar. E a idéia que de mim me faço ao me ver refletido já pertence a um outro domínio do Mundo que comparto com a pequenina ave que porventura vem ao mesmo lago, e do galho de uma árvore se olha e ao lago, como eu. Como eu? Entrevistos por um instante pelos nossos olhos, nossos corpos pertencem ao plano natural dos sinais. São o que são, como a água e o fogo, ou são o que de si mesmos dão a ver a quem os vê, como se vê. Mas o que eu penso do que vejo salta do sinal ao signo e dele ao símbolo. E exige de mim o que dispensa na ave, requer palavras, códigos complexos de sentidos e de significados, uma linguagem articulada por meio da qual em mim e para mim os meus outros a sensação e o sentimento aspiram ganhar outro sentido. E até mais do que isto. Eu me vejo como um *ser da natureza*, mas me penso como um *sujeito da cultura*. Como um alguém que pertence também ao mundo que a espécie humana criou para aprender a viver. (BRANDÃO, 2002, p. 16-17, grifos do autor)

Quem é esse sujeito da história? Para Lukács (2010; 2012) o chamado ser social é composto por três esferas: uma inorgânica, uma biológica e, a última e mais complexa, uma social. As três personagens trazidas pelo antropólogo brasileiro Carlos Rodrigues Brandão (o lago, a ave e o homem) são os exemplos destes três seres. O lago é apenas inorgânico, não tem a capacidade de reproduzir-se e transforma-se a partir das ações geológicas, humanas, etc., mas não pode fazer outro lago, não pode travestir-se e transformar-se em lagoa, não pode fazer uma revolução exigindo não mais ser utilizado para suprir as necessidades dos animais

que nele bebem água. A ave, nosso segundo sujeito, é um ser (que em si tem sua composição inorgânica) biológico, um animal fruto da organização atômica em molecular, e de molecular inorgânica à molecular orgânica, que no próximo estágio constituiu material de auto reprodução, um ser biológico. As aves, porém, como na mesma obra de Brandão (*ibidem*), mais adiante, elas morrem e as demais aves não realizam um belo funeral para significar aquele momento. As aves não fazem funerais, e desde o período em que habitavam a Terra, em companhia dos dinossauros, é desta forma: as aves não fazem funerais<sup>8</sup>.

A última personagem, o homem, tem sua composição inorgânica, seu corpo biológico que lhe permite a reprodução, e um último estágio, que lhe separa em profundidade das outras duas personagens: o homem produz. Produz história, produz meios de produção, produz bombas para secar lagos, produz armas para caçar os pássaros e produz belíssimos funerais. Esta constatação é libertadora no sentido de esclarecer que não somos dados a secar lagos ou matar pássaros. Podemos ser veganos(as), podemos produzir a história, transformando-a. E esta concepção de ser e origem do ser, ofertada pela teoria crítica, vem no sentido de dizer que não há uma inscrição divina e teológica subjulgando alguns seres humanos como capazes por terem nascido em determinada casta, ou que a própria sociedade seja do jeito que é por determinação alheia ao humano: somos nós, seres sociais construtores da história, capazes de alterar as condições que, ao mesmo tempo, nos condicionam. Tal base filosófica nos é cara para, mais adiante, podermos admitir, que mesmo amarrados nas teias do poder do Estado ou do Capital, temos possibilidades de ação cotidiana e real de modificarmos nossas relações com os outros seres e com o meio no qual estamos inseridos.

Esta base torna possível a pesquisa, diante das amarras legais da hierarquia e da disciplina contidas na legislação castrense, que estes sujeitos [PM's] possam ir além do que lhes é determinado e possam transfigurar a realidade através de seus fazeres no trabalho junto aos demais sujeitos da comunidade onde atuam. Lidar com o conceito de sujeito social é buscar mais uma estratégia para lidar com as discrepâncias de poder instituído aos sujeitos participantes da pesquisa em sua relação com as pessoas com as quais lidam rotineiramente, bem como com a pesquisadora.

No mesmo mote, este trecho de Saffioti colabora com uma fixação deste pensamento de fundo também lukacsiano:

---

<sup>8</sup> Com base nas aves não fazerem funerais, não podemos considerar que podemos nos apropriar de seus corpos e de sua liberdade, ou que somos superiores porque fazemos funerais. Há outros animais [elefantes] que respeitam seus mortos e, mesmo assim, não são respeitados pelos seres humanos. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/10/29/21487-elefantes-tambem-dao-importancia-a-seus-mortos.html>.

Embora haja profundas diferenças entre as três esferas ontológicas – a inorgânica, a orgânica e o ser social -, uma não prescinde das demais. Na primeira, não há vida e, por conseguinte, não há reprodução. Há um processo de transformação de um estado a outro estado, rocha transformando-se em terra, por exemplo. Na segunda há vida e, portanto, reprodução. Uma mangueira produzirá sempre mangas, jamais jacas. Na esfera propriamente social, a consciência desempenha papel fundamental, permitindo a pré-ideação das atividades e até, pelo menos parcialmente, previsão de seus resultados. Na verdade, as três esferas ontológicas constituem uma unidade, como bem mostra Lukács (1976-81), sendo irreduzíveis uma(s) à(s) outra(s). O ser social, dotado de consciência, é responsável pelas transformações da sociedade, permanecendo, entretanto, um ser natural. A Sociedade tem, pois, fundamento biológico. (SAFFIOTI, 2015, p. 109).

O conceito de ser social a estes moldes é enriquecedor quando pensamos em nosso problema de pesquisa e nas questões que este contém. Por mais que nossos sujeitos de pesquisa estejam inseridos em uma instituição, cujas ações dão-se todas dentro do estrito cumprimento de leis construídas pelo Estado capitalista e colonial, eles são sujeitos sociais, que em suas práxis podem modificar a realidade:

Em termos de implicações políticas para a Educação Ambiental, significa reconhecer os sujeitos do processo educativo, ou seja, entender que os atores capazes de transformação social se definem vinculados ao modo de produção, à vida cotidiana particular e coletiva, à cultura, ao Estado, e que estes devem participar com suas especificidades no trabalho pedagógico dialógico e comunicativo. (LOUREIRO, 2012, p. 131).

Assim, consideramos o conceito de ser social como uma das chaves para a compreensão dos sujeitos da pesquisa. Pois, por mais que estejam enredados por todo tipo de amarra legal, econômica, acadêmica, etc., estão e estarão sempre aptos a alterarem a si, aos outros e ao seu lugar social através da prática de vida.

## **1.7 Local da pesquisa**

É necessário realizarmos um breve demonstrativo do local (instituição, Unidade Federativa, Bioma, população) onde será realizada a pesquisa, pois, “Não faz sentido estudar fenômenos comunitários como se eles ocorressem num vazio sociológico”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 16).

### **1.7.1 O estado de Mato Grosso**

**Geografia Política** - O estado de Mato Grosso tem uma área aproximada de 903.202 Km<sup>2</sup> (a terceira maior unidade federativa do Brasil em extensão territorial), com população

estimada, em 2016, de 3.441.000 habitantes. Sua capital atual é a cidade de Cuiabá, centro geodésico da América do Sul<sup>9</sup>. Com baixa densidade demográfica (3,36 hab/Km<sup>2</sup>), e IDH de 0,725, tem o território dividido em 141 municípios<sup>10</sup>. Mato Grosso possui fronteira internacional à Oeste com a Bolívia, e divisa com os estados de Rondônia (Oeste), Amazonas (Norte), Pará (Norte), Tocantins (Nordeste), Goiás (Leste) e Mato Grosso do Sul (Sul), este último estado sendo resultante da divisão de Mato Grosso em 1977.

Figura 1: Mapa político de Mato Grosso.



Fonte: Mapas do Brasil<sup>11</sup>.

**Hidrografia** – a hidrografia de Mato Grosso é a responsável pelos ciclos de ocupação e de colonização do estado e afeta diretamente, e de forma preponderante, a economia (como será demonstrado mais adiante). Das oito macrobacias ou regiões hidrográficas do Brasil, três delas distribuem-se sobre o território de Mato Grosso: Bacia do Rio Amazonas (com as Sub-

<sup>9</sup> Centro geodésico, ou centro geométrico, ou centroide da América do Sul é o local onde traçadas linhas em seu mapa, estas linhas iriam se cruzar exatamente nas latitudes 15°35'56",80 e longitude 056°06'05",55. Este ponto exato foi determinado por Marechal Cândido Rondon e mais tarde confirmado pelo Exército Brasileiro. Outrora era a Praça d'Ourique, local onde os escravos eram castigados e, posteriormente, tornou-se a Assembleia Legislativa do estado, e em seguida a Câmara Municipal de vereadores de Cuiabá.

<sup>10</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt#>.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.mapas-brasil.com/mato-grosso.html>.

Bacias Principais Rio Madeira, Rio Tapajós e Rio Xingu); Bacia do Rio Tocantins (com a Sub-Bacia Principal do Rio Araguaia); e Bacia do Rio Paraná (com a Sub-Bacia Principal do Rio Paraguai) (TOLEDO, 2011). Todos estes rios (e suas Sub-Bacias Secundárias) são utilizados para a realização de transporte, agropecuária, indústria, pesca, turismo e para a realização da fiscalização ambiental.

**Biomass, fauna e flora** – no enquadramento biogeográfico, Mato Grosso possui, em seu território, três domínios morfoclimáticos: equatorial amazônico, dos cerrados e áreas de transição entre cerrado/amazônico (MONTEIRO; ARIMA, 2011). Em levantamento realizado por Monteiro *et. al* (2011), o estado de Mato Grosso conta com 1.342 espécies catalogadas em sua flora e 1.318 espécies catalogadas em sua fauna. Em se tratando de biomas, a área geográfica onde o estado está hoje localizado incluem Amazônia, Cerrado e Pantanal. Seu relevo é substancialmente composto por chapadas, planaltos, planaltos residuais e planícies; suas terras, por esta razão, têm sido utilizadas na agricultura de larga escala para exportação, bem como para a criação de gado de forma extensiva, segundo Monteiro *et, al* (2011, p. 58), a pecuária constitui o tipo de uso de solo dominante, sendo realizada em grandes e médias propriedades empresariais, como também em pequenas propriedades familiares”. Esta forma de sustento econômico também tem trazido seu revés ambiental, com diversas ocorrências de crimes ambientais relacionados ao agronegócio, tais como desmatamento de mananciais, Área de Preservação Permanente e desrespeito à reserva legal.

Outra questão importante, ligando o estado e seu meio ambiente, são os crimes relacionados ao turismo criminoso, como no exemplo da Operação Jaguar, deflagrada pela Polícia Federal, IBAMA e Exército Brasileiro sobre os safáris de caça às onças pintadas no Pantanal, sul da Amazônia e também no Parque Nacional do Iguaçu (BRANDÃO; ADAMS, 2016). O mesmo pode ser dito no que tange à pesca predatória: o estado recebe milhares de turistas ao ano que vão atrás da ictiofauna mato-grossense e não respeitam, ao menos, a Lei de Pesca estadual, realizando a pesca acima dos limites estabelecidos e de espécies em tamanhos menores e maiores que as permitidas.

O Pantanal é um bioma único no planeta, as demais áreas com características próximas são chamadas áreas pantanosas. Em 2000, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) catalogou o Pantanal como Patrimônio Natural da Humanidade, e este ano o órgão também conferiu o reconhecimento de Reserva da Biosfera ao bioma. Além dos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Pantanal estende-se pela Bolívia e pelo Paraguai. De sua área brasileira

[...] 80% dele é formado por extensas propriedades rurais particulares. Grande parte destas tem como ocupação a pecuária, criação de gado para a alimentação humana. A pecuária no Pantanal é uma atividade que foi inserida há cerca de 200 anos e neste local adaptou-se aos regimes de cheias e secas, bem como à flora e fauna local. (BRANDÃO; ADAMS, 2016, p. 9).

Esta atividade preponderante (e de longa história) vem trazendo diversos prejuízos, do ponto de vista biológico, apesar de ser considerada pelo Governo de grande valia econômica para o estado. E, embora a atividade esteja “bem adaptada”, do ponto de vista comercial, o local não está adequado em completo à atividade:

A agropecuária é uma atividade muito difundida pelo Pantanal e seu impacto na vegetação é dependente da intensidade de pastejo. Em baixo grau de intensidade, as relações interespecíficas de plantas não são alteradas, entretanto sob intensidade intermediária é observado uma diminuição da densidade populacional da espécie mais abundante, o que pode propiciar a coexistência maior de espécies. *Em alta intensidade de pastejo, o consumo deliberado pode ocasionar a extinção local das espécies de plantas menos frequentes, causando decréscimo na riqueza de espécies, levando a homogeneização do ambiente.* (BERGON *apud* MACCARINI *et al.*, 2012, p. 115, grifos meus).

Outro fator preocupante da pecuária no Pantanal é a predação que as onças (de várias espécies) praticam com o gado, fazendo com que os fazendeiros da região façam as chamadas esperas (armadilhas) para as onças ou coloquem veneno em carcaças para evitar os “prejuízos” financeiros. Esta situação já conta com programas governamentais e de ONG’s para seu combate (BRANDÃO; ADAMS, 2016), mas a prática ainda é recorrente.

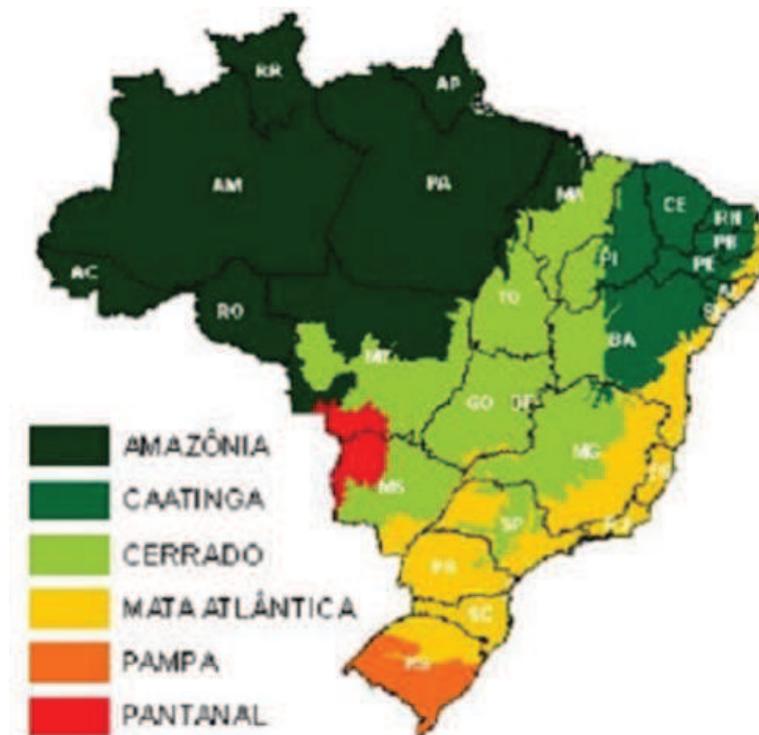
Em virtude, justamente, das riquezas biológicas, materiais e culturais da região (como os títulos fornecidos pela UNESCO nos dão pistas), o Pantanal abriga hoje diversas organizações com interesses, nem sempre esclarecidos de todo. Sato e Passos (2011), como autores que há muito tempo pesquisam a região, sob o enfoque ambientalista crítico, preferem evitar o uso do termo *comunidades tradicionais* para tratar dos povos que vivem no Pantanal, pois percebem que tal termo acaba sendo utilizado com caráter pejorativo. Porém, eles consideram que a população que se encontra historicamente ligada ao bioma vem sendo cada vez mais expulsa do local, sendo esta população a grande responsável pela defesa histórica da vida e cultura pantaneiros:

Os grandes inimigos dessa biodiversidade são, em primeiro lugar, a violência da expulsão permanente do homem e da mulher do local pela concentração de terras cada vez maior na mão de um número sempre menor de fazendeiros, empresas de agropecuária e proprietários de chácaras. A meta é destruir a vegetação, erradicar as espécies do Pantanal e impor uma fisionomia alienígena e de padrões uniformes, visando-se à produção voltada para o lucro imediato, à monocultura, à agropecuária de extensão; com isso, não só se extinguem as espécies vivas, como se destroem os

“olhos d’água” e exaure-se a terra por meio de procedimentos inapropriados, muitas das vezes com o uso de maquinaria inadequada à região, consequência da inexistência efetiva de políticas de transferência de tecnologia no país. (SATO; PASSOS, 2011, p. 250, grifo dos autores).

Os interesses de exploração do local (que acabam decaindo para a perpetração de crimes ambientais) geralmente possui um fundo de exploração econômica, muitas delas consideradas prioritárias para a economia do estado. Porém, é na busca de novas formas de ser e estar dentro do Pantanal, em consonância com a população local, que sua cultura e toda a gama de fauna e flora local, podem propiciar não só a diminuição (ou fim, em um plano perfeito) dos crimes ambientais no bioma, mas o crescimento adequado de uma economia ainda tão moldada para a externalidade.

Figura 2: Mapa dos biomas do Brasil.



Fonte: Empresa Brasil de Comunicação (EBC)<sup>12</sup>.

**Proteção Ambiental** – Além do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, Mato Grosso conta com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), que além da sede na capital possui mais nove diretorias de unidades desconcentradas nos municípios de

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2014/08/voce-sabe-queis-sao-os-biomas-brasileiros>.

Rondonópolis, Cáceres, Barra do Garças, Juína, Sinop, Tangará da Serra, Alta Floresta, Guarantã do Norte e Confresa<sup>13</sup>. No âmbito da fiscalização ambiental federal, o estado conta com cinco bases do IBAMA (Superintendência do IBAMA em Mato Grosso (SUPES); Gerência Executiva em Sinop; Unidade Técnica de 1º Nível em Alta Floresta; Unidade Técnica de 1º Nível Barra do Garças; e Unidade Técnica de 1º Nível Juína<sup>14</sup>).

Considerando o que diz respeito às áreas protegidas, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) existem duas categorias de unidades de conservação, as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável, sendo seus objetivos os seguintes:

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (BRASIL, 2000).

Mato Grosso conta com sessenta unidades de conservação de proteção integral (8 federais; 34 estaduais; e 18 municipais) e quarenta e três unidades de conservação de uso sustentável (quinze federais; doze estaduais; e dezesseis municipais). Além disso, existem ainda as áreas de quilombo e reservas indígenas, que são também áreas legalmente protegidas. Essas áreas “[...] são aqui consideradas como espaços territoriais definidos e instituídos legalmente pelo Poder Público com regime especial de administração e objetivos variados, ao qual se aplicam garantias especiais de proteção”. (CAMARGO, 2011, p. 16).

Mato Grosso conta com dois Territórios Quilombolas (Mata Cavalão e Lagoinha de Baixo) e setenta áreas indígenas legalmente instituídas, justamente por conter em sua região geográfica a maior reserva indígena do país, o Parque Indígena do Xingu (PIX). Considero, assim como a autora acima citada, que os castanheiros, quilombolas, índios, seringueiros e ribeirinhos fazem parte do sistema de proteção ambiental, pois “vivem em estreita relação com o ambiente e [...] dependem da utilização de baixo impacto dos recursos naturais para sua reprodução sociocultural”. (*ibidem*, p. 16).

**História** – certamente, a História de Mato Grosso mal cabe em uma tese inteira, o que apresentamos aqui é uma leve explanação sobre o modelo de dinâmica de ocupação que nos

<sup>13</sup> Informações obtidas no site institucional da SEMA, atualizada em 10 de outubro de 2018. Disponível em: [http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=102&Itemid=179](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=179).

<sup>14</sup> Informações obtidas no site institucional do IBAMA, atualizada em 10 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-exterior/cites?id=653>.

permite compreender as informações obtidas através da pesquisa de campo. Antes da chegada dos povos europeus, o território onde está situado o Mato Grosso era ocupado por dezenas de povos distintos. Mesmo após séculos de matança e escravidão, resistem e existem atualmente 36 etnias indígenas em território legalmente demarcado, são eles: Apiaká; Munduruku; Kaiabi; Arara; Xavante; Cinta-Larga; Guató; Bakairí; Waurá; Karajá; Mentuktire; Enawên-Nawê; Erikbaksá; Pareci; Bororo; Negarote; Itrantxe; Menkrangnoti; Menku; Nambikwara; Paraná; Suyá; Novate; Xiquitano; Monairisu; Surui; Wassu; Tapirapé; Terena; Halotesu; Barbados; e Zoró. Existem ainda dois povos isolados que habitam as terras indígenas de Piripkura e Apiaká do Pontal e Isolados (CAMARGO, 2011).

A partir da chegada do europeu e o zoneamento de terras à revelia dos povos índios, o que se nota são fases distintas de exploração, todas com viés exógeno. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494) o território matogrossense era possessão espanhola. Em 1640 os bandeirantes paulistas invadiram e expulsam os jesuítas espanhóis, com o fito de buscar a mão de obra escrava indígena, já que a mão de obra escrava africana estava em plena demanda nos canaviais nordestinos. Ribeiro (1995) descreve a situação do bandeirante paulista, em contraposição aos colonos que viviam no nordeste neste mesmo período, como um colono que vivia na extrema pobreza e que “[...] essa pobreza, que está na base tanto das motivações quanto dos hábitos e do caráter do paulista antigo, é que fazia deles um bando de aventureiros sempre disponível para qualquer tarefa desesperada, sempre mais predispostos ao saqueio que à produção”. (*ibidem*, p. 365).

As bandeiras paulistas encontraram ouro na região em 1719: “[...] tais foram as zonas de mineração descobertas pelos bandeirantes paulistas nas serrarias do interior do país ao alvorecer do século XVIII, em Minas Gerais (1698), depois em Mato Grosso (1719) e, mais tarde, em Goiás (1725)”. (*ibidem*, p. 372).

Neste ano foi assentado o primeiro núcleo de habitantes não índios: o Arraial da Forquilha. Também é deste período a transmutação de escravos negros para a região, bem como um enorme contingente de portugueses vindo agora diretamente de Portugal para as minas auríferas. O caos instalado pela mineração pode ser resumido nesta passagem da obra O povo brasileiro: “[...] toda uma copiosa documentação histórica mostra como se podia morrer de fome ou apenas sobreviver comendo raízes silvestres e os bichos mais imundos, com as mãos cheias de ouro”. (*ibidem*, p. 374).

Em 1727 foi fundada a vila que, futuramente, viria se tornar a capital de Mato Grosso, Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá. E, em 1748, é fundada a capitania de Mato Grosso, agora, independente de São Paulo, cuja capital era Vila Bela da Santíssima Trindade:

Os primeiros povoadores levantavam e abandonavam continuamente rancharias, à medida que as lavras eram descobertas e se esgotavam. Mas prontamente se nucleavam, em princípio nos pousos mais próximos, onde se instalava uma venda que depois se tornava estalagem e armazém. Ali todos compravam ferramentas e utensílios, sal, pólvora, panos, mantimentos e pinga, pagando tudo em onças de ouro em pó, que era a moeda da terra. Essa riqueza atraiu negociantes importadores; comboeiros que tangiam escravos desde a costa, acorrentados uns aos outros; tropeiros que transportavam a lombo de burro, através de centenas de léguas, toda a sorte de mercadorias, também as necessidades da religião e da justiça da população. Assim se constitui, com extraordinária rapidez, a base do que viria a ser uma vasta e próspera rede urbana. (*ibidem*, p. 375).

Figura 3: Estátua plasmada na Avenida Coronel Escolástico.



Fonte: Foto de Carlos Alberto Eckert Júnior<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Imagem da estátua plasmada na Avenida Coronel Escolástico, bairro Bandeirante, em Cuiabá. A estátua foi inaugurada em comemoração ao aniversário de 250 anos de Cuiabá [que hoje já tem 300 anos]. Nela fica clara a hierarquização solidificada entre o branco bandeirante [Pascoal Moreira Cabral, o único dos três que é nomeado], o negro e o índio na sociedade mato-grossense. Outros detalhes a serem observados é que o bandeirante está devidamente trajado com roupas, acessórios e calçado, sendo que, pelas palavras do antropólogo Darcy Ribeiro e do jornalista e escritor Eduardo Bueno, o bandeirante andava maltrapilho e descalço, e era visto pelos próprios europeus como um selvagem. Além da posição elevada, da nomeação do bandeirante em contraposição ao índio e ao negro anônimos, e das vestimentas inventadas com o fito de trazer a diferenciação entre as três personagens, vemos o olhar do bandeirante para frente e para cima [como se avistasse o futuro]

Para garantir a posse das terras ao reino português, em 1750 foi assinado o tratado de Madri, e em 1777 o Tratado de Santo Idelfonso (BORDEST, 2011), tratados estes que estão entre as últimas movimentações de fronteiras do Brasil, responsáveis pelas atuais dimensões territoriais do país. Em 1864 chegaram a região os conflitos relacionados à Guerra do Paraguai, que teve como ponto essencial de seu “êxito” a presença maciça de povos indígenas e escravos (na promessa de serem libertos ao final do conflito), lutando pelo Exército Brasileiro. Neste confronto, houve o fortalecimento e a preponderância do Exército ante às demais forças, sendo que até então a maior e mais preparada era a Marinha Brasileira.

Mais ao Norte do estado, temos um segundo forte movimento de colonização, desta vez ligado à Amazônia brasileira, que já iniciara um movimento de trabalhadores nordestinos no chamado Ciclo da Borracha, e que tomara corpo no governo Vargas, não apenas por ser uma das mais vastas plantações, mas por sua dinâmica demográfica:

Para fixar o trabalhador rural nos sertões de Goiás e Mato Grosso, o governo Vargas concebeu um plano chamado de “Marcha para o Oeste”. Mas a idéia de marchar para o interior logo se estendeu à região amazônica, que também ingressou no “imaginário oficial” entre os territórios internos a ser ocupados pelos homens do sertão, preferencialmente pelos nordestinos, cuja missão – além da abnegação – era alargar o território, como antes tinham feito os bandeirantes. As periódicas secas que atingiam o Nordeste eram a justificativa moral para “encaminhar” os sertanejos para aquele que era seu “destino”. (SECRETO, 2007, p. 7-8, grifos da autora).

Um país com uma política colonizada teme realizar reformas profundas. As questões mais urgentes, as que “andam sussurrando em versos e trovas/ que andam combinando no breu das tocas/ que anda na cabeça, anda nas bocas” (CHICO BUARQUE, 1976, S/P), são realizadas sempre de forma superficial para que a dinâmica social profunda (por exemplo, o lugar onde os sujeitos estão inseridos) não sejam alterados. Assim, o problema que aflige os responsáveis pelas decisões desaparece (no caso, os nordestinos que sofrem o problema da seca sem a estrutura para lidar adequadamente com ela; o território amazônico gigante desocupado durante o período da II Guerra Mundial), os sussurros cessam, mas os problemas, em profundidade, não. Inclusive, no longo prazo, tais problemas geralmente são agravados. A respeito das reformas de fachada nos países colonizados, Frantz Fanon nos oferece o seguinte trecho:

Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Common wealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas

---

enquanto o negro olha para trás. Nenhuma mulher ou criança são retratadas na obra como parte do processo de formação do estado de Mato Grosso.

introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das cocktails-parties, da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados - a descolonização é simplesmente a substituição de uma "espécie" de homens por outra "espécie" de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta. Sem dúvida poder-se-ia igualmente mostrar o aparecimento de uma nova nação, a instalação de um novo Estado, suas relações diplomáticas, sua orientação política, econômica. Mas nós preferimos falar precisamente desse tipo de tábula rasa que caracteriza de saída toda descolonização. Sua importância invulgar decorre do fato de que ela constitui, desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado. Para dizer a verdade, a prova do êxito reside num panorama social transformado de alto a baixo. A extraordinária importância de tal transformação é ser ela querida, reclamada, exigida. A necessidade da transformação existe em estado bruto, impetuoso e coativo, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados. Mas a eventualidade dessa mudança é igualmente vivida sob a forma de um futuro terrificante: na consciência de uma outra "espécie" de homens e mulheres: os colonos. (FANON, 1968, p. 25-26).

A ocupação da Amazônia deu-se sob a questão da segurança (externa), já que ocupar o território significava protegê-lo. A marcha que o Estado brasileiro promoveu de migrantes para trabalhar nos seringais amazônicos, deu-se com forte intensidade para suprir as demandas mundiais de borracha, com ênfase maior durante a II Guerra Mundial, com Getúlio Vargas. Secreto (2007) através do fragmento do “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado pelo ex-presidente em Manaus em 1940, nos oferece pistas do tipo de ideologia que reinava no período e que era, portanto, *ideia força* das políticas públicas de então “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram nossas tarefas”. (*ibidem*, p. 7). A quem caberia esta impossível tarefa? Aos *soldados da borracha* (*ibidem*). A mesma autora aponta que até 1942 havia movimentos do Estado brasileiro getulista de fixar a população na região amazônica, porém, após o chamado acordo de Washington (no qual o Brasil comprometeu-se em fornecer toda a borracha amazônica aos aliados), o programa de colonização e sedentarização foi substituído pela simples extração tradicional e nomadismo, onde não havia quaisquer garantias de proteção aos migrantes: “[...] a idéia de povoamento, de famílias sendo encaminhadas para a região amazônica, foi substituída pela de recrutamento de trabalhadores, homens sós, a ser trasladados em caráter de urgência para os seringais”. (*ibidem*, p. 25).

Com o término da II Guerra e a diminuição da demanda do produto do extrativismo, os soldados da borracha permaneceram abandonados na Amazônia e o governo brasileiro realizou um novo movimento de migração, desta vez, com outro tipo de exploração extrativista:

Na década de 1970, ação do governo militar para “ocupar” a Amazônia mobilizou o deslocamento de imigrantes do Sul do país atraídos pelo baixo preço das terras bem como por projetos mineradores, pela exploração madeireira e da empresa agropecuária. Tratava-se de um processo marcado pelo subsídio do governo

nacional e estadual de financiamento público dessas atividades que resultava em prejuízo da decadente economia local voltada para a borracha. (FERREIRA, 2010, p. 421).

Assim, uma nova leva de imigrantes foram atraídos do Sul do país, com vistas a ocupar o médio-Norte de Mato Grosso, principalmente com a agricultura de larga escala. O plano dos governos militares *coincidiu* exatamente com o período da chamada Revolução Verde, que será tratada à miúdo no capítulo sobre Meio Ambiente, explicando assim o atual modelo econômico e de desenvolvimento sobre o qual está assentado hoje Mato Grosso.

**Economia** – Em geral, o estado de Mato Grosso ainda vive, economicamente, de seu meio ambiente natural, seja pelas terras (pela topografia e condições climáticas) para a agropecuária, seja pelo turismo, ou pelas atividades extrativistas, tais como madeira e mineração. Segundo dados do Governo do Mato Grosso, o estado é campeão brasileiro na produção dos seguintes itens: soja, milho, algodão e bovinos. A agropecuária corresponde a 50% do produto interno bruto (PIB) da unidade federativa. Os números de 2014/2015 dão conta da seguinte produção: 28 mil toneladas de soja; 856 toneladas de algodão pluma; e um rebanho de 28 milhões de cabeças de gado<sup>16</sup>.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental serão apresentados no capítulo quatro, que trata especificamente da Segurança Pública no Brasil.

---

<sup>16</sup> Dados disponíveis no site do Governo do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/economia>>. Acesso em 12 de out. de 2018.

## 2 EDUCAÇÃO

### 2.1 Educação: o que é?

educação é uma prática social [...] cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os outros tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um movimento da história de seu próprio desenvolvimento. (BRANDÃO, 2013, p. 76-77, supressão minha).

Um livro pequeno, introdutório ao assunto, uma frase pequena. Mesmo assim, um conceito dos mais ricos, amplos e estruturados para nos auxiliar a compreender nosso problema de pesquisa, que é composto por duas questões: a) *Quais as contradições entre a natureza institucional e o papel historicamente definido para a Polícia Militar de Mato Grosso no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental?* b) *Em que medida, ocorrem práticas educativas nos trabalhos de fiscalização ambiental realizados pelos policiais do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental?*

Vamos destrinchar a frase-conceito de Brandão (*ibidem*), com o fito de retirarmos dela toda a riqueza de significados. Em primeiro lugar, a educação é uma *prática social humana*, e, como todas as práticas sociais humanas, ela é localizada historicamente e geograficamente. Além disso, se é histórica, está baseada em demandas temporais (no caso desta pesquisa, a educação ambiental) de determinada sociedade/comunidade. E, por mais óbvio que pareça ser, se é uma prática social, é coletiva, se faz em conjunto, não de maneira unilateral ou solitária.

Em seguida, depreendemos que a educação visa o *desenvolvimento* dos envolvidos. Como estamos lidando com um autor da educação popular brasileira, defensor de práticas educativas libertárias, compreendemos que o desenvolvimento trazido por ele se relaciona a um tipo de desenvolvimento específico, o desenvolvimento no sentido um movimento filosófico em direção ao melhor (ABBAGNAGO, 2000). Como movimento filosófico, trata-se, neste ponto, de algo melhor para o próprio sujeito, e não para a externalidade. Ainda com relação a Brandão (2002; 2005; 2013) e sua postura como autor do campo da Educação Popular Brasileira, lembramos que o desenvolvimento dos envolvidos no ato educativo abarca os dois polos do processo: aquele que está, no momento, ensinando; e aquele que está, naquele momento, aprendendo.

Na sequência, podemos verificar a questão da *cultura*. Educação também é aprender o que existe na cultura onde o indivíduo está inserido e absorver, através das relações com outros sujeitos, o que ali já existia através das trocas diárias/cotidianas.

Por último, do conceito de Brandão depreendemos que a educação também serve para *formar* tipos de sujeitos, então ela serve para distinguir, diferenciar e separar funções dentro de uma sociedade/comunidade através do saber, do conhecimento, da aprendizagem de isto ou aquilo, sendo isto ou aquilo, novamente, capacidades demandadas aos sujeitos de uma sociedade/comunidade em um determinado tempo e espaço.

### 2.1.1 Educação como formação

Diante das informações obtidas no trabalho de campo junto aos policiais militares que trabalham há mais tempo no Batalhão de Proteção Ambiental da Polícia Militar de Mato Grosso, verificamos o quão importante é a compreensão do que significa a formação, enquanto *processo* formativo, ante o questionamento a estes sujeitos de suas práticas de trabalho e formas de atuação comunitária. Assim, buscamos o conceito formação (GADAMER, 2013) para abrirmos esta discussão, que tem o fito de permear o termo no viés da formação dos policiais e das atuais políticas de formação destes profissionais da Segurança Pública, nas intencionalidades do atual processo de formação e na forma como os educadores ambientais dentro da PM estão de (auto)formando.

Educação, no sentido de formação, tem o caráter de processo de receber os conteúdos produzidos, acumulados e aprimorados pela humanidade através de uma atividade intencional, e nos nossos tempos, um processo quase sempre institucionalizado. É considerado um ato ininterrupto, portanto, ligado ao *dever*, ou seja, tornar-se algo. Para Gadamer (*ibidem*) a formação possui um caráter histórico, e não está ligado apenas à forma de melhorar aptidões pré-existentes, pois significa uma ruptura com a natureza: “O homem se caracteriza pela ruptura com o imediato e o natural, vocação que lhe é atribuída pelo aspecto espiritual e racional de sua natureza”. (p. 47). Em primeiro lugar, esta afirmação é, claramente, uma forma de tolher o que há em nós que nos rememore que somos apenas mais uma espécie de animal. Além disso, é necessário salientar neste ponto o contra-argumento que esta sanha de rompermos com a natureza certamente é uma das grandes responsáveis para que nós, terráqueos, estejamos

vivendo as atuais catástrofes ambientais. Pelo outro lado, concordamos com a afirmação no sentido de ela nos rememorar que é uma tarefa fundamentalmente humana tomarmos para nós o que fora construído pelos homens e mulheres que nos antecederam através da elevação espiritual e conduzirmos esta racionalidade a outro ponto posterior através da história e das contradições que existem nela, característica fundamental da espécie humana.

Seguindo ainda em Gadamer (2013), percebemos que além dessa formação (ruptura com o natural e elevação espiritual), há um segundo aspecto ou significação: maneira de aperfeiçoar as faculdades e aptidões humanas (*ibidem*). Neste ponto é interessante retornarmos aos sujeitos de pesquisa e notarmos a ausência de mulheres entre eles. A principal explicação para o fato, apresentada pelos policiais em geral, é que o trabalho de fiscalização ambiental realizada pelo efetivo do BPPA é pesado, exige elevada força física e vigor dos membros. A este respeito podemos refletir acerca do sistema do patriarcado que distingue, desde os primórdios do nascimento do sujeito, o que pertence ao mundo do feminino e ao mundo do masculino, sexualizando ainda muito pequenas as crianças, com um binarismo absoluto.

Sob este esquema de força sistêmica, desde muito cedo, as crianças do sexo feminino são impelidas a brincadeiras (que antropologicamente são formas culturais de aprender a ser sujeito dentro de uma dada sociedade) relacionadas aos cuidados da casa e das crianças, às danças, às pinturas, ao que é *frágil e delicado*. Enquanto as crianças do sexo masculino são impelidas às brincadeiras ao ar livre, que lhe exigem o desenvolvimento de força física, equilíbrio motor, destemor, sendo excluídos, por sua vez, das brincadeiras que o deixariam *frágeis e delicados*. Ocorre que, em concursos públicos, como os da Polícia Militar, são exigidas provas escritas, psicológicas, médicas e físicas. Na prova atual, para inclusão na PMMT, estão testes como corrida, natação e barra fixa. O patriarcado, que atua na *formação* da menina, praticamente impede que no futuro “se atreva” a exercer funções sociais e trabalhos relacionados à força, equilíbrio físico e destemor que lhe foram impedidos de receber, quando ao menino, em geral, foram ofertados de maneira ininterrupta dentro de sua *formação*.

Para Gadamer *apud* Hegel (2013) o aprimoramento das aptidões humanas através da *formação* teria a capacidade de gerar um sujeito universal, afastando a humanidade da impulsividade da ira e da violência. Reconhecendo a importância deste autor para o desenvolvimento do pensamento filosófico ocidental, haveremos que fazer algumas observações a respeito deste lugar da formação sob o ponto de vista da já

citada intencionalidade. É necessário defrontar este sentido de formação universal com a realidade dos sistemas sob os quais estamos postos, destaco: o *capitalismo*, que privatiza a cultura e os saberes e impede os pobres de acessarem conhecimento que é humano; o *patriarcado*, que coloca à disposição do homem, branco, hétero, cis e de classe abastada maiores possibilidades de se formarem para exercerem os papéis de maior destaque e com poder decisório dentro da sociedade (ao mesmo tempo que lhes cerceia a fragilidade, a delicadeza, o cuidar dos seus, a sensibilidade, também o coisificando); a *colonialidade*, que através da dominação geopolítica de construção da modernidade impôs padrões estéticos de língua, de espiritualidade e de subjetividade baseados na Europa Ocidental (MIGNOLO, 2006), subestimando e até extinguindo os demais; e o *especismo*, que superestima a espécie humana como a proprietária do planeta, que possui o direito natural de explorar, escravizar e matar as demais espécies. Certamente, esta visão de uma formação universal, que impede ao humano que seja irascível, não convive com a ideia que os escravizados devem ser libertos e que os explorados devem ser ressarcidos. Pensar em uma formação universal, deste ponto de vista de Hegel (GADAMER, 2013), deve levar em conta estes sistemas (e outros) que fazem com que a universalidade não seja aquela do homem branco, hétero, cis, proprietário, europeu e cristão.

A “fábula” do Senhor e do Escravo de Hegel (2014) ocorre no plano interno da mentalidade que se liberta, mas ela é física nos escritos de Fanon (1968) e de Freire (2005) no que tange ao conflito com o dominador na busca pela libertação, que vem baseada nestes sistemas. Assim, para estes autores, a justa ira é não só aceitável, como necessária, Freire (2014b).

No que diz respeito à *formação* inicial de nossos sujeitos de pesquisa, para maioria deles, quando fez concurso para a PMMT, o requisito mínimo de formação era o ensino médio. Recordo-me de meu próprio pai, que ingressou na PMMT em 1983, terminando o ensino fundamental, que no período ainda se chamava ensino de 1º Grau, enquanto eu estava cursando-o, eu no sistema regular de ensino, e ele no sistema de educação de jovens e adultos da época. Em 2014 (MATO GROSSO, 2014) foi exigido, como pré-requisito, no concurso de inclusão da PMMT, nível superior em qualquer área de formação, já havendo duas turmas formadas com esta nova exigência:

Art. 11 São requisitos para o ingresso nas instituições militares:  
[...]

XIII – possuir graduação de nível superior (bacharel, licenciatura ou tecnólogo), reconhecidos pelos sistemas de ensino federal e estadual, para o curso de formação de soldados. (ibidem).

Estas turmas que ingressaram na PMMT como soldados, desde o início da vigência da legislação acima citada (foram duas turmas 29º CFSD e 30º CFSD), estão sendo acompanhadas em uma pesquisa longitudinal com duração prevista de dez anos pela PMMT, através de seu Centro de Desenvolvimento e Pesquisa (núcleo subordinado à Diretoria de Ensino da PMMT) e a Universidade Metodista de Piracicaba. Esta pesquisa é a mais abrangente já realizada, fora da França, de acompanhamento de policiais, visando analisar a formação destes e sua atuação como profissionais.

O curso de formação de soldado da PMMT atualmente conta com 1.850h/a, somadas presenciais e EAD, cuja titulação é Tecnólogo em Segurança Pública. A exigência de ensino superior, para ingresso nos quadros básicos da Polícia Militar, é uma inovação no Mato Grosso e apenas algumas unidades federativas do Brasil<sup>17</sup> possuem este pré-requisito.

Quem forma um policial militar? A própria polícia. Não existe um curso externo, em outra instituição profissionalizante, que forme policiais militares. A Formação de um soldado, ou de um oficial (as duas carreiras de ingresso) só são realizadas pelos próprios centros de ensino da Polícia Militar. No Mato Grosso são a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (EsFAP), que fica na capital do estado, mas contém núcleos nos Comandos Regionais no interior; e a Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV)<sup>18</sup>. Anteriormente, como estes centros de ensino não contavam com *status* de Instituição de Ensino Superior (IES), os cursos de graduação e pós-graduação da PMMT eram realizados em conjunto/parceria com outras instituições de ensino superior do estado, tais como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que certificavam os participantes diante dos convênios realizados. Atualmente, o Conselho Estadual de Educação de MT concedeu aos centros de ensino da PMMT, após análise e aprovação dos requisitos legais, o título de IES, ficando agora a formação e a titulação a nível de graduação e pós-graduação a cargo apenas da PMMT, o que não tem

---

<sup>17</sup> Obrigatoriedade de ensino superior como pré-requisito de entrada na Polícia Militar também está em vigor nas seguintes Unidades Federativas: Amapá, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Rondônia e Santa Catarina. Nas demais o requisito é o Ensino Médio Completo.

<sup>18</sup> O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, através da Portaria nº 32/2016-GAB/CEE-MT, declarou o reconhecimento do curso ofertado pela APMCV.

significado, na prática, um afastamento da PMMT das demais instituições de ensino civis.

Mas, a quem interessa a formação de um policial militar? Vejamos, em primeiro lugar, ao próprio policial militar, que tem sua carreira elevada e equiparada às demais de nível superior (entre os servidores do Poder Executivo) em status e em ganhos salariais. Em um segundo momento, ao restante da sociedade, já que o policial militar, muitas vezes, é o único elo com o Estado em locais de difícil acesso<sup>19</sup>, conforme pode ser identificado abaixo:

***“Você ..., acha que essa atividade sua, ela é uma atividade vista e reconhecida pela comunidade, pela sociedade e pela instituição?”***

*[...] Cê anda no noritão, fazenda, esses nossos interior aqui, cê faz uma ronda aqui, o pessoal fala: “p..., não passou nenhum carro de polícia aqui, agora cês tão passando, graças à Deus”. Convida nós lá pra almoçar, jantar, tomar café da manhã da região... Então, é um batalhão que cê tem que ter hoje em dia, tem que estar com a sociedade pra ver. Muitas vezes, a sociedade ajuda nós porque o nosso é só denúncia, não é igual de viatura normal, que passa a ocorrência ali, o crime está acontecendo ali. Nós sempre procuramos o crime, assim... a fiscalização sempre atrás. Então, se nós tiver unido com a população, ela mesma vai e informa pra nós. Muitas vezes tem denúncia que começa... o pessoal passa telefone, pessoal de sítio, beira de rio, fala: “ô fulano, se precisar de nós, tamo aqui”. Liga no telefone, passa o funcional, já liga direto. Muito acontece de apreensão, negócio é esse que nós passamos, é fiscalização, passa nesse sítio aí e conversa com a população porque muitas vezes eles sentem aquela, a necessidade de um policiamento, eles quando vê nós fica alegre”. (Fala de participante, em negrito fala da autora).*

Tratando-se de uma formação profissional de um servidor público (militar estadual), é notório que haja uma intencionalidade de “o que se quer” ao formar de uma determinada maneira estes profissionais. Ao mesmo tempo, já tendo trabalhado em cursos de formação de soldados da PMMT, como parte integrante de equipe de

---

<sup>19</sup> Uma explanação mais alongada e profunda a respeito de um órgão de caráter repressivo estar presente como único ente do Estado em determinadas localidades.

formação e também como instrutora, pude constatar que as imposições de legislação de tom libertário nem sempre fazem eco em ambiente que ainda é fechado no campo dos direitos aos sujeitos. Daí tamanha resistência de parte dos profissionais de Segurança Pública com as políticas de Direitos Humanos, quando estes próprios profissionais não se veem abraçados por estes mesmos direitos.

O saber letrado de um policial militar importa na medida em que temos um determinado projeto de sociedade, pois sua formação está intrinsecamente ligada ao tipo de cidadão que está à serviço da *polis*:

Pessoas educadas (qualificadas como “mão de obra” e motivadas enquanto “sujeitos do processo”) são agentes de mudança, promotores do desenvolvimento, e é para torná-los mais do que *cultos*, *agentes*, que a educação deve ser pensada e programada. Não é raro que em alguns países se defenda, então, que as propostas básicas da educação venham quase prontas do Ministério do Planejamento para o da Educação. (BRANDÃO, 2013, p. 87).

No caso em questão, o autor trata de educação no sentido geral da população de um país: o que queremos e necessitamos que estas pessoas sejam para conseguirmos atingir o objetivo X? Assim, podemos pensar neste enredado de legislações da política de formação do policial militar dentro da mesma lógica desta citação de Brandão (*ibidem*) para questionarmos quais princípios serão levados em consideração em sua formação, como o processo de formação se estende na carreira deste profissional, quais os incentivos, oportunidades ou mesmo impossibilidades de se atualizar dentro de seu campo de trabalho/conhecimento.

O Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 (Brasil, 2000) ligava as Polícias Militares mais ao Judiciário e ao Ministério Público. Além disso, vinculava as ações de polícia ao Programa Nacional de Direitos Humanos, ao contrário do período ditatorial (1964-1985), onde as polícias estiveram intimamente ligadas e subordinadas às Forças Armadas. Porém, como citado anteriormente, esta política de formação dos policiais militares não encontrou lastro em seu próprio tratamento interno, quando o Código Penal Militar, ao qual estão submetidos os policiais militares em serviço, é de 1969, bem como as sanções administrativas e disciplinares que são draconianas.

A educação/formação/qualificação do policial militar, como vimos, é integrada por uma formação inicial prévia exigida, e na passagem do concurso, inicia-se uma formação específica da *mão-de-obra* policial militar. Há cerca de 18 anos a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), no que concerne à formação, vem pendendo

para uma tentativa de humanização, muito mais pela forma com que eles/elas [profissionais de segurança pública] devem tratar a população, do que pela forma como os próprios são tratado pelo Estado. Este desligamento da realidade impede que as mudanças almejadas pela PNSP cheguem a fazer efeito no sentido de tornar o policial militar agente de mudança, como trazido acima na citação de Brandão, relacionado ao fortalecimento de práticas voltadas aos Direitos Humanos.

Quanto à formação específica dos policiais militares que trabalham no BPMMA, obtivemos a informação de que a ida para o Batalhão não exige uma preparação específica prévia (por exemplo: formação em cursos como Biologia, Engenharia Florestal, Pedagogia) e que a especialização em policiamento ambiental, para o efetivo que já se encontra lá lotado, através de cursos, não existe de maneira estruturada e fixada em normativas. As formações que já ocorreram dão conta mais de iniciativas pessoais deste ou daquele gestor que se interessa pelo assunto ou considera-o preponderante. Porém, ao assumir compromisso com estas formações o gestor assume o risco de ver os índices com os quais se valiam as atividades do batalhão diminuírem, por fazer com que o horário de *trabalho* seja utilizado para a formação. Alguns índices informados para avaliar a produtividade do batalhão são: apreensões, vitórias, prisões, abordagens e embargos. Assim, não há uma política de formação contínua ou uma exigência institucional para que o policial que trabalha no PBMPA tenha um curso de especialização em policiamento ambiental.

No que diz respeito ao trabalho rotineiro dos policiais militares, junto às classes populares, a pesquisa de campo demonstrou que mesmo faltando esta formação contínua e programada, o policial militar encontra formas de se atualizar e dispersar este conhecimento tão restrito em acesso que é o do ambiental. Em sua rotina, o policial encontra brechas no sentido de esclarecer a população quanto à Lei, mesmo quando encontra alguém já em desacordo com esta. Talvez uma constatação em sua própria ausência de formação específica que lhe confere o entendimento que a população, a grosso modo, também não conhece o assunto e por isso age em desacordo, como pode ser evidenciado nos trechos:

***“[...] você considera que o trabalho de fiscalização ambiental, nos moldes que você falou, que você sempre fez, já falando com a pessoa, tentando instruir... você acha que este trabalho ele tem o potencial de transformar a sociedade e o meio ambiente?”***

*Muito. Porque, como eu disse, a maioria são leigos, na parte ambiental, tu falar que é “polícia ambiental”, por exemplo, as pessoas acha que é polícia florestal. Cê pega alguém “ah... eu queria fazer o curso na polícia ambiental, como que faz pra entrar lá?”*

***Não Polícia Militar...***

*Como que faz pra entrar na Polícia Ambiental? Tem gente que quer, que quer fazer isso, mas não sabe diferenciar, acha que não é Polícia Militar, então, mas a... o diálogo... é como eu falei... mais a educação ambiental do que a apreensão. Não adianta você tomar o peixe do cara e não explicar mesmo o que ele fez de errado, porque ela não pode fazer aquilo. Da outra vez, não vai fazer mais.*

***Sim.***

*É pra falar pouco... mas esses dias, eu peguei uns caras com dois peixinhos, eu ia tomar, não tomei, eu só falei, só expliquei... mas eles já sabem que se pegar de novo vai ser preso, então se ele vai praticar, tudo bem, mas você já fez a sua parte...*

***Que era esclarecer...***

*Que era esclarecer.*

***Perfeito.***

*Funciona, só acho que uns 90% do... das abordagens se você for fazer, explicar pro povo que que pode, que que não pode, funciona mais do que repreender, não vai adiantar repreender.*

***Cê acha que 90% dos casos dava pra conversar?***

*90% dava pra conversar... não vai dar pro redeiro, que ele já sabe onde ele tá, mas aí não tem como.*

***Eu tava julgando 70%, quando eu comecei esta história...***

*Mas dá porque...*

***Mas assim: o seu 90% me anima muito mais...***

*Sim.*

***Porque é óbvio que você tem mais tempo de barco e de viatura do que eu...***

*Se você sair num barranco e, igual to falando, pudesse fazer na prática assim, “ah, vamos fazer, isso que nós tamo fazendo... vamos fazer na prática... vai liberar amanhã”... aí você sai na beira do rio aí, vai ter muita*

*gente, família, os caras que leva família, que vai comer lá, aí ele não sabe que não pode acender fogo lá, ele vai deixar sujeira lá, entendeu?*

***Hum-hum...***” (Fala de participante, em negrito fala da autora).

Como dito acima, apesar de não haver uma política ou programa de formação continuada ou especialização, ou exigência para o ingresso do policial militar no BPMPA, os sujeitos por sua conta procuram uma autoformação que lhes permita sentirem-se atualizados. Por diversos motivos, a legislação ambiental é bastante vasta e técnica (são Leis, Decretos, Instruções Normativas e Normas Técnicas Brasileiras), sendo necessário bastante empenho em suas interpretações e aplicação. A maioria das atividades de comércio, produção e serviço no Brasil exigem a construção, apresentação ao órgão responsável, aprovação e execução de licenças ambientais. Porém, há atividades muito mais simples e corriqueiras e talvez até tradicionais, como a pesca de barranco, que são também normatizadas em detalhes. A população, no entanto, não chega a ter contato com esta informação.

A respeito deste trecho, analisemos detalhadamente a riqueza de informações que ela nos gera: a) a população em geral não reconhece o BPMPA como parte integrante da PMMT; b) em função da classe (*o povo*), o policial compreende que deve usar do princípio jurídico da discricionariedade para agir de forma a esclarecer, informar e não realizar prisões e apreensões (*repreender*); c) no que tange à resolução do conflito (sujeito – normativas – Estado - Meio Ambiente) o policial acredita que o conhecimento da norma resolveria 90% dos casos das abordagens que realiza; d) o policial acredita que há uma espécie de cidadão (*o redeiro*) com o qual não se deve ou não adiantaria dialogar, conversar, ou tratar da maneira que trata *o povo*.

Há uma identidade simbólica da PMMT, que são seus aparatos imaginéticos, tais como: as viaturas, a farda e o corte de cabelo. A farda da PMMT durante muitos anos foi azul petróleo, chamada por nós policiais de “azulão”. No ano de 2013, a farda azul petróleo foi substituída e, em seu lugar, inserida a cor cinza. No entanto, a farda do BPMPA sempre foi de um camuflado verde e em nada se parece com a farda cinza ou com a anterior azul. Por várias vezes ouvi questionamentos se eu era do IBAMA ou da SEMA, ou mesmo do Exército Brasileiro. Alguns desses questionamentos eram seguidos por críticas à PMMT e elogios à “Florestal”.

Fotografia 1: Fardamento do Batalhão Ambiental.



Fonte: Imagem de peça de publicidade oficial institucional da PMMT na rede Instagram (@pmmt\_oficial).

Fotografia 2: Fardamento ordinário (4º B) da PMMT.



Fonte: imagem de peça de publicidade oficial institucional da PMMT na rede Instagram (@pmmt\_oficial).

Uma das possíveis facilidades de diálogo entre policiais que servem no BPMPA e a população seja, justamente, este desligamento simbólico, semiótico, como se um e outro fossem instituições distintas.

Ainda com relação ao trecho de discurso trazido, o policial fala quem é o tipo de sujeito com o qual valeria a pena dialogar, e, ainda mais, que este diálogo seria muito

mais que a repreensão (apreensão administrativa, infração [multa] e embargo): *o povo*. Segundo o policial, o diálogo com *o povo* é necessário, porque a legislação ambiental não chega até esta camada da população e as faltas ambientais cometidas por esta, portanto, devem-se ao desconhecimento das normas. Até porque pelo exemplo dado no trecho de discurso, levar a família para o barranco do rio, pescar, assar o peixe e comer naquele mesmo local está histórica e genealogicamente ligado aos costumes indígenas, ainda tão presentes, arraigados e imiscuídos aos costumes do restante da população mato-grossense que não se declara índia.

Num outro polo, existe um desconhecimento das normativas ambientais de outras camadas da sociedade, no entanto, os sujeitos componentes da elite econômica, que não dominam as alterações de normas da burocracia estatal brasileira, contam com profissionais especializados que lhes prestam consultoria, fazendo que não sejam afetados de maneira negativa, ou minimamente afetados, e até beneficiados pela legislação<sup>20</sup>. Há ainda agentes da burocracia, como delegados(as), promotores(as) e juízes(as) (que não são especialistas em meio ambiente) que não conhecem as normativas do meio, propiciando erros em desfavor deste bem coletivo. Além disso, até mesmo nestes momentos, os profissionais da proteção ambiental servem como educadores e esclarecedores. A Este respeito é exemplar o trabalho de Almeida (2016) que expõe decisões em 2ª Instância de magistrados que usaram de maneira totalmente incorreta princípios do Direito Penal para julgar crimes ambientais, quando um e outro tutelam bens totalmente diferentes. Também é uma cena comum nos rios do Pantanal Mato-grossense um turista que paga um *barqueiro* para poder pescar. O barqueiro pilota o barco munido de sua carteira Arrais, ajuda o turista a retirar o peixe da água, mede e diz ao turista se o pescado está dentro dos limites da legislação de pesca estadual, tira fotos, tudo isso por um valor de diária de trabalho do profissional. Assim, as abordagens nestes barcos turísticos são sempre tranquilas, pois o *barqueiro* conhece toda a legislação e faz seu trabalho para que o turista não passe pelo constrangimento de estar fazendo algo ilegal.

No próximo ponto (c), temos o policial que se utiliza do princípio da discricionariedade. Neste ponto, existe um tensionamento maior ao qual daremos atenção às questões legais com maior rigor, em virtude da maior contradição presente: o agente

---

<sup>20</sup> Selos ISO 12000, selos de sustentabilidade. Greenwash (BOFF, 2013).

do Estado precisa cumprir a lei do Estado, mesmo em discordância moral com seus princípios. Condições materiais em que se assenta.

Durante a pesquisa de campo, tornou-se claro que o policial ambiental se sente responsável com sua (auto)formação continuada diante das diversas e constantes modificações das normativas que regem seu trabalho. O saber e a repartição do saber através de uma formação institucionalizada, depende de planejamento prévio, planejamento este, que como já dissemos, tem uma determinada intencionalidade. Percebemos que os policiais militares, sujeitos da pesquisa, estão em contato direto com as camadas mais pobres da sociedade, sendo que é sabido da própria Polícia Militar que esta é a única instituição que chega aos lugares onde mais nenhum serviço do Estado chega (é a única instituição do estado presente nos 141 municípios de Mato Grosso). Assim, na medida em que existe essa formação inicial, somada a uma formação institucional específica, e uma formação, também institucional de especialização do policial militar em policial militar especializado em proteção ambiental, existe um preparo para considerar estes sujeitos parte da disseminação de ideias do Estado sobre como normatizar e disciplinar a vida da população.

No outro polo, o trabalho diário e rotineiro junto às pessoas nos rincões mais afastados do núcleo do Poder e das estruturas governamentais de serviços públicos, este sujeito, policial militar, aprende a ensinar de uma outra maneira, menos disciplinadora e mais dialógica, fazendo parte do que considero como uma prática pedagógica (porque tem a intenção de ensinar) libertadora (porque ao mesmo tempo que fornece informações necessárias ao sujeito educado, desamarra, o policial e seu interlocutor, das teias legislativas pensadas, escritas e impostas noutros lugares e com os mais diversos objetivos). Uma prática muito mais humana também, porque, naqueles locais de maior dificuldade de acesso, não só o cidadão abordado, mas o próprio policial militar, estão em desamparo e constroem, naquela interação pedagógica, laços comunitários e humanos que tem real poder de modificação de ambos.

Trabalho forma, trabalho alienado e descompromissado com a realidade, deforma e conforma:

*“E a gente nunca sabe tudo, eu já passei por essa experiência num desmatamento...”*

*Ahamm...*

*A extração de madeira, por exemplo, nós trabalhamos com uma ONG lá de Alta Floresta onde o pessoal lá que deu a instrução pra nós. A gente foi daqui pra fiscalizar, a SEMA e o IBAMA, e chegou lá, só o IBAMA que sabia a parte teórica. Nós pegamo dois caminhão de madeira dentre da mata e quem descobriu que madeira que era, só olhando, foi o rapaz da ONG.*

***Da ONG?***

*Ninguém sabia que madeira era. Não tinha nenhuma classificador, ninguém sabia, ninguém conhecia.*

***E é raro aqui no Mato Grosso. Não era pra ser porque a gente...***

*Aí o cara falou “ah, isso aqui é não-sei-o-que, não-sei-o-que”, cheirou a madeira.*

***Meu Deus do céu!***

*Aí nós tivemos que...*

***Aham... pega... pega na pessoa a vai junto...***

*É normal isso aí, você aprende com o fiscalizado, você aprende também.*

***Sim, com o fiscalizado.***

*É, não adianta você chegar e falar: “ah, você não pode fazer isso”, “ah tá, não posso, mas por que eu não posso?”. E aí? Você tem que saber porque não pode.*

***Aham, na verdade, também a gente aprende pra ensinar?***

*É. O pescador ele sabe o que “ah, não pode pescar na piracema, mas... por que não pode pescar na piracema?”. Ele não sabe porque não pode... “por que não pode pegar peixe pequeno?”. Eles tem uma tese de que poderia liberar o peixe pequeno e não pegar o...*

***As matrizes.***

*É. Porque os pequenos vão criar ainda pra procriar, eles têm essa tese, e os grandes já tá grande mesmo, não vai mais, então, eles acha isso aí, aí você tem que explicar porque que não pode. As pessoas não sabem.*

***Não sei você, durante esse tempo que você passou aqui, cê se preocupou mais em aprender pra dar essas justificativas, ou por sua conta mesmo? Falar “ah não, eu que quero saber”. Ou você se preocupa “não, se me perguntarem eu não vou...”. Igual essa do pescador “se me perguntarem, como é que eu vou responder?”.***

*Eu sempre me preocupei em porque não pode né? “Por que eu não posso pescar na piracema?”. Sempre”.* (Fala de participante, em negrito fala da autora).

Como visto nos excertos, há uma consciência de classe nos policiais militares pesquisados que é posta durante o trabalho da forma mais difícil (fisicamente) de ser feita. Tendo consciência que estão sem meios adequados para a execução do trabalho e sem formação específica e programada, não executam estritamente o que a lei lhes impõe (levantada ainda a ressalva do poder discricionário do agente), deixando clara a dinâmica que na prática inverte o intuito subjetivamente classista das legislações ambientais brasileiras e suas aplicações práticas sobre os sujeitos alcançados por ela no tempo das abordagens.

Cada abordagem, onde é encontrada uma irregularidade, o policial teria a possibilidade/obrigação de encerrá-las e conduzir o sujeito até uma delegacia para o registro do Boletim de Ocorrência (BO). Isso demanda, na prática, encerrar as atividades, haja vista que, se for uma abordagem fluvial, é necessário chamar apoio de viatura de quatro rodas, guardar todos os equipamentos do barco, colocar o barco no reboque, deslocar até a delegacia, aguardar a vez caso haja outra guarnição confeccionando boletim de ocorrência, por fim, confeccionar o BO e todos os demais documentos concernentes ao caso específico (AI, AA, etc.). Perde-se todo o tempo de fiscalização no local a ser protegido com a burocracia em detrimento do cumprimento da função constitucional da PM, o policiamento ostensivo, que de forma simplista pode ser explicado como ver e ser visto, que transmitira a sensação de segurança ofertada pelo Estado através de sua presença física e simbólica. Além disso, perde-se a oportunidade de levar ao maior número de pessoas possíveis informações importantes sobre o Meio Ambiente (não só a legislação, mas as transformações, as atuais condições e os estudos que estão sendo desenvolvidos na área)<sup>21</sup>.

Um dos policiais, durante a entrevista, comoveu-se com o fato de uma pesquisa estar sendo feita sobre o Batalhão Ambiental e foi até o cesto de lixo buscar uma fotografia, trouxe e deu-me. É a fotografia de um caminhão caçamba cheia de pescado apreendido. Este policial contou-me, ao entregar a foto, que *antigamente* (pela fotografia, década de 1980) as apreensões realizadas pelo Batalhão eram todas dessa

---

<sup>21</sup> Acerca da inversão de valores na Segurança Pública, deixar de cuidar de *todos*, para cuidar do bandido, vide capítulo 4.

monta, caminhões baú cheios e caminhões caçamba cheios, até aviões transportando pescado. Além disso, que atualmente, as somas de todas as apreensões ocorridas na piracema reunidas não chegam a uma dessas apreensões antigas<sup>22</sup>. Depois dessa entrevista, coloquei a fotografia na prancheta e inseri este assunto nas demais entrevistas.

Fotografia 3: Caminhão caçamba apreendido na década de 1980.



Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.

Depois de receber essa fotografia, retirada do lixo, pensei na história do BPMPA-MT, construída por estes homens, e que está se perdendo. Estes sujeitos, somados a outros de fala subalterna, são verdadeiros arquivos vivos das transformações ambientais pelas quais Mato Grosso viveu neste período de *Revolução Verde* do Cerrado.

***“Cê, percebe isso, vamo voltar ao início da pergunta, se você considera que no teu trabalho de fiscalização, você educa as pessoas?”***

---

<sup>22</sup> No fechamento da piracema 2015-2016, o Governo de Mato Grosso informou o fechamento da Operação Piracema com total de 2 toneladas de pescados apreendidos. Informações disponíveis em: <http://www.mt.gov.br/-/3038685-piracema-termina-em-mato-grosso?inheritRedirect=true>.

*Sim, to educando. Porque queira ou não queira, você parar um cidadão, ou tá certo, ou tá errado, você explicando sua ação pra ele, o caso do pescado fora da medida, você pegou um cidadão fora da medida, se você, mais fácil que ia acontecer na beira do rio, fala pro cidadão “seu peixe tá fora da medida”, conversando com ele, cê tá educando ele, não precisa ser ferro e fogo, no caso, tem casos e casos, mas se você chegar no cidadão com educação... normalmente, a ambiental é um batalhão especializado.*

***Hum hum...***

*Então é só chegar com educação, você quebra qualquer um na educação. Queira ou não queira. O cara tá alterado, de fogo, chega na educação, cê quebra ele. Com educação, ensinando, se você explicar a situação, porque que cê tá fazendo, porque cê tá autuando, porque a autuação nós tamo fazendo a autuação, vai aprender... o cidadão explicando pra ele toda a situação, o que vai ser feito, documento, o que acontecerá, o que vai ser de multa, então o cidadão queira ou não queira vai aprender. Por bem ou por mal... no caso, no mal, eu falo assim porque se você fazer os termos completos, ele vai sentir no bolso, queira ou não queira uma educação ele vai sentir. Ele “nunca mais eu quero fazer”, só se for o caso do pessoal do redeiro, que não tem jeito esse povo.*

***Aham, meu Deus do céu, parece que nasce com um verminho.***

*É, ali tem que pegar, como dizem, a educação ambiental tem que pegar hoje em dia... o que tá vindo, e as crianças... educação tem que pegar, de ensino. Hoje em dia, vou falar... antigamente, eu ia pescar com meu pai, menos de meia hora a gente pegava o peixe e vinha embora. Hoje em dia cê pode passar o dia inteiro, o dia inteiro... não é como antigamente... cê pegava, como dizia o povo: “esquenta a gordura aí que eu vou pegar um peixinho pra nós comer”. Hoje em dia, pode aguardar uns bons tempos, não tem jeito...” (Fala de participante, em negrito fala da autora).*

Nem mesmo eu, que havia trabalhado por três anos no BPMPA-MT, tinha uma informação visual tão chocante. Em suma, há uma possibilidade real, em se tratando de oficializar uma prática já existente e uma previsão legal de sistematizar ações, *modus operandi*, através do diálogo entre órgãos como SEMA, IBAMA, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil e Batalhão Ambiental. Fazendo com que as ações

educativas e voltadas à proteção através da atividade de polícia ostensiva destes sujeitos sejam resguardadas em termos de legalidade, havendo um sincero reconhecimento que o BPMPA-MT é o único órgão com efetiva presença diária nos rincões mais distantes e de difícil acesso em Mato Grosso, e que a parte dos demais órgãos citados só irá ser feita mediante constatação em campo realizada por estes profissionais.

### 2.1.2 Educação como cultura

Na obra *Educação como Cultura Brandão* (2002) constrói uma narrativa sobre os diversos movimentos que trabalharam com populações subalternas nos idos de 1960, e coloca esta narrativa como atravessando questões principais que seriam os objetivos destes movimentos: libertar, desenvolver, dinamizar.

Como já afirmamos acima, a pesquisa de campo demonstrou que o que os policiais do BPMPA-MT fazem não é uma prática de Educação Popular, que segundo Brandão (*ibidem*) tem um objetivo político claro e declarado, formulado. Assim, concluímos aqui que tais experiências pesquisadas, não se tratam de experiências de Educação Popular e nem tampouco de Cultura Popular. No entanto, como já exploramos, há aspectos da educação que se mostraram bastante interessantes do ponto de vista da inversão de polos e do diálogo entre populações subalternas e entes subalternos do Estado. O mesmo pudemos verificar no que tange à Cultura.

Encontramos no material empírico dois aspectos importantes, diversos, mas complementares: ausência/deficiência na formação especializada em policiamento ambiental; o trabalho formando o policial na prática e no convívio com outros sujeitos. Verificamos a ausência de formação institucionalizada, programada, planejada e ininterrupta dos sujeitos, policiais militares de um batalhão especializado em policiamento ambiental, indiferentemente do quão técnico ou amplo seja o espectro de conhecimento requerido pelo profissional que trabalha nessa área. Porém, outras possibilidades de formação apareceram durante a pesquisa e pude constata-las em minha experiência trabalhando no BPMPA, a cultura:

A cultura é o processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o Homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, constituindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano. (BRANDÃO *apud* Ação Popular, 1963, p. 39).

A Cultura é um conceito científico (BRANDÃO, 2002), “[...] um conceito de extensão miseravelmente vasta. A rigor, quer dizer tudo que não é exclusivamente natureza e passa a significar praticamente tudo num mundo como o de hoje penetrado por todas as partes pelo trabalho criador humano”. (BRANDÃO *apud* ESTEVAN 1963, p. 37).

Recolher e administrar o que vem de fora com nova significação a respeito do que já havia antes. É necessário um mundo anterior para a construção da cultura, um mundo construído antes, recebido. Ver o peixe, o barco e o rio, e, com a fala do outro que encontrei enquanto estava trabalhando de proteger o meio ambiente, ressignificar e/ou adicionar novo significado ao peixe, ao barco e ao rio.

A Cultura é maior e mais abrangente que a Educação. Em nossa sociedade letrada, o sujeito que não tenha passado pelo sistema formal de educação é praticamente expurgado pelos demais e incapaz de ensinar algo a alguém em um *processo educativo*. Estaria este sujeito [dentro deste sistema] condenado a ser um polo receptor, *sem luz*, vazio sobre o qual devem ser depositados conteúdos? Esta é a educação chamada por Freire (2005) de bancária, ou do opressor. Vejamos o contrário, a cultura adquirida através do trabalho tem colaborado na formação dos sujeitos de pesquisa, no trecho:

*“Muitos infratores não têm conhecimento da Lei, mal sabem ler e escrever, então a gente não pode chegar e exigir, por exemplo, uma DPI, que é um documento que o pescador tem que ter “ahh, você é obrigado a preencher esse DPI!”. Então, tem que ter esse jogo de cintura, fiscalizar sim, mas orientar também”*. (Fala de participante, em negrito fala da autora).

Ao mesmo tempo que o policial militar ambiental do BPMPA-MT tem contato com proprietários de fazendas multi-milionários, ele encontra sujeitos como o do exemplo acima, pescadores analfabetos. Poderiam ser outros os exemplos, como os já vivenciados por mim, tais como caçadores, peões em meio a desmatamentos (vivendo e trabalhando em condições análogas à escrava). Certamente, há menos ainda que se esperar que estes sujeitos saibam do conteúdo das normas ambientais ou o motivo pelo qual estas normas foram construídas, quando muito, sabem apenas que estão fazendo *algo de errado*, porquanto fogem quando a fiscalização chega ou se justificam dizendo estarem fazendo o *algo de errado* por necessidade. Ocorre, porém, que este mesmo

pescador que porta a DPI em branco, por não saber ler e escrever, geralmente é o mesmo que produz sua própria embarcação [piroga] que, com a maestria dos mestres navegadores, sobem e descem as correntezas dos rios, com seus motores [rabetas] adaptados à rasura da seca no Pantanal. Estes mesmos pescadores nos ensinam a ler as ondulações dos rios que demonstram onde estão escondidas as pedras debaixo d'água que podem virar os barcos. Sem esse conhecimento não se sobrevive nos rios do Pantanal:

*“Já teve caso de, na fluvial aqui já morreu dois militar nosso.*

***Fiquei sabendo agora. [Fulano] me contou, um que bateu a cabeça na pedra e outro morreu afogado, sem colete né? Quando ceis recém tinham chegado no Batalhão.***

*É... chegamos aqui, primeiro serviço nosso aqui morreu um, amigo da nossa turma, mas morreu.*

***Hum-hum... É o [Beltrano] ?***

*Isso, ele morreu em Santo Antônio do Leveger e antes disso, já tinha morrido um em Barra do Bugres”.* (Fala de participante, em negrito fala da autora).

O policial militar ambiental compreende a arte existente na vida e na resistência daqueles e daquelas que sobrevivem em condições hostis e ausências materiais. Seu trabalho e suas ausências [do policial] fazem com que reconheçam no outro o saber da experiência vivida com a vontade e a generosidade da partilha de saberes:

***“Durante uma fiscalização, por exemplo, cê encontra pescador... cê pergunta? Cê se permite que eles te ensinem alguma coisa?***

*Já! Por exemplo, nessa fiscalização com o pessoal da SEMA, são contratados, esse pessoal ribeirinho, trabalhei com eles, mas assim... tem que escutar porque eles entendem muito, entendem até mais do que eu. E quando eu saio com eles, por exemplo, eu e um senhor que tinha lá, manezinho, eu saia com ele... tudo bem, eu era militar, mas eu escutava ele porque ele sabia da região e conhecia... então, eu deixava por conta dele, porque ele sabia, pra mim aprender, entendeu? Por mais que eu seja policial, ele vive ali, ele conhece mais do que eu, então eu permitia*

*aprender isso aí. Você tem que aprender, o rapaz sabe mais do que você, você tem que aprender, nem que você seja tenente, um coronel, mas você tem que aprender.*

**Sim.**

*Cê aprende com esse pessoal. Cê aprende, e muito”.* (Fala de participante, em negrito fala da autora).

[...] viver uma cultura é conviver *com e dentro* de um tecido de que somos e criamos, ao mesmo tempo, os fios, o pano, as cores, o desenho, o bordado e o tecelão. [...] Ela [a cultura] consiste tanto de valores e imaginários que representam o patrimônio espiritual de um povo, quanto das negociações cotidianas através das quais cada um de nós e todos nós tornamos a vida social possível e significativa. (BRANDÃO, 2002, p. 24, grifos do autor, supressões e inserção minha).

A este respeito, trago duas experiências pontuais de aprendizagem no trabalho de proteção ambiental para somar ao dos sujeitos da pesquisa.

Em 2012, a Lei de Pesca (MATO GROSSO, 2009) sofreu alterações (MATO GROSSO, 2012). As alterações geraram a organização das colônias de pescadores de Mato Grosso, pois, diminuíram a quantia de pescado semanal permitida por pescador, mudou os tamanhos (mínimo e máximo) permitidos de algumas espécies, e proibiu a pesca de espécies antes permitidas. Diante da influência gerada sobre suas atividades, as colônias se comoveram e buscaram a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL) em peso, e esta respondeu ao clamor popular requerendo 11 audiências públicas em diversas cidades do estado. Pude participar da 8ª audiência, no dia 22 de outubro de 2012, no município de Rondonópolis-MT. Esta experiência foi reveladora para mim, ao ouvir os diversos pescadores sucederem-se no púlpito, quando revelaram os *verdadeiros motivos* do desaparecimento/diminuição dos peixes nas sub-bacias que cortam o território mato-grossense: a multiplicação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's). As PCH's tomaram conta do território de Mato Grosso<sup>23</sup>, e, após a crise energética (2001-2002), mostraram-se como uma opção rápida e fácil para a resolução do problema, porém, os pescadores denunciaram ali que as chamadas *escadas de peixes* das

---

<sup>23</sup> Foi instaurada em 2011 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para investigar os processos de concessão e exploração de Usinas Hidrelétricas (UH) e PCH's nos últimos 10 anos anteriores à investigação. O intuito foi verificar denúncia de que havia grupos empresariais sendo favorecidos com tais concessões. Não havia a pauta de cunho ambiental na denúncia aberta pelo requerimento nº 117/2011. Cerca de 142 concessões foram verificadas. Informações disponíveis em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/deputados-estaduais-requerem-que-cpi-das-pchs-amplie-sua-atuacao/visualizar>>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

PCH's eram ineficientes e os peixes não estavam conseguindo passar por elas e chegar à foz dos rios no período de reprodução, “A cultura popular é um instrumento de Educação”. (BRANDÃO apud LEITE, p. 58). Restou daquela audiência pública, para mim, uma aula sobre os *estoques* da ictiofauna nas bacias mato-grossenses ofertada pelos pescadores; e o notório caráter classista da construção das legislações [o problema fora causado por grandes empresários do setor energéticos e a conta cobrada dos pescadores].

Ainda trabalhando na 2ª Cia do BPMPA, também no município de Rondonópolis-MT, realizávamos um trabalho de Educação Ambiental relacionado ao conhecimento da fauna local, com a exposição de animais taxidermizados. Estes, por sua vez, eram animais mortos, principalmente, em atropelamentos nas estradas, recolhidos por nós e congelados até o processo de taxidermia. Quem realizava o trabalho técnico com os policiais da Educação Ambiental era um biólogo voluntário, Dr. Paulo Ricardo da Silva<sup>24</sup>, que confirmou em uma de suas aulas-conversas que uma das poucas escadas de peixe que funcionavam adequadamente era a da Usina de Itaipu.

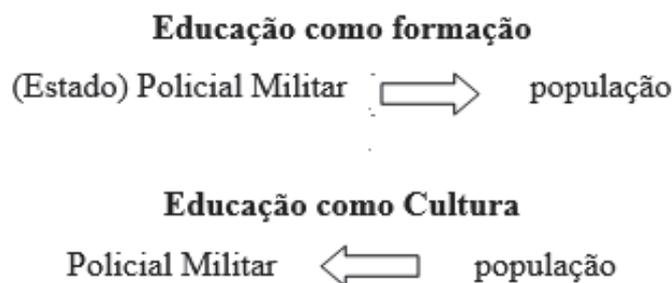
O intuito de escrever acerca da Educação Ambiental depois destas experiências vem justamente da necessidade de compreender como a ausência estatal na formação talvez tenha proporcionado a nós abertura, enquanto agentes/entes do Estado, para aprender com esta população e assim abrir a possibilidade de inversão ou subversão dos polos de saber, abrindo espaço para outras formas de agir dos policiais, baseadas agora no novo que se abriu, com a consciência que este outro *não sabe, mas sabe muito*.

A pesquisa de campo demonstrou que a Educação como formação sai do polo Estado para o polo população (enquanto conhecimento formal, dados oficiais, informações compiladas formalmente com objetivo previamente pensado), enquanto a Cultura sai, preponderantemente, do polo população para o Estado (não enquanto estrutura física e jurídica, mas aos sujeitos concretos que o representam):

---

<sup>24</sup> Dr. Paulo possui doutorado em Organic Biological Ecology and Evolutyon na University Of California At Los Angeles com a tese de título Mapeamento Genético de Peixes da Bacia Hidrográfica do Alto Pantanal (SILVA, 2010).

Figura 4: Educação como formação e educação como Cultura.



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste sentido, a pesquisa demonstrou que as práticas coletivas (no caso, o trabalho de proteção ambiental, de pesca, de desmatamento, de construção de PCH's, etc.) permeadas pelas estruturas de poder, que legitimam, ou não, discursos, práticas e até mesmo existências. Por outro lado, os sujeitos concretos escolhem por necessidade, ou outros laços, quais discursos legitimam e adicionam aos seus como sendo válidos ou não, estando mais abertos em decorrência de laços mais solidários, alteritários e de simpatia do que normativos:

#### **tensão nas relações↔solidariedade nas relações**

A troca (policial↔população) não chega aos centros decisórios em razão, entre outras coisas, da estrutura verticalizada e militarizada da instituição Polícia Militar. O que recebemos de outros policiais, dentro da instituição, deve ser encaminhado formalmente através de um sistema chamado *cadeia de comando*, em que um subalterno não pode falar com o superior sem que antes passe pelo seu superior mais imediato, e este leve ao superior mais imediato dele, assim sucessivamente. Esta não é uma regra do BPMMA, mas sim da Polícia Militar. As informações ou vivências não chegam ao topo da máquina para retroalimentar o sistema, demonstrando como as práticas trazidas da sociedade, ou realizadas estão se dando, sobram somente estatísticas relacionadas a ações de *fracasso* do trabalho (já que a polícia militar é preventiva, qualquer estatística de crime é a estatística de demonstração que a prevenção foi falha).

No que diz respeito ao não-retorno das práticas subalternas ao topo do poder ou aos centros decisórios, podemos pensar sob o ponto de vista da apropriação dos saberes dentro do Estado capitalista. Aqui, o conhecimento ancestral e endêmico é

compartimentado, apropriado, vendido ou proibido, utilizando esta cultura em desfavor desta mesma população que a desenvolveu:

Nada mais evidente do que o modo como isto acontece na realidade das sucessivas sociedades desiguais que o mundo conheceu. No momento em que componentes estruturais da cultura são apropriados por grupos ou classes sociais, técnicas de trabalho, instrumentos, preceitos, códigos, princípios, valores e símbolos são usados como elementos culturais de reprodução da desigualdade. Quando a intencionalidade do *trabalho* e do *produto do trabalho* de relações solidárias é negada à cultura e, através dela, ao universo de trocas sociais e simbólicas entre os homens, a cultura participa da *dialética da dominação*. Da ferramenta à crença religiosa, os mesmos elementos de cultura que por princípio deveriam afirmar a liberdade e o domínio universal do homem sobre o mundo afirmam a dominação de classe entre os homens e a perda da dimensão da história de que o homem é o suspeito. (BRANDÃO, 2002, p. 43, grifos do autor).

Ou seja, há também um lado positivo no que tange a uma não-movimentação destes saberes subalternos nos círculos de poder mais elevados. O outro aspecto que ficou demonstrado na pesquisa é que o aprendido com a população e os demais colegas fica circulando dentro dos barcos, das viaturas e dos quartéis. Enquanto no serviço as conversas e os diálogos não são tão amarrados e normatizados, uma espécie de *cultura policial* foi criada com estes anos de batalhão e segue sendo disseminada durante as práticas de trabalho. O papel dos pares, e demais colegas, na vivência dentro do BPMPA, como forma ativa de aprendizagem, também tem uma função preponderante na formação:

*“Meu conhecimento, eu aprendi muito assim... o pessoal mais antigo e o pessoal moderno também, tem outros conhecimentos... tem cara formado na área ambiental, então, quer dizer, a gente vai pegar um pouquinho aqui, um pouco lá, a gente vai conhecendo. Antigamente, nós não tinha esse conhecimento que nós tem hoje, falta muito? Falta! Foi... graças à Deus... foi a passagem do coronel [Fulano] que pegou nivelou o pessoal. Não é que todo mundo tem o conhecimento, mas tem um pedacinho pra nós puxar o fio daqui e pra lá e pra cá... e vai caminhando. Mas, antigamente, era só termo de apreensão que nós fazia, hoje não, é tudo! Quer dizer, se pegar qualquer um, os mais antigos, eu sou da mais moderna, sabe fazer tudinho completo, não tem, falar assim... ahh... muitas vezes.. Um auxílio? Liga pra alguém... Tá meio em dúvida? Liga pra alguém! O cara “tô meio em*

*dúvida”... O cara... Tive, sempre tive um auxílio, então, sempre a tropa é unida nesse caso. Se precisar de auxílio, cê liga e fala “to em dúvida”... Aí o cara liga... sanou a dúvida! Acho que tem que ser assim, a gente não é conhecedor de tudo... Aí tu vai conhecendo pouco a pouco, nossa Lei é assim... como a senhora falou... hoje a pesca tá aqui, ano que vem não sei como tá a lei... Já mudou um artigo, já muda outro, aí libera uma coisa que era proibida... E a Lei ambiental muda relativamente todo ano, bem dizer, tem que dar uma olhada se não mudou nada”. (Fala de participante).*

Concordamos com a afirmação de Brandão (2002) de que ninguém escapa da educação. Estar escalado em um serviço de 12 ou 24 horas com os colegas em um barco, ou em uma viatura, em locais distantes; ficar 30 dias em uma operação, acordando, comendo, bebendo e dormindo ao lado do colega, isso por 15 anos, 20 anos... 28 anos. Como não considerar o aspecto da cultura policial na formação destes sujeitos?

Verificamos na pesquisa que há uma cultura policial relacionada com: cuidados do quartel (desde a minha infância presenciei meu pai e os colegas dele agindo dessa forma, mas durante a pesquisa foi muito presente os policiais se unirem e em suas horas vagas irem ao quartel realizarem serviços como os de pedreiro, serralheiro, marceneiro, pois a sede do BPMPA foi condenada (devido suas condições físicas) e a parte da estrutura burocrática levada pra outra unidade a cerca de 20 quilômetros, permanecendo na sede antiga o CETAS, os barcos e motores); cuidados com os animais que lá vivem (os policiais criam vínculos com os animais e acabam indo ao BPMPA também nos horários de folga ajudar a cuidar, como um dos sujeitos que, formado em biologia, ia ao quartel trabalhar na reabilitação de um filhote de tamanduá bandeira que fora atropelado); vínculos de confiança e companheirismo (alguns deles são compadres e amigos das famílias um do outro); aprendizagens mútuas relacionadas fora da teia de hierarquia (como o trazido no excerto acima). O ensinar é formal, sob o ponto de vista de uma previsão e presunção, o aprender, nestas relações nem sempre é previsto, e talvez seja a forma mais sincera e com o maior potencial transformador.

Sobre estes aspectos percebidos, utilizaremos o termo cultura policial:

[...] quando falamos de *cultura erudita*, e de *cultura popular*, de *culturas indígenas*, de *cultura metropolitana*, de *cultura escolar* ou de *dilemas da cultura pós-moderna*, estamos apenas dando nomes diferentes a evidentes

diferenças de e entre pessoas através de suas culturas. (BRANDÃO, 2002, p. 25, grifos do autor).

Essa gama de conhecimentos, técnicas, experiências e vivências concernentes ao mundo do BPMPA proporciona possibilidades distintas de formação do policial militar no trabalho, que chamaremos, portanto, de endoculturação. Tornar-se policial militar ambiental, como vimos, não exige um curso específico, porém, trabalhar sob as condições ali dadas requer uma gama vasta adquirida através da convivência rotineira e absorção dos modos de agir e fazer dos demais sujeitos que já dominam aquele universo. Brandão (2002) considera que a educação seja sinônimo de socialização, endoculturação, internalização da cultura, ou seja, não se é um policial ambiental, tornar-se policial ambiental.

### 2.1.3 Pedagogia(s), mediações pedagógicas e os não-lugares da Educação

Mesmo os grupos que, como os nossos, dividem e hierarquizam tipos de saber, de alunos e de usos do saber, não podem abandonar por inteiro as formas livres e familiares e/ou comunitárias de educação. Em todos os cantos do mundo, primeiro a educação existe como um inventário amplo de relações interpessoais diretas no âmbito familiar: mãe-filha, pai-filho, sobrinho-irmã-da-mãe, irmão-mais-velho-irmão-caçula e assim por diante. Essa é a rede de trocas de saber mais universal e mais persistente na sociedade humana. Depois, a educação pode existir entre educadores-educandos não parentes – mas habitantes de uma mesma aldeia, de uma mesma cidade, gente de uma mesma cidade, gente de uma mesma linguagem – semiespecializados ou especialistas do saber de algum ofício mais amplo ou mais restrito: artesão-aprendiz, sacerdote-iniciado, cavaleiro-escudeiro, e tantos outros.

Aqui o *espaço educacional* não é *escolar*. Ele é o lugar da vida e do trabalho: a casa, o tempo, a oficina, o barco, o mato, o quintal. Espaço que apenas reúne pessoas e tipos de atividade e onde *viver o fazer faz o saber*. (BRANDÃO, 2013, p. 33, grifos do autor).

Dos 14 policiais militares ambientais entrevistados na pesquisa, 13 disseram que conseguem sair da *prescrição* para, durante a abordagem nas estradas, nos rios e nas empresas, a realização de uma ação educativa no campo do *ambiental*. Ademais, a pesquisa de campo demonstrou que a atuação na área da educação acontece, principalmente, no certame de dar publicidade à legislação, o que é uma obrigação constitucional da Administração Pública e, notadamente, não é realizada de maneira eficaz junto à população em geral: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. (BRASIL, 1988).

O único sujeito que considerou não estar realizando EA justificou-se da seguinte maneira:

***“Você considera que numa abordagem, atuou nas abordagens que você faz, você realiza algum tipo de educação? Cê faz um serviço educacional, de instrução. Que que cê chama o que você faz? Se é que você faz alguma coisa... você só fala “bom dia, boa tarde, boa noite... to fazendo uma fiscalização” e depois faz o auto pra pessoa?***

*Ó... quando eu era soldado, fazia bem menos, era, até não fazia... porque, aliás, o serviço era diferenciado... antigamente, que a polícia era mais rústica, mais bruta... mas depois que eu peguei mais comando eu sempre procuro conversar né? É caçar a fonte do que tá acontecendo e orientar a pessoa. Não sei se tem realmente um efeito, eu não tenho acompanhamento, às vezes, o pessoal na tua frente é uma coisa, depois volta de novo, mas geralmente procuro, não assim, eu não considero uma educação ambiental, mas uma orientação pra pessoa.*

***Ótimo.***

*Não sempre também, sempre tem as oportunidades também.*

***Sim, então, era uma outra pergunta que eu ia falar. Se essa fala que você faz de orientação, cê fala que já não é uma educação ambiental.***

*Não considero uma educação ambiental, mas como uma orientação.*

***Sim, você acha que essa sua fala sua, ela tem a capacidade de afetar o meio ambiente e as pessoas, ou você tá fazendo mais por... faz por educação e desengano de consciência?***

*Eu acho que algumas orientações... elas realmente é... modificam... algumas coisas. Porque assim: quando a pessoa não tem o conhecimento de que aquilo é uma infração ou crime.*

***Hum-hum.***

*Aí a pessoa torna a ter ciência, ela pode mudar atitude, mas acho que não vai além disso, porque não é uma, uma orientação mais aprofundada... que seria uma educação ambiental”. (Fala de participante, em negrito fala da autora).*

Fica claro neste trecho que o policial observa a necessidade de algum tipo de *avaliação* para saber se aquela orientação surtiu algum efeito, pois, aí sim, seria uma forma de educação.

Por outro lado, um dos sujeitos fora bastante detalhista ao narrar suas abordagens para justificar que existe *100% de possibilidade* de uma aula de educação ambiental acontecer em um local remoto e entre sujeitos não nomeados como aluno(a) e professor(a):

*“Eu quero saber se nessas falas que você tem com o sujeito que tá sendo fiscalizado, se você tem... se na sua fala, ela sai de uma fala de coerção e ela chega numa fala que poderia falar de educação? Você esclarece as pessoas do que você tá fazendo ou simplesmente faz a tua fiscalização com educação e respeito que você disse, da tua parte né? Mas não se... como é que eu posso dizer? Não se preocupa em fazer um esclarecimento maior, ou uma educação, ou o termo que chamar de sair daquilo ali... “olha, vou fazer uma infração pro senhor... isso aqui é a lei tal... tô fazendo... tô preenchendo... muito obrigado... o senhor, por favor, assine aqui...”*

*Vou dar um exemplo da abordagem clássica, é... eu falo que a ocorrência é como se fosse uma bola de pingue-pongue... do jeito que cê jogar ela, cê jogar, soltar ela, ela quica no chão e você vê até uma distância, se você quicar ela com força, ela vai voltar com força. Então: “bom dia, boa tarde, boa noite cidadão! Polícia ambiental. Habilitação, documentação do veículo”. Falo o motivo daquela fiscalização, entendeu? Se eu preciso fiscalizar algum local, por exemplo, no carro, eu solicito que ele me acompanhe, se tiver na casa, peço permissão... depende da situação pra ele... se é alguma denúncia ou não. Se é uma coisa de praxe, se eu posso entrar, se eu posso verificar, se tem alguma situação que eu não conheço... Geralmente se a gente não conhece, a gente pede pro pessoal acompanhar, e da forma que ele me responde, vai ser minha retribuição novamente... a minha fala. Se ele falar assim “sim, beleza, vamo aqui... pa-pa-pa... beleza”. Se ele for, se brusco comigo...*

***Rude, aham...***

*Eu vou ser, eu vou ter que ser brusco com ele também porque sempre passaram a missão de fazer aquele trabalho, eu tenho que fazer aquele*

*trabalho, se eu acho que tenho condição, e eu acredito que eu tenho, fui preparado pra isso, eu tenho que cumprir aquela missão. Eu nunca deixei de cumprir nenhuma missão, então, se ele for rude, eu vou ser rude, se ele for educado, eu vou ser educado, mas eu acho que a partida se sai primeiro do policial, ou do agente de fiscalização.*

***Sim, sim.***

*Eu acho, acredito que se eu chegar lá e meter o pé na porta do cara, o cara vai ser bruto junto comigo, mas se eu chegar lá, solicitar e for uma perda de situação, tranquilo, da mesma forma que eu explico quando a gente é obrigado a autuar, muitas vezes a gente é obrigado a autuar o, a pessoa, eu explico pra ele que quais são os direitos dele, o quê que ele pode fazer, oriento ele relacionado a recursos né? A gente tenta passar pra ele toda e qualquer forma de como será o andamento daquela, daquela situação do momento que a gente entrega os documentos.*

***Eu queria saber de ti, que eu acho que é o ponto básico aqui da tese... se você acha possível fazer educação ambiental dentro de um barco, numa barreira, ou numa viatura, nesse momento aí, da abordagem, se você acha possível fazer, algum tipo de educação ambiental. Se você acha possível que a educação ambiental saia de uma sala de aula e vá pra esses locais.***

*100% de possibilidade, 100%. Como eu disse no começo da fala, a educação ambiental começa dentro de casa, a educação ambiental começa na hora que você abre um papel de balinha e você não acha uma lixeira e você coloca no bolso, porque você sabe que aquele lixo é seu. Ah, numa barreira, um exemplo clássico: você, você aborda a pessoa e você verifica que ela foi pro rio, voltou do rio e não tem uma latinha dentro do carro.*

*Cê vê que, às vezes, tem pessoas lá que ingeriram bebida alcoólica, e cê pergunta: “e aí? Como tava a cerveja? E Tal... tatata...”. Aquela coisa de interagir e a pessoa deixou o lixo na beira do rio. Ele deixou o lixo no meio ambiente. Você verifica a questão da quantidade de peixe... o cara não tem necessidade dele chagar lá, “ah, eu tô com dez pessoas”, o cara tá com dez carteirinhas, antes era 100 quilos de peixe... “pra que isso? Cê vai comer tudo isso aí?”... “Amanhã eu volto de novo”... É nessa hora que você, você como agente fiscalizador, cê fala... “tem necessidade? Esse peixe aqui ó, ia crescer mais”... Entendeu? Você tá ali na barreira, você... passa um*

*ribeirinho, passa outra pessoa... você verifica a questão de, até quanto de isca que o cara leva. O cara vai levar aquela isca, a metade da isca vai chegar morta, e ele não vai utilizar e vai jogar fora, entendeu? Você tá numa fazenda, você verifica que a pessoa não acondiciona, por exemplo, o lixo da forma correta, você pode chegar pra pessoa, explicar pra pessoa... Às vezes a pessoa tem aquele espaço ali e tem aquele monte de esterco lá que tá criando aquele monte de gás metano lá e você pode chegar e falar pra ele “por que o senhor não faz uma hortinha ali? Aquele espaço é interessante... isso e aquilo”. O chiqueiro tá ali descendo água abaixo e você sabe que o cara tem uma, um tanque de peixe que ele poderia estar utilizando aquilo lá para alimentar o peixe dele. Isso aí é interessante, existe até alguns fiscais, eu sempre dou sorte de trabalhar com alguns, que têm essa, esse interesse também, eu não sei, porque a gente...*

***Vai lá e já dá aula já pra pessoa?***

*Lógico, a gente tá ali também, até o cara, às vezes, ele é autuado, leva uma notificação, ou coisa parecida, mas ele já sai com uma ideia diferente da gente.*

***Sim.***

*A gente tem que tentar passar que a gente não é inimigo, a gente não é inimigo, quando a gente tá fazendo uma barreira ali, a gente não é inimigo do cara, inimigo é o cara que vem de lá pra cá... a gente é parceiro... a gente é parceiro do meio ambiente, a gente é parceiro do Estado. E sabe que cê tá ali, se você tá fazendo serviço, se você tem a oportunidade, faça bem feito. Se a senhora quiser anotar... eu carrego uma frase na minha vida, que fala assim: fazer o seu melhor com o melhor que você tem!”. (Fala de participante, em negrito fala da autora).*

Com este trecho percebemos que há uma vasta gama de conhecimentos e atitudes requeridas do policial militar ambiental, ativadas, *a priori*, pela própria experiência de trabalho e a inserção na cultura policial, já explanada anteriormente. A primeira atitude diz respeito à hostilidade natural e imediata no encontro entre um(a) cidadão(ã) que está exercendo seu direito à liberdade e seu direito de ir e vir e o Estado (ali encarnado por um homem/uma mulher, fardado(a) e armado(a)), exercendo seu dever de fiscalizar. Se neste primeiro embate não houver nada em desacordo com as

prescrições estatais (contrato social), seguem-se as outras etapas que são as que nos interessam à resolução do problema de pesquisa.

Vencido o primeiro embate, talvez mais profundo no campo do simbólico, assegurada integridade física de todos os presentes, segue uma explicação do próprio ato de fiscalizar. Em um terceiro momento, há a possibilidade do diálogo elaborado ali mesmo, com base nas situações que se apresentam: pesca, lixo e madeira. O policial sai do quartel sem saber qual será a sua fala daquele dia, ele não tem como preparar uma aula. Certamente, não vai conversar sobre madeira com o pescador, nem com o pescador sobre madeira, mas, ao que pudemos constatar, trata-se de um processo educativo:

em qualquer lugar e a qualquer tempo – entre dez índios remanescentes de alguma tribo do Brasil Central ou no centro da cidade de São Paulo – a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível, a não ser nos lugares onde pendura alguma placa na porta com seu nome. (BRANDÃO, 2013, p. 16).

O policial ambiental, conforme notado na pesquisa, é um sujeito ecológico (CARVALHO, 2012) que detém um dever primário que é o de fiscalizar o meio ambiente, protegê-lo contra crimes e infrações que venham a lesionar este patrimônio coletivo. Além disso, ele percebe, na prática de trabalho, que precisava aprimorar por si mesmo sua gama de conhecimentos, pois as pessoas precisavam conhecer/saber sobre as atuais condições do meio ambiente, contidos, até certo ponto, nas legislações, sob as quais estes profissionais agem. E, desta forma, consideramos este trabalho realizado por estes profissionais pesquisados uma ação pedagógica:

Não existe uma única pedagogia. Existem pedagogias que correspondem a determinadas intencionalidades formativas e se utilizam de instrumental metodológico diverso. Essas pedagogias estão assentadas em matrizes ideológicas distintas, o que as posiciona em lugares diferentes ou mesmo antagônicos na dinâmica social [...]. O significado de pedagogia é bem mais compreendido no contexto do conceito de práxis, no qual Freire tensiona dialeticamente a ação e a reflexão. A pedagogia se situa no âmbito dessa tensão, em que prática e teoria estão em permanente diálogo. Neste sentido, pedagogia refere-se a práticas educativas concretas realizadas por educadores e educadoras, profissionais ou não. Vem a ser o próprio ato de conhecer, no qual o educador e a educadora têm papel testemunhal no sentido de refazer diante dos educandos e com eles o seu próprio processo de aprender e conhecer. (STRECK, 2010, p. 306-307).

Com base ainda nesta definição de Pedagogia(s) do Dicionário Paulo Freire, encontramos no autor de Pedagogia do oprimido três dimensões inerentes ao processo pedagógico:

- a) relação ensinar-aprender dialógica;
- b) centralidade do conhecimento no ato de conhecer;
- c) fundamentação antropológica do processo.

Desta forma, observamos nos discursos dos sujeitos a presença das três dimensões, quando:

a) os policiais militares ambientais narram suas aprendizagens sobre o meio ambiente com os sujeitos abordados durante as interações em serviço, bem como com seus pares;

b) ressalvadas as situações de crimes/infrações ou risco, os policiais militares ambientais ressaltam a importância do diálogo com a população e do conhecer para a efetividade da proteção ambiental;

c) a constatação da ausência do Estado na formação inicial e continuada do policial, bem como da população [no que tange ao meio ambiente], encaminha o processo de ensino-aprendizagem, no caso em questão, baseada, principalmente, no humano enquanto sujeito social (o/a policial, o/a pescador(a), o/a turista, o/a colega de trabalho, etc.).

#### 2.1.4 Educação ambiental

No Brasil, uma das principais causas de mortes, internação e incapacitação de humanos são os acidentes de transportes terrestres (ATT's). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os fatores envolvidos nas causas dos acidentes são a expansão da frota de veículos automotores e as recentes políticas que favoreceram a nova expansão do setor (IPEA, 2016). Segundo a mesma pesquisa, os ATT's são as principais causas de morte entre os mais jovens:

as pessoas jovens se constituem nas maiores vítimas dos acidentes de trânsito no Brasil. Cerca de 70% das mortes ocorrem nas faixas entre 15 e 49 anos [...]. Além dos traumas vividos pelas famílias, nessas faixas ocorrem os principais impactos econômicos para a sociedade em termos de queda de produtividade de empresas e os maiores efeitos para o sistema previdenciário público e privado. (*ibidem*, 2016, p. 14).

Início a discussão sobre educação ambiental com esta fala sobre trânsito pelas semelhanças encontradas em sua forma de gestão e nos resultados obtidos pelos processos educativos relacionados aos temas:

a) assim como o meio ambiente, o trânsito é gerido por um sistema interministerial (a título de União) e possui um sistema que reparte responsabilidade entre os poderes e diversos órgãos (SISNAMA, no meio ambiente, e SNT no trânsito);

b) polícias e órgãos de fiscalização aparecem formalmente como corresponsáveis pela educação (ambiental e educação para o trânsito);

c) educação ambiental e educação para o trânsito são tratadas na legislação brasileira como assuntos transversais e possuem semanas alusivas no calendário oficial educacional no Brasil;

d) o mais preocupante: as causas principais dos problemas ambientais e dos problemas do trânsito não são abordadas de forma incisiva nos processos formais de educação (um sistema de trânsito que privilegia o privado em detrimento do coletivo, cidades excludentes com processos de ocupação, organização e urbanização ditadas exclusivamente pelo Capital, glamurização dos modos de ser ligados à masculinidade tóxica tais como a velocidade e abuso de álcool).

A educação dentro do Estado capitalista obedece às mesmas leis que os demais produtos, e aqui vamos nos ater a lei da oferta de demanda. A EA enquanto produto é uma *invenção* exógena, decorrente de preocupações que chegaram às Nações Unidas, o que em momento algum significa que a EA, não nomeada desta maneira, já não era praticada e requerida em espaços e por grupos subalternos:

A educação ambiental tem uma história quase oficial, que relaciona com conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo. Antes de apresentarmos alguns dos principais eventos é necessário lembrar que, muito antes deles, pessoas e grupos, de forma discreta, mas muito ativa, já realizavam ações educativas e pedagógicas próximas do que se convencionou chamar de educação ambiental. (REIGOTA, 2014, p. 21).

A história do Brasil é permeada, como já pudemos notar no breve relato da história de Mato Grosso trazida mais acima, por ciclos de extenuante exploração de seu meio ambiente: ciclo do pau-brasil; ciclo do ouro; ciclo da cana de açúcar, dizimação e escravização dos povos nativos; importação e inserção de animais de fauna exótica (vacas, porcos, galinhas) que extinguiram habitats naturais dos animais de fauna silvestre.

No campo hegemônico, acontecimentos de monta mundial relacionados à segurança (Chernobil, em 1986), à saúde (diminuição da oferta de água potável) e à economia (aumento do processo de desertificação de solos agricultáveis) foram sendo relacionados à causa ambiental, assim, notou-se o seguinte: o capital depende do meio ambiente para sua acumulação. Foram realizadas diversas conferências (tratadas em pormenor mais abaixo), reuniões, de modo que a EA fosse inserida através de políticas nos países membros da ONU, com determinados princípios e conteúdos.

No campo subalterno, nos modos de vida dos povos originários, movimentos de resistência social, de contestação e contracultura, o respeito ao meio ambiente através da educação ampla e da cultura é muito anterior aos marcos legais históricos. De início está no conceito de *bien vivir* dos povos andinos (presentes como marcos jurídicos na Constituição boliviana de 2009 e equatoriana de 2008). Estava também nos discursos *hippies*, feministas, anarquistas, *hardcore*, *punks*, ambientalistas, vegetarianos, veganos, movimento negro, movimento dos(as) trabalhadores(as) sem terra, movimento da educação popular, movimentos anti-coloniais e, talvez, em todos estes espaços a EA tenha sido posta em prática de uma forma mais verdadeira e mais complexa, conforme podemos notar neste trecho de um texto ecofeminista:

Los vínculos entre feminismo y ecologismo son conocidos desde la década de los 60 del siglo pasado, a través de movimientos sociales que ponían en cuestión no solo las relaciones de poder entre varones y mujeres, sino que también el consumismo de la sociedad industrializada, las guerras, las armas nucleares y el potencial destructivo de un modelo de desarrollo que veía a la naturaleza como un recurso ilimitado que podía ser utilizado al servicio de la acumulación del capital. (FORÉS, 2012, p. 8).

Mas, voltemos à linguagem para tratarmos da EA enquanto signo a ser disputado em tempos em que o meio ambiente é apenas mais um produto ou matéria-prima para seus produtos. Em 2002, na 57ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ficou estabelecido na Resolução de número 254, que a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) seria entre os anos de 2005 a 2014. Vejamos um relatório confeccionado em 2005 pelo órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil, que levantou algumas informações junto aos educadores ambientais do Brasil e outros países da América Latina e Caribe acerca da opinião destes sobre a década da EDS. No questionário aplicado os/as educadores(as) se manifestaram da seguinte forma:

Quadro 2: Resumo da pesquisa realizada junto aos educadores ambientais no V Fórum brasileiro de Educação Ambiental.

<b>Conhece a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável?</b>	
18% Sim <span style="float: right;">82% Não</span>	
<b>É conveniente mudar o vocábulo “Educação Ambiental” para “Educação para o desenvolvimento Sustentável”</b>	
38% Sim, desses: <span style="float: right;">53% Não, desses:</span>	
7% tendência internacional e apoio financeiro caminham nesse sentido;	17% a EDS é confusa conceitual e operativamente;
66% intervenção educativa envolve temas sociais e econômicos e não só ecológicos;	37% a EA construída na região já contém elementos sociais e econômicos, porém, não recebe o devido apoio institucional e político;
21% representa a evolução natural do campo ecológico	36% representa a perda de um capital simbólico construído na região com muita dificuldade e com um grande potencial transformador;
<b>A entrada em vigor da Década da EDS é uma grande conquista ou um problema?</b>	
47% uma grande conquista, desses: <span style="float: right;">30% um problema, desses:</span>	
30% favorecerá mais financiamento e apoio político ao desenvolvimento de projetos	11% criará maior antagonismo entre quem apoia a quem rejeita a EDS
25% definirá melhor as jurisdições institucionais e envolverá setores governamentais que estavam à margem do processo	30% as metas ligadas à educação para a conservação ambiental serão postergadas frente à magnitude dos problemas sociais e econômicos
35% favorecerá a articulação dos acordos do Plano de Ação Dakar com os relativos à Educação para o Meio Ambiente e Desenvolvimento	43% coloca em risco os avanços regionais na educação ambiental

Fonte: Relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (BRASIL, 2005).

Como é possível notarmos, há uma disputa entre as nomenclaturas *Educação Ambiental* e *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Neste instante interessamos condensar parte dos argumentos de cada lado.

Os defensores da EDS afirmam (como já apontado entre as questões da pesquisa acima) que nesta Educação estão inclusas questões para além da *proteção ecológica*, com destaque aos seguintes termos de sua justificativa junto ao órgão gestor brasileiro:

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável não é um novo programa, mas uma chamada para um processo de reorientação e potencialização de políticas, programas e ações educacionais já existentes, para que possam desempenhar um papel preponderante na construção do futuro sustentável. Foram definidos sete eixos temáticos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável:

- Cidadania
- Valores comunitários
- Diversidade

- Interdependência
- Sustentabilidade
- Qualidade de vida
- Justiça social

Segundo a Unesco, a educação pode moldar o mundo de amanhã, equipando os indivíduos e a sociedade com as capacidades, conhecimentos e valores para se viver e trabalhar de forma sustentável. Para a entidade, o objetivo da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a promoção de valores éticos na perspectiva da mudança nos estilos de vida das pessoas e da construção de um futuro sustentável. (*ibidem*, p. 9).

Por outro lado, no Congresso Ibero-Americano sobre o Desenvolvimento Sustentável (Sustentável 2005), no Rio de Janeiro, foi escrito um *Manifesto pela Educação Ambiental*, uma carta dos educadores e educadoras ambientais que desejavam afirmar sua identidade, questionando a UNESCO nos seguintes pontos: substituição do atributo político “ambiental”; crítica à racionalidade economicista/desenvolvimentista, que levou a atual crise socioambiental e estaria tratando a Educação sob a ótica funcionalista e finalista; tratamento impositivo por parte do órgão que desconsiderou a tradição da Educação Ambiental na América Latina como herdeira da Educação Popular e também a temporalidade ocidental moderna (década), desconsiderando as referências temporais de outras culturas (MANIFESTO, 2005).

Como já dissemos acima, com o início das discussões acerca de Meio Ambiente, nos espaços de poder na década de 1970 no ocidente, o assunto deixou o submundo da contracultura (CARVALHO, 2002) e alçou espaços notórios, como o das legislações. Atualmente, há um discurso circulante em nossa sociedade ligando cuidado com o Meio Ambiente e ética (de mercado), o chamado *marketing verde* (BOFF, 2013), porém, o ambientalismo e os demais movimentos citados, têm um caráter histórico de ruptura com a modernidade capitalista (LOUREIRO, 2012). De toda sorte, o desligamento com um passado radical, crítico e subversivo (CARVALHO, 2001; 2002; 2012) do *Ambiental* poderia colocar a Educação, como trazido no Manifesto pela EA, com um novo propósito, não só uma nova roupagem. Acerca do signo Ambiental em disputa com o signo Desenvolvimento Sustentável, podemos lembrar o seguinte: “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”. (BAKHTIN, 2010a, p. 47).

Assim, o relatório (BRASIL, 2005) esclarece que o termo *Ambiental* já fora suprimido dos documentos da ONU em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro (ECO 92), na Agenda 21, em seu Capítulo 36:

Para a Unesco, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável almeja promover a Educação como a base para a construção da sociedade

sustentável, assumindo assim um novo desafio: para atingir a sustentabilidade, não se trata apenas de alterar o paradigma do Desenvolvimento, mas também o da Educação. E de forma integrada a outras políticas, como a eliminação do analfabetismo e da pobreza; a redução da desigualdade social; a consolidação dos direitos humanos e dignidade; a conquista da equidade de gênero; o respeito à diversidade cultural e a governabilidade, por exemplo. (*ibidem*, p. 10).

Trataremos de forma mais detida do termo *desenvolvimento*, que nos é muito caro, no capítulo 3. No que diz respeito ao discurso emanado por alguns dos defensores do termo EDS, estes argumentam que seu uso, no lugar do *Ambiental*, abrangeria mais aspectos para além do ecológico, abarcando questões, sociais, econômicas e de gênero.

Nossa opção teórica está alinhada com a chamada educação ambiental crítica. Para a tradição marxista (NETTO, 2016), a palavra crítica significa trazer à consciência os fundamentos de algo e se apropriar, ou tomar algo, negá-lo, ultrapassar suas limitações sócio-históricas e superar este algo, ou seja, colocá-la em outro patamar. O termo distinto, mas com aceção comum ao crítico é a superação dialética em Hegel, conforme podemos notar em Konder: “a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior”. (KONDER, 2008, p. 25).

Layrargues (LOUREIRO, 2012), ao prefaciar a obra *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*, aponta que já não é possível não qualificar a educação ambiental devido as várias vertentes tanto do pensamento ambientalista, quanto das correntes pedagógicas. Loureiro (*ibidem*) também aponta que a adjetivação da EA é um casamento teórico necessário entre as ciências naturais e a ciência social na apropriação e na utilização de conceitos essenciais, tais como: ser social, cidadania e democracia. Concordamos plenamente com tais afirmações, bem como nos colocamos na mesma perspectiva/opção teórica dos dois autores acima citados, a educação ambiental crítica, também pode ser chamada de emancipadora, popular ou transformadora (LOUREIRO, 2012). Esta nomenclatura não é consensual entre os autores brasileiros, sendo que em Carvalho (2012) a educação ambiental crítica não é sinônimo de Popular, mas teria nesta educação suas raízes quanto aos ideais emancipadores.

Entre as premissas da chamada educação ambiental crítica está, como no trecho de Engels, observar que *somos parte da natureza* em nossa constituição física e que nossa construção psíquica e social também possui uma ecologia (GUATTARI, 1999). Ainda neste sentido, observar que, enquanto seres sociais (LUKÁCS, 2010), a criação humana é um horizonte proveniente da evolução histórico-genética do *homo sapiens*-

*sapiens*. E que o social nasceu da natureza humana, que é natureza (humanizada). A segunda situação diz respeito à *negação* (consequência da primeira postura) *de uma educação* (ou educação ambiental) *que deseja alterar comportamentos sem alterar as condições sociais* (LOUREIRO, 2012). Sendo bastante contundente a afirmação de Carvalho (2012) sobre o objetivo de uma educação ambiental crítica:

Compreender as relações entre sociedade e natureza e intervir nos problemas e conflitos ambientais. Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma EA crítica poderia ser sintetizado na intenção de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um *sujeito ecológico* capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas. (*ibidem*, p. 158-159, grifo da autora).

Reiterando a posição exposta mais acima, da necessidade de uma ampliação do significado de natureza e meio ambiente, a intervenção nos problemas e conflitos da citação de Carvalho (*ibidem*) não são apenas ambientais, são sempre sociais em conjunto e, por conseguinte, são problemas em uma comunidade humana, em um meio ambiente. Por isso, nunca são apenas conflitos ambientais. Deste modo, concordamos com Loureiro quando demarca, do contrário, o que não é educação ambiental crítica:

Em uma educação ambiental que se afirme como emancipatória ou a transformação que se busca é plena, o que significa englobar as múltiplas esferas da vida planetária e social, inclusive a individual, ou o processo educativo não pode ser subentendido como transformador. Podemos afirmar que a prática educativa que ignora tal entendimento do sentido transformador, a problematização crítica da realidade e a possibilidade de atuação consciente nesta, se configura como politicamente compatibilista, socialmente reprodutora e metodologicamente não dialógica, adequando sujeitos a padrões, modelos idealizados de natureza, dogmas e relações opressoras de poder. Essa é a conotação pseudotransformadora da educação hegemônica, que prega a mutabilidade das coisas pelo movimento progressivo e linear de conhecimento da realidade, numa atividade individual-atomística isenta de condicionamento social. (LOUREIRO, 2012, p. 103).

Assim, concluímos que a EA transformadora, enquanto parte do sistema formal de **ensino**, deseja modificar a sociedade atual através da atuação do humano histórico, inserido politicamente, na comunidade em que vive, percebendo as conjunções reais entre o local e o global, as interrelações entre o ser e estar no mundo e as problemáticas ambientais, oferecendo ferramentas intelectuais e metodológicas para esta ação.

## 2.2 Legislação

Consideramos aqui o caráter *instantâneo* da realidade que as legislações possuem, bem como as prioridades exógenas que um país colonizado recentemente possui. Pensemos que as regras que nos regem possuem autoria e esta, por sua vez, possui classe, cor e gênero, e todas as ideologias relacionadas a cada um deles. Lembremos que já foi legal no Brasil ter escravos e que a Lei que aboliu a escravidão não possuía nenhum tipo ou espécie de normatização suplementar para lidar com a liberdade dos sujeitos até aquela data escravizados. Lembremos que já foi ilegal a prática de capoeira (BRASIL, 1890). O que isto representa?

Por conseguinte, o que trazemos aqui são legislações atuais, construídas em um momento determinado, que podem ser revogadas ou alteradas a qualquer momento, seguindo ritos previstos, ou imprevistos, em razão de interesses políticos dominantes.

A **declaração de Estocolmo** é de 16 de junho de 1976, sendo aprovada na 21ª reunião plenária da ONU e é estruturada em forma de princípios, em um total de 26. A chamada Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, colocou-se como capaz de *oferecer inspiração e guia aos povos do mundo*, no que diz respeito à preservação e melhoria do ambiente humano. Do discurso contido neste documento, cabem algumas observações relacionadas aos nossos princípios, já esclarecidos, como a lógica de pensamento sobre a qual o trabalho fora construído. Entre as mais peculiares destacamos o seguinte: a pobreza, *per si*, é considerada uma causadora de problemas ambientais; linguagem sexista, apresentando como discriminações a serem combatidas apenas o colonialismo e o racismo; crescimento da população como causador de problemas ambientais, sem nenhuma ressalva de qual a população responsável pelo consumo do MA; coloca a gestão sobre o meio ambiente como responsabilidade das instituições, e não dos grupos e sujeitos; e coloca prioridade no desenvolvimentismo. A EA é citada no 19º Princípio:

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de

protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. (ONU, 1976, S/P).

Em 1977, ocorreu na cidade de **Tbilisi** a **Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**, organizada novamente pela ONU (UNESCO/PNUMA), como consequência de Estocolmo. O documento de Tbilisi é estruturado em 41 recomendações que contém os princípios, as estratégias e as ações orientadoras para a EA nos países membros. A respeito deste texto, ainda há muitas inversões relacionadas a uma submissão do MA ao capital, bem como um enfoque cujo polo emissor de educação é centralizado nas instituições para o restante da humanidade, além de um especismo bastante claro. Vejamos alguns pontos interessantes no que tange também às contradições: o meio ambiente é quem estaria causando problemas; o MA está para satisfazer as necessidades humanas; e a prioridade ao desenvolvimentismo. No que diz respeito ao nosso trabalho, a recomendação 11 trata da EA de profissionais do campo ambiental;

#### Recomendação nº 11

A Conferência recomenda que se incitem os membros de profissões que exercem grande influência sobre o meio ambiente a aperfeiçoarem sua educação ambiental em:

- Programas de formação complementar que permitam estabelecer relações mais apropriadas sobre uma base interdisciplinar;
- Programas de pós-graduação destinados a um pessoal já especializado em certas disciplinas. Considera-se como método de formação eficaz o que consiste em adotar um enfoque pluridisciplinar centrado na solução dos problemas. Isto permitiria formar especialistas que, havendo adquirido essa formação, trabalhariam como integradores (integracionistas, para distingui-los dos generalistas e dos especialistas) em equipes multidisciplinares. (ONU, 1977, S/P).

Como nação membro fundador da ONU desde 1945, o Brasil assumiu as recomendações de Tbilisi em sua legislação interna, a começar pela **Constituição Federal de 1988**,

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988, S/P).

A **Carta da Terra** é um documento cuja história é mais longa, justamente pela sua proposta de ampla participação popular e global. Seu intuito inicial era de ser uma nova versão (e muito mais avançada) da Declaração de Estocolmo, e começou a ser construída em 1987, por um chamado feito pela Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Após diversos movimentos, no sentido de sua construção e busca de apoio, foi lançada em Haia em 2000. A Carta é estruturada em 16 princípios, trazendo como inovações positivas o questionamento dos padrões dominantes de produção e consumo, o questionamento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), a ideia de que todos os seres são interdependentes (indiferente de valor comercial), a necessidade do enfrentamento à desigualdade de gênero, o reconhecimento de culturas que contribuem para a proteção ambiental e o combate à privatização de informações genéticas vitais. Por outro lado, ainda há na Carta um especismo profundo presente em todas as alíneas do 15º Princípio. No que diz respeito à Educação, o documento prescreve o seguinte:

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
  - a. Prover a todos, especialmente as crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.
  - b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para a sustentabilidade.
  - c. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma condição de vida saudável. (ONU, 2000, S/P).

A **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)** foi instituída no Brasil em 27 de abril de 1999, através da Lei 9.795. A Lei é um avanço no sentido de responsabilizar entes e estabelecer princípios e objetivos comuns à EA. São trazidos no corpo da PNEA termos como proteção, preservação, recuperação e conservação (este último seria o intuito da EA no Brasil)<sup>25</sup>:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, S/P).

---

<sup>25</sup> Trabalharemos as distinções destes termos no capítulo sobre Meio Ambiente.

A Política ainda confirma que a EA deve ser trabalhada de forma inter, multi e transdisciplinar. E no que tange aos objetivos, observemos aqui, novamente, a legislação abarcando o trabalho realizado dos sujeitos da pesquisa: “Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental: [...] II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”. (*ibidem*).

No polo de paciente da ação educativa, encontramos na PNEA a previsão legal de sua preparação através de processos formais de qualificação neste campo:

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

[...]

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

[...]

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente. (*ibidem*).

E, como no exemplo da Declaração de Estocolmo, a PNEA se colocou como exemplo ao tratar as populações chamadas ali de *tradicionais*:

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

[...]

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação. (*ibidem*).

Esta postura além de preconceituosa é perigosa. A respeito do termo comunidades tradicionais, Sato e Passos (2011) demonstram uma tentativa de homogeneização, através dessa nomenclatura, de uma população que tem os mais diversos modos de ser e de viver sob uma nomenclatura plasmada. Outro aspecto perigoso é a permanência de tal posicionamento, como se as populações comumente chamadas tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, população indígena) já não fossem, elas mesmas, resistência aos modos de ocupação e produção hegemônicos [desde o início da colonização europeia no Brasil], que são as grandes causadoras dos problemas ambientais hoje vividos pelo país. A permanência deste tipo de posicionamento na Lei se perfaz através de uma rede capilarizada de poder

(FOUCAULT, 2009) e chega aos modos de agir dos funcionários da burocracia estatal, como visto em trabalho monográfico de Rodrigues (2014), quando realizou pesquisa junto à SEMA-MT e obteve resposta alinhada a este discurso, que a EA era aplicada, com prioridade, junto aos *povos tradicionais*.

O **Decreto 4.281** de 25 de junho de 2002, veio para regulamentar a PNEA, e confirmou a transversalidade como orientação/recomendação geral para a aplicação de EA (artigo 5º, inciso I) nos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. O Decreto ordena que sejam criados e mantidos *programas* de educação ambiental ligados às atividades como as executadas pelos sujeitos da pesquisa através do BPMPA, o que inexistia na prática, sendo que as diversas iniciativas não passaram de *projetos* de EA, desligados da fiscalização de proteção ambiental e ligados diretamente aos policiais destacados como educadores ambientais:

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

[...]

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental. (BRASIL, 2002, S/P).

O Código Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (CEMA), disposto na Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, e alterado pela Lei Complementar nº 232, de 21 de dezembro de 2005, é bastante vasto e completo no quesito de abarcar a EA dentro do estado como primaz dentro do sistema ambiental, porém, além do hiato entre o previsto e o cumprido, notamos uma ausência da Polícia Ambiental como participante do sistema de EA estadual<sup>26</sup>. Esta falta de reconhecimento legal impede até mesmo o financiamento constante dos trabalhos, impedindo sua linearidade e constância. Como veremos agora, o Código Ambiental do estado é bastante permeado pela EA como estratégia de proteção e preservação do MA:

Art. 1º Esta Lei Complementar, ressalvada a competência da União, institui o Código Ambiental do Estado de Mato Grosso e estabelece as bases normativas para a Política Estadual do Meio Ambiente, observados os seguintes princípios:

<sup>26</sup> Os trabalhos de Educação Ambiental dentro do BPMPA foram iniciados em 2002 pelo Sargento PM Romualdo. Informação obtida junto ao CEA-BPMPA.

[...]

IX - educação ambiental e conscientização da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação na defesa do meio ambiente.

[...]

Art. 8º Fica criado o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMAM com o objetivo de financiar a implementação de ações visando a restauração ou reconstituição de bens lesados, a defesa do meio ambiente, a regularização de unidades de conservação, as políticas florestal e de recursos hídricos, a educação ambiental, as despesas com custeio e investimentos, incluindo encargos de capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento e modernização de atividades ambientais.

[...]

Art. 11 São instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente:

[...]

IX - a educação ambiental;

[...]

Art. 66 Os animais que constituem a fauna, bem como seus ninhos, abrigos, criadouros naturais e ecossistemas necessários à sua sobrevivência como espécie são considerados bens de domínio público, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-los e preservá-los para as presentes e futuras gerações, promovendo:

[...]

III - programas de educação ambiental e conscientização popular voltadas para a proteção e a preservação de animais silvestres.

[...]

Art. 76 A SEMA criará e estimulará a criação de Centros de Reabilitação e Reintrodução no Habitat de Origem, para animais silvestres vítimas de maus-tratos ou captura ilegal, bem como museus e jardins zoológicos representativos de seus principais ecossistemas, visando a preservação, a pesquisa e a educação ambiental. (MATO GROSSO, 1995, S/P).

Dentro do capítulo dos instrumentos da política estadual de MA, como é visto acima, no Art. 11 da Lei Complementar, a normativa reserva uma seção inteira para tratar da EA. A norma traz o seguinte texto:

Art. 43 O Estado, através de seus órgãos competentes, deverá promover, por todos os meios disponíveis, a educação ambiental especialmente no nível fundamental de ensino.

Art. 44 Ao Estado caberá, através de medidas apropriadas a criação e implantação de espaços naturais visando atividades de lazer, turismo e educação ambiental.

Art. 45 A SEMA, em conjunto com o órgão estadual de educação, promoverá a capacitação, na área ambiental, dos professores da rede estadual e municipal, visando ampliar a dimensão ecológica nas diversas disciplinas curriculares do ensino fundamental.

Art. 46 O Estado desenvolverá, através de seus órgãos competentes, técnicas de manejo e reaproveitamento de materiais orgânicos, nas escolas de ensino fundamental. (ibidem).

Inexiste neste instrumento do CEMA, a previsão de EA voltada aos próprios funcionários da burocracia estatal mato-grossense, estado cuja economia, como visto no primeiro capítulo, depende quase que diretamente de seu MA. Atividades voltadas à saúde, à segurança, à fiscalização fitossanitária e entre outras que afetam, de maneira

fatal, a preservação e a conservação das condições ambientais e o seu equilíbrio, necessitam, certamente, que seus executores as façam da maneira mais equilibrada ambientalmente possível.

Como vimos, as legislações carregam um forte escopo das forças que dominam politicamente em determinado período, e podem *não colar*, como tantas em nosso país que são oriundas de imposições, que, se não seguidas, ensejam em impasses econômicos contra o país, ou fato semelhante. A ressalva é que os marcos legais, por menos cumpridos que sejam, já são o resultado prático de lutas de movimentos sociais organizados ou sujeitos coordenados, muitas vezes derrotados, perseguidos e até mortos por defenderem seus ideais.

### **2.3 Sujeitos (educadores ambientais) e seu trabalho**

Dentre os 14 sujeitos da pesquisa de campo, 2 deles já trabalharam destacados do policiamento no Centro de Educação Ambiental (CEA) do BPMPA. Ou seja, trabalharam, exclusivamente, como educadores ambientais. Os trabalhos realizados pelo CEA são palestras em escolas, exposições com animais taxidermizados, acompanhamento de visitantes em Parques na cidade de Cuiabá e projetos sociais com crianças e adolescentes (Lobo Guará no município de Cáceres e Agente Ambiental Mirim em Cuiabá e Rondonópolis).

A pesquisa demonstrou que a Educação Ambiental, como destacada do policiamento e inserida no CEA, sofria preconceito por parte dos demais policiais ambientais, que, através da fala de alguns, os policiais, que trabalham no CEA, estariam se escondendo do trabalho pesado que é o policiamento ambiental. Porém, como o CEA não é uma estrutura fixada em nenhuma normativa, ela é reestruturada ou desarticulada de acordo com cada novo gestor [comandante] do Batalhão. Muito comum, pela fala encontrada nas entrevistas, é que o CEA seja utilizado mais como um *marketing* positivo para o BPMPA. No entanto, os próprios policiais militares assumiram que em determinado período de suas vidas *falaram e malaram do CEA* e depois de algum tempo reconheceu seu trabalho através dos reflexos no serviço de fiscalização ambiental:

***“Pra você, o nosso serviço serve de alguma coisa se não tiver educação ambiental?”***

*Não, se não tiver educação ambiental, infelizmente, se não tiver educação ambiental... igual, o pessoal antigamente... pessoal falava “ahhh, pessoal do CEA, ahhh, não-sei-o-que educação, não trabalha!”...*

***Preconceito.***

*“Não faz Isso!”. Igual, eu falei pro pessoal “cada um no seu quadrado, ele faz educação ambiental”. Porque, se não fizer... é igual em São Gonçalo, Barão... o cara nasceu e criou na beira do rio, passando rede... o negócio dele. Ele não sabe fazer outra coisa, se não isso aí. Se você pegar um filho, um neto dele, pescador, começar a fazer Educação Ambiental nos colégios, cê vê que muda. Fomos pegar uma serpente na casa de um senhor. Quem ligou foi o neto dele, o vô ia matar. Ele falou “vô, não mata! Tem pessoal da polícia aqui, o pessoal da ambiental vem e busca”. Aí ele ligou. O senhor falou assim: “oh, eu ia matar essa cobra, mas meu neto falou que não, que tinha vocês que fazia a captura e levava”. Eu falei “Não, o senhor pode ligar em qualquer situação, animal silvestre ou maus tratos também. No caso, facinho! Vem aqui, faz a captura e levamo pra ser solto”. Aquilo ali foi entendido, conversamos com ele, ele entendeu. Hoje em dia já liga, fala: “ow, tem uma ave aqui em casa”. A população antigamente fazia assim: uma cobra, matavam”. (Fala de um participante, em negrito fala da autora).*

Em pesquisa realizada por Brandão e Adams (2018), com 5 policiais militares destacados como educadores ambientais no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, percebemos que a maioria deles é escolhida por ter uma formação superior anterior [Biologia, por exemplo] que lhes proporcionaram o convite para serem educadores ambientais. Este profissional [policial educador ambiental] é bastante requerido pelas instituições de ensino, em virtude, justamente, de a EA não ser trabalhada durante o período letivo ordinário. Vários podem ser os motivos de a EA não ser trabalhada na escola, causando a ânsia pelo trabalho do Educador(a) Ambiental da PM, tais como: a precarização das condições de trabalho do(a)s profissionais da educação; a ausência de tempo necessário para a preparação de aula; e a falta de preparo formal no assunto. Porém, não nos ateremos a essas possíveis causas.

Há diversas passagens durante as entrevistas sobre a figura do *redeiro* e a necessidade da EA. O *redeiro* é o sujeito que usa a rede de malha no rio para a prática

de pesca. A rede é um aparato de uso proibido, pois, atravessado de um lado ao outro do rio, captura qualquer espécie da ictiofauna, sem distinções de tamanho ou quantia, fazendo grandes estragos, principalmente na *Piracema*. Os *redeiros*, geralmente, são filhos de redeiros e netos de redeiros, e são surpreendidos com constância pelas guarnições de polícia ambiental, mas por sua estreita ligação com o ambiente e as habilidades desenvolvidas, geralmente consegue escapar da fiscalização. Daí a fala do policial

*“(...) o cara nasceu e criou na beira do rio, passando rede... o negócio dele. Ele não sabe fazer outra coisa, se não isso aí. Se você pegar um filho, um neto dele, pescador, começar a fazer Educação Ambiental nos colégios, cê vê que muda”*. (Fala de um participante).

Esta tática de trabalhar, através da educação para apartar as práticas das crianças das de seus familiares, foi largamente utilizada pela coroa portuguesa através da Cia de Jesus [que chegou a ter escolas que funcionavam com dotação real] (CHAMBOULEYRON, 2009). Os jesuítas tiveram nas crianças indígenas grandes colaboradoras no sentido de levar a fé cristã aos adultos (BRANDÃO, 2012).

No período de realização da pesquisa de campo o CEA estava desativado.

#### **2.4 Estruturas impeditivas ou sistemas que dificultam**

O que impede ou dificulta que todos(as) nós tenhamos acesso à Educação e à Cultura? Neste tópico, consideramos que o principal sistema impeditivo ou dificultador seja o *capitalismo*. O capitalismo age sob diversas formas, dificultando o acesso amplo e irrestrito ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade através da história. Nos ateremos aqui aos aspectos que afetam, em maior escala, nossos sujeitos, no que tange aos problemas de pesquisa: utilização do Estado como mecanismo de aprofundamento de desigualdades e acumulação de capital; compartimentação e classificação dos saberes e dos sujeitos dos saberes como produtos distintos, produzidos em lugares distintos e por trabalhadores distintos; e trancafiamento do que se classificou como saber válido anteriormente, em instituições mantidas, controladas e normatizadas pelo Estado capitalista.

A organização do Estado e de suas decisões, tais como o orçamento, levam em conta os interesses políticos dos gestores e dos demais entes com os quais estes gestores se relacionam. A modificação recente na Lei eleitoral foi, justamente, uma tentativa de frear grandes empresas de realizarem doações vultuosas para campanhas eleitorais, com o fito último de serem beneficiadas, *a posteriori*, pelos políticos eleitos com seu apoio financeiro. Esta não é uma realidade apenas no Brasil. Documentários como *13th* [A 13ª Emenda] e *What the health* [O que é saúde?] expõe que o *lobby* do grande capital altera facilmente as normas e as políticas públicas dos Estados Unidos, decidindo o modelo de persecução penal ou a dieta da população, respectivamente, com base nos interesses das empresas privadas que controlam os presídios e as empresas alimentícias. Assim, os EUA possuem apenas 5% da população mundial, mas 25% da população carcerária do mundo (*13th*, 2016); bem como uma grande parte da população com obesidade e doenças causadas diretamente pela alimentação. No Brasil, as escolhas recaem, principalmente, em isenção de impostos, fazendo diminuir a arrecadação, assim como o mau uso do dinheiro público, fazendo com que os recursos para o custeio de atividades de maior vulto dentro dos Poderes Executivos, tais como: a educação básica e a segurança pública [que atendem, grosso modo, às classes populares] sejam precarizadas com o intuito de *saneamento da máquina*. Desta maneira, os profissionais, entre tantas outras coisas, não recebem formação continuada para atenderem melhor a população e, quiçá, conseguirem agir no sentido de que suas ações impulsionem melhorias junto à população atendida.

A hiperespecialização é o resultado da compartimentalização dos saberes. Primeiro, com a divisão social do trabalho, não são todos os sujeitos que estão autorizados a ensinar, no caso de nossos sujeitos de pesquisa, só estariam autorizados a fiscalizar, prender e usar a força. Em um segundo momento, os próprios sujeitos autorizados a ensinar já não podiam ensinar tudo: um ensinava História, outra ensinava as Letras e outra Nutrição. Dentro de um tempo, os próprios sujeitos autorizados a ensinar já não sabiam mais sobre o conteúdo de ensino um do outro. É a professora que não sabe fazer seu imposto de renda; o contador que se alimenta mal; a nutricionista que não conhece seus direitos; a advogada que não conhece seu próprio corpo; e a ginecologista que não conhece as plantas de seu jardim. Ninguém está autorizado a saber nada e a ensinar, a menos que tenha sido institucionalizado e devidamente certificado. O conhecer nas relações cotidianas e cidadinas é, inclusive, inseguro – “Qual

é a fonte dessa informação?”. Paga-se pela informação e pelo poder [certificado] de revendê-la.

A espacialização da Educação e da Cultura atende ao mesmo quesito da compartimentação e da classificação, ao trancafiarmos a ambas, validamos este espaço, e na lógica binária, removemos a possibilidade de aprendermos em outros lugares. Então, a beira do rio, o pátio do posto de gasolina e a madeireira são apenas o que são. O que acontece ali não me ensina, não é Educação nem Cultura. Dentro dos espaços institucionalizados, pelo contrário, há o controle, há a roteirização, há a fiscalização constante, há avaliação, há validação e há a certificação: “o que você recebeu aqui foi Educação, foi Cultura”.

## 2.5 Utopia

Utopia é um não-lugar, uma inspiração para atravessarmos de onde estamos para onde queremos chegar. Importa, para tanto, conhecer o passado a fim de pensar no futuro e apresentar métodos para chegar a este lugar desejado (FERNANDES, 2018b). Nossa utopia vem tratar da Educação com os policiais militares ambientais pesquisados, sendo emissores e receptores de aprendizagens, inseridos em uma sociedade em que todas as relações sejam educativas, independente de diferenças geracionais, de espécie, de gênero, de classe [será possível?], em todos os espaços. Necessitamos também reconhecer os avanços introduzidos pelo advento de uma Política Nacional de Segurança Pública no sentido de oferecer bases para a formação profissional dos policiais brasileiros. Porém, reconhecemos que ainda é necessário avançar na valorização interna dos policiais militares para que, de fato, vivam as transformações propostas pela atual Matriz Curricular Nacional para as ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (BRASIL, 2014), que consideramos muito avançada e bem estruturada.

A primeira tentativa sólida de estruturar uma Política Nacional de Segurança Pública é do ano 2000. Cano (2006) considera que, embora os elevados índices de criminalidade violenta estarem incidindo sobre a sociedade brasileira naquele período, foi o episódio conhecido como *Ônibus 174* e sua repercussão midiática negativa que resultou em uma movimentação estatal na construção da PNSP. Apesar de a responsabilidade constitucional com a Segurança Pública pertencer às unidades federativas, o longo período ditatorial fez com que as polícias militares tivessem

invertidos tanto seu foco de ação, quanto de subordinação e formação. Assim, a PNSP veio com as modificações de integração entre a sociedade e as polícias, na defesa da sociedade e na formação voltada para os dois objetivos anteriores. Desta feita, várias transformações foram inseridas, timidamente algumas vezes, em virtude da militarização das polícias e sua vinculação constitucional como forças auxiliares do Exército (BRASIL, 1988).

Em 2003, foi apresentada uma matriz curricular nacional (MCN) para os profissionais de segurança pública, tendo sido alterada em 2005. E em um movimento sinérgico, a exemplo do que vinha acontecendo em diversos outros campos do país na construção de políticas com reuniões municipais, regionais, estaduais, grupos da comunidade, escrita coletiva e apresentação de textos ao final dos eventos,

[...] a SENASP, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizou seis seminários regionais, denominados Matriz Curricular em Movimento, destinados à equipe técnica e aos docentes das instituições de ensino de segurança pública. As reflexões realizadas tiveram como base os três documentos citados anteriormente. Esses seminários possibilitaram a apresentação dos fundamentos didático-metodológicos presentes na Matriz, a discussão sobre as disciplinas da malha curricular e a transversalidade dos direitos humanos, bem como reflexões sobre a prática pedagógica e sobre o papel intencional do planejamento e execução das ações formativas. (BRASIL, 2014, p. 15).

Estes passos narrados acima são sintomáticos de uma inovação e renovação no campo da SP. Pela parceria com a Cruz Vermelha já podemos concluir que a preocupação de ouvir o além-Estado e de assumir as denúncias e apontamentos feitos, é salutar e demonstrativo de um início de cura do processo como um todo. A MCN atual está assentada sobre quatro áreas temáticas, sistematizados em eixos articulados:

- a) sujeito e as interações no contexto da segurança pública;
- b) sociedade, poder, espaço público e segurança pública;
- c) diversidade étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública;
- d) ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública (*idem*).

Conforme vemos, os eixos apresentam uma guinada de foco na formação com vias à compreensão da composição social, da compreensão de seu papel como elemento inserido em um complexo sistema de poder e, principalmente, da defesa da comunidade. As diferenças assumidas e somadas a última versão, frente as de 2003 e de 2005, foram as seguintes:

Reconhecimento das características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais.

- Compreensão das formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade.

- Atuação a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança.

- Desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam um perfil profissional que seja capaz de: comunicar-se de forma efetiva; relacionar-se com a comunidade; mediar conflitos; atuar proativamente pautado nos princípios dos Direitos Humanos; administrar o uso da força; utilizar técnicas e tecnologias não letais; gerenciar crises; lidar com grupos vulneráveis; lidar com a complexidade, o risco e a incerteza; utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção; investigar crimes e solucioná-los; utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções. (BRASIL, 2014, p. 15-16).

A MCN de 2014 certamente é um documento que reflete a consciência da formação de profissionais que trabalhem para dar segurança à comunidade. A ligação e pertença com a sociedade não é uma previsão, é uma premissa.

Outro fator preponderante advindo com a PNSP foi o desenvolvimento de cursos EAD na plataforma da SENASP, que estão também balizados sob as mesmas áreas temáticas. Estas iniciativas fizeram do Brasil o país com maior programa de educação de trabalhadores(as) de Segurança Pública do mundo, com a média de 200 mil alunos a cada ciclo de curso [que dura 4 meses] (BALESTRERI, 2000). Este programa de educação à distância é parte, justamente, dessa visão: “Se o policial tem que ser também um educador, um líder no seio da comunidade, é preciso que se eduque esse educador” (*idem*, p. 64). A continuidade da PNSP a estes moldes deve considerar, inclusive, a atualização dos valores da bolsa-formação oferecida pela SENASP como forma de valorização e incentivo aos profissionais que buscam a formação contínua como modo de servir de maneira mais adequada aos cidadãos e cidadãs, que compõe a comunidade onde este está inserido. Assim a SENASP tomou o protagonismo no processo de qualificação dos profissionais de segurança pública, sendo a formação o foco principal das transformações:

Muitas outras frentes sistêmicas ora em implementação poderiam aqui ser citadas como novidades históricas, correlatas ao foco das transformações acima citadas, no campo da educação do nosso capital humano: o policiamento especializado em fronteiras – PEFRON, a primeira malha de aviação em segurança pública e a constituição de sua normativa, a Conferência Nacional e a rearticulação do Conselho Nacional de Segurança Pública, as regras e políticas para o uso de armas de fogo e expansão das tecnologias menos letais, a Força Nacional consolidada em atuações de cunho social e de preservação ambiental, o Portal Nacional de Segurança

Cidadã, os Procedimentos Operacionais Padrão, especialmente na abordagem a grupos vulneráveis, as Jornadas Nacionais de Educação em Direitos Humanos para Policiais, Bombeiros e Guardas, entre tantas outras. (BALESTRERI, 2010, p. 66).

Foram muitos os avanços e as iniciativas de propostas de emenda constitucional (PEC) de desmilitarização das polícias e de estabelecimento de piso salarial nacional. Os eventos internacionais (Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016) também serviram de laboratório de testes do nivelamento que as capacitações da SENASP.

Em consonância à PNSP, credito as mudanças impressas nos processos institucionais da segurança com tom libertário aos movimentos sociais. As demandas dos movimentos sociais que requerem que suas existências e seus discursos sejam respeitados para além de seus guetos, foram mais e mais levadas aos centros do Poder, bem como as instituições foram formalmente levadas (pela PNSP) ao diálogo com estes membros organizados da sociedade civil. O feminismo, o ambientalismo, o movimento LGBT\*, o movimento dos trabalhadores sem terra e sem teto, o movimento pelos Direitos Humanos, o veganismo, o movimento negro, entre outros, são responsáveis por mudanças substanciais nas políticas de Estado, que certamente não seriam alteradas sem as suas manifestações.

De minha própria experiência, já estive em reuniões como representante oficial da PMMT no: Conselho da Mulher, Conselho Municipal Anti-drogas; Conselho do Idoso, Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMA), Gabinete de Gestão Integrada (GGI), reuniões de grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis (LGBT\*) e Comitê de bacia hidrográfica, ou seja, diversos espaços onde a população se organizou sobre suas demandas e solicitou a participação, a Polícia Militar esteve presente. Estes espaços de diálogo geraram demandas levadas para a SENASP, a qual, por sua vez, utilizou a plataforma de educação digital para que os/as profissionais dessem conta do atendimento mais adequado à população<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Atualmente a SENASP está ofertando os seguintes cursos em sua plataforma: Análise criminal, aspectos jurídicos de atuação policial, *atendimento às mulheres em situação de violência; atuação policial frente aos grupos vulneráveis*; balística forense aplicada; bombeiro educador; busca e apreensão; busca e resgate em estruturas colapsadas; curso educação para o trânsito para profissionais de segurança pública; videomonitoramento; *concepção e aplicação do estatuto da criança e do adolescente*; condutores de veículo de emergência; crimes ambientais; crimes cibernéticos: procedimentos básicos; docência virtual; Emergencista pré-hospitalar; Violência, criminalidade e prevenção; *Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes*; Espanhol; *Filosofia dos Direitos Humanos aplicada à Atuação Policial*; Fiscalização de excesso de peso; Formação de formadores; Gerenciamento de crise; Gestão de Projetos; Identificação de armas de fogo e munições; Identificação veicular; Inglês;

Diante dos avanços que já vimos, é necessário pensar quais seriam as situações almeçadas de formação policial e de aceitação da sociedade de um policial formador. Talvez, a própria experiência dos sujeitos de pesquisa nos sirva de base. Em locais menos citadinos, onde as relações são menos normatizadas e violentas, já existem estas trocas mais vastas de uma maneira mais orgânica, a exemplo: “Os índios e os camponeses realizam, no modo como ensinam o que é importante para alguém aprender, a consciência de que o saber se transmite de um ao outro deve servir de algum modo a todos”. (BRANDÃO, 2013, p.71).

Assim, já compreendemos que o conhecimento comum é aquele que todos deveriam receber e, portanto, todos poderiam e seriam capazes de ensinar:

Aprender é participar de vivências culturais em que, ao participar de tais eventos fundadores, cada um de nós se reinventa a si mesmo. E realiza isto através de incorporar em diferentes instâncias de seus domínios pessoais de interações (muito mais do que de “estocagem”) *de* e *entre* afetos, sensações, sentidos e saberes, algo mais e mais desafiadoramente denso e profundo destes mesmos atributos. (BRANDÃO, 2002, p. 26, grifos do autor).

Educação como elevação. Educação gratuita, multiespacial e contínua. Como vimos, nossa Educação e Educação Ambiental estão amarradas em legislações que as orientam num sentido do capitalismo dependente, que evita ou impede que qualquer aprofundamento filosófico, proporcionando alterações nas formas de ser e de fazer dos sujeitos, é a educação do opressor. Apesar disso, e sobre o escopo do conceito ser social de Lukács (2010; 2012), acreditamos nos encontros humanos [e terráqueos] como formas e possibilidades de rompimentos com as amarras institucionais e legais escritas e regidas por este Estado. Em contraponto à espacialização e à institucionalização da Educação, encontramos os movimentos sociais. A higienização e o controle dos conteúdos, sujeitos e espaços servem somente à manutenção das opressões “ a ideia de

---

Intervenção em emergências com Produtos Perigosos; Introdução à atividade de emergência; Introdução a tecnologia de sprinklers para controles de incêndios; Investigação criminal; Investigação de homicídios; *Libras para Segurança Pública*; Local de Crime: isolamento e preservação; *Mediação Comunitária*; *Mediação de Conflitos*; Metodologia da Pesquisa Científica; Necropapiloscopia; Ocorrências envolvendo bombas e explosivos; Perícia Papiloscópica em Identificação Humana; Planejamento Estratégico; *Polícia Comunitária*; *Policiamento Comunitário Escolar*; *Policiamento Orientado para o Problema*; Políticas Públicas de Segurança Pública; Português Instrumental; *Prevenção da letalidade de crianças e adolescentes*; *Prevenção e enfrentamento a Tortura*; *Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçadas de morte*; Psicologia das Emergências; Redação Técnica; Relatório de Local de Crime; *Resolução de Conflitos Agrários*; Segurança Contra Incêndios; *Segurança Pública sem Homofobia*; Sistema de Comando de Incidentes; Sistema e Gestão de Segurança Pública; Técnicas e tecnologias não letais de atuação policial; Tópicos em Psicologia Relacionada à Segurança Pública; Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública; e Uso Diferenciado da Força.

que não existe coisa alguma de social na educação e de que, como a arte, ela é ‘pura’ e não deve ser corrompida por interesses e controles sociais pode ocultar o interesse político de usar a educação como uma arma de controle, dizer que ela não tem nada a ver com isso”. (BRANDÃO, 2013, p. 76).

### 3 AMBIENTE

Inócua é a utilização de nossas forças sem direção e sem sentido determinados. A presente pesquisa visa conhecer uma parte do trabalho de proteção ambiental no estado de Mato Grosso, cuja economia está assentada na exportação de *commodities* agrícolas. Há também a pretensão de questionar se há uma prática pedagógica inserida nas formas de realizar a fiscalização. São sujeitos membros da burocracia estatal, há, portanto, um jogo de interesses conflitantes neste sentido, ao observarmos que este modelo de produção está, comprovadamente, ligado à degradação ambiental. O trabalho do Estado na proteção ambiental está ligado à real visão da necessidade de proteção do meio ambiente, ou é apenas a assunção de uma pauta comercial atual [responsabilidade ambiental] para a venda de seus produtos? Qual a importância de percebermos por onde passam as ações de cunho protetivo quando falamos em meio ambiente?

Novamente, buscamos no questionamento dos discursos e da linguagem, a ferramenta para percebermos os processos de ideologização e de mistificação que fazem com que cada um de nós permita, e até apoie, a espoliação da natureza travestido sob o nome de processo produtivo. Assim, esclareceremos neste capítulo termos para a adequada compreensão do fenômeno da proteção ambiental no Brasil e no Mato Grosso.

#### 3.1 Ambiente: o que é?

Trataremos a seguir de pormenorizar e debater os termos utilizados com constância na tese, que por motivos de ideologização, uso excessivo ou mistificação, necessitam de esclarecimentos através do embate de posições teóricas.

##### 3.1.1 Natureza

Natureza – [...] As concepções da natureza evoluíram muito desde a Antiguidade.

Para os gregos, por exemplo, a natureza é um cosmo que existe por toda a eternidade. Com o cristianismo, a natureza se torna criada, que de fato é contingente. O homem, feito a imagem de Deus, é separado da natureza. Essa ideia é retomada no século XVII e se torna o “princípio ético da modernidade”. Com Descartes a natureza se torna matéria: ela é totalmente exterior ao homem, despojada de todo mistério, “desencantada”. O homem pode submetê-la à sua vontade, manipulá-la, dominá-la. A natureza se torna previsível, sujeita às leis universais da física. O homem se afirma como um ser de “antinatureza” (L. Ferry), na medida em que é arrancado dela para instrumentalizá-la. “A natureza não tem outro estatuto que não o de um meio

submetido a fins humanos” [...]. Em oposição a essas abordagens, a visão naturalista defende a ideia de um valor intrínseco à natureza. Ela se interroga principalmente sobre o valor moral dos outros seres vivos. Aqui convém proteger a natureza e adotar uma conduta ética para com ela. Levada ao extremo, essa concepção rejeita a ação técnica e o progresso científico. Hoje, muitos autores colocam lado a lado os humanistas antinatureza e os naturalistas anti-humanistas, enfatizando que, se nossas relações com a natureza põem em jogo capacidades técnicas, também implicam normas éticas. (REGUEZZA, 2012, p. 224-225).

Esta definição, contida em um Dicionário do Meio Ambiente, de *natureza* fornece um breve contexto histórico sobre as mudanças que o signo sofreu diante das transformações da lógica dominante/hegemônica. O pensamento cartesiano, no ocidente, marca com grande cisma a divisão humanidade-natureza, fortalecendo as ideias de poder, de dominação e de exploração de direito de um sobre o outro. Lembremos que a ciência atual está [em sua maior parte] alinhada com o raciocínio cartesiano.

O marxismo clássico reconhece o pertencimento da humanidade à natureza, porém, os textos demonstram que a humanidade é uma parte especial da natureza, que pode dominá-la e utilizá-la através deste processo de dominação. Em “A dialética da natureza” Engels afirma que pertencermos à natureza com nosso sangue, nossos ossos e nosso cérebro (ENGELS, S/D). Na mesma obra, Engels apodera-se da teoria darwiniana e disserta brilhantemente acerca da transformação dos primatas em homínídeos através do trabalho. Ele deixa claro o quão necessário é mantermo-nos cientes de nossa pertença ao mundo material natural, como forma precípua de nossa capacidade de desenvolvimento e sobrevivência. Assim, na teoria marxista, natureza e trabalho criaram a própria humanidade, recriando-se [inovando] sempre através desta interação:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p. 31-32).

Destes raciocínios, já podemos inteligir que a espécie humana é apenas uma parte natureza transformada, através da história, pelo trabalho: “Não somos intrusos no Mundo ou uma fração da Natureza rebelde a ela. Somos a própria múltipla e infinita

experiência do mundo natural realizada como uma forma especial da vida: a vida humana”. (BRANDÃO, 2002, p.17).

A espécie, já estabelecida como humana, ressignifica cada parte da natureza através do trabalho e das relações, estabelecendo a cultura:

A cultura inclui objetos, instrumentos, técnicas e atividades humanas socializadas e padronizadas de produção de bens, da ordem social, de normas, palavras, ideias, valores, símbolos, preceitos, crenças e sentimentos. Destarte, ela abrange o universo do mundo criado pelo trabalho do homem sobre o mundo da natureza de que o homem é parte. Aquilo que se *fez* sobre o que lhe *foi dado*. (BRANDÃO, 2002, p. 37, grifos do autor).

Nesta perspectiva, ideologias agem no sentido de apartar e de separar o que por sua gênese é uma coisa apenas: natureza. Os aparatos tecnológicos, os bens, as palavras e as ideias são a natureza humanizada através da cultura. A separação, como vimos na citação sobre Descartes, é o primeiro passo para a dominação e para a exploração. Ela abre uma fenda que altera, inclusive, nossa capacidade de observarmos um aparato tecnológico qualquer, e não vemos ali uma peça do trabalho humano:

Com a presença do homem sobre a Terra, a natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim da história natural e a criação da Natureza Social, ao desencantamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural. (SANTOS, 1994, p. 4).

Diante dessa afirmação de Milton Santos, é pouco provável considerarmos que aqueles ou aquelas que defendem a gênese humana e tecnológica à natureza e, portanto, sua pertença [ou não pertença a “alguém” em um movimento mais amplo] coletiva, como sendo “naturalistas anti-humanistas”. Pelo contrário, apresentar a natureza como sobrenatural e como dominável<sup>28</sup>; apresentar os frutos da história, do trabalho e da cultura humana como alheias à humanidade que seria uma postura “anti-humanista”.

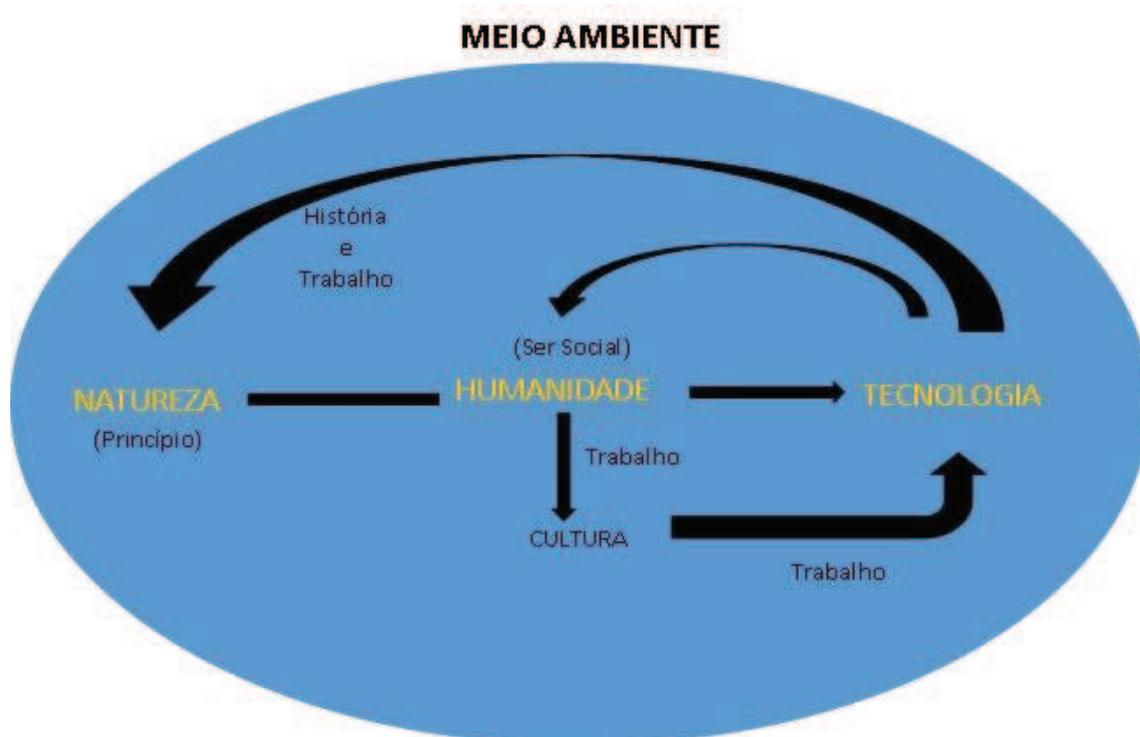
Assim, afirmamos que *natureza é o princípio, o Ser*, nela estão contidas as três esferas do ser: inorgânico, orgânico e social (LUKÁCS, 2010; 2012). A natureza transformada através da história pelo trabalho deu origem à humanidade que, através do trabalho, cria a cultura. A humanidade, através da cultura e do trabalho, constrói as

---

<sup>28</sup> O marxismo clássico, como vimos, abre espaço para o produtivismo diante da postura de dominação da natureza, o que deixa margem também para a exploração e dominação de sujeitos que tem suas identidades mais ligadas à “natureza não dominada”. O ecossocialismo é uma postura política mais condizente com esta visão de natureza e será tratada no final do capítulo.

tecnologias que incidem sobre a natureza, sobre a humanidade, sobre a cultura e sobre o trabalho. As tecnologias são humanas por serem obras do intelecto humano obtidas através do trabalho e com base no conhecimento humano acumulado através da história. Mesmo quando os aparatos tecnológicos estiverem construindo outros aparatos tecnológicos, estes ainda serão obras humanas, pois sua gênese é no trabalho humano (PINTO, 2005).

Figura 5: Conceito de meio ambiente.



Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.1.2 Meio Ambiente

O gráfico acima [um *signo*] é passível de leitura e nos oferece uma ideia do que construímos como conceito de meio ambiente. Porém, antes de elucidar com palavras este conceito, apresentamos a definição do Dicionário do Meio Ambiente para o termo em questão:

Meio Ambiente – [...] o termo busca abarcar um sistema de relações, um campo de forças físico-químicas e bióticas em inter-relação com a dinâmica social, econômica e espacial. P. George, o meio ambiente é “o conjunto de elementos que, na complexidade de suas relações, constituem o quadro, o meio, as condições de vida para o homem” - em outras palavras, e isso é

fundamental, desde a origem do emprego do termo em geografia, meio ambiente não abarca somente a natureza, nem muito menos a fauna e a flora, o que hoje chamamos de biodiversidade, tampouco as poluições e degradações. Ele designa as relações de interdependência complexas existentes entre a natureza e as sociedades. Propusemos chamar isso de *géoenvironnement* (geo-meio-ambiente) para sublinhar sua capacidade de recordar que se trata, ao mesmo tempo, se seguirmos A. Dauphiné (1979), de um lado, de um percepto, de algo vivido. Meio ambiente ou geo-meio-ambiente é sinônimo de geosistema, o qual se analisa em termos espaciais. O geosistema se caracteriza por encaixamento de escala: da parcela de terra à bacia hidrográfica, da gestão florestal à floresta, enfim, do local ao global, em matéria de poluição, por exemplo. Também se analisa em termos de temporalidades. (VEYRET, 2012d, p. 212).

Como podemos perceber, a autora acima divide natureza e sociedade, o que de início impossibilita o uso do termo com o mesmo significado que construímos. No entanto, sublinhamos da citação acima a questão da *temporalidade*, que é fundamental para o entendimento deste conceito. Em Brandão (2002), temos que meio ambiente seria o local de removermos bens de uso e bens de troca, o cenário de interações. Deste segundo conceito, sublinhamos a questão do *cenário de interações*. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) apresenta um conceito de meio ambiente, porém, com uma dúvida interpretação: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (*ibidem*).

A questão dúvida é a seguinte: meio ambiente é um bem de uso comum e essencial [...], ou o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum e essencial [...]? Podemos imaginar que sendo o meio ambiente um *bem de uso*, se não estiver em condições adequadas de uso [ecologicamente desequilibrado] pode deixar de ser um *bem de uso*. Da definição constitucional, concordamos que *todos e todas* [não há uma marcação relacionada à espécie humana] têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Consideramos que meio ambiente é o conjunto de fatores bióticos, abióticos, sociais em relação em um determinado tempo e determinado espaço [localizado geográfica e historicamente]. Não podemos usar o marcador meio ambiente de maneira não localizada em virtude das discrepâncias entre os diversos meios ambientes e do próprio meio ambiente específico em épocas distintas. Por exemplos: o meio ambiente pantaneiro na década de 1980 não é o mesmo meio ambiente da década de 2010; o meio ambiente na cidade de Porto Alegre no ano 2018 não é o mesmo meio ambiente da

cidade de Porto Alegre de 1874. Todas as interações ocorridas naquele período dado e naquele espaço geográfico foram interações ocorridas naquele meio ambiente. Quando o meio ambiente do qual tratamos está em desequilíbrio ecológico, não deixa de ser meio ambiente, é apenas um meio ambiente desequilibrado. Meio ambiente não é a natureza intocada pela espécie humana [se é que podemos considerar que existam ainda espaços assim no planeta Terra]. Meio ambiente é o local onde cada qual está inserido numa determinada ocasião. Podemos estar inseridos em diversos meios ao mesmo tempo, transitando entre eles em um mesmo dia. Portanto, o termo Meio Ambiente necessita de um referencial para seu uso.

### 3.1.3 Ecologia

Seguindo a mesma lógica dos conceitos anteriores, apresentamos os conceitos de autores e autoras já trabalhados antes de posicionar com a própria construção do conceito ecologia:

Ecologia – A ecologia nasceu na Alemanha em 1869; foi criada pelo biólogo Haeckel e pode ser definida como “o estudo do ser vivo em seu meio” e, por isso, poderia ter sido integrante da geografia nascente. Ora, esta disciplina nova orientou-se bem depressa para a análise biológica; ela estuda as cadeias tróficas e os fluxos de energia que circulam entre os diferentes níveis das cadeias alimentares. Essas análises são conduzidas, inicialmente, excluindo o homem e considerando a natureza como sendo “natural”, selvagem, não antropizada, resultante de uma organização racional no seio da qual não há lugar para o acaso. Nessa natureza concebida como um todo coerente, onde cada elemento vivo depende do outro, onde toda espécie viva é ao mesmo tempo um predador e uma presa, o lugar do homem não é evidente. (VEYRET, 2012b, p. 114).

Os signos sofrem alterações de significado em razão do uso e das novas necessidades apresentadas ante as investigações. Assim, a concepção de ecologia acima segue a mesma linha das definições de natureza e de meio ambiente já trazidas dentro do Dicionário do Meio Ambiente: uma visão cartesiana que aparta [tenta apartar] o que de início é inseparável. Existem ainda outras significações para ecologia, porém, com marcadores específicos, como é o caso da *deep ecology* [ecologia profunda], uma visão sobre as relações biológicas que tomaram em conta mais espécies como protagonistas das relações no meio ambiente que a humana, porém, com grande preconceito no campo científico:

Ecologia profunda (*deep ecology*) – concepção que se insere nas posições norte-americanas do século XIX sobre a proteção da natureza, o preservacionismo. O engenheiro florestal norte-americano Aldo Leopold, pai da cultura preservacionista, escreve que há justiça “quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. É injusta quando tende ao inverso. (*Almanach d'un comité des sables*, 1949, S/P).

A ecologia profunda, que se situa nessa corrente, defende uma posição ecocentrada que confere à natureza um lugar central. Arne Naess, filósofo norueguês cria a expressão *deep ecology* e formaliza seus princípios, dos quais o princípio de base é “a igualdade entre todas as espécies”, o que significa que o homem tem o mesmo *status* que o animal. Instaure-se uma ética biocêntrica que considera o florescimento da humanidade como entrave a outras espécies. Paul W. Taylor afirma que “em certas situações, é até mais grave matar uma planta selvagem do que matar um homem”. O mesmo autor considera que “o desaparecimento completo da raça humana não seria uma catástrofe moral, mas antes um evento que o restante da comunidade viva aplaudiria com entusiasmo”. Tais excessos, totalmente inaceitáveis, deixam intacta a questão do estatuto moral dos seres vivos, raramente abordada. (VEYRET, 2012c, p. 116).

Deste registro de ecologia, certamente há a concordância em conferir à natureza um lugar central no estudo do meio, haja vista já termos como conceito de natureza todo o ser. Assim, poderíamos aqui fomentar que a *ecologia* é o estudo das relações em um meio ambiente. Dada a marcação de meio ambiente como localizada no tempo e no espaço, o estudo deste meio ambiente também o será, por conseguinte.

As três marcações anteriores [natureza, meio ambiente e ecologia] inferem em novas marcações para outros diversos signos que se relacionam a eles no decorrer desta pesquisa. Como já afirmado, a tese tem estrutura circular e, talvez, este início de capítulo sirva como um glossário necessário para compreender o significado que conferimos desde o lugar desta da pesquisadora. Como um exemplo da ressignificação [ou atualização] de signos que carregam em si grandes textos, e que são base para outros textos, vejamos esta passagem que corrobora com as ideias acima e que posiciona um marcador importante para humanidade [que já fora retratada apenas pelo signo *homem*]:

Faz alguns anos Claude Lévi-Strauss, um conhecido antropólogo europeu que se iniciou como pesquisador de campo entre os povos indígenas do Brasil-Central, foi convidado pela Assembléia Francesa a escrever algo para um repensar o conceito e a idéia de *liberdade*, tal como eles estão há alguns séculos na Constituição da França. Num texto de resposta que veio depois a ser publicado em um livro, ele começa dizendo que não teria nada a acrescentar, caso o conceito e os seus preceitos devessem permanecer no âmbito do contrato social. Mas logo a seguir ele aproveita a ocasião para perguntar aos franceses e a todos nós, se não seria este o momento de realizarmos uma reviravolta corajosa de identidades, com todas as suas consequências. Ao invés de continuarmos a nos definir como “seres morais” ou como “sujeitos sociais”, não teria chegado a hora de nos identificarmos como “seres da Vida”?

Se isto for verdade e se isto for possível, então o que era antes um reconhecimento de desigualdades dado pela disjunção entre nós, seres humanos e todos os outros seres da Vida, passa a ser um sinal de conjunção entre seres irmanados em uma igualdade essencial, e apenas diferentes dentro das infinitas alternativas que a Vida abre e faz existir. (BRANDÃO, 2002, p. 17, grifos do autor).

A “reviravolta corajosa das identidades” é o simples reconhecimento do outro, de sua importância. Reconhecer a importância do outro não significa dar menos importância a si. O temor do reconhecimento do outro como ser de direitos de existência e liberdade, é o simples receio de abrir mão dos próprios privilégios. Nomear a nós mesmos como nomeamos cachorros, vacas, jacarés, seres da vida e terráqueos (EARTHLINGS, 2005), não é um excesso totalmente inaceitável (VEYRET, 2012c), ou uma demonstração de que somos naturalistas anti-humanistas (REGUEZZA, 2012), é apenas a leitura de que a espécie humana não habita sozinha em um meio ambiente que se encontre em equilíbrio. Sua importância não é superior às demais.

Guattari (1990) considerou possível realizar o estudo do meio ambiente em três dimensões ou registros: do meio ambiente geográfico, das relações sociais e da subjetividade humana (GUATTARI, 1990). Boff (2012) teorizou sobre quatro registros de ecologia: meio ambiente, político-social, mental e integral. Não discordamos de ambos os marcadores, inclusive, em termos didáticos, consideramos válidos para imprimir esta forma mais ampla de analisar as relações. Porém, consideramos as marcações de ecologia infundáveis a partir do signo natureza representar o todo, o *Ser*.

Assim, podemos estudar a ecologia biológico-físico-química do ser humano Pedrinho. Pedrinho é o meio ambiente de suas 10 trilhões de células e das 100 trilhões de bactérias [seres com material genético próprio, distinto do de Pedrinho, e também distintos entre si]. Sendo que as bactérias que nele habitam [em número 10 vezes maior que suas próprias células] possuem seus *habitats* [flora intestinal, pele, couro cabeludo] com seus respectivos pH's e umidade necessária a sua adequada reprodução e manutenção. Sabemos que os alimentos ingeridos pelo meio ambiente Pedrinho podem alterá-lo e causar desequilíbrios ambientais tamanhos que os seres vivos que mantêm o meio ambiente [Pedrinho] em equilíbrio podem desaparecer. Eles, ainda, podem ficar em número tão pequeno que podem destruir as características iniciais daquele meio ambiente, transformando este que estava vivo, novamente, em material orgânico e, em seguida, em material inorgânico. O exemplo de desequilíbrio inserido no meio ambiente Pedrinho foi alimento, mas poderia ser qualquer outro fator, haja vista Pedrinho possuir

psique [que pode sofrer de depressão] e estar inserido em uma comunidade [violenta], e etc. Dados os marcadores *natureza* e *meio ambiente* apresentados, *ecologia* é o estudo das relações em qualquer meio ambiente.

### 3.1.4 Preservação

Os próximos termos a serem discutidos estão relacionados às formas de uso que a legislação e a comunidade acadêmico-científica consideram viáveis de utilização dos recursos naturais<sup>29</sup>. Iniciamos com o termo preservação:

Preservacionismo – Defini-se por oposição ao conservacionismo. O preservacionismo se afirma na primeira metade do século XX, principalmente em redes dos parques nacionais norte-americanos. É uma corrente da ecologia que considera que os espaços a proteger devem excluir toda ação humana, toda forma de exploração dos recursos naturais [...] Essa posição evoluiu pouco a pouco e começou a mudar a partir da Conferência de Estocolmo (1972), para culminar na estratégia mundial para a conservação, que data de 1980 (documento coassinado pela UICN, pelo WWF, pela FAO). (VEYRET, 2012e, p. 272-273, supressão minha).

Esta definição também pertence ao Dicionário do Meio Ambiente e, como visto, a preservação, por ser mais abrangente, ficou ligada à *deep ecology*, portanto, abandonada dos discursos oficiais e hegemônicos. A Preservação visa manter as condições dos ambientes o mais próximo possível das condições iniciais, antes de seu uso pelos seres humanos.

### 3.1.5 Conservação

O próximo signo é a conservação. Iniciamos, também, sua definição pelo uso corrente trazido no Dicionário do Meio Ambiente:

Conservacionismo – trata-se de uma visão da natureza destinada a prevenir a superexploração dos recursos [...]. A conferência sobre a Conservação e Utilização dos Recursos (que mobilizou a Unesco, a FAO, a OMS a OIT (Organização Mundial do Trabalho), tinha como objetivo o estabelecimento de uma rede de especialistas no assunto. Depois de 1972, a IUCN, até então

<sup>29</sup> Como natureza é o *tudo*, recursos naturais pode ser qualquer coisa removida para utilização. Um exemplo é a utilização do recurso natural *povos indígenas* [racismo] para a remoção e carregamento de pau-brasil no início da colonização europeia. Dependendo da ideologia [antisemitismo] utilizada para justificar o uso de determinado recurso, teremos na História até cabelos dos judeus, prisionados e mortos nas câmaras de gás, sendo utilizados como recursos naturais para a confecção de cordas navais e colchões.

concentrada na proteção de espécies e de ecossistemas notáveis, evoluiu radicalmente. A estratégia mundial de conservação que ela publicou em 1980, e que foi elaborada em estreita cooperação com o WWF, a FAO e o Pnuma, insistiu nos aspectos de incluir no âmago dos programas de desenvolvimento a preservação dos recursos ecológicos, a utilização sustentável dos recursos e a preservação da diversidade genética. A IUCN associou, portanto, desenvolvimento e conservação da natureza e dos recursos e renunciou à proteção que exclui o homem dos espaços. (VEYRET, 2012a, p. 82, supressão minha).

É notável a contradição entre a definição dos dois termos mesmo estando na mesma obra e escritos pela mesma autora. Colocar o preservacionismo com tom de “exclusão de toda ação humana” era uma maneira simples de adotar o conservacionismo que explora, mas não “superexplora” os recursos<sup>30</sup>. Deste modo, o conservacionismo se atrelou ao modelo de desenvolvimento considerado hegemônico, tratando, inclusive, a diversidade de vida como “diversidade genética”.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação brasileiro (SNUC) (BRASIL, 2000) possui um glossário dos termos para entendimento da legislação, com as seguintes redações para conservação e conservação *in situ*:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

[...]

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

[...]

VII - conservação *in situ*: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características. (BRASIL, 2000, S/P).

Seguindo o raciocínio das conferências mundiais, o SNUC considera o conservacionismo como estratégia de possibilidade de exploração mais ampla do que consideram meio ambiente, tendo em vista que o mesmo vale para o próximo termo a ser tratado.

---

<sup>30</sup> Veremos no subcapítulo abaixo sobre o uso da ideologia para permitir abusos e opressões, e a apropriação de pautas com vistas a obter benefícios distintos dos requeridos pelos(as) proponentes das pautas.

### 3.1.6 Proteção

O signo proteção no nome Batalhão de Polícia Militar de *Proteção Ambiental* tem uma ligação muito mais direta com o termo em português [proteger, cuidar, zelar] do que o uso no campo ambiental. Como vimos acima, o preservacionismo e o conservacionismo, na visão cartesiana do meio ambiental, são concorrentes, pois neles a humanidade não é parte do sistema, ela é apenas sua exploradora. Desta forma, encontramos no SNUC unidades que a presença humana [não autorizada pela Administração] é proibida, as unidades de proteção integral:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

[...]

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. (BRASIL, 2000, S/P).

Se somos educados através da cultura que somos *alheios à natureza* e que o meio ambiente é *o lugar de onde tiramos os nossos meios de consumo*, nada mais natural do que a necessidade de criar espaços onde a humanidade não possa entrar sob o risco de destruir o que naquele espaço se tenta preservar. O contrassenso se dá na medida em que não é viável a *preservação*, utilizamos a *conservação* para, posteriormente, ser necessário criarmos espaços de *proteção*. Infelizmente, não se observa que o isolamento genético de espécies animais nestes *redutos de proteção integral* é uma forma de eliminar a vida que ali existe. Quando, do contrário, somos educados de que o meu outro [meu semelhante] está em tudo fora de mim; que sou parte do todo; que todas as relações são importantes; do nosso sentido histórico dentro das relações das quais fazemos parte; torna-se desnecessário proteger do humano o que é humano, a natureza. Aí está a educação ambiental.

### 3.2 Ideologia, consciência e discurso científico

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daqueles que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra

é capaz de registrar as fases transitórias mais ínfimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2010a, p. 42, grifo do autor).

Na verdade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (p. 98-99, grifos do autor).

*“Eu tive oportunidade de trabalhar numa aldeia indígena, e a gente acabou, entendeu? Aprendendo muita coisa ali, entendeu? Principalmente foi valor.*

***Hum, hum.***

*Entendeu? Assim... o índio ele via a natureza como sua fonte de sobrevivência, sua fonte de, entendeu? Ele via aquela, aquele mato ali igual fosse um valor, bonito ali, coisa e tal.*

***E até tem coisas assim: “aquela árvore ali é minha avó”.***

*Exatamente.*

***Antigamente, eles viam dessa forma.***

*Aí, que que aconteceu? Quando o pessoal começou a invadir a área indígena, que aí a gente pegou um zoró, entendeu? Os caras falavam pro índio assim: “bonita aquela Toyota Bandeirantes”. Entendeu?*

***Aham... Na época era Toyota.***

*Daí falava assim: “aquele pau... se juntar dez pau daquele dá de comprar metade dessa Toyota”. Entendeu?*

***Colonizou a mente.***

*Colonizou! Então, o que que é bonito? É a Toyota ou a madeira? Hã? Antigamente, eles falavam que bonita era a árvore? Entendeu? Então, eles trocava a árvore por Toyota, que a gente ficou lá, eu não lembro o ano, entendeu? Mas o batalhão ambiental, batalhão florestal... ficou lá nessa área aí muito tempo, entendeu? Até quando passou pra Batalhão Ambiental ainda ficou. Tipo 96, 98 nós ainda estávamos nessa área, entendeu? Então, por moeda de troca lá, era madeira. Os índios trocava madeira. Por que que trocava madeira? Porque o Estado, o Governo, na época, entendeu? Não existia, não levava. Se alguém pegava, não chegava na mão dos índio.*

*Então, os índio tinha que ter moeda de troca, só que a moeda de troca era a madeira.*

**Lógico.**

*Então, a senhora pega hoje um ribeirinho ai, entendeu? Pelo tempo que a gente tá na Educação Ambiental... a gente chega lá e... eu já fiz várias pergunta, entendeu?- “Poh, o Rio Cuiabá é bonito né?”. - “Era mais bonito”. Ia falar... “era mais bonito e matava a fome da minha filha, e hoje não tá matando mais. Por que que não tá matando? Por causa daquela casa bonita ali na frente”.*

**[palavra de baixo calão]**

*O que é bonito pra um, é feio pra outro, não é não? Falar da região onde a gente fez um trabalho lá na baía de São ... mesmo... o cidadão falou pra nós lá na Baía do Suor: - “bonito que é aqui”. - “bonito era antes, que matava a fome da minha família, e coisa e tal... criei todos os meus filhos aqui, hoje, bonito tá aquela casa”. Entendeu?*

***É uma pancada na cara, né? Eu já quase morri afogada lá em Rondonópolis por causa de um índio que estava trocando peixe na Piracema por pasta base de cocaína. Então, sabe quem ensinou pra ele né?***

*Eles viciam, eles viciam... Será que o desenvolvimento... Igual... pessoal tava falando de desenvolvimento do Amazonas, sustentável. Será que é interessante? Já não tem tanta terra aberta aqui embaixo? Não tem? Por que não preservar o que tá... é complicado. Ai, cada um tem um preço. Igual a gente tá pagando, hoje nós tamo pagando esse preço, tanto é que a senhora vê o seguinte: eu falo... eu falo pelo Batalhão Ambiental, quando a gente vê que o Batalhão Ambiental tá indo num foco, entendeu? De uma hora pra outra desestrutura ele todinho, ele volta a engatinhar”. (Fala de um participante, em negrito fala da autora).*

Como vimos no primeiro capítulo, aprendemos a pensar e a construir a nossa consciência com base na lógica aprendida. A *lógica* que nos formata os pensamentos [ou as lógicas] se baseia em um sistema de ideias que estruturam os discursos, dão determinados sentidos as palavras que estruturam e se externam em nossas práticas. Quando lidamos com análise discursiva, não se trata de uma narrativa sobre o que foi

dito, mas sobre que conjunto de ideias este discurso está ancorado. É impossível modificarmos práticas sem questionarmos as ideologias por trás delas que queremos alterar, que são antecedidas de discursos. Falar em Educação Ambiental Crítica, como vimos, é questionar os modos de produção e consumo atuais, baseadas no capitalismo. Será? Será que apenas a ideologia de classe atravessa e ancora o discurso que estrutura a destruição do meio ambiente?

Precisamos falar sobre as palavras. Por que foi necessário esclarecer os termos natureza, meio ambiente, ecologia, proteção, preservação e conservação? Estas palavras carregam o significado que os sistemas ideológicos lhe conferiram. Como já dissemos, o discurso é uma arena (BAKHTIN, 2010a).

Quando falamos em ideologia, a maioria de nós rememora Marx e Engels e ideologia como o conjunto de ideias que sustentam a dominação entre classes:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifos dos autores).

Por seu intermédio [da ideologia], os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Enfim, também é um aspecto fundamental da existência histórica dos homens a ação pela qual podem ou reproduzir as relações sociais existentes, ou transformá-las, seja de uma maneira radical (quando fazem uma revolução), seja de uma maneira parcial (quando fazem reformas). Em outras palavras, uma ideologia não é um poder absoluto que não possa ser quebrado e destruído. Quando uma classe social compreende sua própria realidade, pode organizar-se para quebrar uma ideologia e transformar a sociedade. (CHAUÍ, 2012, p. 26, comentário meu).

Nestes dois excertos, é possível compreender bem o que significa ideologia: um conjunto de ideias que estruturam os *aspectos fundamentais da existência histórica da humanidade* (CHAUÍ, 2012). Mas de que forma se estruturam? Agindo sobre a lógica,

que constrói os pensamentos, as consciências, os discursos e as ações, nesta ordem. Por isso, devemos questionar os discursos e as palavras. A notoriedade do termo ideologia foi conquistada pelos autores Marx e Engels, e solidificou-se como conjunto de produção espiritual da classe dominante, que solidifica no plano das ideias as condições de exploração material que interessa à classe dominante. Mas é apenas entre classe que existe exploração justificada através de um conjunto de ideias? Certamente que não. Analisemos o próprio texto de Marx e Engels para verificar que outras possíveis ideologias justificam a exploração *do outro*.

Marx e Engels, analisando o filósofo Max Stirner, fazem um retrospecto do avanço ou das mudanças dos períodos da filosofia alemã e utilizam-se dos seguintes exemplos:

Proprietário da sombra emancipada ao lado  
A criança era *realmente* cativa do *mundo de suas* coisas até o momento em que, pouco a pouco (uma escamoteação tomada de empréstimo para o desenvolvimento), ela conseguiu *deixar estas mesmas coisas atrás de si*. O adolescente era *imaginativo*, carente de pensamento devido ao entusiasmo, até o momento em que o homem ergue-se por sobre ele, o *burguês* egoísta, com quem as coisas e os pensamentos dispõem de tudo a seu bel-prazer, porque o seu interesse pessoal coloca tudo acima dele. Enfim, e o idoso – “Mulher, o que eu tenho a ver contigo?”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 132, grifo dos autores).

Neste fragmento, Marx e Engels citam Max Stirner, que ao final do trecho cita o Novo Testamento, em João 2:4. Vejamos o próximo trecho que ainda é uma explicação sobre a evolução do pensamento e da lógica, usando o homem alemão como o auge desta evolução:

A “força do desenvolvimento verdadeiro”, para empregar as palavras do Dottore Graziano, “desenvolve-se do modo mais forte” nas seguintes transformações:

Fundamento:

I. Realismo.

II. Idealismo.

III. Unidade negativa de ambos: “Se”. (p. 485).

Primeira nomenclatura:

I. *Criança*, dependente das coisas (realismo).

II. *Adolescente*, dependente das ideias (idealismo).

III. *Homem* – (como unidade negativa)

expresso positivamente: possuidor das ideias e das coisas} egoísmo

expresso negativamente: livre das ideias e das coisas} egoísmo

Segunda nomenclatura, histórica:

I. *Negro* (realismo, criança).

II. *Mongol* (idealismo, adolescente).

III. *Caucasiano* (unidade negativa de realismo e idealismo, o homem).

Terceira nomenclatura, a mais geral:

I. Egoísta realista (egoísta no sentido habitual) – criança, negro.

II. Egoísta idealista (abnegado) – adolescente, mongol.

III. Egoísta verdadeiro (o Único) – homem, caucasiano (MARX; ENGELS, 2007, p. 135, grifos dos autores).

Fica muito explícito que durante a teorização sobre o que seria ideologia [de classe], os dois pensadores alemães têm seus discursos atravessados por diversas outras ideologias [machismo e racismo, apenas de saída]. Construir uma nomenclatura, escrever um sistema filosófico cujo auge, apogeu da inteligência e da completude intelectual, é a sua própria imagem [homem adulto alemão, caucasiano] em detrimento de outrem, é construir, *também*, um sistema ideológico que justifica o lugar de subalterno daqueles que não são seus semelhantes, não são seu *outro* [alteridade]. O conjunto das ideologias não se excluem, elas agem em consonância e se somam em algumas ocasiões. Ideologia de classe, de gênero, de raça [etnia], de espécie e de geração.

Voltemos ao trecho de entrevista que abre este sub-capítulo. Várias ideologias agiram para transformar no ribeirinho e no índio o significado da palavra *bonita*. Quando o policial diz que assistiu à transformação da palavra *bonita*, junto a um sujeito da etnia zoró, ele percebe que bonita designava uma árvore da espécie *x* [que tinha um valor comercial para o não-índio]. Quando um outro objeto [uma Toyota Bandeirantes] é apresentado como sendo bonito, não foi como uma somatória, a árvore *x* é bonita, mas a Toyota Bandeirantes também é. Foi como substituição, ou hierarquização: a Toyota Bandeirantes é mais bonita que a árvore *x*. O intuito aqui é a exploração do índio [usado como mão de obra para identificar, escolher, cortar e entregar as árvores *x*] e das árvores *x*. Não seria possível explorar a ambos sem a ideologia impressa na palavra *bonita*, dentro daquele discurso.

Como trabalhar com Educação Ambiental Crítica sem questionar os discursos, os signos e identificar as ideologias que sustentam a exploração da natureza? Como, dentro dos conteúdos científicos e curriculares, identificar se não estamos sendo disseminadores de discursos opressores que estão, na verdade, ajudando os alunos e as alunas a trocarem as árvores *x* por Toyotas Bandeirantes? É necessário que, de início, tomemos pé de que o discurso científico é institucional e não é neutro, bem como as legislações também não o são. E que não só a ideologia de classe está sustentando este modelo de exploração.

A formação das consciências, desta forma, faz-se através da vida, da Educação e da Cultura, que estão atravessadas dos mais distintos discursos ideológicos. Portanto, cabe a todos e a todas [em especial educadores e educadoras] a análise dos discursos emitidos, com fito último de não reforçar ideologias opressoras que geram consciências oprimidas, oprimindo, posteriormente, outras consciências através de seus discursos e de suas práticas.

### 3.2.1 Discurso Científico

O *sistema fechado* conhecimento científico é a base para os sistemas de educação formal. Nossa propositura de método e metodologia, expostos no primeiro capítulo, lida justamente com a premissa de que não há neutralidade na ciência. Khun (2013) afirma que o estudante [iniciando-se na ciência] ao reunir-se com sujeitos que já possuem bases no seu campo determinado de estudo, raramente discorda em profundidade dos paradigmas sobre os quais foi formado, e que esta situação é a responsável pela manutenção das tradições em pesquisa. A ciência, assim, não é só um sistema que informa e forma, mas faz parte de um ou de vários conjuntos ideológicos. Estar a par de informações, em determinada ciência, significa não estar a par de outros tantos conhecimentos que, no processo da ciência normal (KUHN, 2013), desaparecem e por serem higienizados de outros aspectos relacionados aos próprios sujeitos que os construíram<sup>31</sup>.

Para Feyerabend (2011) a ciência não é algo puro e inerte, mas o resultado de um esforço deliberado em consolidar determinada afirmação em determinado campo, com determinado intuito [é composto uma ou várias ideologias]; e que os sujeitos que realizam o fazer científico recebem, além das informações, treinamento que lhes padroniza as formas de se expressar, de agir, ou seja, de pensar e de criar:

A história da ciência, afinal de contas, não consiste simplesmente em fatos e conclusões extraídas de fatos. Também contém ideias, interpretação de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante. Em uma análise mais detalhada, até mesmo descobrimos que a ciência não conhece, de modo algum, “fatos nus”, mas todos os “fatos” que tomamos conhecimento já são vistos de certo modo e são, portanto, essencialmente ideacionais. Se é assim, a história da ciência será tão complexa, caótica, repleta de enganos e interessante quanto as ideias que encerra, e essas ideias

---

<sup>31</sup> A este respeito levantamos aos leitores e leitoras o seguinte questionamento: quantos cientistas negros e negras você conhece e cita? Quantas mulheres cientistas você conhece e cita? Suas citações são sempre de homens brancos? Quais problemas estes sujeitos tentam resolver?

serão tão complexas, caóticas, repletas de enganos e interessantes quanto a mente daqueles que as inventaram. Inversamente, uma pequena lavagem cerebral fará muito bem no sentido de tornar a história da ciência mais tediosa, mais uniforme, mais “objetiva” e mais facilmente acessível a tratamento por meio de regras estritas e imutáveis. (FEYERABEND, 2011, p. 33, grifos do autor).

Esta, *a priori*, é a forma de criação e de manutenção do chamado *discurso científico*, aos dois filósofos que trouxemos no exemplo (um norte americano e outro alemão) a manutenção da estabilidade dos conceitos no tempo é uma premissa da manutenção do sistema chamado *conhecimento científico*.

A limpeza, a higienização dos discursos científicos tem justamente como intuito de apartá-lo dos demais discursos, para, em um segundo momento hierarquizá-lo:

A educação científica tal como hoje conhecemos tem precisamente esse objetivo. Simplifica a “ciência” pela simplificação de seus participantes: primeiro define-se um campo de pesquisa. Esse campo é separado do restante da história [...] e recebe uma “lógica” própria. Um treinamento completo em tal “lógica” condiciona então aqueles que trabalham nesse campo; torna *suas ações* mais uniformes e também congela grandes porções do *processo histórico*. Fatos “estáveis” surgem e mantêm-se a despeito das vicissitudes da história. Uma parte essencial do treinamento que faz que tais fatos apareçam consiste na tentativa de inibir intuições que possam fazer que fronteiras se tornem indistintas. A religião de uma pessoa, por exemplo, ou sua metafísica, ou seu senso de humor [...] não podem ter a menor ligação com sua atividade científica. Sua imaginação é restringida, e até sua linguagem deixa de ser sua própria. Isso se refere na natureza dos “fatos” científicos, experienciados como independentes de opinião, crença e formação cultural. (*ibidem*, p. 34, grifos do autor, supressões minhas).

O que se esconde, porém, atrás de um *discurso independente* é, na verdade, um discurso particular [de uma classe, de um gênero e de uma etnia] travestido, novamente, de universal. Quando esta limpeza de discurso falha e alguns sujeitos produzem ciência fugindo das regras apresentadas acima por Kuhn e Feyerabend; e deixando explícita uma tentativa de romper com determinado sistema, as sanções àquela teoria são as mais diversas. O próprio método materialista histórico-dialético já foi motivo de prisões de cientistas, pois é um método que visa a libertação do proletariado. Um outro exemplo de discurso científico tolhido é o do matemático e economista romeno Georgescu-Roegen, que propôs a ideia do decrescimento econômico. Georgescu-Roegen, que depois foi considerado o criador da bioeconomia ou economia ecológica, usou o segundo princípio de Lei da Termodinâmica [a entropia] para propor o seu programa bioeconômico mínimo, que estava expresso da seguinte forma:

primeiro, proibir totalmente não somente a própria guerra, mas a produção de todos os instrumentos de guerra. Segundo, ajudar os países subdesenvolvidos a ascender, com a maior rapidez possível, a uma existência digna de ser vivida, mas em nada luxuosa. Terceiro, diminuir progressivamente a população até um nível no qual uma agricultura orgânica bastasse à sua conveniente nutrição. Quarto, evitar todo e qualquer desperdício de energia – se necessário por estrita regulamentação – enquanto se espera que se viabilize a utilização direta da energia solar, ou que se consiga controlar a fusão termonuclear. Quinto, curar a sede mórbida por “gadgets” extravagantes para que os fabricantes parem de produzir esse tipo de “bens”. Sexto, acabar também com essa doença do espírito humano que é a moda, para que os produtores se concentrem na durabilidade. Sétimo, as mercadorias mais duráveis devem passar a ser concebidas para que sejam consertadas. Oitavo, reduzir o tempo de trabalho e redescobrir a importância do lazer para uma existência digna. (VEIGA, 2010, p. 162, grifos do autor).

Propor na década de 1970, em plena *Guerra Fria*, o fim da produção de *todos os instrumentos de guerra*, fez com que os escritos de Georgecu-Röegen fossem banidos para o limbo [vemos ali o atravessamento do discurso ambientalista, pacifista, anti-capitalista]. Suas produções foram praticamente execradas e ignoradas durante trinta anos (*idem*), sendo seu uso como referência, também, descrédito a outros trabalhos.

A este respeito, na revisão de literatura preparatória para este trabalho, é invisível o relatório da ONU sobre a pecuária (FAO, 2013) e as discussões sobre esta *atividade econômica* e os atuais problemas ambientais mais prementes [aquecimento global, desmatamento da Amazônia, uso da água e passivos ambientais relacionados à *indústria da carne*]. Discursos desalinhados com o paradigma dominante (SANTOS, 2008) não são acolhidos pela Academia, impedindo que façam parte dos discursos científicos que, *a posteriori*, servirão de base para construção de currículos, transformando-se em conteúdo a ser transmitido formalmente.

O discurso científico está pronto para receber outros discursos? Provavelmente não, justamente para se manter como discurso hegemônico precisa se manter com *status* próprio e seus próprios procedimentos. No entanto, o mestre Paulo Freire já afirmava que ensinar exige pesquisa e rigorosidade metódica (FREIRE, 2014). Nesse sentido, a pesquisa deve contemplar outros discursos, bem como encontrar alternativas para renovar as relações entre este conteúdo moderado pelo Estado na busca por outras vozes.

A busca de alternativas no campo do conhecimento está como uma necessidade intrínseca na busca de autonomia das personagens que estão alijadas do discurso e até mesmo do ser. Mignolo (2006), acerca da maneira como o conhecimento mantém a situação de dominação dos povos que não estão no rol de emissores de ciência, se

expressa da seguinte forma: “o totalitarismo científico é hoje, de facto, um aspecto da ‘colonialidade global’, isto é, das formas que o ‘colonialismo antigo e territorial’ está a assumir hoje”. (*ibidem*, p. 668, grifos do autor). Esta é uma face do colonialismo que o autor chama de colonialismo lógico e epistemológico (MIGNOLO, 2010). A este respeito, Mora-Oseo e Borda (2007), através do exemplo das universidades e centros tecnológicos colombianos, afirmam o seguinte: “a necessidade urgente de as nossas sociedades disporem, juntamente com o conhecimento universal, de conhecimentos contextualizados pelas nossas realidades únicas e complexas”. (p. 712-713).

Assim, é necessário que, enquanto inseridos e inseridas no contexto subalterno, façamos um triplo movimento: apropriarmo-nos dos discursos hegemônicos; analisá-los em seus componentes significativos de forma crítica; produzirmos e emitirmos os nossos discursos subalternos sob as mais vastas plataformas [sob o formato de discurso científico, sob o formato de arte e sob o formato de discursos primários] para que seja reconhecido e reconheça aos seus e as suas.

### **3.3 Apropriação e lavagem**

Como visto no primeiro capítulo, a Educação Ambiental é oriunda de preocupações levantadas por diversos movimentos sociais de discursos contra-hegemônicos. Eram pacifistas, ambientalistas, feministas, camponeses e camponesas quase nunca unidos entre si por suas lutas, mas tendo o mesmo *alvo* em comum. Estes grupos levantavam ideias revolucionárias de mudanças nas estruturas, mas como movimentos dispersos, tiveram parte de suas pautas atendidas pelo sistema e quase nenhuma das realidades alteradas. Como o discurso revolucionário ainda encontra eco nos sujeitos, quase sempre o sistema se apropria destes discursos e o higienizam de suas origens [mulheres que votam e se dizem contra o feminismo], como se do próprio sistema tivessem partido. Tomando a ideologia alemã novamente por base [ideologia de classe], podemos compreender o movimento e o surgimento de ideias e sua posterior absorção pela classe dominante:

A existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária, sobre cujos pressupostos já foi dito anteriormente o necessário. [...] Toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias

a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 48, supressão minha).

Deste trecho, depreendemos que as ideias revolucionárias partem de grupos pré-organizados, todavia, o grupo que domina sabe que precisa manter sua dominação física, antes, através da dominação das ideias [que estruturam e são estruturadas pelos discursos]. As ideias do grupo dominante são distribuídas sob a embalagem de interesses universais “como as únicas racionais”.

As estratégias de um grupo minoritário e dominante são variadas para manterem seus interesses em detrimento dos interesses da maioria: dispersão, fazendo com que os oprimidos não observem que, apesar de suas opressões serem distintas, o opressor é um só; difamar e criar boatos a respeito do grupo que está agindo contra o sistema, tornando suas ideias algo socialmente mal visto; apropriação de parte do discurso como sendo oriundo do grupo dominante, higienizando sua origem revolucionária.

No que tange à primeira estratégia, é notório que a diminuição do campo da alteridade diminui a possibilidade de identificação com mais *outros*. Se não temos alteridade com *alguém/algo*, significa que não conseguimos ver naquele outro uma experiência, não conseguimos compartilhar suas dores, suas alegrias e seus medos. Quanto menor a alteridade, menor nosso círculo de compaixão, pois acabamos reduzindo nossa experiência ao próprio ego e, quando muito, a experiência daqueles e daquelas muito parecidos conosco. É neste momento que os grupos oprimidos se dispersam ao não verem em outras lutas a sua luta. E reduzidos a sua própria existência e dor, não percebem que são a maioria, os oprimidos.

A segunda estratégia é a de difamar e criar boatos. A fofoca foi estudada por Elias e Scotson (2000), em “Os estabelecidos e os *outsiders*”, como forma de manutenção de poder e *status* em uma comunidade, e funciona com mais eficácia quão mais retrógrada e fechada em seus costumes for a sociedade. A rede que compõe os boatos e fofocas faz com que os próprios oprimidos ajam em favor dos opressores, difundindo informações que manchem a imagem pública dos *outsiders* em uma tentativa desesperada de não serem eles mesmos os próximos alvos das fofocas.

Segundo Brandão (2013) a admoestação pública é uma das maneiras mais primitivas de educar dentro de uma comunidade. Podemos fazer um retrospecto rápido para exemplificar esta estratégia, voltando algumas páginas atrás quando os ambientalistas preservacionistas ou pertencentes ao *deep ecology* são chamados em um dicionário do meio ambiente de *naturalistas anti-humanistas* (REGUEZZA, 2012);

assim como as mulheres brancas que participavam ativamente do movimento abolicionista negro, nos Estados Unidos, foram chamadas de *amantes de negros* (DAVIS, 2016). O contrário também ocorreu:

Frederick Douglass, o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos, foi também o homem de maior destaque na causa da emancipação feminina de sua época. Por apoiar integralmente o controverso movimento das mulheres, com frequência era ridicularizado em público. A maioria dos homens de então, ao ter a virilidade contestada, teria automaticamente se levantado em defesa de sua masculinidade. Mas Douglass assumiu uma postura antissexista admirável, declarando não se sentir diminuído pelo rótulo de “o homem dos direitos das mulheres. [...] Fico feliz em dizer que nunca tive vergonha de ser chamado dessa maneira”. (ibidem, p. 43).

Vamos ater-nos, no entanto, à estratégia de apropriação e lavagem dos discursos revolucionários. A própria EA é a primeira que pode nos servir de exemplo. Nascida dos movimentos ambientalistas e de contracultura (CARVALHO, 2013), ela foi absorvida pelos relatórios da ONU [Estocolmo] e logo em seguida imiscuída ao modelo hegemônico de desenvolvimento, sendo transformada em *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. No Brasil, como vimos, a EA sempre esteve ligada ao movimento de Educação Popular e esta ligação, certamente, serviu de auxílio para que a EA no Brasil seguisse com a nomenclatura *Educação Ambiental*, que é um marco de sua origem revolucionária. Como todo movimento é dialético, a EA no Brasil convive com discursos que são atravessados por diversas ideologias que mantêm o campo vasto o suficiente para a necessidade de novas pontuações, como é o caso da EA Crítica. No caso da absorção da EA pelos discursos hegemônicos, esta permite que direitos sobre o qual a luta está pautada continuem a não existir na prática, enquanto o discurso é exarado como o de preocupação com a preservação [conservação, no caso hegemônico] na natureza. Portanto, é necessário manter atenção às estratégias de apropriação:

o contributo mais importante da EP, efetivamente, é visibilizar as diversas dimensões e formas através das quais podemos dialogar com os conhecimentos e saberes populares. Nesse sentido, a escuta das falas populares se torna essencial para nos prepararmos e enfrentarmos os tempos ainda mais difíceis que se avizinham, em torno da perda de direitos historicamente conquistados, de espaços, tempos e lugares garantidos por lei, de valores legítimos que são expropriados em nome do desenvolvimento “sustentável”. (FIGUEIREDO, 2013, p. 237).

Além do diálogo aberto e contínuo com as demais lutas, é necessário, novamente, compreender que os discursos precisam ancorar práticas. Portanto, o discurso precisa manter seu caráter revolucionário:

Nunca é demais destacar que a ação transformadora da educação possui limites, ou seja, não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã e participativa, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida (família, trabalho, instituições políticas, modo de produção, interações ecossistêmicas etc.), vendo a educação como um processo global, para além do ensino formal. Do contrário, se perderia uma dimensão revolucionária. É idealismo ingênuo e simplista creditar à educação a “salvação do planeta”. Por ser um processo de aprendizagem com o outro e pelo outro, mediado pelo mundo, e, portanto, algo intrínseco à realização da natureza humana, é fundamental e primordial, no entanto, sua centralidade só ganha concretude à medida em que entendemos no seu movimento de definição e objetivação na história. Por outro lado, é mecanicismo estruturalista vulgar subdimensionar a ação humana nas estruturas sociais e a potencialidade transformadora da educação, como se fôssemos seres passivos e totalmente sobredeterminados por essas estruturas – o que seria a negação do sujeito histórico e da práxis, portanto, do próprio sentido que a educação assume na constituição da cidadania e da democracia. (LOUREIRO, 2012, p. 107-108, grifos do autor).

A respeito da apropriação da EA para fins distintos de sua gênese, Layrargues (2002) denuncia o “cinismo da reciclagem” das latas de alumínio no Brasil diante de vários aspectos: a redução da discussão ao aspecto comportamental da reciclagem em detrimento de aspectos políticos; a posição dos sucateiros(as) e catadores(as) como operários terceirizados sem direitos trabalhistas; o valor da mercadoria [quilograma da lata de alumínio ser decidido pela empresa de reciclagem]; e a divisão dos lucros [60% do lucros ficam com as empresas]. A situação exposta por Layrargues (2002) dá conta da gama de interesses capitalistas que movem o conteúdo de ensino nas escolas relacionados aos resíduos sólidos, fazendo crer aos alunos e suas famílias que são interesses com o meio ambiente quando, na verdade, é uma atividade financeira bastante lucrativa que explora mão de obra humana.

**Movimento hippie** - durante a década de 1960 e 1970 os *hippies* se vestiam com calças *jeans* rasgadas como forma de demonstrar que eram contrários ao consumismo (CARVALHO, 2002). O não consumo dos hippies tinha o fito de uma vida com menos exploração dos recursos ambientais e dos seres humanos que passam suas horas de vida trabalhando para a aquisição de bens de consumo duráveis e não-duráveis. A estética hippie foi apropriada pela indústria da moda e, atualmente, encontramos grifes que após fazerem as calças, as “lavam”, descoram e as rasgam para vendê-las (com a aparência idêntica às calças dos *hippies*) por valores altíssimos.

**Movimento ambientalista** - questiona os modos de produção capitalista e suas consequências para o planeta Terra. Da mesma forma, o *cuidado* com o meio ambiente foi apropriado pelo capitalismo e inserido como valor comercial de seus produtos. Nos processos de produção capitalista os cuidados com meio ambiente já são certificados (através dos ISO 14000) e agregam valor de venda aos produtos e serviços, o chamado *marketing* verde ou *Green Wash* (BOFF, 2013). São diversos os exemplos de discursos ambientais surgidos em ambiente revolucionário que foram ingeridos, deglutidos e assimilados (em suas partes interessantes) pelo capitalismo mundial integrado (GUATTARI, 1999).

**Movimento vegano** – em entrevista à socióloga Sabrina Fernandes<sup>32</sup>, a ativista Sandra Guimarães denuncia que as práticas de apropriação e lavagem, que até então eram comumente utilizadas por empresas, vêm sendo utilizadas pelo Estado de Israel para vender-se ao mundo como o país amigo dos LGBT\*, o país mais vegano do mundo. Fernandes (2018a) afirma que *vegan-washing* é “[...] a apropriação do movimento vegano para uso próprio, esvaziando ou deturpando seu conteúdo de acordo com a conveniência do autor. Trata de utilizar o veganismo como fachada ou forma de ‘limpar a barra’ de práticas deploráveis e criminosas”. (2018).

No caso, Israel vem utilizando o veganismo e o movimento LGBT\* para se vender como *gay-friend* e *vegan-friend* (que seriam causas nobres) para esconder a invasão de terras palestinas e a limpeza ética que seu exército vem fazendo. No caso a apropriação do movimento LGBT\*, Sandra revela que Israel é o único exército do mundo em que homens e mulheres homossexuais assumidos são aceitos. Ainda no exército, se o militar ou a militar se declara vegano ou vegana, tem direito a refeições veganas, botas de couro sintético e bonés de lã sintética.

### 3.4 Sujeito e trabalho

Retornando ao mês de maio de 2013<sup>33</sup> quando, em operação na Floresta Amazônica, permaneci por 30 dias consecutivos, reiteramos a necessidade de realizar a conexão entre as próprias atitudes, vivências, existências e os fenômenos históricos-sociais que nos cercam. Em que medida estamos ajudando a *puxar o gatilho?*

---

<sup>32</sup> Entrevista disponível no canal do YouTube Tese Onze, da Dra. Sabrina Fernandes, com o título “Como cooptaram o veganismo?” com a Dra. Sandra Guimarães, ativista vegana pelos Direitos Humanos do povo palestino. Disponível em: <https://youtu.be/AX3MIqcd7ww>.

<sup>33</sup> A respeito dos ocorridos nesta passagem, vide início do primeiro capítulo do trabalho.

Lembremos que a produção, no mundo capitalista, depende do consumo, que a oferta depende da demanda, e que as cadeias de produção no mundo globalizado estão dispersas através de fios condutores, buscando sempre a diminuição de custos para a elevação do lucro em detrimento de *qualquer coisa*:

Ora, quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações. Tanto mais a história torna-se história mundial, de modo que, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que na Índia e na China tira o pão a inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial; ou pode-se demonstrar o significado histórico-mundial do açúcar e do café no século XIX pelo fato de que a falta desse produto, resultado do bloqueio continental napoleônico, provocou a sublevação dos alemães contra Napoleão e foi, portanto, a base real [*reale*] das gloriosas guerras de libertação de 1813. Segue-se daí que essa transformação da história em história mundial não é um mero fato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim de uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Os perigos no trabalho do campo ambiental estão no mesmo patamar que as perdas no processo produtivo de uma grande indústria: perdas que compõe naturalmente aquela atividade e que estão devidamente calculadas e introjetadas ao valor final da mercadoria. Mas, ao invés de termos um preço maior nos produtos que consumimos, temos sangue nas embalagens. A naturalização da violência desconecta os efeitos de suas causas. Nossa sede pelo desfrute canceroso de prazeres da vida é responsável por mortes humanas e não-humanas. Como no trecho de Marx e Engels acima, desligamos que o gosto europeu por utilizar couro de jacarés causou a morte e ferimentos em policiais que combatiam e em homens que trabalhavam no tráfico no Pantanal. A sede pela guerra causou a transmutação de milhares de homens, mulheres e crianças do Nordeste para a região amazônica sem as mínimas condições dignas de sobrevivência. O uso de cocaína nos Estados Unidos, nas décadas de 1970, 1980 e início de 1990, causou o derramamento de sangue de centenas de milhares de colombianos e colombianas, que viram seu país tomado por uma guerra contra o tráfico [financiada, instrumentalizada e arquitetada pelos Estados Unidos], causando insegurança e pânico no país andino. O gosto peculiar de ter em seu *poder* um animal exótico [mesmo que ilegalmente] faz movimentar um comércio ilegal [tráfico de animais silvestres] que só

perde, em valores movimentados, para o tráfico de drogas e o tráfico de armas<sup>34</sup>, fazendo com que crianças, jovens e adultos de áreas pobres se arrisquem na caça e no armazenamento dos nossos irmãos bichos.

As identidades ligadas à proteção ambiental se cruzam por sua pertença, ou proximidade íntima, a este bem que deve ser dominado e utilizado para suprir as necessidades humanas [definição hegemônica de natureza], daí os perigos de sustentá-las:

***“Existe algum risco em ser protetor do meio ambiente no Mato Grosso, [Fulano]?”***

*Tem muitos, porque protetor do meio ambiente hoje, ele fere interesse financeiro de muitos, interesses políticos de muitos, interesse familiar de muitos. Então, ele fere o interesse de muita gente. Então, pra gente ser policial ambiental hoje, ou ser um protetor ambiental, ou pra ser um ambientalista dentro do estado de Mato Grosso, o cara passa por muitas dificuldades... tudo.*

***A freira Doroty Stein é pouco né?***

*Muito, muito. Ali, na verdade, é igual falei pra senhora, entendeu? Não só ela né? Tem o Chico Mendes, entendeu?*

***Chico Mendes, não... eu escrevi sobre eles no início.***

*Tem o Chico Mendes. Então, a senhora vê o conhecimento que o Chico Mendes tinha. Desde então, ele brigava, entendeu? Pelo Amazonas, ele brigava por ali, e acho que todo policial ambiental, entendeu? Carrega um pouquinho dele, né? Do Chico Mendes.*

***É... cê conheceu o coronel Rabelo? Eu escrevi sobre... eu coloquei cinco pessoas que lutavam pelo meio ambiente pra fazer essas perguntas aqui dentro da tese... porque isso aqui já foi aprovado pela banca.***

*Sim.*

***É, coloquei cinco ícones da proteção ambiental: Chico, Doroty Stein... coronel Rabelo tá vivo lá no Mato Grosso do Sul, e ele anda com a mãozinha dentro do bolso e eu não sabia, eu não tinha reparado... aí um dia, ele pegou e soltou aí o braço era molinho assim...***

---

<sup>34</sup> Informações disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/trafico-animais.htm>.

*Ele é...*

***Foi coureiro que atirou nele quando ele era tenente.***

*Exatamente, exatamente.*

***Isso aí é ser protetor do meio ambiente aqui.***

*Ele, o coronel Rabelo, é igual eu falo pra senhora, se a Polícia Militar do Mato Grosso do Sul é o que é hoje é graças a ele. E a gente espera que o Batalhão Polícia Militar de Mato Grosso, tenha outro coronel igual a ele, que não tem”. (Fala de um participante, em negrito fala da autora).*

Ao Brasil pertence o vergonhoso recorde de *país que mais mata ativistas ambientais*<sup>35</sup>, figurando o agronegócio como o setor mais envolvido em assassinatos. Foram 57 mortes em 2017 (GLOBAL WITNESS, 2018). Vejamos, a seguir, quatro sujeitos que tiveram suas vidas [e mortes] marcadas pelo trabalho no campo ambiental. Os dois primeiros, Irmã Doroty e Chico Mendes, considerados, pelo historiador Daniel Nunes, como representantes de movimentos de cunho ecossocialistas; e os dois últimos, sujeitos inseridos na estrutura estatal como protetores ambientais institucionalizados.

Francisco Alves Mendes Filho, o **Chico Mendes**. Ferreira (*ibidem*) aponta que Chico Mendes foi uma “[...] liderança que esteve à frente da ação sindical que tinha em vista a defesa da floresta e de um modo de vida digno para os povos da Amazônia” (*ibidem*, p. 421). Ferreira (2010) utiliza o termo “alfabetização política”, que ultrapassava o processo de escolarização (tão necessário para o fim da exploração por dívida dos patrões contra os seringueiros), mas que, obrigatoriamente, deveria passar pela articulação política:

Além da dimensão econômica e ecológica, para as populações extrativistas, as reservas criaram uma realidade nova, ou seja, sua viabilidade política [...]. Os acordos estabelecidos entre os extrativistas e o Estado passavam pela experiência da organização coletiva dos trabalhadores, de um lado, e do Estado nacional por outro, mediado ainda por um aparato legal e burocrático que exigia uma readequação da ação dos extrativistas, no sentido do domínio das leis e dos procedimentos subjacentes aos contratos. (*ibidem*, p. 423).

Com Chico Mendes a luta contra a exploração do povo da floresta convivia com as ameaças por aqueles que queriam manter a situação estabelecida. Na entrevista de

---

<sup>35</sup> Relatório completo “A que preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017” disponível em:  
<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/a-que-pre%C3%A7o/>.

Chico Mendes concedida a Cândido Grzybowski, podemos dar conta da dimensão de educação ambiental que existia na prática de Chico e seus companheiros:

O trabalho de educação começou a dar os primeiros passos a partir de 79. Em 80-81 a gente sofreu duras conseqüências. A partir de 82 ele foi melhorando. Começou o movimento de educação dos seringueiros, de educação de base, o movimento de organização de uma escola numa filosofia assim de educação popular, baseada na realidade vivida pelos trabalhadores. Este trabalho foi um trabalho lento, mas ele começou a contribuir para o despertar da consciência dos seringueiros. [...] Hoje o Projeto Seringueiro que o Conselho Nacional dos Seringueiros está desenvolvendo tem como objetivo ensinar ao seringueiro a ter mais valor pela floresta, a aprender viver com a realidade dele, a ter amor, a lutar pela floresta, enfim, descobrir que na floresta tem várias alternativas que podem usar, pode até aprender, fazer outras coisas mais importantes. É um processo lento, mas a gente vai chegando lá. Este projeto ajudou muito na própria luta em defesa da floresta. Foi a partir desta educação, desta escola que até as próprias crianças hoje estão muito mais sensibilizadas, participam, fazem questão de participar do movimento de resistência, dos empates, porque aquilo já é uma coisa que elas estão aprendendo na escola. [...] Então a questão se aprofundou mais no problema do jovem e das crianças. Não se descarta também a possibilidade com os adultos, principalmente porque eles são comprometidos com a luta contra o desmatamento, têm que colaborar com seus exemplos para os filhos e com o próprio trabalho na escola, no sentido de ajudar esse processo de luta para que os jovens assumam. Hoje, os jovens já têm uma participação razoável na luta, nos empates contra a derrubada, até consciência política. É um negócio interessante. Mas é um processo lento, não é um processo rápido. [...] Agradecemos as vitórias que nós temos hoje, esse avanço na luta contra o desmatamento e até mesmo a questão da cooperativa e o fortalecimento do sindicato a este processo de organização, a este trabalho educativo a partir das escolas. (GRZYBOWSKI *apud* FERREIRA, 2012, p. 435-436-437).

Chico Mendes foi assassinado em Xapuri-AC em 22 de dezembro de 1988. A autarquia federal responsável por cuidar das unidades de conservação, recebeu o seu nome: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

A norte americana naturalizada brasileira, **Doroty Mae Stang** era freira da igreja católica, Irmã Doroty. O grande trabalho de proteção ambiental realizado por esta mulher diz respeito ao Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que era um modelo de assentamento de baixo impacto ambiental, com foco no extrativismo e na agricultura, no município de Anapu-PA.

O PSD Esperança foi criado em 1995 por movimentos sociais e liderado por Doroty (LIMA, 2013). Esse modelo de reforma agrária, voltado à realidade amazônica, foi registrado oficialmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1997. Em 2003, foram criados mais quatro PDS's, com previsão de assentamento de mais seiscentas famílias que “receberiam assistência técnica, financiamentos e infraestrutura pela SUDAM” (*ibidem*, p. 5), aumentando a insatisfação

dos latifundiários e agravando os conflitos. As atividades educacionais de Irmã Doroty, davam-se no sentido de conscientização dos assentados através dos trabalhos na terra, auxiliando-os a unirem-se em cooperativas e em associações, fortalecendo ainda mais o coletivo que formavam. Em um consórcio (que arrecadou R\$ 50.000,00 para o pagamento de pistoleiros) os latifundiários e os políticos da região assassinaram Irmã Doroty a tiros dentro da DPS Esperança, em Anapu-PA, em 12 de fevereiro de 2013. As mortes de Chico Mendes e de Irmã Doroty tiveram grande repercussão na imprensa internacional<sup>36</sup>.

Em novembro de 2013, durante a realização da 11ª Edição do Curso Estratégias para a Conservação da Natureza (para formar oficiais das polícias militares de todos os estados da Federação que trabalham na proteção ambiental), que aconteceu no interior de uma chalana, no Rio Paraguai, durante onze dias (atravessamos de Corumbá-MS até Poconé-MT), tive a oportunidade de conviver com o **Coronel Rabelo**. A primeira unidade de policiamento ambiental (chamada de florestal naquele período) fora criada por ele em 1986. Era o auge da caça aos jacarés. Eu sempre conversava com ele, um senhor bem aparentado, de pele morena e fala elegante. Coronel Rabelo sempre andava com uma das mãos no bolso e eu não me atinei a nada, apenas considerava que era parte de sua postura sempre altiva. Certo dia no barco, durante um dos horários de intervalo, o coronel começou a falar sobre uma troca de tiros e retirou a mão do bolso, mostrando que seu braço não possuía mais os movimentos completos. Foi isso: em uma das várias rondas pelo Pantanal sua guarnição entrou em combate com os coureiros que atiraram contra ele. Ferido no meio do Pantanal, o coronel foi carregado às pressas de barco por

---

<sup>36</sup> Em geral, a convivência com mortes violentas choca apenas no início, como na maioria de nossas vivências, tendemos a nos familiarizar com elas, mesmo as desumanizadoras. Porém, no que diz respeito ao “show pirotécnico” produzido pela imprensa quando um Chico Mendes ou uma Doroty Stang são brutal e covardemente assassinados atravessa outras esferas. Como sujeitos (identidade particular) ou enquanto povo, formamo-nos através do olhar do outro, da alteridade (BAKHTIN, 2010a e 2010b; FANON, 2008), pois é “com o olhar do outro que me comunico com meu interior” (JOBIM E SOUZA, 2005, p. 323). O que ecoa do lado de fora, como denunciamento, e reverbera nos discursos, nas conversas na padaria, no bar, durante o intervalo na sala dos professores é: “que vergonha, você viu? Saiu até na CNN”; “o povo violento esse tal de brasileiro”. Naturalizamos e cristalizamos cada vez mais a imagem que há muito nos fora dada pelo colonizador. Nas palavras do geógrafo brasileiro Milton Santos “a mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutrinação da linguagem, necessária para ampliar seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento (SANTOS, 1994, p. 8). Será que os europeus ou norte-americanos pensam assim quando ouvem uma notícia dessas: “nossa, quanta violência no Brasil! Será que nossos padrões de consumo estão de alguma forma favorecendo esta violência lá?”. Certamente que não. Somos violentos, apenas isso. Da mesma forma que os recursos minerais do Congo e os padrões atuais de consumo de *gadgets* não possuem nenhuma ligação: “são apenas rixas tribais antiquíssimas”; “povo violento este do Congo”. Assim, naturalizamos os discursos, naturalizamos a violência, naturalizamos nossa identidade: somos violentos. E vez ou outra podemos assistir na CNN ou ver estampada na capa do *The New York Times* um pouco dessa verdade.

seus companheiros até o hospital mais próximo para receber atendimento. Ele sobreviveu, mas perdera os movimentos indispensáveis para a execução das funções que exercia. A teimosia o levou a fortalecer o outro braço (chegando a realizar as provas de flexão na barra fixa do teste de avaliação física pendurado por apenas um dos braços). Também treinava tiro com o braço cujos movimentos mantinham-se integrais. Enfim, toda a paixão pelo trabalho de proteção ambiental continuou à duras penas. Depois de se aposentar, o Coronel Rabelo criou o Instituto Homem Pantaneiro que realiza educação ambiental no Pantanal para jovens, crianças, empresários e, principalmente, para formar policiais militares do Brasil todo.

Figura 6: Policiais militares patrulhando o Pantanal em seus cavalos na década de 1980.



Fonte: Acervo do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Mato Grosso do Sul<sup>37</sup>.

O gaúcho **Henrique Luís Roessler**, em concomitância na proteção e educação ambiental, é considerado um pioneiro na proteção ambiental no Brasil, tendo escrito a respeito entre as décadas de 1940 e 1960, quando o termo ambientalista nem mesmo era corrente. Roessler educava a população através de textos no *Correio do Povo*, explicando no jornal o ciclo de vida e hábito dos animais que estavam sendo alvos dos caçadores, com informações científicas que informavam o papel de cada espécie no ambiente e nas atividades econômicas desenvolvidas nas regiões. Suas crônicas, por vezes, estavam carregadas de apelos morais e sentimentais (PRADO, 2008), o que me parece apenas um reflexo do período histórico e da cultura. Henrique Luís Roessler

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/20205-herdeiros-da-guerrilha-pantaneira/>.

exercia funções, não remuneradas, de delegado florestal e de fiscal de caça e de pesca, até 1954, quando esta ligação com o poder público foi extinta (JUNGES, 2011). Nossa personagem já vivia intempéries no que tange às agruras do Estado brasileiro diante do mandonismo, clientelismo e apadrinhamento:

Embora Roessler demarcasse elogios aos fiscais do Serviço de Caça e Pesca do RS, reclamava do pouco apoio dado pelas demais autoridades do setor, especialmente quando, desautorizando o serviço da fiscalização, concediam concessões aos infratores. Em diversas situações de julgamento de infratores, réus e advogados apresentavam aos juízes “ímorais cartõezinhos de recomendação” assinados por políticos e pessoas influentes que exigiam a devolução das armas apreendidas, perdão de multas e em muitas situações a própria liberação da caça apreendida. (PRADO, 2008, p. 92).

Os principais embates de Roessler aconteciam com os caçadores, porém, este defendia a caça legalizada: “Roessler viajou por todos os cantos do Rio Grande do Sul, aplicando autos de infração, multas e se envolvendo em conflitos com quem não aceitava sua fiscalização rigorosa”. (JUNGES, 2011, S/P).

E, em diversas oportunidades, houve durante as fiscalizações casos de violência física e simbólica entre Roessler e passarinhos,

Em uma dessas fiscalizações, em 1952, Roessler sofreu um acidente em que perdeu o pé direito. Isso o obrigou a ficar dez meses afastado da fiscalização (o que foi uma tortura para ele!) e a usar uma prótese mecânica para o resto da vida. A perna substituta provocava dores, mas não o suficiente para afastá-lo das diligências de fiscalização. Depois do período de repouso, ele voltou a fiscalizar e, em abril de 1954, sofreu um processo judicial movido pelos caçadores de passarinhos, vivendo um dos períodos mais difíceis da sua vida. (*ibidem*).

Roessler fundou a União Protetora da Natureza (UPN), em 1954, e realizava trabalho educativo através de campanhas, panfletos em escolas, clubes e junto aos agricultores, escrevendo mais de trezentos textos.

### **3.5 Estruturas ou sistemas impeditivos**

Neste tópico, versaremos acerca de algumas estruturas e sistemas que impedem que a natureza seja vista como parte do que somos, ou o todo que somos, e o meio ambiente como o local onde as interações e os seres da vida vivem e se desenvolvem. Neste sentido, o capitalismo, que fora tratado como sistema impeditivo preponderante à Educação aparece na roupagem do desenvolvimentismo. Os demais sistemas [racismo,

machismo e especismo] são os que consideramos serem mais preponderantes na discussão deste capítulo.

### 3.5.1 Desenvolvimentismo

O desenvolvimentismo é a incapacidade de ver que é impossível o crescimento infinito em um sistema fechado [planeta Terra] finito. Como vimos acima, o programa de bioeconomia de Georgecu-Roegen já considerava a possibilidade do decrescimento econômico, o que a Economia tradicional sequer aceita (VEIGA, 2010). A respeito do desenvolvimentismo, traremos o exemplo do agronegócio, que fora citado tantas vezes na pesquisa de campo, e que ancora boa parte das exportações brasileiras, sendo grande responsável pelo superávit na balança comercial. No entanto, a dependência deste sistema custa vidas humanas e não humanas, além de ser economicamente inviável:

O principal vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países “em desenvolvimento” atende pelo nome de miséria científico-tecnológica. Sempre segundo Rivero, a demanda mundial de produtos e serviços de alta tecnologia aumenta 15% ao ano, enquanto a de matérias-primas não chega aos 3% e a de produtos com baixo grau de transformação não passa de 4% ao ano. (*idem*, p. 23).

Além disso, escândalos de corrupção no país que envolveram ultimamente a terceira principal empresa comercial e industrial do mundo (SANTOS; GLASS, 2018), que é brasileira dão pistas que este tamanho, em termos financeiros, movimenta o país no sentido de construção de políticas públicas que retroalimentam o sistema. Exemplo disso são os cortes de gastos com Educação, Ciência e Tecnologia em concomitância com o perdão de dívidas do agronegócio com a União. É a continuidade de uma política que possui 518 anos e com os mesmos resultados do início da colonização brasileira:

Esta primazia do lucro sobre a necessidade gera um sistema econômico acionado por um ritmo acelerado de produção do que o mercado interno exigia, com base numa força de trabalho fundada no atraso, famélica, porque nenhuma atenção se dava à produção e reprodução de suas condições de existência.

Em consequência, coexistiram sempre uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local. A sociedade era, de fato, um conglomerado de gentes multiétnicas, oriundas da Europa, da África, ou nativos daqui mesmo, ativadas pela mais intensa mestiçagem, pelo genocídio mais brutal na dizimação dos povos tribais e pelo etnocídio radical da descaracterização cultural dos contingentes indígenas e africanos. (RIBEIRO, 1995, p. 448).

As capitânicas hereditárias plasmaram-se na atual forma de divisão de terras, mantendo-se em nossa atual política agrária que está entre as piores do planeta:

A conjuntura histórica e geopolítica colonial legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais, conforme levantamento da Oxfam. Ocupando o 5o lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra, o Brasil tem 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares – apenas 0.91% do total de imóveis rurais. (SANTOS; GLASS, 2018, p. 14).

Tratar do agronegócio brasileiro no sentido de trazer uma crítica negativa, não é apenas perigo do ponto de vista da segurança, como vimos acima (GLOBAL WITNESS, 2018), mas é uma necessidade sob o ponto de vista da proteção ambiental, da soberania alimentar, da fome, da má distribuição de terra e das mudanças climáticas. As propagandas querem nos fazer crer que o Agro é Pop, no entanto, o envenenamento da terra e a homogeneização biológica são notórios:

Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2002, a comercialização desses produtos era de 2,7 quilos por hectare. Em 2012, o número chegou a 6,9kg/ha, segundo dados do IBGE. As commodities soja, milho, cana e algodão concentram 85% do total de agrotóxicos utilizados. E entre 2000 e 2012 no Brasil, período de maior expansão das áreas de soja e milho transgênicos, esse número cresceu 160%, sendo que na soja aumentou três vezes. Só a soja, predominante entre as culturas geneticamente modificadas, utiliza 71% desse volume. Os herbicidas à base de glifosato, usados nas lavouras transgênicas, respondem por mais da metade de todo o veneno usado na agricultura brasileira. Contrariando alegações de que essa disparada no uso de agrotóxicos seria “consequência inexorável” do aumento de produtividade ou da expansão da área cultivada, estudos e dados oficiais evidenciam que, entre 2007 e 2013, o uso de agrotóxicos dobrou, enquanto a área cultivada cresceu apenas 20%. No mesmo período, também dobraram os casos de intoxicação. (SANTOS; GLASS, 2018, p. 22).

Os passivos ambientais são tamanhos para o país que, na verdade, é como se meia dúzia de pessoas estivessem vendendo a água, as florestas e os solos brasileiros. O relatório *Natural Capital Risk Exposure of the Financial Sector in Brazil* (CARREIRA et. al, 2015) produzido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e pela Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ), sobre a pecuária no país, demonstrou que os custos dos passivos ambientais do setor chegam a 22 milhões de reais a cada 1 milhão de reais de lucro, ou seja, o lucro é privado, os prejuízos são divididos.

Também é no setor da pecuária bovina que estão concentrados, historicamente, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o extinto Ministério do Trabalho, o maior número de casos de trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão no Brasil<sup>38</sup>.

A Carta da Terra, em seu 7º Princípio, aconselha adoção de padrões de produção e de consumo que protejam a terra e os Direitos Humanos, bem como a inclusão dos custos ambientais nos preços dos bens e dos serviços. Se assim o fizéssemos, certamente os produtos oriundos da pecuária brasileira se tornariam inviáveis financeiramente para o consumo, já o sendo há muito, inviáveis do ponto de vista ético.

Lembrando que, como as demais demandas de questionamento já postas, erguida pelas falas e lutas dos movimentos sociais, o desenvolvimento também passa por tentativas de lavagem, que por si só já exaram seu fundo de tentativa de maquiagem de práticas que são cruéis em virtude de gênero, de etnia, de localização espacial, justamente por isso, a tentativa de tentar sob um novo viés:

desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas. (ACOSTA, 2016, p. 48-49).

Como veremos mais abaixo, o ecossocialismo e o Bem Viver questionam o desenvolvimento sob todos pontos de vista, mas sob óticas distintas. O que importa ressaltar neste espaço, é que o desenvolvimentismo é uma ideologia justificadora de opressões mantidas através de discursos e posta em prática através de políticas.

### 3.5.2 Machismo

Machismo é o relacionamento opressivo entre homens e mulheres (SILIPRANDI, 2015). É a ideologia que concebe que homens são superiores às mulheres e, nesta lógica, devem controlar a sociedade através de diversos mecanismos de que se dispõe o sistema do patriarcado. Vejamos o significado de patriarcado:

---

<sup>38</sup> Informações disponíveis no site oficial da OIT em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/lang--pt/index.html>.

Es un sistema de dominación sexual de los hombres sobre las mujeres que es, además, el sistema básico de dominación sobre el que se levantan el resto de las dominaciones, como las de clase, etnia, edad, campo-ciudad o raza, entre otras. Es una forma de organización política, económica, cultural, religiosa y social basada en la autoridad de los hombres sobre las mujeres en todos los ámbitos, y que se reproduce a sí mismo generación tras generación, con sus particularidades temporales y de lugar. (FORÉS, 2012, p. 28).

Desta afirmação de Forés, que é uma ecofeminista, discordamos que em todas as situações o patriarcado seja o sistema básico de dominação do qual todas as outras dominações se elevam, mas concordamos que ele se encontra na base da maioria das opressões, inclusive da que nos interessa neste trabalho, a natureza.

A divisão entre os papéis de macho e fêmea também ocorrem entre os outros animais. Entre a espécie dos leões (*Panthera leo*), as fêmeas são as maiores responsáveis pela caça. Entre a espécie dos pinguins-imperador (*Aptenodytes forsteri*), os machos são os responsáveis por chocar os ovos postos pelas fêmeas:

Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles correspondem uma certa divisão do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo. Isto não implica, todavia, que as atividades socialmente atribuídas às mulheres sejam desvalorizadas em relação às dos homens. Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a primeira atividade cabe aos homens e a segunda às mulheres. Embora proteínas animais sejam necessárias ao organismo (nunca, entretanto, se ouviu falar da morte de um vegetariano por carência de proteína animal), em tais sociedades as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da provisão de víveres necessários ao grupo (LERNER, 1986). [...] A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio de caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho das mulheres. (SAFFIOTI, 2015, p. 60-61).

Como vimos, a questão então não é uma simples divisão social do trabalho na sociedade, mas a valoração ou desvalorização de trabalhos ancestralmente ligados à mulher e a interdição dela na execução de trabalhos historicamente exercidos por homens. Com base na citação acima de Saffioti, observemos a construção simbólica da ligação entre mulher e natureza e a conseqüente exploração que as enovela. E, em seguida, a ligação das ideologias ambientalista e feminista.

Esta interrelação das mulheres com a natureza é tão ancestral que até hoje elas são as mais afetadas pelos desastres ambientais (REUTHER, 2000). A evolução histórica pela qual a humanidade passou deu-se sobre este avanço tecnológico (PINTO, 2005a e 2005b) impresso sobre a natureza [e sobre a mulher]. Segundo Diamond

(2013a) os povos que mais obtiveram vantagem no desenvolvimento da agricultura em larga escala e a posterior vantagem em permanecer com tempo livre para o desenvolvimento de outras atividades (tais como a mineração e siderurgia, para a confecção de armas), foram os povos que contavam com animais de grande porte para o arado. Neste período, obviamente, vários níveis de *desenvolvimento* eram atingidos pelos distintos povos que habitavam a terra, mas em geral, ter controle sobre as mulheres e sobre a natureza fornecia vantagem aquele tipo de comunidade:

Quando se passou a criar animais para corte ou tração, sua reprodução mostrou-se de grande valor econômico. Foi fácil, então, perceber que, quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar as áreas mais extensas da terra, o que permitia maior acumulação. Passam, então, os seres humanos, **a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação-exploração.** Além disso, a compreensão do fenômeno reprodutivo humano, observando-se o acasalamento dos animais, minou os poderes femininos. De acordo com Johnson, desacreditando o caráter mágico da reprodução feminina e descoberta a possibilidade de este fenômeno poder ser controlado como qualquer outro, estava desfeito o vínculo especial das mulheres com a força da vida universal, podendo os homens se colocar no centro do universo. Como portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros das mulheres, os homens passaram a se considerar a fonte da vida. (SAFFIOTI, 2015, p. 128-129, grifo meu).

Se após o feudalismo, onde Deus era a medida de todas as coisas, a modernidade trouxe o homem como ser pensante e medida de todas as coisas, temos que, o que não é homem não é racional, e todas as coisas devem tomar o homem como medida, devem conformar-se a ele. Sabemos que uma mulher não é um homem, nem é seu semelhante nos mais variados sentidos (biológico, filosófico, social, histórico) (BEAUVOIR, 2016). Nem mesmo a natureza é sua semelhante ou ele pertence a ela (ENGELS, S/D). Assim, os signos mulher e natureza (eu traria outros que aqui não cabem, como a criança, o idoso, o portador de necessidade especial) foram se tornando sinônimos de incompletude, de vaguidão e de ausência de capacidade, cabendo então ao homem a obrigação de tutelá-los, de defender-lhes e de moldar-lhes conforme as suas necessidades. Com o avanço tecnológico, ambos permaneceram aptos a servirem ao homem e aos seus desígnios: “A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando inscrita no corpo forte do homem fazem parte das tecnologias de gênero”. (LURETIS *apud* SAFFIOTI, 2015, p. 81).

Apesar de a violência contra a mulher ser um fenômeno praticamente uniforme na história da humanidade, Saffioti (2015) e Davis (2016) afirmam que gênero, raça (etnia) e classe social são eixos/facetos estruturantes da sociedade, que atuam de forma imbricada. Se nos localizarmos levando em consideração as mulheres inseridas sob estes três eixos, a violência da qual falamos, expressa nas tecnologias de gênero, principalmente as que são relacionadas com a reprodução feminina, são responsáveis pela própria formação dos povos colonizados na América, sendo das mulheres índias e negras os úteros responsáveis pelo aumento da mão de obra escrava disponível no além-mar: “[...] assim é que se foi fundindo uma crescente massa humana que perdera a cara: eram ex-índios desindianizados e, sobretudo, mestiços, mulheres negras e índias, muitíssimas, com uns pouquíssimos brancos europeus, que nelas se multiplicavam prodigiosamente”. (RIBEIRO, 1995, p. 448).

“O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros”. (DAVIS, 2016, p. 36). Desta maneira, é notória a ligação que o colonialismo [que forneceu bases materiais para o surgimento do capitalismo] se baseou não só na exploração baseada em raça, mas estava intrinsecamente ligada à exploração de gênero.

A respeito da exploração das mulheres e dos animais, Fóres fornece a seguinte definição da agropecuária:

Se trata de una agricultura basada en la economía de mercado, financiera y monetaria, que se desarrolla por los hombres en el ámbito público, único valorado y reconocido, y que se rige por la lógica de acumulación, por el objetivo único de obtener beneficios, desligándose de su función principal de alimentar a las personas. Es una agricultura que se sustenta en la economía doméstica, de los cuidados y de la afectividad, desarrolladas por las mujeres en el ámbito privado, invisibilizadas y no valoradas. Fueron los hombres quienes, en gran medida, transformaron su actividad agraria campesina por una cuyo objetivo era ganar dinero; mientras que muchas mujeres siguieron desarrollando actividades campesinas, gracias al trabajo relacionado con el sustento de la familia y de los cuidados, manteniendo su función social, ambiental, cultural y productiva en el medio rural. (FORÉS, 2012, p. 15).

A respeito da transformação da primeira agricultura, da citação de Saffioti e a atual agropecuária, observa-se a alteração da inserção das tecnologias patriarcais de produção e reprodução de plantas e animais com o fito de controle para a simples acumulação de capital, desligada da preocupação com a manutenção das pessoas o do meio ambiente onde estas estão inseridas.

O feminismo é a ideologia que se contrapõe ao machismo. Para Siliprandi (2015) o feminismo é uma teoria crítica militante, porque não legitima a atual ordem social e é um movimento social. Para a autora, o feminismo tem este duplo caráter [teoria e movimento] porque enquanto age “[...] denunciando vieses ilegítimos que obscurecem o conhecimento, pode ser também um instrumento para a mobilização social, abrindo espaço para que os grupos oprimidos (no caso, as mulheres) se organizem em prol de mudanças sociais”. (SILIPRANDI, 2015, p. 37).

Ressaltamos este duplo caráter como a grande possibilidade real de o feminismo agir no sentido transformador, de união de teoria e prática social andarem intimamente ligadas. A Educação, mais uma vez, retorna como a responsável pelo ponto de torque necessário no alçamento da opressão à liberdade. Davis (2016), rebatendo os mitos de aceitação da escravidão pelo povo negro, e remontando a história das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos através de documentação, exemplifica como a educação participou de forma substancial da libertação de diversos homens e mulheres negros escravizados, e como era firmemente combatida pelos *proprietários*, chegando a figurar como uma educação clandestina: “em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais”. (*ibidem*, p. 34).

O feminismo não é uno e vem encontrando ligações com diversas outras opressões sociais na atualidade [teoria vegana-feminista, o ecofeminismo] e na intersecção das opressões que as próprias mulheres vivem [como as mulheres latinas, mulheres negras, mulheres transsexuais e mulheres lésbicas]. A ideia dessas ideologias contra hegemônicas é justamente descortinar as diversas amarras físicas e simbólicas que impedem que todos tenhamos os mesmos direitos e deveres:

os movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais, tiveram que criar e tornar visíveis, em seu tempo, novos “marcos de injustiça”, para permitir que as mulheres passassem a considerar injusta uma situação que, até então, era dada como natural. Situação semelhante foi vivida pelos movimentos abolicionistas com relação às pessoas escravizadas, por exemplo. (SILIPRANDI, 2015, p. 38-39).

Consideramos o machismo uma das principais ideologias que contribuem para a destruição da natureza.

### 3.5.3 Especismo

Até agora, o feminismo aceitou o ponto de vista dominante com relação à opressão dos animais, em vez de lançar sobre essa opressão toda a luz da sua teoria. Nossa linguagem não se centra apenas no masculino; ela também é centrada no humano. Quando usamos o adjetivo “masculino”, como na frase anterior, todos supomos que ele se refere apenas aos exemplares masculinos da espécie humana. Além das ideias orientadas para o humano que acompanham nosso uso de palavras como “masculino” e “feminino”, usamos a palavra “animal” como se ela não se referisse aos seres humanos, como se nós não fôssemos igualmente animais. Tudo que está implícito quando as palavras “animal” e “besta” são usadas como insulto mantém a separação entre os animais humanos e não humanos. Estruturamos a linguagem para evitar o reconhecimento da nossa semelhança biológica. (ADAMS, 2018, p. 108).

O especismo é um sistema de crenças de que a espécie humana é especial, ou superior, ou ainda que tem o direito natural sobre as demais espécies. Especismo é um *ethos*, uma forma de ser e viver estruturada sobre esta crença, é invisível por já ter-se internalizado. De acordo com a psicóloga anti-especista, Dra. Melanie Joy, o especismo tem como sub-ideologia o carnismo, assim como o racismo tem como sub-ideologia o anti-semitismo (FALA VEGAN, 2018).

A título de ilustração, faremos a seguir alguns dados históricos no sentido de explicar o sistema especismo, utilizando outros sujeitos que já foram [ou ainda são] objetificados.

A infância é uma invenção da modernidade. Não que as crianças [pessoas mais novas] não existissem, mas os cuidados especiais aos recém-nascidos é uma invenção recente [no Ocidente]. Ariès (2006) e Postman (1999) dão conta que devido às altas taxas de mortalidade infantil, o apego aos recém-nascidos não era comum antes da modernidade, não existindo roupas, mobiliário, cômodos da casa separados a estes sujeitos. Até mesmo os registros de túmulos [como demonstração de cuidado com aquele ou aquela que morreu] eram raros. Ariès (2006) demonstra ainda que as primeiras crianças que receberam cuidados foram as da classe dominante, que podia despendiar valores ornando de forma diferenciada suas crianças. Neste período, as crianças das demais classes ainda não passavam de *animais domésticos*. Prova disso é a história dos grumetes, meninos que eram dados à Marinha portuguesa na época nas grandes navegações para servirem de auxiliares de serviços pesados nas naus. Eles eram abusados pelos marujos durante toda a jornada, levados como se os corpos destes fossem um dos mantimentos necessários para a viagem (RAMOS, 2009). Toda a

trajetória da construção social da infância pode ser diferenciada ainda sobre a história das crianças ricas e a história das crianças pobres (BRANDÃO, 2012).

As mulheres: “Nas lavouras e fazendas onde as grávidas eram tratadas com mais indulgência, isso raramente se devia a razões humanitárias. Simplesmente, os proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam *bezerros ou porcos recém-nascidos*”. (DAVIS, 2016, p. 22, grifos meus). Além disso,

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, *em vez de cavalos*, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. (DAVIS *apud* MARX, p. 23, grifos meus).

Aqui, novamente, encontramos sujeitos [mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos e mulheres brancas inglesas “da população excedente”, respectivamente] que com suas existências e corporalidades também não *passavam de animais*.

As alterações nos estatutos de sujeito das mulheres e crianças foram sendo conquistados através da história com base em lutas suas e de outros e outras que coadunaram suas forças em favor do discurso de igualdade. E o movimento histórico, que não é linear, nos fez testemunhar alterações que alcançaram uns antes de outros. O Brasil foi o último país a abolir a roda dos enjeitados, ou roda dos expostos<sup>39</sup> (LEITE, 2009), assim como o penúltimo país a abolir a escravidão humana. Os índices e as estatísticas oficiais ainda deixam escancaradas as diferenças entre os tipos de mulheres e entre os tipos de crianças e suas condições de existência.

Voltemos *aos animais*. O Brasil é o país com o 3º maior faturamento de mercado *pet* do mundo<sup>40</sup>. Os chamados *animais de estimação* já estão sendo contabilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e eram, em 2013, 132 milhões nos lares dos brasileiros e brasileiras. O *mercado pet* ainda vem se especializando. E se antes demandavam apenas gastos com alimentação, atualmente, há cirurgias, festas de aniversário, roupas, brinquedos e hotéis. Neste fenômeno, não é que estejamos vendo

<sup>39</sup> A roda dos expostos era um aparato em formato de porta giratória que ficava geralmente em conventos, onde a pessoa depositava uma criança recém-nascida de um lado (externo ao prédio) e girava, de modo que a criança fosse encaminhada [abandonada] no interior da instituição sem que fosse identificada.

<sup>40</sup> Matéria disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/negocios/canal-do-empresario/noticia/7375940/sem-crise-mercado-pets-brasil-terceiro-mundo-faturamento>.

nos animais sujeitos de direitos, estamos passando por uma transformação na relação que temos com *alguns animais* através de nosso próprio ego. Estamos cuidando e respeitando alguns animais com base no nosso sentimento por eles, e não em razão do que eles são. O que faz com que fiquemos tristes quando nosso cachorro fica doente e comamos um peru na ceia de Natal ao mesmo tempo? Afinal, existe uma diferença muito grande entre as espécies cachorro e peru? Estudo realizado por Joy (2014) demonstra que estranhamento no contrário [ficar triste pela doença do peru e comer o cachorro na ceia de Natal] não está entre as espécies, mas sim em nossa percepção.

Os exemplos não foram no sentido de comparar crianças e mulheres aos *animais*. Nem tampouco comparar os sofrimentos. Os exemplos vêm no sentido de demonstrar que o fenômeno que dá suporte a todos os tipos de opressão é o mesmo: a perda da alteridade. Consideramos que a alteridade [o outro que me permite ver a mim mesmo fora de mim, o espelho sem o qual não tenho existência em mim mesmo] seja o pressuposto básico da nossa existência enquanto sujeitos. Viver a alteridade em círculos extensos significa viver várias experiências através do olhar do outro. Quando não temos alteridade com alguém, é como se estivéssemos retirando daquela pessoa a qualidade de Ser: ele não tem a capacidade de refletir meus sentimentos.

A questão não é sobre educação, meio ambiente e segurança. A questão é: importa o que o pescador sabe e ensina? Importa que usemos o dinheiro público em programas pra proteger as onças pintadas enquanto exploramos os bois e vacas? Importa que no Pantanal não haja crimes violentos contra pessoas enquanto a taxa de mortalidade dos jovens negros nos centros urbanos brasileiros esteja próxima a 80% dos homicídios? Novamente, não estamos comparando pescadores com onças pintadas, bois, vacas e jovens negros, estamos questionando o que faz com que consideremos certos sujeitos mais dignos de cuidados, respeito e compaixão que outros. A diferença está em nós.

Cultura é criação humana – cada povo constrói a sua cultura e a vive com padrões de sua própria lógica de sentir, do pensar e do agir (BRANDÃO, 2002). Estamos vivendo e nos reproduzindo sob a lógica do especismo. O veganismo é a ideologia que se contrapõe ao especismo.

### 3.6 Utopia

Existem diversas linhas de pensamento que nos remetem a utopias dentro do campo ambiental, traremos aqui as perspectivas do ecossocialismo e do bem viver que são trazidas como possibilidades viáveis de construção de um caminho a seguir onde o meio ambiente seja visto de forma mais próxima da que apresentamos mais acima.

Segundo Löwy (2009) ecossocialismo é “[...] uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos”. (p. 35-36). O autor argumenta que as metas do ecossocialismo são: racionalidade ecológica; controle democrático; igualdade social; supremacia do valor de uso sobre o valor de troca; propriedade coletiva dos meios de produção; planejamento democrático; e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas (*ibidem*). Ao analisarmos, em pormenor o conceito de ecossocialismo do Löwy, já há um avanço surpreendente em diversos raciocínios relacionados à proteção ambiental, tais como o controle democrático e o coletivo dos meios de produção, ao invés de decisões de caráter público serem tomadas por grandes empresas e bancos. Além disso, a primazia da necessidade da construção de uma outra lógica para que o povo tenha condições de pensar de forma ecológica durante as decisões sobre o que produzir e como produzir:

Uma questão se coloca: que garantia temos de que as pessoas farão as escolhas certas, as que protegem o meio ambiente, mesmo que o preço a pagar seja mudar uma parte de seus hábitos de consumo? Tal “garantia” não existe, somente a perspectiva razoável de que a racionalidade das decisões democráticas triunfará uma vez abolido o fetichismo dos bens de consumo. É certo que o povo cometerá erros fazendo más escolhas, mas os próprios especialistas não cometem erros? É impossível conceber a construção de uma nova sociedade sem que a maioria do povo tenha atingido uma grande consciência socialista e ecológica graças às suas lutas, à sua auto-educação e à sua experiência social. (*ibidem*, p. 42).

Coadunamos com o pensamento desse autor no sentido de que não é possível pensarmos em transformações sociais dessa monta sem passarmos pela “racionalidade”, “consciência”, “auto-educação” e “experiência”: “a mudança dos modelos de consumo é um processo histórico e um desafio educacional”. (LÖWY, 2007, p. 42).

No entanto, o modelo ecossocialista de Löwy, apresenta-se de grande forma atravessado por questões que ignoram o especismo. O autor apresenta uma necessidade de industrialização que, neste caso, pode ser entendido como a defesa de um modo de

existência urbano e industrial, como se os demais países não industrializados devessem chegar ao patamar dos industrializados; como se este fosse o modelo a se alcançar, desrespeitando assim os modelos e modos de vida que também são equilibrados ecologicamente.

Outro aspecto é a crítica ingênua [?] ao automóvel particular como causador de mortes em acidentes, contribuinte nas alterações das mudanças climáticas e coração da vida erótica. No entanto, é sabido que o automóvel é o instrumento que se faz ao estilo de vida *rápido* e *potente* ligados à masculinidade tóxica. Quanto às mudanças climáticas, o autor não toca no assunto da produção e da reprodução de animais para consumo, que é a maior responsável pela emissão dos gases causadores do efeito estufa. Quando cita o automóvel como centro de *nossa* erotização, ele não diferencia de que maneira a erotização é feita: vendendo o carro a homens sob a erotização do corpo da mulher. Desta forma, observamos que o ambientalismo apresentado na proposta de ecossocialismo de Löwy, por ter sua base altamente vinculada ao pensamento de Marx, ainda guarda o atravessamento de ideologias especistas, coloniais e machistas.

Acosta (2016) apresenta o Bem Viver sob os pontos de vista dos povos andinos e amazônicos, conceitos introjetados pelas constituições do Equador e da Bolívia:

No Equador, reconheceu-se a Natureza como sujeito de direitos. Esta é uma postura biocêntrica que se baseia em uma perspectiva ética alternativa, ao aceitar que o meio ambiente – todos os ecossistemas e seres vivos – possui um valor intrínseco, ontológico, inclusive quando não tem qualquer utilidade para os humanos. A Constituição boliviana, aprovada em 2009, não oferece o mesmo biocentrismo: outorgou um posto importante à Pacha Mama ou Mãe Terra, mas, ao defender a industrialização dos recursos naturais, ficou presa às ideias clássicas do progresso, baseadas na apropriação da Natureza. (p. 27).

Segundo o autor, o bem viver é uma construção longa, profunda, desconhecida e marginalizada historicamente, principalmente pela sua origem, “no primeiro caso é Buen Vivir ou *sumak kawsay*, em kichwa, e no segundo, Vivir Bien ou *suma qamaña*, em aymara, além de aparecer também como *nhandereko*, em guarani”. (ibidem, p. 75. Grifos do autor), mas também por ser germinalmente diversa das formas de viver e governar eurocênicas. Dentro desta cosmovisão, dos povos e nacionalidades indígenas, o bem não está centrado na acumulação privada, e sim na possibilidade de viver e crescer através de relações mais homogêneas e horizontais, onde a felicidade faça parte dos viveres básicos necessários. Nesta perspectiva, o bem viver diz respeito a uma forma de existir onde os direitos humanos e os direitos da natureza convivam

harmoniosamente, o que seria um novo [para nós] pacto de convivência social e ambiental.

Para o autor, inserir o Bem Viver como formato de vida não é questão de adicioná-lo como uma disciplina escolar, mas alterar todo o sistema educativo a partir de outros princípios conceituais, descolonizando as formas institucionais eurocêntricas do exercício horizontal do poder, bem como reestabelecendo valores básicos, incorporando outras demandas, como a diversidade sexual e outras formas de organização familiar e comunitária (ACOSTA, 2016). Neste ponto, percebemos alguma ligação com o ecossocialismo descrito mais acima por Löwy (2007), e também com a próxima visão sobre a qual consideramos viável construirmos nossa utopia ambiental, o veganismo: para todas, a alteração radical na *educação* é ponto de partida e caminho sobre o qual trilhar os passos.

Sempre segundo Acosta (*ibidem*), o Bem Viver questiona radicalmente o conceito de desenvolvimento e a possibilidade de, dentro do sistema capitalista, humanos e natureza serem dados como prioridade, e no plano inverso, da impossibilidade de reeditar os estilos de vida dos países tidos como desenvolvidos em nível global. No que tange ao trabalho, o Bem Viver está centrado na harmonia com a natureza, e não na produção, e sustentada pela solidariedade, o que também o aproxima das visões do ecossocialismo e do veganismo, bem como da bioeconomia, trazida mais acima (VEIGA, 2010), através do romeno Georgescu-Roegen:

Compreende-se, paulatinamente, a inviabilidade do estilo de vida dominante. O crescimento material sem fim poderia culminar em suicídio coletivo. A concepção – equivocada – do crescimento baseado em inesgotáveis recursos naturais e em um mercado capaz de absorver tudo o que for produzido não tem conduzido nem conduzirá ao desenvolvimento. Pelo contrário. O reconhecido economista britânico Kenneth Boulding, ao encontro do matemático romeno Nicholas Georgescu-Roegen, tinha razão quando exclamava: “Qualquer um que acredite que o crescimento exponencial pode durar para sempre em um mundo finito ou é louco ou economista”. (ACOSTA, 2016, p. 34).

Assim sendo, temos até aqui, tanto no Bem Viver quanto no ecossocialismo, a negação imediata ao capitalismo. A respeito das demais lutas emancipatórias, Acosta considera que o racismo, o machismo e o colonialismo devem ser enfrentados de forma absoluta, para a assunção do Bem Viver: “A superação das desigualdades é inescapável. A descolonização e a despatriarcalização são tarefas fundamentais, tanto quanto a superação do racismo, profundamente enraizado em nossas sociedades. As questões

territoriais requerem urgente atenção”. (p. 27). A relação do Bem Viver com o veganismo aparece também quando aquele concebe como primordial as relações de interdependência entre todos os seres, humano e não-humanos.

O veganismo é um movimento político de contestação muito recente,

A palavra *vegano*, cunhada por Donald Watson em 1944, supera a diluição que a cultura dominante operou na palavra “vegetariano”. Um vegano evita todos os produtos derivados da exploração de animais, não só as proteínas animalizadas e feminilizadas como, também, por exemplo, a pele o couro e o mel.

O conceito incorpora explicitamente as preocupações com todos os animais. Não há possibilidade de afirmar que se é “vegano que come frango”. O novo nome reconhece o problema da “proteína feminilizada” – isto é, que os animais fêmeas são duplamente oprimidos, na vida e na morte.

[...]

Veganismo é uma postura ética baseada na compaixão por todos os seres vivos. (ADAMS, 2018, p. 127-128, grifos da autora).

Apesar de o vegetarianismo ser uma prática difundida como ética desde Aristóteles (384-322 a. C.), no Ocidente, e de sabermos que a cosmovisão dos povos originários trazidas, como o Bem Viver, já colocarem o respeito a todas as formas de vida como prioritárias em seu existir, o veganismo vem reivindicar dentro das próprias sociedades industrializadas, urbanizadas o fim da exploração animal. É necessário, contudo, resgatarmos o início do capítulo sobre a lembrança fixa de que somos animais, e quando o movimento vegano fala em *libertação animal*, está falando em *libertação humana*.

Ao assumir o veganismo como movimento político de contestação para a libertação animal, subentende-se que as pautas das mulheres, a indígena, a negra, a anti-colonialista, a dos trabalhadores e trabalhadoras, etc., estejam inclusas e façam parte de uma luta. Mais tradicionalmente, o veganismo alerta para a morte e exploração dos animais não-humanos, que são tidos pela ideologia especista, como objetos a serem dominados, explorados, mortos e consumidos pelos animais da espécie humana, ignorando suas características de senciência como dor, medo, afeto, alegria. Porém, há mais preocupações instaladas no âmago deste movimento [que consideramos, ao contrário do já estabelecido no feminismo, não conter um *corpus* teórico profundo], entre os principais a economia dos recursos ambientais globais. Somamos a estes ainda a alfabetização em flora e a quebra da colonialidade em nossas heranças gastronômicas.

No que diz respeito à economia dos recursos ambientais, diversos são os estudos comprovando a inviabilidade completa, *no campo ambiental*, de alimentação baseada

em animais. Schuck e Ribeiro (2015), no relatório *Comendo o Planeta*, apresentam dados como os abaixo demonstrados. Em cada *1 hectare de terra* é possível produzir (kg/ha): 60 kg de carne; ou 1.032 kg de feijão; ou 5.201 kg de arroz; ou 14.826 kg de mandioca; ou 24.844 kg de laranja ou 27.941 kg de batata. As mesmas autoras demonstram a pegada hídrica da produção de carne. Para cada quilograma de alimento são consumidas as seguintes quantias de água (kg/l): 15.400 litros para a carne; 1.800 litros para a laranja; 1.300 litros para o trigo; 800 litros para a banana e 210 litros para o tomate. O desperdício de terra e água passa também pelo desperdício de trabalho humano para satisfazer o gosto por carne, que não era generalizado, sendo que para a produção de 1kg de proteína animal são gastos, em média, 10 kg de proteína vegetal para alimentar o animal que será morto (*ibidem*).

Quanto à soberania alimentar, o movimento vegano [que como visto mais acima, também passa por movimentos dialéticos de lavagem e apropriação] é consciente da necessidade de distribuição de terras, bem como da ligação uma entre produtores e produtoras rurais e os consumidores e consumidoras em redes de apoio colaborativas, incluindo iniciativas como a permacultura e espaços urbanos de platão coletivo de alimentos. Nesta mesma linha, vemos a necessidade de uma alfabetização de flora, para ampliar a capacidade da população em geral em identificar, produzir e alimentar-se das chamadas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's), que são as espécies vegetais comestíveis que são menos comerciais, porém, aparecem de forma espontânea em jardins, hortas e canteiros, sendo muitas vezes tratadas como ervas daninhas. As PANC's também são uma excelente possibilidade de nutrição esquecida em virtude de nosso desconhecimento de nossa flora, em detrimento de alimentos exóticos inseridos em nossa dieta, que requerem adubação, correção de solo, adequação de clima através de estufas, o que dificulta seu cultivo, encarece sua produção e, por conseguinte, custa mais aos consumidores e consumidoras.

No mesmo mote, existe uma colonialidade ligada a nossa alimentação. Adams (2018) apresenta quatro estágios de consumo de carne, que a posteriori, podemos inferir como sendo uma espécie de racismo alimentar. No primeiro estágio, as pessoas alimentam-se majoritariamente de alimentos vegetarianos, sendo o consumo de insetos e pequenos animais realizado pela própria pessoa através de suas mãos. No segundo estágio há o consumo ainda predominante de alimentos de origem vegetal, e o consumo de carne é feito da matança de animais não domesticado, com alguns sujeitos especializando-se em realizar este trabalho, e alguns equipamentos. Já no terceiro

estágio o consumo de carne e proteínas feminilizadas [leite e ovos] provém da domesticação de animais, com execuções planejadas. No último estágio, que a autora considera iniciar-se após a II Guerra Mundial, há o encarceramento de animais com o maior consumo per capita de proteína de origem animal da história. Nesta última fase, os animais não-humanos são completamente distanciados das pessoas que os consomem e tornam-se o referente ausente, já tratado no primeiro capítulo:

As mudanças nos estágios de consumo de carne indicam a crescente dependência de uma cultura em relação à estrutura do referente ausente. Além disso, indicam a crescente inserção do racismo branco – porque se passa a não conhecer fontes alternativas de proteína – na estrutura do referente ausente. Se o “androcentrismo” por meio do racismo branco elimina os modelos concorrentes para as relações entre homens e mulheres, o racismo branco sustenta um modelo de consumo que se fixa na proteína animalizada e obscurece o uso de fontes alternativas de proteína que caracterizam a maioria das culturas do segundo estágio. O racismo branco distorce as culturas que eram ou são centradas nas mulheres e não completamente dependentes da proteína animalizada. (ADAMS, 2018, p. 129-130).

Não consideramos que o veganismo seja uma imposição a todos os povos, haja vista o reconhecimento, justamente, que nem todos os povos estão no mesmo estágio de consumo de carne, bem como mantém relacionamentos dos mais diversos entre a própria comunidade e com os animais não humanos. Como visto da definição inicial de Adams, o veganismo é um movimento político de contestação de origem europeia, e como tal, deve ser entendida como viável e aplicável às populações urbanas e industrializadas. No entanto, é imprescindível que *todos e todas* repensemos a nossa relação com as demais espécies e questionemos nossa legitimidade em os matarmos, nos alimentarmos deles, nos vestirmos deles, realizarmos testes de cosméticos, materiais de limpeza, os tratarmos como mercadorias, como se estes não tivessem valor por si mesmos. Mesmo que toda esta exploração e morte já seja comprovadamente desnecessária, cruel e anti-ética.

Quando dizemos utopia vemos justamente que é necessário defrontar a realidade atual com uma realidade totalmente nova, não no sentido de nunca haver existido, mas por existir de maneira marginal (EGGERT, 2013) e/ou subalterna, ignorada pelas sociedades hegemônicas, subalternizadas pela ciência e pelas ideologias de dominação, por suas origens, como é o caso do ecossocialismo [proveniente dos ideais marxistas], do Bem Viver [dos povos andinos e amazônicos], do veganismo [da contracultura]. Pensar uma utopia do meio ambiente tendo por base estes pensamentos requer a clareza de raciocínio para pensar outros tipos de governança e geopolítica “de Estados e

renovados espaços locais e regionais, para, então, construir democraticamente espaços globais democráticos, enfim, outros mapas territoriais e conceituais?”. (ACOSTA, 2016, p. 40). Quando Mignolo (2010) trata da colonialidade sob as diversas formas de adentramento [geográfica, epistemológica, subjetiva] que alguém [entidade ou sujeito] pode fazer para dominar outrem, no sentido de destruir qualquer resistência possível, com base no arrasamento da resistência deste outro, é previsto que haja uma introjeção de regras dadas como naturais: a legalização do crime, a naturalização da escravidão.

Assim como no Bem Viver (ACOSTA, 2016) o movimento vegano considera inviável que o estilo de vida dos países chamados desenvolvidos seja incorporado pelos demais. Ambientalmente e socialmente, o consumo de animais para a alimentação humana é inviável. Também sob o ponto de vista da cultura, observa-se que o atual modo de consumo de animais remonta a um racismo alimentar, que está trazendo doenças a populações inteiras que estão sendo levadas a imitar modos de vida glamurizados pela produção midiática capitalista, em detrimento de suas ancestralidades:

Negamos inclusive nossas raízes históricas e culturais para modernizar-nos imitando os países adiantados. Assim, negamos as possibilidades de uma modernização própria. O âmbito econômico, visto a partir da lógica da acumulação do capital, domina o cenário. A ciência e a tecnologia importadas normatizam a organização das sociedades. Neste caminho – de mercantilização implacável – aceitamos que tudo se compra, tudo se vende. Para que o pobre saia de sua pobreza, o rico estabeleceu que, para ser como ele, o pobre deve agora pagar para imitá-lo: comprar até seu conhecimento, marginalizando suas próprias sabedorias e práticas ancestrais. (ACOSTA, p. 51-52).

Assim, uma utopia no campo ambiental passa ao longe pelo trabalho de proteção ambiental ou mesmo de uma educação ambiental sistematizada, institucionalizada e nomeada desta forma, quando há uma alteração de toda uma governabilidade baseada na desideologização.

Consideramos que as opressões estão ligadas entre si de forma a manter um emaranhado que, inclusive, nos impede de percebermos o que há em comum entre as pautas. Do mesmo modo, afirmamos que a violência estacionada em nossas vivências diárias requerem de imediato a postura de assembleianos e assembleianas globais, com diálogo sincero e mútuo de quanto cada um de nós, oprimidas e oprimidos, estamos colaborando com as opressões um dos outros, sendo nós mesmos carcereiros da prisão

onde estamos todos cumprindo pena: um por ser negro, outra por ser mulher, outra por ser camponesa assentada, outro por ser homossexual.

## 4 SEGURANÇA

### 4.1 O que faz a Polícia? A metáfora do martelo de Dominique Monjardet

Comumente se admite que um martelo serve principalmente para bater pregos, mas sabe-se que, abrigado numa caixinha vermelha fixada na parede de um vagão ou de um ônibus, ele serve para "quebrar o vidro" e libertar-se, em caso de acidente que torne as portas inacessíveis. Como picareta, ele ajuda a escalar as montanhas. Sabe-se também que pode permitir rachar uma cabeça. Seguramente, não é a soma infinita das possíveis utilidades do martelo que pode defini-lo, mas a dimensão comum a todos os seus usos, que é aplicar *uma força sobre um objeto*. Enquanto instrumento, o martelo não tem finalidades próprias, ele serve (mais ou menos eficazmente, segundo suas características técnicas) às finalidades daquele que o maneja. Acontece exatamente o mesmo em relação à polícia: instrumento de aplicação de uma força (a força física em primeira análise) sobre o objeto que lhe é designado por quem a comanda. Por este motivo, a polícia não poderia ter finalidade própria, não há transcendência da coerção física (mesmo para o sádico, ela é apenas um meio). A polícia é totalmente para servir [ancillaire], e recebe sua definição - no sentido de seu papel nas relações sociais - daquele que a instrumentaliza. Por isso, pode servir a objetivos os mais diversos, à opressão num regime totalitário ou ditatorial, à proteção das liberdades num regime democrático. Pode acontecer que a mesma polícia (os mesmos homens, a mesma organização) sirva sucessivamente a finalidades opostas e, por esse motivo, crie problemas graves nos períodos de transição de um regime político a outro; por exemplo, hoje na Europa Central ou na África do Sul, ontem na França, em 1940 e de novo em 1944-1945. (MONJARDET, 2003, p. 22, grifo meu).

Dominique Monjardet, com base em definição anterior de E. Bittner, descreve a polícia como o martelo entre o ferreiro e a bigorna. É um instrumento de aplicação da força e, como vimos até aqui, é uma escrava das legislações. Importa-nos entender acerca da intencionalidade daqueles que estão segurando o martelo.

Para iniciar uma discussão do que é Segurança Pública, voltemos ao que não é Segurança Pública. As Forças Armadas, por exemplo, possuem uma função de defesa nacional contra agressores externos. Portanto, o Exército de um país, quando utilizado, é contra um *inimigo externo*. A Constituição de 1988 prevê que a Segurança Pública é *direito de todos*. Correndo o risco de uma simplificação teórica, podemos considerar um formato de Contrato Social para explicar a SP. Poderíamos pensar que as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) têm um inimigo, é preparada para agir e só deve ser utilizada contra membros externos da *pólis* [cidade, do grego], da *civitas* [cidade, do latim], contra outro povo. A Segurança Pública não tem um inimigo, pois é um aparato da própria *pólis*, da própria *civitas*, **para cuidar de seu povo**. E quando alguém do povo quebra uma das regras previstas no Contrato Social? Os membros da Segurança Pública [em nosso caso, da Polícia Militar] apenas devem deter aquele

membro, usando de instrumentos previstos e aprovados no Contrato, e apresentá-lo à instância responsável pelo seu julgamento e punição.

*Uma doença autoimune?* Assim como Émile Durkheim se utilizou do corpo humano para explicar a composição da sociedade, utilizaremos mais uma metáfora para tratar de alterações no foco da polícia que poderia ser considerada uma doença autoimune. Uma doença autoimune, de forma simplista, é uma alteração nas células de defesa do organismo que, não reconhecendo determinadas células, órgãos ou tecidos como parte do sistema ao qual pertence e deve proteger, os ataca, causando uma doença no próprio organismo, podendo até mesmo levar a morte. Assim como as células de defesa de um organismo, as forças de segurança não se justificam por si mesmas, não servem aos próprios fins, justificam-se apenas enquanto parte de um organismo/sociedade, o qual deve defender de agressões externas. Bem como as células de defesa não podem existir fora do corpo, não há polícia sem uma sociedade pré-existente.

#### **4.2 Polícia Militar, a instituição e suas transformações**

No contexto histórico a instituição polícia militar no Brasil é oriunda da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, que foi criada em 1809 em virtude da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Em Portugal, chamava-se Guarda Real de Polícia de Lisboa e foi copiada da França, cuja instituição se chamava Gendarmaria Nacional, criada após a Revolução Francesa quando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão considerou a segurança um destes direitos. Ou seja, nossa polícia militar é uma invenção burguesa que visava preservar os direitos criados naquele momento [mais adiante veremos que, quando os direitos mudam, sendo renovados ou aumentados, há a necessidade de atualizar a polícia, para que esta seja capaz de cumprir com sua função de garantir, na prática, esses direitos].

A polícia militar não é uma corporação, é uma instituição. Em se tratando de realizar pesquisa no interior de uma instituição, é necessário que façamos as devidas vênias acerca das diferenças básicas do que, em princípio, seja uma instituição. Em seu estudo sobre análise institucional, na seção que concerne ao marxismo e às instituições, Lourau (1995) afirma que “Marx pensa que as instituições (e as leis) constituem a ficção ideológica (a superestrutura) da sociedade”. (*ibidem*, p. 60). E, mais adiante, o autor afirma que, em se tratando do pensamento marxiano, existe na sociedade capitalista uma

divisão real entre a instituição como objeto pensado e o objeto real (burocrático), sendo que este último demonstraria e fixaria na materialidade o poder da classe dominante. Desta forma, na burocracia institucional está a prática da ideologia de classe, porém, sabemos que várias outras ideologias se atravessam e se acumulam, produzindo efeitos difusos na prática.

Um exemplo trazido por Lourau, sobre a análise que Marx realiza acerca da instituição fábrica em “O Capital”, nos é bastante claro ao pensarmos as instituições e como elas alinham o avanço tecnológico, a construção de legislações e as existências humanas em razão da própria acumulação: as transformações tecnológicas das fábricas [instituições] na Europa ocasionaram transformações nas legislações (tais como escolarização compulsória das crianças para saberem lidar com as máquinas no futuro e também para que os pais fossem desobrigados a cuidar deles e pudessem trabalhar nas fábricas). A polícia militar no Brasil vê-se, enquanto instituição sob o domínio das mesmas forças, suas transformações vêm de sua base legal que é o estado capitalista brasileiro, pressionada pelas transformações e pelos anseios da sociedade. À polícia militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública para a grande população em um país onde há uma gigantesca desigualdade econômico-social, uma gritante concentração de renda, uma democracia frágil e recente. Desta feita, algumas vezes observamos a polícia militar agir, inclusive, como órgão de assistência social, conforme necessidade dos dirigentes do Estado. É o martelo de Monjardet.

A este respeito, são exemplares os papéis desempenhados pela polícia no estado do Rio de Janeiro, no período de Vigência do Código Penal de 1890 (até 1936), quando combatia *os capoeiras* e os *ex-escravos* que dançavam pelas ruas da cidade carioca “perturbando” a paz (BRASIL, 1890). Ou a polícia militar do Estado de São Paulo que, durante a vigência do Código de Menores (BRASIL, 1926; 1969), chegou a fazer parte do sistema de assistência social para retirada de crianças das famílias, cujos pais não tinham condições financeiras de manterem seus filhos, perdendo o poder parental (BRANDÃO, 2012). Em suma, em mera obediência ao que está previsto no ordenamento jurídico do país, a instituição polícia militar é um instrumento de manutenção das condições postas.

As alterações, no sentido de abertura dos governos e das instituições, vêm ocorrendo no transcurso de nossa história, com as devidas quebras e retrocessos que prevê a própria dialética. No entanto, percebemos [e o pensamento ou teoria descolonial nos oferece bastante aporte, neste sentido] que nosso país anda a reboque dos países

chamados centrais. Pensemos, como exemplo, em situações paradigmáticas como a Revolução Francesa que requeria o fim dos privilégios de nascimento para a realeza e solicitava igualdade, liberdade e fraternidade para todos; conquanto, o Estado brasileiro ainda permitia o tráfico de pessoas e sua exploração em trabalho escravo. Assim, nosso Estado ainda convive com discrepâncias e anacronismos no que diz respeito aos direitos chamados *humanos*.

Os trabalhos da polícia militar, como visto até agora, são todos balizados pelas normas coercitivas construídas dentro e fora do país (as que são referendadas no Brasil, passam a valer aqui também). Porém, como afirmado por Sidekum (2011), a dignidade humana é muito maior e anterior às normas constitucionais conhecidas, essa noção “emerge do Direito dos Povos, das mudanças culturais e dos processos de conscientização de ser humano como sujeito, como ser histórico” (*ibidem*, p, 8). Segundo o autor, trata-se de um imperativo categórico (*ibidem*), resguardado, na história e na filosofia do ocidente como a própria prova de ser/existir. No entanto, como sabemos, o Talmude de Jerusalém e a Acrópole de Atenas, as raízes da tradição acadêmica ocidental (*ibidem*), assumiam a escravidão e a submissão de mulheres, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais como seres inferiores, dependentes do homem, portanto, incapazes de exercer sua liberdade, sua cidadania. A promulgação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, ofereceu um novo patamar de homogeneização e de limite mínimo de solicitação dos sujeitos aos Estados e as instituições internacionais, promovendo uma resposta aos ocorridos durante a II Guerra Mundial.

Cada Estado, em virtude da assunção da Declaração como parte de suas normativas, teve que desenvolver políticas e aparatos para garantir os tais direitos que agora caberiam a todos os sujeitos. A liberdade e a segurança são bases primárias para que os demais direitos [educação, saúde, lazer, cultura, etc.] possam ser usufruídos. Mas quando falamos em segurança e liberdade, não é apenas a respeito da ausência de crimes e o andar pelas ruas que falamos. A amplitude dos conceitos de liberdade e de segurança está relacionada a outros âmbitos e possui uma profundidade que atravessa o existir humano, como posto neste exemplo Veiga (2010):

Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação

de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação, ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. (p. 35).

As tais instituições eficazes de que fala o autor, na manutenção da paz e da ordem locais, ao nosso ver, estão num plano anterior relacionadas a sua ligação e a sua aprovação pelo povo, fonte primária do poder (ARENDDT, 2010). Num segundo momento, vemos que este ciclo retorna em novas condições de desenvolvimento para o próprio povo, dadas as condições adequadas de existência [trabalho, lazer, educação, cultura], proporcionando novas possibilidades de crescimento do povo: “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos Estados repressivos”. (VEIGA, 2010, p. 34).

Assim, uma polícia militar forte, em primeiro lugar, é uma polícia apoiada pela população, em seguida, uma polícia, contraditoriamente coercitiva, que proporcione novas condições de crescimento/desenvolvimento dos cidadãos. Nas palavras de Sidekum (2011), “o Estado de Direito não outorga ao ser humano sua dignidade, mas ele deverá garanti-la”. (p. 40).

Diante da importância de uma instituição que, mesmo oriunda de um movimento burguês e pensada para a construção colonial, seja a responsável pela manutenção da ordem pública e dos direitos elementares dos cidadãos, é necessário realizarmos sempre o retorno ao nosso lugar, para a reconstrução contínua desta. Somos um continente marcado por uma recente invasão europeia, com a dizimação de povos nativos que eram considerados seres sem alma, somados a um enorme contingente de povos traficados, forçados a uma diáspora para serem usados no trabalho escravo, uns e outros descaracterizados sob todos os pontos de vista (RIBEIRO, 2005). Em seguida, do recebimento de povos excedentes da Ásia, Europa e Arábia que foram se mestiçando e formando um povo no todo novo, mais compassado aos seus próximos na América Latina do que ao restante do mundo. Povos que ainda se apresentam ao restante do mundo como economicamente subalternos e com as subjetividades colonizadas (MIGNOLO, 2010). Que vivem aos *trancos e barrancos* na construção de uma política facilmente corrompida pelo capital estrangeiro na exploração de seu povo e seu meio ambiente. Ao passo que essa realidade se confronta com as já plasmadas e consolidadas

realidades de direitos e dignidade humana, em países ditos desenvolvidos, nossa realidade na busca por esses direitos encontra-se ainda atrelada às lutas sociais:

A dignidade humana que é negada na realidade histórica do Continente Latino-Americano marcado pela dor, pela violência institucionalizada, pela negação dos direitos humanos fundamentais clama por um espaço no sistema jurídico e por um reconhecimento pelas instituições políticas. A dignidade humana sempre terá um caráter de reivindicação, de lutas para ocupar um lugar de reconhecimento e respeito. (SIDEKUM, 2011, p. 26).

Os chamados direitos humanos de terceira geração nasceram, justamente, de uma “ampliação de conteúdo dos direitos fundamentais da pessoa humana [e] seguiu o caminho indicado pelas diferentes lutas sociais”. (DORNELLES, 2006, p. 32), e neles há um alargamento dos direitos na direção da coletividade [como o meio ambiente], e a preocupação da efetivação destes direitos através das políticas de Estado:

Para dar conta da expansão do conteúdo conceitual dos direitos humanos passou-se a utilizar a expressão “direitos sociais, econômicos e culturais”. Não se trata mais de admitir a existência de direitos naturais, anteriores à sociedade e inerentes à pessoa humana. Os direitos sociais não são proclamados com o intuito de limitar a intervenção e o poder do Estado (não se luta mais contra o absolutismo feudal). São direitos que exigem ação positiva do poder estatal, criando as condições institucionais para seu efetivo exercício. [...] Trata-se, portanto, não apenas de enunciar direitos nos textos constitucionais mas também de prever os mecanismos adequados para a viabilização das suas condições de satisfação. Nesse campo o Estado passa a ser um agente promotor das garantias e direitos sociais. (ibidem, p. 30-31).

Juridicamente, a Polícia Militar tem seu papel descrito na Constituição Federal de 1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
[...]  
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.  
[...]  
§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988, S/P).

Como vemos, o texto constitucional prevê duas atribuições às polícias militares: polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Tais conceitos contam, ainda, com o que fora posto no regulamento para as polícias militares, o chamado R-200:

Art. 2º [...]

27) Policiamento Ostensivo - Ação policial em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, armamento ou viatura;

São considerados tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- ostensivo normal, urbano e rural;
- de trânsito;
- florestal e de mananciais;
- ferroviário;
- rodoviário, nas estradas estaduais;
- portuário;
- fluvial e lacustre;
- de radiopatrulha terrestre e área;
- de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- outros, fixados em legislação da Unidade Federativa. (BRASIL, 1983, S/P).

Pelas datas das duas normativas, é possível perceber que a Constituição Federal (1988) não alterou a forma ou a função da polícia militar já descrita no R-200 (1983) durante o período ditatorial, o que nos demonstra que a democracia não trouxe ares de renovação à instituição polícia militar. No que tange ao tal policiamento ostensivo, função primeira e quase exclusiva<sup>41</sup> da PM, notamos que se trata, principalmente, da presença e do ser visto de uma forma diferenciada do restante dos cidadãos, com uma demonstração estatal, semiótica e simbólica de força do Estado quer “pela farda, quer pelo equipamento, armamento ou viatura” (*ibidem*), que ocorre nos mais variados espaços de convivência social dentro do território nacional. No que diz respeito à ordem pública, o regulamento traz a seguinte conceituação:

Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (*ibidem*).

Assim, considero que tal conceito, apesar de ainda válido, resta ainda retrógrado, pois nossas normas não conseguem abranger todas as atitudes e todos os relacionamentos sociais, a riqueza da vida em comunidade em si.

Temos aos nossos olhos, diante de uma vivência acompanhada de busca conceitual (práxis), uma ideia mais condizente do que seria a manutenção [que aparece no R-200] ou preservação [que aparece na CF] da ordem pública que seria, antes de tudo: resgatar determinada localidade de condições que estejam em desacordo com a

<sup>41</sup> A Polícia Rodoviária Federal realiza policiamento fardado e com viaturas caracterizadas nas rodovias federais. Em se tratando de Unidade Federativa, há no Estado de Mato Grosso grupamento da Polícia Judiciária Civil que trabalha caracterizada com vestimentas, viaturas e armas de forma ostensiva.

dignidade das pessoas que ali se encontram [o que, obviamente, deve ser realizado em conjunto com outras instituições, bem como da comunidade]. Há, em nosso país, a naturalização de determinadas condições que algumas comunidades vivem como sendo a *sua normalidade*, então, manter uma normalidade que está em desacordo com o que é digno aos seres que ali vivem ou se encontram não é preservar a ordem pública, é manter o *status quo* daquele local.

Em seguida, preservar/manter a ordem pública não deve se referir apenas ao que está previsto nas normas escritas, mas a qualquer outra situação que altere o estado das coisas em determinada comunidade negativamente; ou também, que os sujeitos que vivem, habitam e transitam por determinado sítio tenham mantidas suas capacidades de liberdade (descrita na Constituição brasileira) através do cuidado exercido pela instituição; preservação/manutenção da ordem pública é a manutenção do poder nas mãos do Estado para o uso precípua e prioritário da coletividade e seus anseios<sup>42</sup>.

#### 4.2.1 A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

A PMMT teve sua gênese para combater uma das diversas revoltas [manifestações populares de contestação] que ocorreram durante o período da Regência<sup>43</sup>:

**1834 - a)** Rusga – Movimento do povo Cuiabano, deflagrado em 30/05/1834, contra a preponderância dos Portugueses nos negócios, na ocupação dos melhores empregos e no recebimento dos maiores vencimentos, no qual a Guarda Municipal, responsável pelo policiamento, tomou parte vindo, inclusive, a cair em descrédito junto as oligarquias em revezamento no poder, por haver incorporado-se ao movimento. Em decorrência disso, ao extinguir a Guarda Municipal e preparar a criação de uma nova Corporação como organismo de Segurança Pública, criando-a, inclusive, com **função principalmente escravista** (recaptação de escravos fugitivos), a elite do cenário Mato-Grossense da época deixou evidente que buscou fazer com que

<sup>42</sup> Poderia oferecer centenas de exemplos do que seria a preservação da ordem pública do ponto de vista prático, quando mesmo não havendo uma maior complexidade de atos Estatais de cerceamento de liberdade (como uma prisão) e apresentação à autoridade policial (delegado) para início de um Inquérito e, *a posteriori*, uma oferta-crime ao Ministério Público, um processo no judiciário... etc. Diversas atividades da polícia militar de preservação da ordem pública dão-se mesmo através de simples presença e pequenas intervenções, como, por exemplo, uma vizinhança incomodada com uma residência cujos proprietários estejam ouvindo músicas em volume que desagrade aos demais: após a ligação ao 190 e o deslocamento até a casa com música alta, a simples chegada da polícia militar e o pedido dos policiais para que o volume seja diminuído pode resolver a situação de modo a devolver àquela rua o que a maioria de seus moradores considera ser o estado de ordem pública. Assim sendo, é possível notar que o conceito de ordem pública é também social e cultural, não sendo suficiente uma conceituação jurídica.

<sup>43</sup> Informações disponíveis em: <http://www.pm.mt.gov.br/cronologia-historica-oficial>. Texto de Pedro Sidney Figueiredo de Souza, Wilame Alves de Almeida e Orivaldo Borges Bergas.

a população acreditasse que o primeiro organismo policial em Mato Grosso surgiria daquele momento em diante;

[...]

**1835** Criação do Corpo Policial com a denominação de Homens do Mato - Lei nº 30, de 05/09/1835 da Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso. Neste período, **a função da Polícia era basicamente caçar escravos fugidos**, daí o nome Homens do Mato, e atendia aos interesses políticos do Governo da época. (SOUZA *et al*, supressão e grifos meus).

Atualmente, a PMMT é dividida em **Comandos Regionais** que correspondem a regiões geográficas onde se realizam o policiamento ostensivo chamado ordinário. Existe também o **Comando Especializado**, onde estão inseridas as unidades de policiamento especializado, como o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental.

#### 4.2.2 O Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental

O BPMPA de Mato Grosso tem sua origem oficial em 20 de outubro de 1983, com o nome de Companhia de Polícia Florestal, através do Decreto-Lei 275 com o intuito de combater a ação intensiva dos caçadores de jacaré no Pantanal [coureiros], tendo suas ações limitadas a este espaço geográfico. Em 11 de dezembro de 1989, através do Decreto-Lei 2.124, é criado o Batalhão de Polícia Militar Florestal, agora com responsabilidade territorial em todo o estado de Mato Grosso.

O BPMPA surge apenas em 2002, no dia 16 de maio, através do Decreto 4.337. Em 22 de janeiro de 2007 houve a desativação do BPMPA e seu efetivo foi redistribuído dentro de diversas outras unidades da PMMT. Com o advento da Lei de Organização Básica (LOB) da PMMT, através do Decreto 2454, foi reativado o BPMPA e suas companhias respectivas<sup>44</sup>. O BPMPA possui três companhias de policiamento (nos municípios de Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres) e mais um núcleo de policiamento (no município de Barra do Bugres). Estas quatro unidades que compõe o BPMPA (que contam com efetivo aproximado de 200 homens e mulheres) cercam o Pantanal mato-grossense, ou seja, região Sudoeste e Sul do estado.

---

<sup>44</sup> Cronologia oficial do BPMPA, disponível em: <<http://www.pm.mt.gov.br/-/batalhao-de-policia-militar-de-protecao-ambiental-comemora-32-anos-de-existencia>>. Acesso em 01 de jan. de 2019.

### 4.3 Como nascem os policiamentos especializados? O exemplo de Maria da Penha, a transformação do espaço privado e da *propriedade* do homem

Com novas necessidades, surgem novas soluções. Demanda e oferta. Do que vimos até aqui, as instituições do estado capitalistas se desenham com o fito de exercerem as necessidades do capital. As lutas de interesses através das lutas humanas, organizadas em demandas sociais, contrabalanceiam o âmago destas instituições, fazendo-se presentes primeiro nas legislações e depois nas práticas. As instituições são compostas de pessoas oriundas da sociedade, que necessitam tomar posse dos novos discursos trazidos pelos anseios sociais dos oprimidos e oprimidas. As mudanças inseridas no Estado através da legislação dependem, para se tornarem práticas, da formação de *todos* os profissionais inseridos no sistema. Sem mudança nas ideologias, não há mudança na cultura, nem nos discursos e muito menos nas práticas:

Figura 7: Fluxo de demandas e práticas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Vejamos o que faz uma demanda social alterar legislações, mas não chegar a alterar práticas em virtude de não ter havido a inserção de novas ideologias através da educação e da cultura.

Dona Maria da Penha é uma brasileira nascida no estado do Ceará. Ela sofreu diversos episódios de violência doméstica perpetradas pelo seu então marido, duas dessas violências foram tentativas de homicídios, a primeira delas deixando-a em uma cadeira de rodas [um tiro de espingarda, no ano de 1983]. Apesar dos crimes e de uma condenação de oito anos após o crime, o autor seguia em liberdade. Através de duas entidades [Centro para a Justiça e o Direito Internacional e Comitê Latino-Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher] o caso de Dona Maria da Penha chegou à Organização dos Estados Americanos (OEA), em sua Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, em 2001, responsabilizou o Estado brasileiro

por negligência<sup>45</sup>. Em resposta, o Brasil promulgou, em 2006, a Lei 11.340 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha.

O caso de Dona Maria da Penha é emblemático e ilustrativo para toda uma monta gigantesca de casos de violência doméstica contra as mulheres, em virtude de uma naturalização destes casos que atravessa a sociedade em seus sujeitos e instituições. A este respeito Saffioti (2015) remonta suas experiências no estado de São Paulo junto aos órgãos responsáveis pelo atendimento das mulheres vítimas de violência:

A ideia de criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher apresenta, inegavelmente, originalidade e intenção de propiciar às vítimas de violência de gênero em geral e, em especial, da modalidade sob enfoque, um tratamento diferenciado, exigindo, por esta razão, que as policiais conhecessem a área de relações de gênero. Sem isto, é impossível compreender a ambiguidade feminina. Todavia, os poderes públicos não implementaram a ideia original. Em São Paulo, só em 1998, houve um curso sobre a violência de gênero, com duração de 40 horas, ministrado às então 126 delegadas de DDMs do Estado. Embora haja demanda por mais cursos, o segundo ainda não se realizou. Não se trata de afirmar que as delegadas são incompetentes. Como policiais, devem ser todas muito capazes. O problema reside no conhecimento das relações de gênero, que não é detido por nenhuma categoria ocupacional. Profissionais da saúde, da educação, da magistratura, do Ministério Público etc. necessitam igualmente e com urgência desta qualificação. (p. 94-95).

Vejamos, se a iniciativa de criação de delegacias especializadas da mulher remonta à década de 1980, e só em 1998 foi realizado um curso sobre violência de gênero [que não teve continuidade e só foi realizado para as delegadas, sendo o atendimento realizado nas delegacias por agentes de investigação e escrivães], por que, mesmo assim, os casos de violência contra a mulher seguiram na impunidade e sem maiores mobilizações nacionais [no sentido de homogeneizar as práticas de proteção e combate à violência contra a mulher] até a OEA responsabilizar o país em 2001? Porque de nada adiantam leis alienígenas sobre uma ideologia formada que valida certos comportamentos violentos e abusivos, no caso a certeza que o espaço privado deve manter-se como espaço onde o homem é a Lei e de que a mulher é propriedade do homem. Nenhum agente estatal estará preparado para cumprir a Lei [juízes e juízas, promotores e promotoras, policiais, assistentes sociais] se em suas consciências a ideologia que causou aquela violência é válida. Nenhuma instituição [formada por estes sujeitos] estará apta a ofertar proteção real. Portanto, nenhuma mudança pode ocorrer do ponto de vista do real.

---

<sup>45</sup> Informações retiradas do site Compromisso e Atitude. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br>.

Voltando ao caso da violência contra a mulher, Saffioti (2015) exemplifica como os juízes sentenciavam os perpetradores de violência contra a mulher antes da Lei Maria da Penha: “[...] os juízes, em geral, dotados de um sexismo exacerbado, mas sem imaginação, adoram sentenciar os acusados com: o pagamento de uma multa, geralmente de 60 reais, ou a entrega de uma cesta básica a uma instituição de caridade”. (p. 99).

Os juízes que julgavam os casos aplicavam aos agressores a Lei 9.099 (BRASIL, 1995) como infrações penais de menor potencial ofensivo [sendo que os casos que chegavam aos juizados já eram raros, sendo dissuadidas a desistir da denúncia, muitas vezes com a chegada da polícia pelo próprio agressor, outras vezes na delegacia e assim em diante, pois *em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*], colocando por terra todos os esforços realizados até aquele momento. A mulher não se considerava vítima, o agressor não se considerava agressor, o/a policial militar não considerava aquela ocorrência importante<sup>46</sup>, o/a delegado(a) não achava necessário instaurar inquérito e o/a juiz(a) considerava a agressão uma infração de menor potencial ofensivo: “o patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições”. (SAFFIOTI, 2015, p. 99)<sup>47</sup>.

Foram muitas as mudanças desde a implementação da Lei Maria da Penha até hoje, entre elas está a imposição de obrigações a todos os agentes e as instituições que estão envolvidos no combate à violência doméstica, impedido a discricionariedade [abertura na Lei que permite ao agente público agir conforme sua consideração], que impele a ação na direção corrente do patriarcado. Há a previsão de responsabilização dos agentes ou sujeitos que forem omissos nas situações de violência doméstica contra a mulher. Vemos, também, como alteração positiva, a coerção [no sentido de divulgação]

---

<sup>46</sup> Em 2007 foi implementado no 5º Batalhão de Polícia Militar, onde trabalhei por quatro anos e meio, no município de Rondonópolis, interior do estado de Mato Grosso, a Patrulha de Assistência Familiar (PAF). A patrulha tinha o intuito de dar efetividade ao que fora previsto na Lei Maria da Penha como parte da atuação da Polícia Militar dentro do sistema de proteção integrado criado. Eram claras as piadas e o desdém dos demais policiais aos que trabalhavam no PAF, como se estes estivessem realizando um trabalho chato e inútil. Antes do PAF “Os casos de violência eram chamados pelos policiais de ‘Patrulha Fantasma’, porque, na maior parte dos casos, as mulheres chamavam a Polícia e, quando o agressor ia ser preso, tentavam impedir a prisão, alegando que somente queriam dar “um susto” no marido ou companheiro. Agora a realidade está mudando, porque o agressor é preso em flagrante nesses casos”. Citado de reportagem de 01 de março de 2007, disponível no site oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: <http://www.pm.mt.gov.br/-/policia-militar-de-rondonopolis-lanca-patrulha-de-assistencia-familiar>.

<sup>47</sup> As discussões sobre a *escola sem partido* deveriam ser elevadas para que tenhamos noção que há policiais com partido, médicos e médicas com partido, juízes e juízas com partido. A discussão de Freire (2005) sobre a tentativa de neutralizar a educação é conhecida, resta-nos levantar a discussão sobre a discussão: por que não tentam também *neutralizar* as demais instituições?

causada com o advento da lei e a pena exemplar (FOUCAULT, 2009), que faz com que os abusadores contumazes e os eventuais tenham a certeza da punição severa. Outro quesito importante é a necessidade de formação de todos os níveis de agente para o atendimento adequado à nova norma de proteção.

O bioma Amazônia vem passando pela mesma situação de Dona Maria da Penha. Estamos assistindo [e o Mato Grosso segue como “campeão” de desmatamento da Amazônia por anos à fio] à destruição do bioma Amazônia [e *tudo* mais que lá habita]. É fato. Todos os governantes da região [em todos os níveis], todos os agentes responsáveis pela proteção ambiental e todos os meios de comunicação sabem disso. Já é fato dado, praticamente uma *briga de marido e mulher que ninguém quer meter a colher*. Alimentamo-nos da comida que é plantada em desmatamentos amazônicos, calçamos os sapatos feitos com o couro do gado pirata, colocamos nossos livros nas estantes feitas com madeira retirada ilegalmente de lá. Inclusive, nossa balança comercial, tão reiteradamente conclamada nos telejornais, depende destes movimentos para se manter [no atual modelo de economia].

Pois bem, quando os órgãos de proteção internacional pressionam, são realizadas operações com o envio de tropas armadas e agentes do IBAMA, no restante do tempo os agentes que estão no local convivem com a falta material para realizarem suas funções. A impunidade é tanta que rememora o trecho acima, em que Saffioti (2015) fala das multas e das cestas básicas aplicadas como punição pelos juízes: menos de 1% das multas aplicadas pelo IBAMA foram pagas entre 2005 e 2010<sup>48</sup>. Relatórios como o GeoAmazônia (UNESCO, 2008) e o *Tackling climate change through livestock: A global assessment of emissions and mitigation opportunities* (FAO, 2013) chegam fazendo grande barulho no que tange ao recebimento de dinheiro através do Fundo da Amazônia, que já recebeu até hoje US\$ 1,2 bilhões (BRASIL, 2018): estamos recebendo dinheiro para combater o desmatamento, mas além de não estarmos combatendo, estamos permitindo e fomentando o desmate.

Estivemos no caso violência contra a mulher e estamos, no caso da degradação ambiental, sempre reagindo à conclames internacionais, mesmo tendo nós mesmos conhecimentos dos problemas instalados nestes campos. E sabendo que a burocracia criada apenas torna responsabilidade de ninguém a resolução (ARENDRT, 2005). Estar ciente da situação com a consciência afundada na colonialidade, no especismo, no

---

<sup>48</sup> Reportagem disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,relatorio-mostra-que-menos-de-1-das-multas-aplicadas-pelo-ibama-sao-pagas-imp-,704547>.

racismo e no machismo não nos fornece ferramentas para realizarmos as transformações em prol da natureza. É necessário percorrer os caminhos, buscando conhecimento desmistificado para aplicação no real.

No que diz respeito ao trabalho de proteção ambiental atravessado pelas ideologias que justificam as explorações, o estudo de Almeida (2015) demonstra um flagrante do uso incorreto da Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998) por parte de alguns juízes da segunda instância nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, quando estes consideram o crime de *ato tendente à pesca* na modalidade tentada, demonstrando que os juízes aplicam princípios do Direito Penal ao Direito Ambiental. Da mesma forma, Caporlúngua (2011) diz que os juízes, em seus julgados, ao emitirem suas sentenças, estão realizando a formação de novos juízes [que recorrerão às sentenças já dadas em busca de sanar suas dúvidas em casos parecidos], assim, sua sentença [que resulta não só das Leis, mas de sua consciência ambiental] restará como educadora, no sentido de colaborar na formação de novas sentenças [Thomas Kuhn e o exemplo da formação de novos cientistas (KUHN,2013)].

Minha experiência no trabalho de fiscalização ambiental restou, em diversas oportunidades, em embates com agentes de diversas instituições que não queriam receber pessoas presas que haviam cometido crimes ambientais [tais como pescar na piracema], tornando inócua qualquer tentativa de proteger o meio ambiente através da aplicação de sanções contra os crimes. Desta maneira, como no trabalho construído com base nas experiências de proteção ambiental no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul (BRANDÃO; ALMEIDA, 2015), consideramos que a Educação Ambiental para a realização da própria proteção deve ser desenvolvida inclusive junto aos membros [os mais diversos] dos poderes estatais constituídos. Por mais que saibamos da dificuldade de alguns membros do judiciário e do Ministério Público de se colocarem como alunos em turmas de Educação Ambiental, tal fato é previsto desde a Conferência de Tbilisi:

Setores da população a que se destina a Educação Ambiental

Recomendação nº 8

A Conferência, Recomenda aos Estados Membros que procurem levar em consideração:

[...]

A educação de grupos profissionais ou sociais específicos - Essa educação dirige-se, especialmente, àqueles cujas atividades e influência têm repercussões importantes sobre o ambiente - engenheiros, arquitetos, administradores e projetistas industriais, sindicalistas, médicos, responsáveis pela formulação de políticas e agricultores. Diversos níveis de educação formal e não-formal deverão contribuir para essa formação. (UNESCO, 1977, S/P).

E, por último, o grande exemplo que talvez necessitemos para considerar a proteção ambiental no Brasil: pensar na proteção atrelada à educação seria simples se o cenário em que ocorre a proteção não fosse tão violento e tão permeado de interesses financeiros imediatos. Teremos que pensar em alternativas para que o combate à violência, a proteção [anterior à necessidade do combate] e a educação deem-se sem que haja risco ao profissional que está realizando o trabalho e que a violência cesse contra aquilo que está sendo agredido. Na época em que não havia a Lei Maria da Penha [e todo o sistema de proteção que fora criado] não adiantava *dar susto* no infrator e não adiantava falar em educar o infrator, e neste ínterim deixar morrer as mulheres vítimas da violência. Da mesma forma, acreditamos que a Educação Ambiental sozinha não poderá cessar, nem talvez frear, a violência contra o meio ambiente sem que sejam realizados trabalhos coercitivos e de enfrentamento à destruição do meio ambiente.

Assim, quando falamos em policiamento especializado, não basta falar apenas na formação do policial sem que os demais membros da burocracia, que têm status diferenciados, não passem pelos mesmos sistemas de formação.

O adequado [ideal] seria que todos os/as policiais, bem como os demais sujeitos que compõe a burocracia estatal, tivessem condições de realizar atendimentos quaisquer, na área ambiental, ou no tráfico de drogas, envolvendo crianças e adolescentes; e envolvendo membros da comunidade LGBT\*, mas, assim como a Educação precisou da Educação Ambiental, a Polícia Militar ainda necessita da Polícia Militar Ambiental.

#### **4.4 A cidade e os cidadãos: espaço público?**

Com a cidade surge, a mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

Durante a pesquisa de campo, as *mulheres* não apareceram e nem se figuraram como interlocutoras dos policiais militares nos discursos exarados. Quando muito, o termo *família* apareceu.

O modelo de cidadania do qual somos herdeiros é o modelo grego. No modelo da *pólis* ateniense, a cidadania era exercida de maneira direta por cada cidadão, sendo que cada qual podia propor e aprovar leis que alterariam a cidade. O cidadão ateniense era um homem, filho de ateniense, maior de 21 anos, proprietário de terras e escravos. Mulheres e crianças [sob quaisquer condições], e homens estrangeiros, escravos, artesãos ou sem posses, não eram considerados cidadãos. A cidadania é a arte de conviver na cidade, de conviver na presença do outro dividindo o espaço público através da *política* [relação da administração da *pólis*, da coisa pública], como *seres políticos*.

Os movimentos de tentativas de inserção de outros sujeitos no espaço público, são de vasta contradição, com avanços e retrocessos. A este respeito é exemplar o caso de uma professora norte americana, Prudence Candrall, branca, que em 1833, aceitou uma menina negra em sua escola. Após diversos e covardes ataques, os moradores da cidade de Prudence aprovaram uma resolução com o seguinte texto: “o governo dos Estados Unidos, a nação e todas as instituições de direito pertencem aos homens brancos que agora tomam posse deles”. (DAVIS, 2016, p. 48).

Interessa-nos, no entanto, que a pertença aos espaços públicos é obra prima na construção da cidadania, ou seja, no usufruto e *concessão*<sup>49</sup> de direitos e deveres. Além disso, a cidade é o espaço próprio da alteridade, onde buscamos o contato com o outro para desenvolvermos nossa vida e existência em outras vidas e existências.

Os processos de violência nos centros urbanos são fatores primordiais para que seja impossível um relacionamento educativo entre policiais militares e os demais cidadãos. Considerando a tensão existente entre a manutenção de uma situação de quebra do contrato social em determinado espaço e a presença da polícia militar [Estado] na tentativa de reestabelecimento do poder e da ordem. Ali o policial militar é o Estado, mas ainda é uma pessoa de carne e osso que sangra e morre. A violência castra qualquer possibilidade de relacionamento colaborativo e solidário entre os policiais militares e a comunidade.

---

<sup>49</sup> Utilizamos o termo concessão de direitos e deveres por parte dos cidadãos e cidadãs em virtude da necessidade de, no espaço público, percebermos em diversas ocasiões a necessidade de abrirmos mão de alguns privilégios para que outros usufruam de direitos básicos. Este é o jogo da alteridade que o espaço público e repartido coletivamente pode.

Há toda uma *arquitetura da desgraça*<sup>50</sup> tramada no sentido de otimizar os espaços sempre, e cada vez maior, de privatização e de elitização do que é público, expulsando aqueles que não tem condições de consumirem, só são bem-vindos em horário comercial, devidamente uniformizados para servirem aos *cidadãos*:

Cidadão  
Zé Geraldo (1979)

Tá vendo aquele edifício moço?  
Ajudei a levantar  
Foi um tempo de aflição  
Eram quatro condução  
Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto  
Olho pra cima e fico tonto  
Mas me chega um cidadão  
E me diz desconfiado, tu tá aí admirado  
Ou tá querendo roubar?

Meu domingo tá perdido  
Vou pra casa entristecido  
Dá vontade de beber  
E pra aumentar o meu tédio  
Eu nem posso olhar pro prédio  
Que eu ajudei a fazer

Tá vendo aquele colégio moço?  
Eu também trabalhei lá  
Lá eu quase me arrebento  
Pus a massa fiz cimento  
Ajudei a rebocar

Minha filha inocente  
Vem pra mim toda contente  
Pai vou me matricular  
Mas me diz um cidadão  
Criança de pé no chão  
Aqui não pode estudar

Esta dor doeu mais forte  
Por que que eu deixei o norte  
Eu me pus a me dizer  
Lá a seca castigava mas o pouco que eu plantava  
Tinha direito a comer

Tá vendo aquela igreja moço?  
Onde o padre diz amém  
Pus o sino e o badalo  
Enchi minha mão de calo  
Lá eu trabalhei também  
Lá sim valeu a pena

---

<sup>50</sup> Termo utilizado pelo cantor Criolo para narrar as amarras na condição dos homens negros como subalternos no sistema da cultura midiática brasileira. Entrevista para a revista Trip publicada em 02 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-ehF9Da2fTY>.

Tem quermesse, tem novena  
 E o padre me deixa entrar  
 Foi lá que cristo me disse  
 Rapaz deixe de tolice  
 Não se deixe amedrontar

Fui eu quem criou a terra  
 Enchi o rio fiz a serra  
 Não deixei nada faltar  
 Hoje o homem criou asas  
 E na maioria das casas  
 Eu também não posso entrar

Fui eu quem criou a terra  
 Enchi o rio fiz a serra  
 Não deixei nada faltar

Hoje o homem criou asas  
 E na maioria das casas  
 Eu também não posso entrar.

Os modos de ser e de viver modelados, quase que exclusivamente, pela identidade do mesmo cidadão ateniense: as maiores vítimas de atropelamento no Brasil são crianças e idosos (CARVALHO, 2016); no ano de 2016 foram registrados 49.497 estupros, sendo que há uma previsão de apenas 35% das notificações reais, ou seja, uma estimativa de 141.420 estupros, aproximadamente, em um ano (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017); 21.892 pessoas foram mortas em ações policiais no Brasil entre 2009 e 2016, 99,3 % são homens, e destes 76,2 % são negros (*ibidem*) [contra quem estão aplicando a força do martelo?].

Com a perda do espaço público para o debate e para o livre exercício da cidadania, encerram-se as possibilidades de termos na *pólis* um local de plena educação e cultura, bem como ter em todas as relações laços educativos. É a impossibilidade total de exercer o papel de ente político dentro da comunidade.

#### **4.5 Violência e criminalidade: quando foi que mudamos o foco e invertemos o olhar?**

Realizando este levantamento sobre instituições de segurança pública em países colonizados, resta-nos muito maduro a construção filosófica de Arendt (2010) para pensarmos sobre instituições e violência. Segundo esta autora, há uma divisão cabal entre *poder*, *violência*, *força* e *vigor*, estando em proporções inversas a presença do poder e da violência, sendo o primeiro a “[...] habilidade humana não apenas de agir, mas também para *agir em concerto*. O poder nunca é propriedade de um indivíduo;

pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido”. (*ibidem*, p. 60, grifo meu).

A violência, pelas palavras da autora

[...] distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que, os instrumentos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo. (*ibidem*, p. 63).

Desta forma, podemos pensar em uma polícia militar forte e não violenta (sob vários aspectos que a violência possa parecer), desde que suas ações se baseiem nos desígnios da população, e não necessitem de justificação, haja vista que:

[...] o poder é de fato a essência de todo governo, e não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser essência de nada. (*ibidem*, p. 68).

Obviamente, a polícia militar é uma instituição governamental e seus aspectos relativos à legalidade, poder, e violência são reflexos imediatos da forma que este governo age [o martelo]. Uma polícia poderosa é oriunda de um governo poderoso, sendo que “o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é legitimidade”. (*ibidem*, p. 69). As mudanças necessárias na instituição polícia militar, portanto, devem partir dos anseios e das necessidades da população, e não serem realizadas diante de demandas externas ou cópias idênticas de outros países. Quão maiores forem os atendimentos a estes anseios, maior a possibilidade de fortalecimento da instituição e, por conseguinte, que esta tenha a capacidade de realizar adequadamente as funções para as quais foi desenhada em Lei, do contrário, há a possibilidade de sua extinção:

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência. [...] Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. (*ibidem*, p. 57, supressão minha).

Há uma grave situação no Brasil gerada por ideologias de classe e de etnia [devidamente assumidas como justiça pelas elites dirigentes], que é a de ligar a

violência e o crime aos pobres. Por este motivo, o aparato de segurança do Estado volta-se para onde estaria *este* crime<sup>51</sup>, levando a estes locais não mais que este aparato, adicionando mais fatores de pobreza para aquela comunidade, por exemplo: um estabelecimento deixar de contratar um jovem em virtude de no currículo estar constando o nome de uma comunidade que está passando por intervenção. Pelo contrário, o crime no Brasil está amplamente diluído em todas as esferas do poder e suas organizações imiscuídas às organizações estatais:

O crime organizado não habita em favelas, não transporta drogas, não se limita a presídios, de maneira geral. Crime organizado, por definição, é de elite. Lava dinheiro e tem gordas contas internacionais, além de negócios lícitos de fachada, na maioria das vezes. A natureza do crime organizado é transversal, não é paralela. Se o crime organizado fosse o tal “estado paralelo” de que se fala, conseguiríamos identificá-lo e combatê-lo com muito maior facilidade. Mas é, por sua obliquidade, por sua presença contaminante nas mais glamourosas instituições públicas e privadas, que é tão difícil combatê-lo. (BALESTRERI, 2010, p. 62).

Como vimos no capítulo anterior, na fala de um dos sujeitos de pesquisa sobre os sujeitos da proteção ambiental, ser protetor/protetora do meio ambiente é uma coisa perigosa, conforme pode ser identificado no excerto abaixo: “*porque protetor do meio ambiente hoje, ele fere interesse financeiro de muitos, interesses políticos de muitos, interesse familiar de muitos. Então, ele fere o interesse de muita gente*”. (Fala de participante).

Neste discurso, está implícito que o perigo não está no combate direto, mas em ferir interesses por trás daquelas atividades. O que o policial sujeito da pesquisa diz é justamente sobre o obliquo que atravessa atividades financeiras tidas como lícitas, atividades políticas tidas como lícitas e famílias tidas como exemplares na sociedade: ferir este tipo de interesse é o real perigo do trabalho. É o crime organizado trazido por Balestreri (2010).

Mas, se a organização do crime não está entre os pobres, por que a violência está assentada ali? Balestreri (2010) identifica um tripé sobre o qual estaria assentada a violência no Brasil:

- a) péssima distribuição de renda;
- b) ideologia consumista;
- c) ausência no mundo adulto da condição educadora.

<sup>51</sup> Sintomático dessa situação é o fato que a Força Nacional quando foi criada teve seu estágio, aos homens e mulheres treinados, dentro de uma favela da cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2010).

Segundo o relatório da Oxfam Brasil de 2018 (GEORGES, 2018), a distribuição de renda no Brasil, que já era uma das piores do mundo, piorou entre os anos de 2015 e 2017, a piora foi ainda mais significativa entre as mulheres e os negros. A pobreza, somada ao culto do consumo capitalista, inverte os valores ligados ao bem-estar e felicidade, fazendo com que esta população mais empobrecida ao invés de se reunir em torno de lutas relacionadas ao seu desenvolvimento, concentrem seus esforços na busca pelo consumo de bens imediatos, como se fossem passatempos. A preocupação no quesito da condição educadora dos adultos em Balestreri (2010) está, de certa forma, ligada à história positivista dos heróis e vencedores, que faz com que os jovens, em geral, e especialmente os de etnia negra e indígena [que carregam a história de seus ancestrais em seus fenótipos], não tenham entre os seus as suas referências simbólicas positivas, pois estes foram dissimulados, destruídos e apagados pela ideologia de raça. Além disso, o diminuto conjunto de apoio, tais como o familiar, o escolar, o comunitário e o religioso [instituições enfraquecidas também pelo período em que as agremiações foram praticamente criminalizadas], faz com que as redes educativas sejam restritas às formais, que no desenho atual, retroalimentam o sistema. Além disso, neste modelo de intervenções em espaços subalternizados, como exemplificado no trabalho de Franco (2014) a polícia só assume este espaço através da força, pois os vários regimes ali estabelecidos alimentam-se de cada atividade rotineira da população, devido a ausência estatal, e a ilegalidade agregada a cada atividade rotineira da população [desde a compra do botijão de gás] empurra a população a bolsões cada vez mais perversos de ilegalidade e afastamento do contrato social, quando estes são obrigados a delinquir (ARENDETT, 2010).

Mas, se o crime não é gerado pela pobreza e a violência incide majoritariamente contra os pobres [especialmente mulheres e negros], como invertemos o foco? E ao invés de fazermos a segurança para essas pessoas, estamos fazendo contra essas pessoas [vide acima os números de mortes em confronto do Fórum Nacional de Segurança Pública]? Segundo Silva (2010) o atual drama do campo da segurança no Brasil [considero que em particular a Polícia Militar, cuja responsabilidade é o preventivo] está justamente em uma alteração do foco que visa combater o crime [e de forma muito difusa] e não em proteger os cidadãos e cidadãs que não estão cometendo crimes. Consideramos que a ligação e a subordinação direta das polícias militares ao Exército durante os anos de ditadura estejam no âmago desta inversão, com o hábito ou *modus operandi* criado e arraigado de perseguição e combate, ao invés da proteção.

Atualmente, as forças policiais ainda são manobradas politicamente para a realização de grandes teatros midiáticos que custam a vida e a saúde mental dos sujeitos onde se dá o cenário. A administração da segurança pública ainda visa os mesmos objetivos, agravando de modo brutal a violência, em detrimento da criminalidade:

O que significa esse agravamento pela gestão? Significa que, por mais que haja uma predisposição ao crime e à violência na sociedade, pelos fatores acima elencados, a má gestão, a incompetência, o amadorismo, o empirismo, a demagogia que, ao longo de décadas, prevaleceram na Segurança Pública brasileira, potencializaram o fenômeno causal à medida que trabalharam mal também com as consequências. Ou seja, além de não se enfrentar com suficiência as causas, enfrentou-se equivocadamente os efeitos dessas, de maneira retroalimentadora. Miséria econômica, moral e cultural gerando crime e violência que geram mais miséria econômica, moral e cultural e assim por diante. O resultado: um país com uma média de mais de 45 mil homicídios por ano<sup>52</sup>, sem falarmos em todos os outros dados da criminalidade, difusa e organizada. Essa é a herança assumida por nossa geração de gestores. Uma herança reveladora de descaso, politicagem, ignorância, autoritarismo, cartorialismo, clientelismo, impunidade, administrações – com raríssimas exceções – tóxicas, emocionais, demagógicas, convulsivas, assistêmicas, acientíficas, espetaculosas. (BALESTRERI, 2010, p.60).

Essa piora pela gestão ocorre em concomitância com estes espetáculos midiáticos, que mantém a população sob dominação ideológica e não discutindo e questionando que a segurança pública é direito de todos (BRASIL, 1988), não apenas daqueles que cometeram algum crime. A inversão pela gestão faz com que nossas estatísticas [que são a forma de dimensionar a produtividade do(as) trabalhador(a) de segurança pública] estejam voltadas para o que houve de crimes e não de quantas pessoas foram protegidas. Diversos problemas surgem com esta inversão, que é sintomática desta postura:

E isto explica em muito as chamadas “balas perdidas”, porque o meu cliente, o cliente do meu trabalho é o bandido, a polícia existe por causa dos bandidos. Então você deixa de ser um mediador dos conflitos sociais, você deixa de ser um protetor da coletividade porque você está atrás dos bandidos. E em uma hora que a pessoa pede socorro, você não vai socorrer a pessoa, você a deixa e vai para o bandido. (SILVA, 2010, p.77).

Deste exemplo, podemos lembrar a origem da polícia militar [caçar escravos que fugiam], bem como a fala do sujeito de pesquisa trazida no primeiro capítulo: que gostaria de agir para os 90% das pessoas que ele aborda no trabalho de policiamento ambiental; o policial deixa de atender os 90% e atende os 10% que estão em total

---

<sup>52</sup> Este número chegou a 61.283 mortes violentas registradas no Brasil em 2016 (FÓRUM, 2017).

desacordo com o contrato social. Mas não só a gestão da Polícia Militar é responsável pela atual forma de gestão do policiamento, o Judiciário e o Ministério Público também requerem essa demanda de prisões em detrimento de proteção. Invertendo-se a função constitucional, a população que paga impostos para manter um aparato de segurança, acaba financiando um gigantesco [e ineficiente] aparato de encarceramento em massa e persecução penal. Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2017, em 2016 o Fundo Nacional de Segurança Pública teve *redução* de 30,8%, o Fundo Nacional Antidrogas teve *redução* de 63,4% e o Fundo Penitenciário Nacional teve *aumento* de 80,6% (FÓRUM, 2017).

#### 4.6 Sujeitos

Como visto no trabalho de campo, a dinâmica entre o papel institucional e a prática de fiscalização ambiental entremeada pela Educação, dá-se tanto mais quanto menor for a necessidade de uso da força. Ou seja, em condições de ausência de violência, os sujeitos conseguem entremear a fiscalização com a educação ambiental. No campo oposto, a necessidade do uso da força praticamente anula a possibilidade de uma prática de *fiscalização educativa*. Deste modo, depende menos dos sujeitos e mais do entorno.

A violência contra policiais civis e militares vem aumentando no Brasil, em 2016 453 policiais civis e militares foram vítimas de homicídio no país, um incremento de 23,1% em relação ao ano de 2015. Destas vítimas, 63% estavam na faixa de 30-49 anos, 98,2% eram homens e 56% negros (FÓRUM, 2017).

O trabalho dos policiais militares ainda presencia algumas outras agruras, como os baixos salários [com atrasos e parcelamentos], precarização dos meios materiais de serviço [viaturas, armamento, fardamento, equipamento de segurança individual e meios de comunicação] e quase ausência de assistências básicas do trabalho [advocacia, psicológica, médica, odontológica e social]. Mesmo assim, foram notórios os esforços dos sujeitos pesquisados em manter o seu local de trabalho funcionando, inclusive com alguns deles realizando pequenas reformas durante as folgas:

Os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, de bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição

fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

É necessário ofertar a devida vênia que as condições excelentes de trabalho e vida poderiam, com certeza, fazer com que uma realidade onde os trabalhos de fiscalização e de educação estivessem em um patamar ainda mais elevado, podendo contribuir [ainda mais para a proteção de todos(as) os/as abordados(as) bem como o ambiente onde então inseridos no momento da interação]. O “fazer história” de Marx e Engels já ocorre, mesmo nas condições precárias, ao nosso ver, principalmente por uma questão de identificação afetiva com a causa ambiental, o que Carvalho (2012) chama de criação de um sujeito ecológico. Foram vários os momentos de choro e de emoção, mesmo fardados, em que diziam que estavam ali *por amor*; que poderiam servir em outro batalhão que tivesse melhores condições estruturais de trabalho. Este amor apareceu com maior frequência nas falas dos que possuíam mais tempo de serviço no BPMPA:

Embora se trate aqui de uma base irrevogável das decisões teleológicas da práxis humana, esta aparece em inter-relação com o desenvolvimento do homem na sociedade, necessariamente de maneira processual (irreversível). Isto é, crescimento constante dos momentos controlados – mais ou menos – pelo pensamento, ou diretamente na prática, produz em cada estágio essencial um aspecto geral qualitativamente diverso, e age por isso, a cada vez, de maneira qualitativamente diferente sobre o tipo da práxis humana, sobre o pensamento que a prepara, e que dela emerge. (LUKÁCS, 2010, p. 45).

Assim, afirmamos que o trabalho no policiamento ambiental alterou de forma cabal a maneira com que estes percebem o meio ambiente. Os que tinham mais tempo de serviço na PMMT e no BPMPA demonstraram uma maior necessidade de ligação com um meio ambiente menos alterado pela humanidade. Além disso, uma afetividade mais ligada com os animais não humanos, os rios e as matas; procurando, inclusive, estes lugares para residirem com suas famílias, ao invés da cidade.

## **4.7 Estruturas impeditivas ou sistemas que dificultam**

### **4.7.1 Colonialidade**

Com a implantação da filosofia de polícia comunitária e a implementação da SENASP em 1996, as polícias brasileiras iniciam uma tentativa de se tornarem mais próximas da população e mais proativas. Porém, tal alteração surge de forma não somente a atender aos desejos da população, sendo implantada com significativas

desvantagens, do ponto de vista democrático. Em primeiro lugar, o modelo de polícia comunitária instalada no Brasil foi o modelo Kobam, da polícia do Japão. Em seguida, a iniciativa deu-se fomentada e organizada por uma instituição filantrópica norte-americana, a Fundação Ford (BRANDÃO, 2016). Tais situações coincidiram com a abertura do mercado brasileiro ao modelo neoliberal e privatizações, com a vinda para o Brasil de diversos cidadãos estrangeiros que fariam parte do corpo técnico especializado necessário ao desenvolvimento do novo modelo econômico.

A imitação livre de um modelo de policiamento de outro país [que em nada se parece com a realidade do Brasil], o desenvolvimento de estratégias e políticas de segurança pública desenhadas por sujeitos alheios ao fenômeno e ao cenário, entre outras circunstâncias, repercutem, juntamente com outras condições acionadas mais acima, na atual fragilidade do sistema. No que concerne ao atendimento prioritário das necessidades das elites capitalistas, podemos oferecer como exemplo os fomentos econômicos datados recebidos pelas instituições, bem como o deslocamento de grandes contingentes de efetivo da Força Nacional, durante grandes eventos tais como a Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Sendo findados estes investimentos ao fim dos espetáculos midiáticos internacionais, como se a população dos lugares onde os eventos se deram não necessitassem de segurança fora deste período específico: em 2015 o repasse de verbas da União para a área caiu ao patamar de 1996 (CERQUEIRA, *et. al*, 2017). Utilizando-nos do pensamento descolonial de Frantz Fanon (1968), Telmo Adams e Danilo Streck (2014), poderíamos compor uma alegoria a respeito: é como se dentro do mundo do colonizado fizessem, por um período determinado, o mundo do colonizador (limpo, bonito e seguro), onde este pudesse andar com segurança e desfrutar dos prazeres de seus jogos e, ao final, sai o colonizador e todo o aparato que fez com que o mundo do colonizado parecesse, por algum tempo, o mundo do colonizador.

A colonialidade é percebida pelos colonizados e tende a inviabilizar iniciativas de uma modificação garganta abaixo de atitudes para com as instituições do colonizador. A este respeito, é interessante o exemplo de Brandão:

A própria maneira como uma população de favelados se relaciona com a escola pode ser um bom exemplo disso. Quando há escola pública na favela, os pais mandam os filhos para ela. Quando não há as “comissões de bairro” lutam para que haja. Mas quem envia os filhos não se compromete com a escola. Os esforços dos professores e diretores para que haja um maior intercâmbio entre “a escola” e a comunidade resultam quase sempre em

fracasso. Quando em alguma favela a coisa dá resultado, às vezes o secretário de Educação vai visitar o local e, se possível, leva junto a TV Globo. O descompromisso dos adultos para com a escola pública não é devido à falta de tempo. Muitos destes pais gastam o corpo, o tempo e o dinheiro por meses a fio nos preparos do “bloco do bairro”, ou da “escola de samba”. Eles fazem assim porque tratam a escola “do governo” como tratam as outras agências; o posto de saúde, a delegacia, a agência de bem-estar social. Tratam como locais para serviços de emergência e, ao mesmo tempo, como postos invasores de um tipo de domínio de classe indesejável. Se tratam a educação de seus filhos como coisa que se passa “no mundo dos brancos”, é porque têm também as suas formas próprias, tradicionais, de reprodução do saber. Por isso tratam “o bloco” e a “escola de samba” como coisa sua, de seu mundo. Sem o saber que existe na prática, os subalternos criam e recriam a sua própria educação. E ela não existe só para difundir o *saber*, mas para reforçar o *resistir*. Alguns estudos de antropólogos franceses na África, confirmados por outros feitos, por brasileiros, aqui no Brasil, demonstram como existe uma sábia arma de resistência popular justamente naquilo que nos acostumamos a desprezar, por ver como “tradicional”, “atrasado”, “primitivo”. A aparente “primitividade” do pobre contra a invasão sobre ele da “modernidade” do senhor é um meio popular avançado de lutar por manter e recriar uma identidade própria de sobalerno (de índio, de negro, de colonizado, de escravo, de camponês), de manter o seu próprio saber e as suas próprias redes de educação. (BRANDÃO, 2013, p. 111).

Assim também ocorreram as políticas de pacificação de favelas na cidade do Rio de Janeiro.

No que tange ao meio ambiente, ocorre o mesmo que com os quartéis e com as escolas, inseridas nos formatos do colonizador, conforme pode ser identificado no excerto abaixo:

*“Nesses seus [...] anos protegendo o meio ambiente no Mato Grosso, cê acha que pra maioria da população mato-grossense, o meio ambiente tem um valor per si, ou ele tem um simples valor enquanto mercadoria de troca?*

*Quer que eu falo a verdade pra senhora?*

*A verdade.*

*Então, eu acho assim... o pessoal de fora que veio pra cá...*

*Hum-hum...*

*Ele veio em busca de subsistência, seja na floresta, seja no cerrado.*

*Cê tá falando de agricultura? É isso que cê tá falando?*

*Exatamente. Então, ele veio nessa busca.*

*Monocultura de extensão?*

*Ele veio nessa busca. Que que acontece? Pela sua vez, o mato-grossense, entendeu? O mato-grossense vendo que tá ocorrendo isso, entendeu? Que na época, a senhora pega, que na época que foi colonizado Sinop.*

**70.**

*É. Pegou o pessoal do Sul e trouxe todo mundo pra cá. Não pegou o pessoal daqui, não deu oportunidade pro pessoal daqui.*

**Aham...**

*Entendeu? Então, o que que acontece? Os caras vieram e acabaram com tudo, entendeu? Por que não o pessoal da terra? Pra acabar com tudo? Então, ele acabou de ter o valor pela terra. A senhora pega aquela região de Colniza, entendeu?*

**Nossa, eu nunca tinha pensado assim. Eu tinha raciocinado pelo ponto de vista do racismo, né?**

*Porque assim, eu falo pra senhora que, assim...*

**Nós somos, nós mato-grossenses, nós somos mistura de bororo com não-sei-quem, com não-sei-quem... Não! Ele chamou a galera italiana, alemã lá do Sul.**

*Pra vim rebentar aqui.*

**Eu sempre fui pelo ponto de vista do racismo e nunca olhei pelo ponto de vista que fala assim: “a gente ama, e se a gente for, a gente não vai destruir tudo, igual estranho”.**

*Exatamente. Porque assim... o pessoal que mora aqui, por exemplo, a senhora pega um cara na região de Colniza.*

**Hum-hum...**

*Um mato-grossense que morava na, vamo lá... morava na região de Colniza antes dela ser colonizada, antes de virar greba, entendeu? Ele caçava ali. Eles veio com intenção de... abrir aquilo ali. Ganhar muito dinheiro, ganhar muito dinheiro.*

**Fácil e rápido.**

*Então, a caça ficou em... ficou...*

**Escassa.**

*Ficou escassa. Para quem morava ali porque a caça ficou... o pessoal caçava.*

**Não tem mais mata, vai fazer o quê? Vai ficar sem.**

*Então, o mato-grossense hoje, ele não preocupa em preservar o seu estado porque trouxeram o povo de fora pra, não sei o que a senhora pensa, mais ou menos o que eu to pensando?*

***Sim! Eu falo com certeza!***

*Eu falo porque a gente tá todo esse tempo aí e, assim... Mato Grosso já foi criado, foi desenvolvido em cima de assentamento, em cima de terra de invasão. A gente que trabalha na área de fiscalização, sabe disso. A senhora pega na região de Colniza mesmo, ninguém tem um título de propriedade ali, porque ali foi feito em cima de invasão. É área devoluta, é área de governo que o pessoal pegava e ficava ali, tanto é que vários, várias colonizadora, tipo Sinop, né? Ela trouxe o pessoal do Sul pra colonizar ali. Trouxe? Por que não pegar o pessoal do Mato Grosso que era daqui pra levar, pra dar terra daqui? Deram só terra pro pessoal que era de fora... aí, o que acontece? O pessoal que é daqui... “não tem não?”. Vai preservar? Vai preservar o quê? Se o pessoal, na época trouxe o pessoal pra desmatar tudo?”. (Fala de participante, em negrito fala da autora).*

Como vemos acima, o sujeito da pesquisa considera que a população de Mato Grosso não se preocupa [mais] com o meio ambiente em que vive, em virtude das destruições causadas pelos colonizadores que causaram devastações, com apoio estatal, tendo recebido, inclusive, terras governamentais: “o mato-grossense hoje, ele não preocupa em preservar o seu estado porque trouxeram o povo de fora” (trecho de entrevista acima). O povo de fora não teria apenas sido privilegiado em detrimento do povo local, mas tornado o próprio povo local alienígena do próprio espaço, dilacerando a sensação de pertença que nos faz zelar e cuidar de algo em virtude desta ligação. Assim, o processo de colonialidade no Mato Grosso pode ser considerado uma relação de dominação que dificulta ou impossibilita que o trabalho de fiscalização ambiental seja realizado em conjunto com o processo educativo.

A respeito das instituições policiais nas colônias Fanon (1968) afirma que serviriam, em primazia, para manter a separação entre o mundo do colonizador e o mundo do colonizado. Em certeza, em períodos históricos anteriores, era mais fácil observar de fato uma distinção destas, porém, esta diferença hoje é mais visível em termos de classes sociais:

E a polícia, em uma sociedade dividida como a brasileira em que você tem vários estratos, qual teria que ser a missão da polícia? Um papel de mediadora dos conflitos entre diferentes segmentos. Ela não pode se envolver nos conflitos. E o que nós vemos aqui é exatamente isso, a polícia se envolve no conflito a favor do segmento, imaginando que ela existe para defender um segmento contra o outro. Ela se envolve no conflito, se envolve na camada alta, se coloca dona e participante do poder e esse poder tem suas características. Quais são os sinais do poder no Brasil? Temos alguns: sinal patrimônio, da violência, da condição social, da cor da pele, ou seja, o poder tem algumas características. (SILVA, 2010, p. 78).

Este trecho de Silva (*ibidem*) revela uma gama muito ampla de espectros sobre a colonialidade desenhada na origem da instituição polícia militar no Brasil, que se repete na própria formação da Polícia Militar de Mato Grosso, que é a de manter *cada qual no seu lugar*. Como vimos, a PMMT surgiu porque a antiga guarda local se envolveu em favor dos brasileiros no conflito chamado Rusga, que requeria igualdade de tratamento entre os brasileiros e os portugueses. Assim, a guarda perdeu a confiança da elite dominante e foi criada a polícia que viria a ser Homens do Mato [nome histórico da polícia militar], com fito principal de buscar escravos fugitivos. Lourau (1995) afirma que as instituições têm as características de serem fechadas e, por isso, mantêm suas características de forma mais rígida que a sociedade aberta dentro da qual está inserida.

Deste modo, temos a contradição posta pelo colonialismo não apenas no que tange ao meio ambiente e a relação que a população desenvolveu com este em virtude da colonialidade, mas também a origem e o intuito de criação da polícia militar enquanto instituição colonial, que visava, de fato, proteger apenas os interesses do dominador, ante a transformações muito recentes [1996] e que correm o risco de retrocederem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em deferência às questões de pesquisa “*Quais as contradições entre a natureza institucional e o papel historicamente definido para a Polícia Militar de Mato Grosso no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental?*”, as pesquisas de campo e bibliográfica demonstraram que há uma diferença entre a natureza institucional e o trabalho de proteção ambiental, bem como o papel historicamente definido e o trabalho de proteção ambiental. Iniciemos com a divisão das questões para que possamos respondê-las coerentemente.

Consideramos que há poucas contradições no que é relativo ao *papel historicamente definido* e os *trabalhos realizados de proteção ambiental*. Em verdade, é notório que atualmente o trabalho realizado na proteção ambiental se dirige a uma certa camada da sociedade, a qual sempre esteve ligada historicamente. O trabalho de proteção ambiental mais comentado pelos sujeitos da pesquisa dá conta da fiscalização de pesca, que no Mato Grosso é exercida de modo amadora [geralmente por turistas] e profissional [por pequenos pescadores]. Não há uma grande indústria de pesca no Mato Grosso, como ocorre na pesca oceânica, que necessita de grandes embarcações, equipamentos como sonar, etc. O pescador profissional do estado pertence às classes populares. As demais inserções em trabalhos distintos dão-se, segundo a pesquisa, em conformidade com os gestores [comandantes do Batalhão] que modificam vez ou outra as prioridades de fiscalização. No restante, os policiais narraram inserções em meios distintos apenas como apoio a outros órgãos, como a SEMA e o IBAMA. Desta feita, consideramos que não existe nenhuma contradição entre o papel desenhado historicamente e os trabalhos desempenhados hoje pelos sujeitos da pesquisa.

No entanto, no que diz respeito à *natureza institucional* e os trabalhos realizados de proteção ambiental, há uma dupla contradição. O desenho normativo não restringe que a proteção seja do ambiente contra uma determinada classe, porém, as amarras burocráticas permeiam as ações mesmo no planejamento dos trabalhos que necessitam de viagens para deslocamentos maiores, pois fisicamente, a unidade está ancorada no Pantanal. Nos mais de 35 anos de existência do Batalhão Ambiental, nenhuma companhia sua foi construída na região mais problemática no que tange aos problemas ambientais no Mato Grosso, médio Norte e Norte, onde há o domínio de Floresta Amazônica. Fisicamente, a burocracia desenha uma limitação física de abrangência dos

trabalhos, e quando os sujeitos vão àquela direção, vão subordinados a outros órgãos de fiscalização, que possuem seus próprios planejamentos. A natureza institucional que é realizar o policiamento de proteção ambiental em todo o território do estado, acaba restrito ao Pantanal, como em 1983. Além disso, o papel institucionalmente desenhado [policiamento ostensivo de proteção ambiental] acaba sendo invertido [para policiamento de apreensão de materiais], pois os modos de prestar contas à sociedade, às mídias, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público é contar o que aconteceu de errado [quantas redes foram apreendidas, quantas armas foram apreendidas, quantos quilogramas de peixe foram apreendidas] e não o contrário [quantos quilômetros de rio foram patrulhados, quantas pessoas foram orientadas, há quantos dias não há ocorrência de crimes ambientais]. De acordo com seu papel constitucional, sua *principal* função é a preservação da ordem pública através de sua presença ostensiva.

*Da natureza institucional e o papel historicamente definido no trabalho de proteção ambiental e as possibilidades de uma articulação entre fiscalização e educação ambiental*, notamos que mesmo havendo uma compartimentação institucional interna na função dos sujeitos [uns trabalham na educação ambiental, outros trabalham na fiscalização ambiental], através de suas experiências, os próprios sujeitos que realizam o trabalho de fiscalização ambiental perceberam a necessidade de um diálogo maior no sentido de ensinar as práticas adequadas e a legislação ambiental durante os trabalhos de fiscalização. A possibilidade de articulação não apenas existe, como já é realizada pelos sujeitos de pesquisa, em um nível bastante interessante, pois há ensino e aprendizagem. Conforme notado no primeiro capítulo, os trabalhos de fiscalização convivem também com a formação dos sujeitos através de seus contatos dialógicos com os sujeitos fiscalizados.

Temos ainda uma segunda questão que compõe o problema de pesquisa: *em que medida, ocorrem práticas educativas nos trabalhos de fiscalização ambiental realizados pelos policiais do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental?* Neste sentido, observamos que as práticas educativas são tão mais possíveis quanto mais solidárias as relações entre os sujeitos no momento da abordagem, e proporcionalmente inversa quanto mais violento for o cenário onde dá-se o encontro. Esta proporção é de simples compreensão quando fazemos o exercício imaginativo de que um dos sujeitos que está intencionalmente quebrando o contrato social vai opor-se fortemente à presença de um policial fardado, que ali é o Estado que está para reestabelecer a ordem

contratual. Assim, as práticas educativas no trabalho de fiscalização ocorrem na medida oposta da presença do crime e/ou violência.

Quanto aos objetivos do trabalho, o primeiro e geral foi *analisar as atividades de fiscalização ambiental realizadas pelo BPMPA com o intuito de identificar práticas e/ou possíveis indícios de educação ambiental*, o que foi feito através das entrevistas com os 14 policiais militares que possuíam maior tempo de efetivo serviço em policiamento de proteção ambiental, contando com 259 anos de experiências somadas. Como já dito, foi possível identificar práticas de educação ambiental nos trabalhos de fiscalização realizadas pelos policiais militares, bem como identificar os inversos e os fiscalizados, oferecendo ensinamentos do campo ambiental aos policiais, inclusive, suprimindo lacunas no processo de formação, capacitação e especialização destes.

O segundo objetivo específico do trabalho visava *construir um retrospecto do significado de Meio Ambiente e acioná-lo frente à necessidade de ressignificação ou desmistificação/desideologização do próprio termo e também de outros que o movem, como o desenvolvimento*. Deste modo, no terceiro capítulo, construímos uma espécie de glossário com os significados de natureza, meio ambiente, ecologia, preservação, conservação e proteção. Este passo foi essencial como base do trabalho, haja vista o método materialista histórico-dialético apresentar objetivos claros em seu uso, que é alterar radicalmente as condições de exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras. Desta maneira, de início foi necessário identificar também as limitações do método e acioná-lo em conjunto com outras epistemologias, como a descolonial, a feminista e a vegetariana. Assim, os termos do glossário foram apresentados em seus formatos correntes [dentro das ideologias dominantes] e em seguida reconstruídos com base nas lógicas acima descritas. O desenvolvimento foi tratado sob o ponto de vista um sistema e voltado, especificamente, para o espaço geográfico onde deu-se a pesquisa, o estado de Mato Grosso.

O próximo objetivo específico era *construir uma contextualização histórica da institucionalização e forma de trabalho da Polícia Militar no Brasil*. A materialização deste objetivo deu-se no quarto capítulo, sendo necessário não só o auxílio da História para compreender a forma de trabalho, mas também da Sociologia e da Filosofia para compreender esta instituição que é ímpar por ser a responsável pelo uso da força, do qual abrimos mão no contrato social, para que esta seja exercida apenas pelo Estado. O uso da força, porém, não é neutro, a partir do momento que assumimos a luta de classes como base da sociedade, assim como a existência de outros sistemas que a atravessam,

como o colonialismo e o patriarcado. O uso da força, então, será feito dentro deste sistema contraditório e totalmente articulado, em constante tensão. A metáfora do martelo de Dominique Monjardet foi exemplar neste sentido, a polícia é um instrumento de uso da força, mas qual a intenção de quem está segurando o martelo? Neste sentido, saltamos da ação dos sujeitos da pesquisa e da própria Polícia Militar [infraestrutura] para o sistema que controla as polícias e planeja as políticas públicas [superestrutura].

Outro objetivo específico posto foi o de *identificar as possibilidades de existência de uma prática de Educação Ambiental considerando o tensionamento entre o exercício de fiscalização e proteção ambiental realizadas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso*, sendo que, o trabalho de campo demonstrou, como visto no primeiro capítulo, não só a possibilidade, como a existência de práticas de educação ambiental. Cabe ainda ressaltar que os sujeitos de pesquisa consideraram o contrário, que há uma impossibilidade de realizar a fiscalização ambiental sem, ao mesmo tempo, realizar as trocas dialógicas acerca do meio ambiente, das normativas e das situações havidas naquele espaço. O tensionamento real dá-se da ocorrência de crimes e, mesmo assim, quando existe violência no espaço das incoerências de crimes e de infrações no sentido de uma resistência do sujeito que está incidindo no crime ou infração à ação regenerativa da ordem do Estado, que ali está representado pelo policial militar ambiental.

O último objetivo proposto para o trabalho foi o de *analisar o processo de formação da Polícia Militar e indicar possibilidades de integração de práticas fiscalizadoras e educativas*. Neste sentido, apresentamos a formação exigida à época de ingresso dos sujeitos nas fileiras da Polícia Militar de Mato Grosso, e em seguida as transformações institucionais trazidas no campo geral a partir da Matriz Curricular Nacional, que baliza a formação dos profissionais de Segurança Pública no país a partir da Política Nacional de Segurança Pública. As contradições na formação, dão-se por estas serem totalmente diversas da política anterior [que era a ausência de política de Segurança Pública, ficando as polícias militares a reboque do Exército Brasileiro], e ter um tempo ainda curto de criação e implementação [1996, ou seja, 22 anos]. Como estamos a tratar de uma instituição altamente hierarquizada e militarizada, com uma cultura interna bastante prevalente, as alterações inseridas demoram ainda mais para alterarem as formas de ser e de fazer, devido à grande parte da formação para o trabalho dar-se na cotidianidade, sendo que, os modos de ser e fazer anteriores são ainda passados pelos mais antigos na convivência através da execução das rotinas.

Consideramos que a Matriz Curricular Nacional seja um documento muito amplo e bastante completo no sentido de permitir uma formação voltada à transformação do policial militar em um sujeito voltado à proteção do meio ambiente [no sentido trazido na tese].

Por fim, unindo as utopias trazidas no final dos capítulos anunciamos que o papel da polícia militar seja essencial no atual modelo de contrato social, sendo sempre uma instituição ligadas ao poder verdadeiro, aquele que emana no povo (ARENDR, 2010), e não à violência. Além disso, acreditamos que as discussões neste sentido não podem permanecer no questionamento da instituição polícia militar, mas alcançar as instâncias do próprio Poder Executivo, ao qual estão subordinadas as polícias militares, mas também às instâncias que dão sequência ao trabalho realizado pela PM, tais como o Ministério Público e o Poder Judiciário. Os membros destes órgãos, além de estarem em patamar distinto de *status*, raramente são questionados por suas ações, como se um véu de imparcialidade fosse posto sobre seus membros. Estes são os responsáveis pela manutenção do modelo de polícia que temos. Cremos que a proximidade com a população, neste sentido, tem um duplo viés: ao mesmo tempo que humaniza/desumaniza mais rápido as ações dos sujeitos isolados [policiais militares], faz com que a população tenha uma única referência de aplicação da força [a Polícia Militar] e não questione aqueles que estão segurando o martelo. O mesmo pode ser dito dos demais membros dos poderes que se encontram na burocracia estatal apartados do povo e de suas necessidades, não são questionados, não são julgados e, portanto, cristalizam-se como unidades plasmadas de correção e exemplo.

É imprescindível a transformação, mas não a transformação no quartel do Batalhão de Polícia Militar de Proteção ambiental de Mato Grosso ou nos policiais que lá estão trabalhando. Necessitamos de transformações profundas no mundo. Não podemos ignorar que as fronteiras são linhas imaginárias e proteger o Pantanal, ignorando o fato de que *há uma ilha de plástico no Oceano Pacífico*. Há uma ilha formada apenas com resíduos sólidos plásticos no Oceano Pacífico. As demandas ambientais não podem ser tratadas de maneira isolada. Os modelos trazidos em nossa utopia ambiental [ecossocialismo, bem viver, crescimento negativo e veganismo] são portais também para considerarmos que como plurais, não haveremos de encontrar soluções aos nossos atuais problemas que não sejam atuais. Importa lembrar que alguns sistemas ou instituições devem ser banidos para que os direitos humanos e os direitos da

natureza sejam harmonizados (ACOSTA, 2016), consideramos cabais e prioritários o capitalismo, o colonialismo, o patriarcado, o racismo e o especismo.

A rasura de reconhecer que os sujeitos de pesquisa, assim como proposto no problema, rompem com uma estrutura legal/institucional, correndo mesmo o risco de verem-se extirpados de seus trabalhos, para agirem como educadores ambientais, ante todo um sistema capitalista centrado justamente na exploração do meio ambiente, desmonta qualquer perspectiva materialista histórico-dialética de pesquisar.

A complexidade da problemática não está imbricada somente em uma decisão pessoal do sujeito que decide ou não ser um educador ambiental, durante a atividade de fiscalização ambiental, está em questionar a própria educação ambiental, e antes, a própria educação, o próprio Estado, suas leis e instituições, fizemos isso através da linguagem.

Restaram alguns aspectos a serem aprofundados em virtude da temporalidade e outras demandas pessoais tais como:

As teorias veganas, que estão disponíveis em sua maioria em língua inglesa. Como já dissemos mais acima, o veganismo enquanto teoria é incipiente, restando dentro do campo científico, mais trabalhos no que tange aos aspectos ambientais, baseados, sobretudo, em relatórios sobre os impactos da alimentação de origem animal no meio ambiente.

Racismo ambiental e racismo alimentar, e, repetindo-se o crime ambiental cometido pela empresa de mineração Vale, os refugiados ambientais. Assim como no aspecto anterior, já há alguns trabalhos que relacionam os crimes ambientais (tratados como desastres ambientais, com o fito de lavagem) atingirem de maneira majoritária populações pobres, bem como de etnias subalternizadas pelos sistemas opressores.

O mesmo dá-se no campo alimentar, com a imposição estatal de modos de alimentação alienígenas que causam doenças à determinadas populações, como visto no documentário *What the Health* (2017), com a demonstração que 75% dos afrodescendentes são intolerantes a lactose, mas são incentivados pelo governo a alimentarem-se com derivados de leite. A imposição da alimentação dá-se de diversas formas, destacando-se a criação de pirâmides alimentares com itens padronizados e totalmente alheios à realidade popular; e sua utilização por profissionais da saúde para *normatizarem* dietas e o financiamento público prioritário a atividades ligadas à produção destes produtos, quando é fato que a maioria da alimentação das casas brasileiras é proveniente da agricultura familiar.

Aspectos do desenvolvimentismo no que tange às práticas da agropecuária, presentes em diversos relatórios de organizações nacionais e internacionais; os projetos de Territórios da Paz e de Unidades de Polícia Pacificadora como políticas públicas de inversão do papel da Polícia Militar com fito colonizador.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante Editora, 2016.
- ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne**: uma teoria feminista-vegetariana. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.
- ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Z. (Orgs.). **Educação-pesquisa**: mediações para a transformação social. Curitiba: APPRIS Editora, 2017.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ALMEIDA, Tiago Carvalho. **O ato tendente à pesca nas atividades de fiscalização do Comando Ambiental da Brigada Militar**: uma análise principiológica, legal e jurisprudencial. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Avançado de Administração Policial Militar). Porto Alegre: Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, 2015.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.
- BALESTRERI, Ricardo. Um novo paradigma de Segurança Pública. *In*: COSTA, Ivone Freire. BALESTRERI, Ricardo Brisolla (orgs.). **Segurança Pública no Brasil**: um campo de desafios. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- \_\_\_\_\_. **O segundo sexo**: a experiência vivida, volume 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BOFF, Leonardo. **As quatro ecologias**: ambiental, política e social, mental e integral. Rio de Janeiro: Mar de Idéias: Animus anima, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Sustentabilidade**: o que é e o que não é. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BORDEST, Suíse Monteiro Leon. **Panorâmica ambiental Mato-Grossense**: relevo e potencialidades Turístico-Culturais. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2011.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Comunidades aprendentes. *In*: **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva, Diretoria de Educação Ambiental: Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. – São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRANDÃO, Nágila de Moura. **Infância e cidadania**: o que dizem as crianças? 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

\_\_\_\_\_. **A apostila do curso nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**: uma análise discursiva. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação em Gestão de Segurança Pública). 19 f. Academia de Polícia Militar Costa Verde. Várzea Grande: PMMT, 2016.

BRANDÃO, Nágila de Moura; ADAMS, Telmo. **Turismo criminoso no Pantanal**: qual é o preço da onça pintada? *In*: IV Congresso Nacional de Educação Ambiental & VI Encontro Nordeste de Biogeografia. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2016.

\_\_\_\_\_. A (auto)formação do educador ambiental: nossas práticas de trabalho e de vida. *In*: OLIVEIRA, Joelma Fernandes de. SENHORAS, Elói Martins (orgs.). **Formação de professores e práticas pedagógicas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

BRANDÃO, Nágila de Moura; ALMEIDA, Tiago Carvalho. Fiscalização e educação ambiental, duas faces de uma mesma moeda. *In*: BROD, Ferando Pinheiro. MAJÍA, Margarita Rosa Gaviria. MIORANDO, Tânia Micheline (orgs.). **Anais do IV Simpósio Internacional Diálogos na contemporaneidade**: tecnociência, humanismo e sociedade, 14 a 18 de setembro de 2015, Lajeado, RS. Lajeado: Editora da Univates, 2015.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. **Ministerio dos Negocios da Justiça**, Rio de Janeiro-DF, 1890.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1929. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Publicado na CLRB**, Rio de Janeiro-DF, 1929.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Publicado no DOU, Brasília-DF, 1979.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Publicado no DOU, Brasília-DF, 1983.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituinte, Brasília-DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e dá outras providências. Publicado no DOU, Brasília-DF, 1995.

\_\_\_\_\_. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Publicado no DOU, Brasília-DF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: 2000.

\_\_\_\_\_. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Série documentos técnicos – 4. Órgão Gestor da política Nacional de Educação Ambiental: Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Publicado no DOU, Brasília-DF, 2006.

\_\_\_\_\_. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública** / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

\_\_\_\_\_. **Fundo da Amazônia**: relatório de atividades 2017. Editado pelo Departamento de Comunicação da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional, Brasília: junho de 2018.

CAMARGO, Lígia. Áreas legalmente protegidas. *In*: CAMARGO, Lígia (org.). **Atlas de Mato Grosso**: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá-MT, Entrelinhas: 2011a.

\_\_\_\_\_. Fauna. *In*: CAMARGO, Lígia (org.). **Atlas de Mato Grosso**: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá-MT, Entrelinhas: 2011b.

CAPORLINGUA, Vanessa Hernandez. **O revelar da consciência ambiental na a sentença judiciária transformadora como forma de efetividade processual**. Tese (doutorado em Educação Ambiental). 311 f. Universidade Federal de Rio Grande, 2010.

CARREIRA, Danielle. RE'EM, Aaron. TARIN, Miriam. **Natural Capital Risk Exposure of the Financial Sector in Brazil**. 2015.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. **Mortes por acidentes de transporte terrestre no Brasil**: análise dos sistemas de informação do Ministério da Saúde. Textos para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em Educação ambiental. Tese (doutorado em Educação). 349 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. *In*: SAUVÉ, L. Orellana I. SATO, M. **Textos escolhidos em Educação Ambiental**: de uma América à outra. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, PP 85-90 (versão em português).

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CERQUEIRA, Daniel. *et. al.* **Atlas da violência**: Política Nacional de Segurança Pública para a Efetividade e o Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública. IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Colapso**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013b.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DUSSEL, Enrique. A filosofia da libertação frente aos estudos pós-coloniais, subalternos e a pós-modernidade. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro. Vol 8, N 4, 2017.

**EARTHLINGS**. Direção: Shaun Monson, Produção: Shaun Monson, Libra Max, Nicole Visram, Brett Harrelson, Babak Cyrus Razi, Maggie Q, Persia White. (EUA): Nation Earth, 2005.

EGGERT, Edla. As Muitas Margens da Educação Popular. *In*: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Teresa. (orgs.) **Educação Popular**: lugar de construção social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dialética da Natureza**. São Paulo: Editora Alba Ltda, sem data.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALA VEGAN. **Carnismo X Veganismo**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6xeveNIhP5A>>. Vídeo publicado em 21 de julho de 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FAO. **Tackling climate change through livestock**: A global assessment of emissions and mitigation opportunities. E-ISBN 978-92-5-107921-8, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/8d293990-ea82-5cc7-83c6-8c6f461627de/i3437e.pdf>>.

FERNANDES, Sabrina. Como cooptaram o veganismo? com a Sandra Guimarães. Vídeo disponível em: <<https://youtu.be/AX3MIqcd7ww>>. Publicado em 31 de agosto de 2018a.

\_\_\_\_\_. U de Utopia. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=75MFF0odip0>>. Publicado em 28 de novembro de 2018b.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, Lindomal. Chico Mendes e os povos da floresta: uma pedagogia em construção. In: STRECK, Danilo. (org.). **Fontes da pedagogia latino-americana**: uma ontologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FIGUEIREDO, João B. A. Educação Popular e educação ambiental? @ Educador(a) ambiental popular numa perspectiva descolonizante. In: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Teresa. (orgs.) **Educação Popular**: lugar de construção social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FÓRES, Estafania García. Ecofeminismos Rurales: Mujeres por la Soberanía Alimentaria. In: **Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas**. Mundubat. 1ª Edición: Octubre 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública 2015**.

\_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro de Segurança Pública 2016**.

\_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro de Segurança Pública 2017**.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras**: uma análise da política de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado em Administração). 136 f. Universidade Federal Fluminense, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FREITAS, Maria Teresa. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. *In*: FREITAS, Maria Tereza. JOBIM E SOUZA, Solange. KRAMER, Sônia (orgs.). **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Kakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2013.

GEORGES, Rafael. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam Brasil, 2018.

GERALDI, João Wanderley. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos na construção ética. *In*: FREITAS, Maria Tereza. JOBIM E SOUZA, Solange. KRAMER, Sônia (orgs.). **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Kakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

**GLOBAL WITNESS**. A que preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017. 2018.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ciência da lógica**: (excertos). São Paulo: Barcarolla, 2011.

JOBIM E SOUZA, Solange. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polifonia, alegoria e conceito de verdade no discurso. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_. Dialogismo e alteridade na utilização da imagem técnica em pesquisa acadêmica: questões ética e metodológicas. *In*: FREITAS, Maria Tereza. JOBIM E SOUZA, Solange. KRAMER, Sônia (orgs.). **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Kakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas**: uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo: Cultrix, 2014.

JUNGES, Márcia. Henrique Luiz Roessler, um protetor da natureza. In: IHU on-line. Edição 380. De 14 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4208&secao=380/](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4208&secao=380/)>.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KRAMER, Sônia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, Maria Tereza. JOBIM E SOUZA, Solange. KRAMER, Sônia (orgs.). **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Kakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LANDY, Frédéric. Revolução Verde. In: VEYRET, Yvette (org.). **Dicionário do Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Senac, 2012.

LAURARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. LAYRARGUES, Philippe Pomier. CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In FREITAS, M. C. de. (org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Cláudia Silva. Irmã Dorothy Mae Stang e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável. memória e resistência x o poder do latifúndio. In: **II Encontro de Pesquisa e Práticas em Educação do Campo da Paraíba**. De 05 a 07 de junho de 2013. João Pessoa: UFPB, 2013.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÖWY, Michel. Ecosocialismo e planejamento democrático. Socialist Register, 2007. Tradução de Sofia Boito. Revisão de Isabel Loureiro. In: **Crítica Marxista**. n. 28, p. 35-50, 2009.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACCARINI, Thiago Bernardes. PICCOLI, Gustavo Cauê de Oliveira. SALVADOR, Gilberto Nepomuceno. CAVECHIA, Laura Altafin. ESPINOSA, Monica Andrea Gutierrez. Impacto do pastejo pelo gado na riqueza de insetos galhadores no Pantanal. *In: Ecologia do Pantanal: curso de campo 2009*. DIAS, Fabiane Fileto *et al.* (orgs.). Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

**MANIFESTO pela Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, 2005.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon (1847). São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O processo de trabalho e processo de valorização. *In: ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATO GROSSO. Lei 9.096 de 16 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial: Cuiabá-MT, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei 9.893, de 1 de março de 2013. Modifica dispositivos da lei 9.096, de 16 de janeiro de 2009, alterada pela Lei 9.794 de 30 de julho de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial: Cuiabá-MT, 2013.

MATTOS, Francisco José Soller de. **A função pedagógica nas decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nas ações indenizatórias por dano ambiental**: uma análise sob a perspectiva da PNEA. Tese (doutorado em Educação Ambiental). 198 f. Universidade Federal do Rio Grande, 2010.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones Del Siglo, 2010.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**: Sociologia da Força Pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MONTEIRO, José Roberto Borges. ARIMA, Luzia Ivo de Almeida. Enquadramento Biogeográfico do Estado de Mato Grosso. *In: CAMARGO, Lúgia (org.). Atlas de Mato Grosso*: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá-MT, Entrelinhas, 2011.

MONTEIRO, José Roberto Borges. ARIMA, Luzia Ivo de Almeida. PAIVA, Maria Aparecida Cerci de. Vegetação e uso antrópico. *In*: CAMARGO, Lúgia (org.). **Atlas de Mato Grosso**: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá-MT, Entrelinhas, 2011.

MORA-OSEJO, Luis E. BORDA, Orlando Fals. A superação do eurocentrismo do saber epistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método de Marx com José Paulo Netto. Aula ministrada ao PPGPS/SER/UnB em 19/04/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>>. Acesso em 05 de set. de 2016a.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método de Marx com José Paulo Netto. Aula ministrada ao PPGPS/SER/UnB em 19/04/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dl3Yocu-1oI&t=8402s>>. Acesso em 05 de set. de 2016b.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume I.

\_\_\_\_\_. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume II.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRADO, Daniel Porciuncula. **A figueira e o machado, raízes da educação ambiental no sul do Brasil**: práticas educativas e militância ambiental na perspectiva do cronista Henrique Luiz Roessler. Tese (doutorado em Educação Ambiental). 200f. Universidade Federal de Rio Grande, 2008.

**QUEM É MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES**. Matéria de 01 de agosto de 2012. Publicada em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/quem-e-maria-da-penha-maia-fernandes/>>. Acesso em 07 de maio de 2016.

RAMOS, Fábio Pestana de. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In* DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

REGUEZZA, M. Natureza. *In*: **Dicionário do meio ambiente**. VEYRET, Yvette (org.). São Paulo: Editora Senac, 2012.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- ROBOCOP**. Direção: Paul Verhoeven, Produção: Arne Schmidt. USA: Metro-Goldwyn-Mayer, 1987.
- RODRIGUEZ, Simón. **Inventamos o erramos**. Venezuela: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2004.
- RUETHER, Rosemary Radford (org.). **Mulheres curando a terra**: mulheres do Terceiro Mundo na ecologia, no feminismo e na religião. São Paulo: Paulinas, 2000.
- RUY. **Um dia de cão**. Direção: Sergio de Carvalho, Chico Buarque, Sergio Bardotti. Philips Records, 1977.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, Maureen. GLASS, Verena. (orgs.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SATO, Michèle. PASSOS, Luiz Augusto. Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico B. LAYRARGUES, Philippe Pomier. CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCHUCK, Cyntia. RIBEIRO, Raquel. **Comendo o planeta**: impactos ambientais da criação e consumo de animais. Sociedade Vegetariana Brasileira, 3ª Edição: 2015.
- SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SHIVA, Vandana. Deixem-nos sobreviver: mulheres, ecologia e desenvolvimento. *In*: RUETHER, Rosemary Radford (Org.). **Mulheres curando a terra**: mulheres do Terceiro Mundo na ecologia, no feminismo e na religião. São Paulo: Paulinas, 2000.
- SIDEKUM, Antonio. **Direitos fundamentais**: a dignidade humana. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2011.
- SILVA, Jorge da. Questões atuais em Segurança Pública. *In*: COSTA, Ivone Freire. BALESTRERI, Ricardo Brisolla (orgs.). **Segurança Pública no Brasil**: um campo de desafios. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. / Emma Siliprandi. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOUZA, Pedro Sidney Figueiredo de. ALMEIDA, Wilame Alves de. BERGAS, Orivaldo Borges. Cronologia histórica relevante. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/cronologia-historica-oficial> .

STRECK, Danilo Romeu. Pedagogia(s). In: STRECK, Danilo, REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.178-180.

STRECK, Danilo Romeu. ADAMS, Telmo. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2014.

TODOROV, Tzevetan. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TOLEDO, Luiz Gonzaga. Recursos hídricos. In: CAMARGO, Lígia (org.). **Atlas de Mato Grosso**: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá-MT, Entrelinhas: 2011.

**TROPA** de Elite. Direção: José Padilha, Produção: José Padilha e Marcos Prado. Rio de Janeiro (BRA): Universal Pictures, 2007.

UNESCO. **Geo Amazônia**: perspectivas do meio ambiente na Amazônia. PNUMA e OTCA, ISBN: 978-92-807-2947-4, 2008. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/geoamazonia\\_28.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamazonia_28.pdf).

\_\_\_\_\_. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos países membros**. Tbilisi, 1977.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEYRET, Yvette. Conservacionismo. In: **Dicionário do meio ambiente**. VEYRET, Yvette (org.). São Paulo: Editora Senac, 2012a.

\_\_\_\_\_. Ecologia. In: **Dicionário do meio ambiente**. VEYRET, Yvette (org.). São Paulo: Editora Senac, 2012b.

\_\_\_\_\_. Ecologia profunda (*deep ecology*). In: **Dicionário do meio ambiente**. VEYRET, Yvette (org.). São Paulo: Editora Senac, 2012c.

\_\_\_\_\_. Meio Ambiente. In: **Dicionário do meio ambiente**. VEYRET, Yvette (org.). São Paulo: Editora Senac, 2012d.

\_\_\_\_\_. Preservacionismo. In: **Dicionário do meio ambiente**. VEYRET, Yvette (org.). São Paulo: Editora Senac, 2012e.

**WHAT THE HEALTH.** Direção: Kip Andersen e Keegan Kuhn, Produção: Kip Andersen e Keegan Kuhn. Nova Iorque (EUA): A.U.M. Films & Media, 2017.

ZÉ GERALDO. **Cidadão.** 1979.

**13th.** Direção: Ava DuVernay, Produção: Howard Barish, Ava Duvarnay e Spencer Averick. Nova Iorque (EUA): Netflix, 2016.